

Ana Carolina Dionísio

MEMÓRIAS DE TRABALHO, VENENO E FUMAÇA
Uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da
produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas
(SC, 1970-2000)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. João Klug

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dionísio, Ana Carolina

Memórias de trabalho, veneno e fumaça : uma análise histórica sobre os impactos socioambientais da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas (SC, 1970-2000) / Ana Carolina Dionísio ; orientador, Prof. Dr. João Klug - Florianópolis, SC, 2016.

256 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. História Ambiental. 3. Sistema Integrado de Produção do Tabaco. 4. Agrotóxicos. 5. Agricultura Familiar. I. Klug, Prof. Dr. João. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

**Memórias de trabalho, veneno e fumaça: Uma
análise histórica sobre os impactos socioambientais
da produção integrada de tabaco no Alto Vale do
Rio Tijucas (SC, 1970-2000)**

Ana Carolina Dionísio

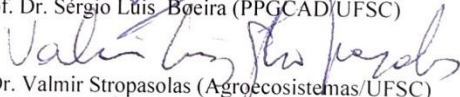
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Prof. Dr. João Vlug (PPGHST/UFSC) (Orientador e Presidente)

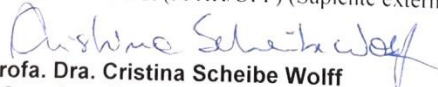

Prof. Dr. Sérgio Luís Boeira (PPGCAD/UFSC)


Prof. Dr. Valmir Stropasolas (Agroecossistemas/UFSC)


Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro (PPGHST/UFFS/UFSC)

Prof. Dr. Manoel Pereira Rego Teixeira dos Santos (CA/UFSC) (Suplente interno)

Prof. Dr. Marcos Gerhardt (PPHH/UPF) (Suplente externo)


Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 15 de abril de 2016

*Aos que trabalham
na terra e pela terra.*

AGRADECIMENTOS

Por mais solitário que seja o ofício da escrita da história, de nada serviriam as habilidades narrativas, o rigor metodológico e a abrangência bibliográfica desta historiadora sem a contribuição das pessoas e instituições que participaram desta pesquisa. Gostaria então de agradecer primeiramente à CAPES pelo apoio financeiro para este trabalho, sem o qual sua realização seria indubitavelmente mais complicada. Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, sobretudo Eunice Sueli Nodari, Adriano Luiz Duarte e Marcos Fábio Montysuma pela qualidade das aulas e pelo apoio à participação em viagens e eventos. Agradecimentos mais do que especiais ao meu guru disfarçado de orientador, Prof. Dr. João Klug, pela leveza, tranquilidade e bom humor com que conduziu a orientação, tornando a experiência do mestrado ainda mais satisfatória e gratificante.

Seria insuficiente qualquer tentativa de agradecimento textual à toda equipe do Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), organização que possibilitou meu mergulho no mar de histórias da fumicultura. Ali conheci muito mais do que colegas de trabalho, também fiz amigos e amigas e encontrei companheiros e companheiras de luta e militância. Pelas inúmeras e frutíferas saídas a campo para beber as histórias dos fumicultores, gostaria de agradecer ao Charles Bagé Lamb, à Gisa Garcia, à Marina Ferreira Campos Pinto e ao Francys Pacheco. Muitas das reflexões desta dissertação começaram nas nossas conversas rodando pelas sinuosas estradas de terra do Alto Vale do Rio Tijucas. A paixão, dedicação e parceria no trabalho do Fernando Angeoletto, Marcos José de Abreu, Erika Sagae, Eduardo Rocha, Rafael Beghini, Maria Dênis Schneider, Gabriella Pieroni, Natal João Magnanti e de todos os outros companheiros e companheiras cepagrenses são inspiradoras e nutrem meu amadurecimento profissional, sendo sempre compreensivos e solidários para com minhas ausências devido aos compromissos acadêmicos. É nós na firma!

Obviamente, não podem faltar agradecimentos à família. E tenho o privilégio de ser grata a muitas! À de sangue, que apesar da distância nunca deixou de me apoiar nas minhas decisões, principalmente minha mãe, Elizabeth Maria de Oliveira. O amor e carinho das minhas irmãs Isabel e Maria Helena, dos tios, primas, sobrinhos e avós Ilydia e Marino também me sustenta. Do meu pai, Luiz

Tomaz Dionísio, herdei os genes do gosto pela leitura, imprescindível para uma contadora de histórias. Difícil será retribuir o generoso suporte e carinhoso acolhimento da minha família adotiva na comunidade do Pinheiral, em Major Gercino: os Stolarczk. Mais do que receber-me na sua casa nas saídas de campo, Dona Salete, Sr. Aluísio, seus filhos e netos compartilharam comigo histórias, saberes e sabores de suas vidas, indicaram entrevistados e, sobretudo, continuam trabalhando com afinco pela agroecologia, dando um exemplo de amor à terra e à agricultura, assim como outras dezenas de famílias do Núcleo Litoral Catarinense da Rede Ecovida de Agroecologia, com quem venho tendo o prazer de conviver nestes três anos de atuação no Cepagro. Gratidão também a todas as famílias de agricultores que aceitaram participar ou que colaboraram nesta pesquisa, contando-me suas histórias de vida ou simplesmente partilhando um pouco de seu cotidiano: Marlene e Valério Burini; Vicente Detz; Maicon e Jackeline Diel; Marcílio Felisbino, Geremias Kriscinsky; Santinho Manoel Leal; Rainoldo e Bertolina Piotrovski; Valdir Scheffer; José Lino e Joana Seidler; Leonísio José da Silva; Valdolino, Oséias e Margarete Staroski; Jacó e Inês Voitena e Gelson Kuket.

Já meu crescimento acadêmico deve muito à convivência com os colegas do Labimha, especialmente Leandro Maciel, Antônio José de Oliveira, Jonatã Clemes e Esther Zamboni Rossi. Tanto nas reuniões e eventos quanto em trilhas, viagens e festas, foi um privilégio compartilhar momentos com intelectuais como eles. A inteligência dos meus colegas de sala também foi contagiante, assim como a alegria, charme e descontração das *historiadoras e outsiders* Ana Carolina Schweitzer, Nathália Cadore, Jennifer Gallagher, Maysa Espíndola, Alexandra Alvim, Clarissa Grahl e Thays Tonin. A amizade dessas moças tornou os dois anos de mestrado ainda mais divertidos e interessantes.

Num trabalho em que a palavra *injustiça* aparece tantas vezes, o risco de cometer alguma no momento de agradecer aos amigos e amigas é altíssimo. Mas, se como disse Riobaldo na entrevista a Guimarães Rosa, “viver é muito perigoso”, aceito tão arriscada incumbência expressando sincera gratidão primeiramente à Mônica Andréia Pupo, por seu talento visceralmente escorpiano e as várias leituras da dissertação com comentários a la Nelson Rodrigues que tanto me ajudaram a relaxar e construir um olhar mais irônico e apaixonado para tudo na vida, inclusive esta pesquisa. Outra escorpiana que mora em meu coração é Joana Bueno, grande parceira das escaladas e bailes da vida. Muito obrigada por dividir comigo sua força, sensibilidade e

confiança, amiga. Na pedra também tive as companhias inestimáveis do Vicente Pchara e da Andrea Dalben, com quem pude trocar várias figurinhas sobre os ônus e bônus da vida acadêmica.

Desde quando estava escrevendo o projeto até a finalização da dissertação, foi fundamental o apoio dos historiadores e amigos Rafael Luiz Maschio, Almir Antônio de Souza e José Rada Neto – ainda que dos muitos palpites que eles dão eu aproveite menos da metade. Durante a seleção e as escrituras, contei com a compreensão das amigas e companheiras de casa Adriana Maria Fernandes, Thaís Basílio, Filipa Cabrita e Marina Ferreira Campos Pinto, me aguentando nos momentos em que eu me tornava uma ogra-escritora antissocial, mas também curtindo os períodos mais relaxados na quebrada do Kika Bike. Inspiradoras e confortantes também foram o poder, beleza e sabedoria da Adriana Cunha e Alessandra Schmitt. Assim como as agulhadas, gotinhas e conversas da Andréa Meirelles, Liz Hoffman e Fábio Peres, que contribuíram muito para meu amadurecimento e equilíbrio pessoal, emocional e energético.

Que venham muitos outros mergulhos em mares de histórias!

*Recordar: Del latín re-cordis,
volver a pasar por el corazón.*

Eduardo Galeano, *El Libro de los Abrazos*, 2010.

RESUMO

Com cerca de 48 mil famílias cultivando tabaco, Santa Catarina é o segundo maior produtor nacional de fumo em folha. O Brasil, por sua vez, é vice-líder na produção mundial e maior exportador do produto. A produção em escala industrial do fumo em folha é articulada pelo sistema integrado de produção, em que as empresas fornecem insumos, assistência técnica e garantia de compra da safra, enquanto os agricultores devem produzir matéria-prima exclusivamente para elas. Consolidado em Santa Catarina a partir da década de 1970, o sistema integrado de produção do tabaco está relacionado a diversos impactos socioambientais, sobre os quais esta pesquisa faz uma análise histórica. Tendo na História Oral nosso principal ferramental metodológico, buscamos fazer uma História Ambiental da fumicultura baseando-nos nas memórias de 19 agricultores e agricultoras de três municípios do Alto Vale do Rio Tijucas, em Santa Catarina: Major Gercino, Nova Trento e Leoberto Leal. A partir da nossa vivência de campo e da revisão bibliográfica, elencamos os seguintes aspectos para serem problematizados: o desmatamento da Mata Atlântica e sua substituição por plantações de eucalipto para fornecer lenha às estufas de secagem de fumo; a disseminação e o uso de agrotóxicos; a rotina laboral das famílias convivendo com a intoxicação pela nicotina presente nas folhas de tabaco – a chamada Doença da Folha Verde do Tabaco - e também caracterizada pela alta demanda por mão de obra (especialmente durante a época da colheita) para enquadrar a produção de fumo nos parâmetros de qualidade de matéria-prima da indústria tabaqueira. As fontes orais foram cotejadas com *Censos Agropecuários* do IBGE, *Sínteses Anuais da Agricultura de Santa Catarina* do ICEPA, além de materiais informativos e documentos da indústria do tabaco. Como prisma teórico, olhamos para estas questões a partir de autores como Vandana Shiva e Joan Martínez Alier, alinhando-nos com suas discussões sobre ecologia política, injustiça ambiental e intercâmbio ecologicamente desigual para problematizar o processo de estabelecimento e consolidação do sistema integrado da fumicultura no Alto Vale do Rio Tijucas.

Palavras-chave: sistema integrado de produção do tabaco, história ambiental, agricultura familiar.

ABSTRACT

With about 48,000 families cultivating tobacco, Santa Catarina is the second largest Brazilian tobacco producer. Brazil, in turn, is the second leader in world production and largest exporter of the product. The production of tobacco leaf on industrial scale is articulated by the integrated production system, where companies provide inputs, technical assistance and crop purchase guarantee, while farmers must produce raw material exclusively for them. Consolidated in Santa Catarina from the 1970s on, the tobacco production integrated system is related to several social and environmental impacts, which this research regards to make a historical analysis. Using Oral History as main method, we try to make an environmental history of tobacco growing based on the memories of 19 farmers in three counties of the Upper River Valley Tijucas in Santa Catarina: Major Gercino, Nova Trento and Leoberto Leal. From our field experience and literature review, we selected the following aspects to be problematized: deforestation of the Atlantic Forest and its replacement by eucalyptus plantations to supply wood to the tobacco kilns; dissemination and use of pesticides; the work routine of families living with poisoning by nicotine present in tobacco leaves - the so-called Green Tobacco Leaf Sickness - and also characterized by high demand for labor (especially during harvest time) to meet quality parameters of raw material for the tobacco industry. Oral sources were collated with Agricultural Census of IBGE, Agriculture Annual Summaries of Santa Catarina's ICEPA, and informational materials and documents of the tobacco industry. As a theoretical perspective, we look at these issues with authors such as Vandana Shiva and Joan Martínez Alier, aligning ourselves with their discussions on political ecology, environmental injustice and ecologically unequal exchange to discuss the establishment and consolidation of the integrated system of tobacco farming in Upper Valley of River Tijucas.

Key-words: integrated tobacco production system, environmental history, family agriculture.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Detalhe do manual *A Cultura do Fumo - Instalação e Condução da Lavoura*..... 74
- Figura 2** – Publicidade do BRDE sobre crédito agrícola 82
- Figura 3** - Ilustração do livro *Imigração alemã: 180 anos – história e cultura* 110
- Figura 4** - Retrato frequente de uma roça de fumo no Alto Vale do Rio Tijucas..... 120
- Figura 5** – Capa de *Manual de Reflorestamento* 121
- Figura 6** - Detalhe do manual *Cultura do Fumo - Instalação e Condução da Lavoura* 154
- Figura 7** - Frasco de herbicida jogado próximo a área de cultivo de fumo em Leoberto Leal 162

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Gráfico 1 - Produção de Tabaco em Santa Catarina – 1946 a 1995 (em toneladas)	71
Tabela 1 - Contratos de crédito de custeio de lavouras em Santa Catarina para fumo, milho e soja – 1970-1985	78
Gráfico 2 - Produção de Tabaco em Santa Catarina – 1980 a 2001 (em toneladas)	90
Tabela 2 – Evolução da área de florestas plantadas na região	133

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Núcleos Coloniais na região do Alto Vale do Rio Tijucas .. 56

Mapa 2 - Divisão política atual da região pesquisada 57

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina

Afubra – Associação dos Fumicultores do Brasil

BAT – British American Tobacco

Cepagro – Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo

CQCT – Convenção-Quadro para Controle do Tabaco

DFVT – Doença da Folha Verde do Tabaco

Epagri – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

FRBL – Fundo para Reconstituição de Bens Lesados

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICEPA – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina

MP/SC – Ministério Público de Santa Catarina

Sinditabaco – Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas

Anexo 2 - Termo de Compromisso - Consumo de Lenha

Anexo 3 - Cartaz de divulgação AFUBRA/SINDITABACO/MINISTÉRIO PÚBLICO sobre uso de lenha e reflorestamento

Anexo 4 - Carta da companhia importadora de tabaco JAS I. MILLER, da Carolina do Norte (EUA) ao escritório da Souza Cruz em Florianópolis.

Anexo 5 - Trecho da análise de resíduos de agrotóxicos que acompanha carta da companhia importadora de tabaco JAS I. MILLER, da Carolina do Norte (EUA) ao escritório da Souza Cruz em Florianópolis.

Anexo 6 - Receituário Agrônomo para fumicultor de Leoberto Leal, 2015.

Anexo 7 - Contrato de Compra e Venda de Tabaco em Folha e outras Avenças Souza Cruz – Safra 2014/2015

Anexo 8 - Tabela de consumo aproximado de agrotóxicos entre 36 famílias de agricultores de Major Gercino, Leoberto Leal e Nova Trento. Baseada em levantamento realizado pela equipe técnica do projeto Cepagro/FRBL entre agosto de 2014 e junho de 2015.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	27
2	CAPÍTULO I.....	47
	<i>DO “PLANTAR PARA O GASTO” AO SISTEMA INTEGRADO DA FUMICULTURA</i>	<i>47</i>
1.1	- Terra e mato, engenhos e tafonas: a colonização europeia e as atividades econômicas no Alto Vale do Rio Tijuca na primeira metade do século XX	50
1.2	- “Se tinha 20 casas, tinha 30 estufas”: a expansão do sistema integrado da fumicultura	64
3	CAPÍTULO II	96
	<i>O FUMO E AS FLORESTAS.....</i>	<i>96</i>
2.1	- Fumando a Mata Atlântica: relações entre fumicultura e desmatamento.....	97
2.2	- “A gente nem sabia o que era calipo...”: o reflorestamento com eucalipto e a “sustentabilidade” da fumicultura integrada	119
4	CAPÍTULO III.....	138
	<i>OS PORRES DA LIDA DO FUMO</i>	<i>138</i>
3.1	- “Cuida que é veneno!”: a disseminação e uso indiscriminado de agrotóxicos entre fumicultores do Alto Vale do Rio Tijuca	141
3.2	- “Pior do que um porre de cachaça”: a Doença da Folha Verde do Tabaco.....	175
3.3	- “Porque o fumo não espera”: agricultores familiares na esteira do mercado global do tabaco.....	179
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
	REFERÊNCIAS	219
	FONTES	228
	ANEXOS	236

1 INTRODUÇÃO

E como as histórias ficavam guardadas ali em forma fluida, elas conservavam a capacidade de mudar, de se transformar em novas versões de si mesmas, de se unir a outras histórias e assim se tornar novas histórias; de modo que, ao contrário de uma biblioteca de livros, o Mar de Fios de Histórias era muito mais do que um simples depósito de narrativas. Não era um lugar morto, mas sim cheio de vida.

(Salman Rushdie, Haroun e o Mar de Histórias, 2010, p.57)

Ao conhecer a fluidez colorida do Mar de Fios de Histórias, o menino Haroun começava a entender o que alimentava a capacidade narrativa de seu pai, Rashid Kalifa, que com suas rebuscadas fábulas tornava a vida no país de Alefbey mais suportável. Quando o grande malabarista das histórias começa a perder a voz, as palavras, os fios das meadas, seu filho embarca, acompanhado pelo gênio Iff e a bordo de um gavião falante, numa aventura em busca deste lugar em que as histórias circulam, misturam-se e recriam-se.

Além da clássica introdução “Era uma vez...”, os personagens, a trama e os cenários fantasiosos tornam o livro *Haroun e o Mar de Histórias*¹ muito atraente para crianças. De fato, a obra é classificada como literatura infantil. Lançada em 1990, foi escrita, contudo, como uma resposta a problemas “de adultos”, após seu autor, o escritor anglo-indiano Salman Rushdie, começar a sofrer os efeitos da censura à sua obra anterior, *Os Versos Satânicos*, posta na clandestinidade em países muçulmanos por sua interpretação do islamismo a partir de uma arqueologia literária sobre o processo de escrita do Alcorão. Mais do que uma produção para o entretenimento infantil, *Haroun e o Mar de Histórias* é um ode à liberdade de expressão, trazendo também belas reflexões sobre o ofício de **contar histórias**.

¹ RUSHDIE, Salman. **Haroun e o Mar de Histórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

A imagem do mar de fios de histórias posta por Rushdie foi inspiradora para esta pesquisa, em que dedicamo-nos a tecer uma história ambiental da produção de tabaco em três municípios do Alto Vale do Rio Tijucas, em Santa Catarina: Nova Trento, Major Gercino e Leoberto Leal. Com populações entre 3,2 mil (Major e Leoberto) e 13,3 mil habitantes (Nova Trento), a agricultura constitui uma das principais atividades econômicas nestas localidades, sendo o fumo um dos cultivos mais representativos e importantes economicamente. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar, na perspectiva da História Ambiental, os impactos socioambientais da expansão e consolidação do sistema integrado da fumicultura entre os anos 1970 e 2000 na região do Alto Vale do Rio Tijucas. Provocando inicialmente esta investigação, estavam questões como: De que forma a fumicultura integrada constituiu-se numa alternativa econômica tão significativa nesta região? Quais os impactos socioambientais da expansão e consolidação do sistema integrado da fumicultura? Quais as estratégias e interpretações que os agricultores envolvidos nesse processo constroem frente a esses impactos?

A partir da nossa vivência de campo e da revisão bibliográfica, elencamos os seguintes aspectos para serem problematizados: o desmatamento da Mata Atlântica e sua substituição por plantações de eucalipto para fornecer lenha às estufas de secagem de fumo, junto com as percepções dos agricultores sobre sua relação com as florestas; a disseminação e o uso de agrotóxicos, seus efeitos no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores e trabalhadoras e a forma como eles construíam suas percepções de risco e toxicidade destes produtos; a rotina laboral das famílias convivendo com a intoxicação pela nicotina presente nas folhas de tabaco – a chamada Doença da Folha Verde do Tabaco - e também caracterizada pela alta demanda por mão de obra (especialmente durante a época da colheita) para enquadrar a produção de fumo nos parâmetros de qualidade de matéria-prima da indústria tabaqueira. Para alcançar este objetivo, nossos fios de histórias fundamentais são as memórias de 19 agricultores e agricultoras que entrevistamos entre agosto de 2014 e março de 2015². Destes, quatro (um casal e mais dois homens) não serão identificados ao longo da

² Desde início gostaríamos de ressaltar que, na transcrição das entrevistas, buscamos aproximar-nos o máximo possível do modo de falar dos entrevistados, incorporando também os falares que fogem à norma padrão da Língua Portuguesa. No caso de diálogos, as perguntas da entrevistadora estão assinaladas em *itálico*.

dissertação, pois ainda estão integrados ou podem vir a integrar-se novamente a empresas fumageiras. No intuito de preservar suas identidades decidimos mantê-las em sigilo, sendo que as entrevistas dessas pessoas tampouco estarão listadas dentre as fontes orais ao final do trabalho. Disponibilizaremos as entrevistas e nomearemos somente os entrevistados que já estão aposentados e não dependem mais da indústria.

Nesta pesquisa, a imagem da tapeçaria líquida em que se entrelaçam os fios de histórias proposta por Rushdie foi útil para pensar o ofício de historiador: além da fluidez dos cordões, o que movimenta o intercâmbio narrativo no Mar de Histórias são os peixes Milbocas, que vivem de engolir e regurgitar histórias, como explica o gênio Iff:

Lá nas suas entranhas acontece um milagre: um pedacinho de história se junta com uma ideia de outra, e pronto! Quando eles cospem as histórias, elas já não são mais as mesmas. [...] Nada vem do nada, Ladrãozinho, nenhuma história vem do nada: **as histórias novas nascem das velhas. São as novas combinações que fazem com que elas sejam novas**³. [grifo nosso]

Assim como os Milbocas produzem novas histórias a partir de outras já repetidas, renovadas e reinventadas, o historiador também constrói sua narrativa a partir de experiências alheias e passadas, ou, como nos lembra Marc Bloch, “irá beber sempre nos testemunhos dos outros uma grande parte de sua substância”⁴. E são as memórias materializadas em narrativas dos agricultores e agricultoras entrevistados ao longo desta pesquisa que constituem os fios principais desta história ambiental da fumicultura no Alto Vale do Rio Tijuca. Seus depoimentos não só iluminam aspectos socioambientais da produção integrada de fumo, mas também nos auxiliam a pensar as relações deles com o meio ambiente e o reflexo delas em suas práticas cotidianas no campo.

Privilegiando a História Oral como método de pesquisa, buscamos, como afirma Verena Alberti, compreender a sociedade através do estudo aprofundado de experiências e versões particulares; além de entender os processos históricos a partir das interpretações

³ Idem, p.69.

⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 70.

tecidas pelos sujeitos que os vivenciaram⁵. E, ao eleger a História Ambiental como abordagem teórica, focando em aspectos socioambientais – que envolvem tanto o impacto da atividade no meio ambiente quanto na saúde e qualidade de vida dos sujeitos envolvidos no processo – durante as entrevistas e na análise das outras fontes, buscamos contribuir para, como afirma Donald Worster, “nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e inversamente, como eles afetaram esse ambiente e com que resultados”, além de refletir sobre os modos e modelos que criamos para produzir bens a partir de recursos naturais e sobre as percepções e estruturas de significação que formam parte do diálogo do indivíduo com a natureza⁶.

Rejeitando a “suposição comum de que a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais, [...] que as consequências ecológicas de nossos feitos passados podem ser ignoradas”, Worster chama a atenção para o conjunto extraordinariamente diverso de recursos naturais que os seres humanos têm extraído do planeta ao longo de sua história. “Mas o mais básico e revelador destes recursos no estudo da ecologia humana têm sido os recursos que designamos de ‘alimento’”, afirma o historiador ambiental. Fica claro o papel de destaque que as práticas e modelos agrícolas têm na discussão sobre os impactos ambientais das atividades humanas. O caso do fumo torna-se ainda mais complexo, pois ele não serve como alimento, mas ainda constitui uma importante commodity agrícola na pauta de exportações brasileira e cujo modo de produção tange esta disputada questão colocada por Worster: “Como e quando as pessoas começam a produzir mudanças nos ecossistemas que possam ser designadas como danosas, e quando este dano torna-se irreversível?”⁷. Em tempos onde temas como mudanças climáticas, crise hídrica e a liderança brasileira no consumo mundial de agrotóxicos ocupam frequentemente os noticiários e debates em esferas internacionais, as balizas intelectuais colocadas por Worster

⁵ ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 19

⁶ WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 8. 1991, p. 198-215, p.202.

⁷ WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**. Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003. pp. 23-44; pp. 24-28. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>, acesso em 18 fev. 2016.

mostram-se de suma importância para repensar a própria permanência dos seres humanos no planeta.

Buscando trazer estas reflexões para o contexto da produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijuca, passamos a perguntar à documentação: Quais fatores contribuíram para que a fumicultura integrada passasse representar a única alternativa de sobrevivência para esses agricultores e agricultoras? Existiram fatores ambientais que contribuíram nesse processo? Como os agricultores e agricultoras que são os personagens centrais dessa história percebem e atuam no meio ambiente, através de sua atividade laboral? Quais as estratégias e interpretações que estes trabalhadores e trabalhadoras tecem diante dos ônus socioambientais da sua atividade laboral? Quais visões acerca do meio ambiente circulam nos discursos governamental e corporativo que também atravessam as falas dos sujeitos entrevistados? Estas foram algumas das questões que atravessam esta dissertação. O momento inicial destas reflexões era durante as entrevistas – ou seja, o momento de produção de grande parte das fontes utilizadas nesta investigação, as orais. Como ressalta o cientista social britânico Paul Thompson em *A Voz do Passado*⁸, as fontes orais constituem “um material que não apenas se descobriu, mas que, em certo sentido, ajudou-se a criar: é, pois, completamente diferente de qualquer outro documento”⁹, vindo carregadas de contradições, hesitações, ambivalências, fugas, imprecisões, lacunas e sutilezas, que tornam o trato com as fontes orais tão delicado quanto apaixonante. Com Alessandro Portelli entendemos que as fontes em História Oral resultam de um **diálogo** entre historiadores e sujeitos históricos, sendo produzidas “não somente pelo que os entrevistados dizem, mas também pelo que nós fazemos como historiadores”¹⁰.

“E para que servem essas histórias que nem sequer são verdade?”, questionava o invejoso vizinho do contador de histórias Rashid Khalifa, pai do menino Haroun. Um questionamento similar pode-se colocar para o uso de depoimentos orais como fonte, especialmente se os encararmos como puramente informativos ou

⁸ THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado* – História Oral. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p.123.

⁹ Idem, p.305

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 22, Jun. 2001, pp. 9-36, p. 15. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>, acesso em 12 mai. 2014, p.10.

factuais. Entretanto, se considerarmos a historiografia como uma “atividade de atribuição de sentido aos eventos”¹¹, mais do que o simples ordenamento cronológico de fatos, as memórias relatadas durante uma entrevista também constituem mais do que um mero depósito de dados ou evidências do que realmente aconteceu. As “distorções”, “falhas” e “erros” da memória não constituem um fator negativo em História Oral, como explica Verena Alberti: “o que importa agora é incluir tais ocorrências em uma reflexão mais ampla, perguntando-se por que razão o entrevistado concebe o passado de uma forma e não de outra e por que razão e em que medida sua concepção difere (ou não) das de outros depoentes”¹².

Além disso, é necessário considerar o caráter hibridamente individual e social da memória, como nos ensina Alessandro Portelli: “A memória é um processo individual que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”¹³. Baseada em Charles Bartlett, Ecléa Bosi aciona o conceito de **convencionalização**, em que “a ‘matéria-prima’ da recordação não aflora em estado puro na linguagem do falante que lembra; ela é tratada, às vezes estilizada, pelo ponto de vista cultural e ideológico em que o sujeito está situado”¹⁴. Entre social e individual, geral e particular, a memória também abarca uma complexidade de temporalidades: é relatada no presente, mas a partir de experiências passadas, cujos sentidos atribuídos pelo próprio narrador podem modificar-se ao longo do tempo ou talvez até no momento da entrevista. Indica-nos Antonio Torres Montenegro: “A partir da memória enquanto passado se alcança ou se apreende o presente; ao mesmo tempo, este presente atua relativizando ou deslocando significados acerca daquele passado”¹⁵. Ademais de fatos e dados concretos, “nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na sua história

¹¹ ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf, p. 1, acesso em 15 mai. 2015.

¹² Alberti, loc. cit.

¹³ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: reflexões sobre ética em História Oral. In: **Projeto História** (15). São Paulo: 1997. Pp 13-49, p.16.

¹⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.64.

¹⁵ MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010. p.40

de vida”¹⁶, de acordo com Ecléa Bosi. O que não implica, contudo, numa **crystalização** das memórias, já que o rememorar constitui uma atividade dinâmica, um “trabalho ininterrupto de ressignificação do presente enquanto leitura a partir de um passado que se atualiza enquanto memória informando a percepção”¹⁷, retomando Montenegro. Tal atividade contempla mediações e transformações, configurando a entrevista até mesmo como uma **negociação**, em que os interlocutores elaboram tanto perguntas quanto respostas de acordo com seus próprios interesses, posicionamentos ideológicos e contextos socioculturais.

Além dos fios de histórias de vida dos agricultores e agricultoras, no tecer desta tapeçaria historiográfica contamos com diversas outras fibras. O corpo de fontes inclui uma série de *Censos Agropecuários* do IBGE e *Sínteses Anuais da Agricultura de Santa Catarina* produzidas pelo Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (ICEPA, vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento), que acessamos na Biblioteca da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), em Florianópolis. Ali encontramos não só dados estatísticos que contribuíram enormemente nesta trama, mas também nuances do discurso governamental relacionado à produção agrícola, à fumicultura e aos recursos naturais. As vozes da indústria também ressoam aqui, principalmente através de estudos, relatórios e correspondências de corporações do tabaco disponíveis *online* na Legacy Tobacco Documents Library¹⁸ da Universidade da Califórnia (San Francisco), além de materiais informativos produzidos pelas empresas fumageiras, receituários agrônômicos e contratos fotografados nas casas de fumicultores.

¹⁶ Bosi, *op. cit.*, p.37

¹⁷ Montenegro, *loc cit.*

¹⁸ Disponível em <https://industrydocuments.library.ucsf.edu>. A página explica que a biblioteca é “Um arquivo de 14 milhões de documentos criado por empresas de tabaco sobre a sua publicidade, fabricação, marketing, pesquisa científica e atividades políticas, organizada pela Biblioteca Universidade da Califórnia San Francisco e Center for Documents and Knowledge Management. A Legacy Tobacco Documents Library (LTDL) foi criada em 2002 pela Universidade da Califórnia San Francisco. LTDL foi construída para abrigar e fornecer acesso permanente a documentos corporativos da indústria do tabaco, produzidos durante litígio entre Estados dos Estados Unidos e as sete principais organizações da indústria do tabaco e de outras fontes. Estes documentos internos podem dar uma visão sobre o funcionamento de um dos maiores e mais influentes indústrias nos Estados Unidos.”

O lugar de onde trabalha o tecelão dos tempos¹⁹, seus posicionamentos ideológicos e a projeção no passado dos problemas presentes também ajudam a conformar a urdidura, “condicionando-se reciprocamente, em todos os momentos do trabalho historiográfico – da identificação do objeto à seleção dos documentos, aos métodos de pesquisa, aos critérios de prova, à apresentação literária”, nos ensina Carlo Ginzburg²⁰. Tais aspectos seguramente influenciam as perguntas que o historiador faz às evidências e ajudam a definir suas chaves de compreensão dos processos históricos.

Neste sentido, a forma e o lugar de onde adentramos o mar de histórias da fumicultura seguramente contribuíram para que o foco desta pesquisa estivesse nos impactos socioambientais da atividade. Tal imersão não aconteceu como historiadora, mas sim como jornalista (outro ofício mil-bocas). Integrando a equipe de comunicação da ONG Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (Cepagro), sediada em Florianópolis e voltada à promoção da agroecologia no campo e na cidade, tivemos a oportunidade de participar da produção de um vídeo e de uma cartilha²¹ sobre o trabalho da organização no âmbito da Diversificação Produtiva em Áreas Cultivadas com Tabaco, programa lançado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2005 para assessorar produtores de fumo que desejam mudar de cultivo²². Durante o primeiro semestre de 2013, entrevistamos fumicultores e ex-fumicultores dos municípios supracitados, além de representantes de órgãos governamentais e técnicos de campo, material que depois foi transcrito, editado e organizado em narrativas (escrita e audiovisual). A lida constante com estes depoimentos e as conversas com técnicos e pesquisadores ligados ao tema da produção de fumo durante o tecer destas peças jornalísticas trouxe a percepção de que a fumicultura estava permeada de conflitos e relações que poderiam ser

¹⁹ Albuquerque, op.cit.

²⁰ GINZBURG, Carlo. Apêndice – Provas e possibilidades: posfácio a Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*. In: **Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia das Letras, 2006, p. 328

²¹ ANGEOLETTO, Fernando; DIONISIO, Ana Carolina. **Diversificação Produtiva: alternativas ao cultivo de tabaco**. Florianópolis: Cepagro, 2013.

²² Para saber mais sobre o Programa, ver a página do Ministério de Desenvolvimento Agrário: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-projetosespeciais/programa-nacional-de-diversificacao-em-areas-cultivadas-com-tabaco>.

esmiuçados e compreendidos num trabalho de mais fôlego, envolvendo entrevistas mais aprofundadas e um corpo maior de fontes.

Em 2014 a organização iniciou a implementação de outro projeto de promoção da agroecologia como alternativa à fumicultura junto a 100 famílias de agricultores de Major Gercino, Leoberto Leal e Nova Trento, com apoio do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL) do Ministério Público de Santa Catarina. A possibilidade de acompanhar a equipe técnica do Cepagro para conhecer e entrevistar as famílias ajudou-nos a delimitar a abrangência geográfica da nossa pesquisa, além de ser fundamental para chegar às distantes comunidades rurais que visitamos. O contato com os entrevistados muitas vezes acontecia durante as primeiras visitas das agrônomas e agrônomos do Cepagro. Ao final de algumas entrevistas surgiam indicações para as próximas, fazendo crescer o novelo de fios de histórias.

Uma das tensões mais explícitas desde as primeiras entrevistas que realizamos era entre a visão da fumicultura como única alternativa de renda possível na região e os pesados ônus socioambientais da atividade. Assim como os fumantes são dependentes do cigarro, os fumicultores pareciam também viver uma relação de dependência com as corporações do tabaco, comumente chamadas “fumageiras”²³. Tal subordinação articula-se no sistema integrado de produção do tabaco, que organiza a produção de tabaco em escala industrial no Sul do Brasil. A articulação vertical entre empresas agroindustriais e agricultores familiares define o sistema integrado, “em que o processo produtivo é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível desse modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital”²⁴, como explica Maria Ignez Paulilo em *Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos*, obra que faz uma profunda análise sobre as dinâmicas da agricultura familiar inserida em sistemas integrados de produção.

No caso da fumicultura, e estabelecimento da British American Tobacco na cidade de Santa Cruz do Sul (RS) em 1917– três anos antes

²³ Esta relação de dependência dos agricultores com as fumageiras é esmiuçada em CARVALHO, Christianne Belinzoni de. **Relação socioeconômica dos fumicultores-fumageiras da região de Sombrio, SC e uma proposta de transição agroecológica**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis: UFSC, 2006; além de PAULILO (1990).

²⁴ PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**, o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990, p.19.

esta multinacional tabaqueira havia assumido o controle acionário da Souza Cruz – marca a implementação do sistema integrado de produção com o propósito de “garantir a normalidade do abastecimento para a fábrica de cigarros instalada no RJ”, de acordo com Sérgio Boeira. Os termos principais da relação entre fumicultores e indústria já estavam postos desde o início da expansão do SIP: “as empresas, seguindo o exemplo da Souza Cruz, passam a fornecer, como forma de adiantamento, as sementes e os fertilizantes, além de financiar a construção das estufas”²⁵ e também prestar assistência técnica. A contrapartida dos produtores é produzir fumo para a companhia com quem adquiriu os insumos e, fundamentalmente, saldar sua dívida com ela. A partir da década de 1990, tal relação passa a ser firmada no *Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha*. Na leitura de Maria Ignez Paulilo, o “acordo” do sistema integrado abarca relações de poder assimétricas, já que só as corporações podem “vender ao agricultor os insumos necessários, e só ela pode comprar dele a matéria-prima. Tal dependência dá à empresa o poder de controle sobre todo o processo produtivo”²⁶.

A segurança da compra garantida contrastava com diversos ônus socioambientais e econômicos relatados pelos primeiros entrevistados. A fumiicultura caracteriza-se por um cultivo que não demanda muita força, e sim **esforço** físico. Da semeadura nos canteiros em maio/junho à entrega da produção para as empresas a partir de fevereiro, o ciclo produtivo do tabaco dura cerca de 10 meses²⁷. A convivência cotidiana com os agrotóxicos e a possibilidade de intoxicação durante a colheita pela absorção dérmica da nicotina presente nas folhas de fumo – a Doença da Folha Verde do Tabaco – eram alguns dos principais fatores negativos mencionados.

Mas talvez o revés mais comum nas falas dos entrevistados ainda é quanto ao retorno financeiro da atividade. Isso porque os três tipos de tabaco em folha mais produzidos no Brasil – *Virgínia*, *Burley* e *Comum* – são classificados em 89 categorias de qualidade, que variam de acordo com o processo de preparo, apresentação, arrumação, posição na planta, cor e textura da folha, dentre outros aspectos elencados na Instrução Normativa nº 10 de 13 de março de 2007, regulamentação

²⁵ BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça:** tabaco, tabagismo e meio ambiente - estratégias da indústria e dilemas da crítica. Itajai: Univali, 2002, p.74.

²⁶ Paulilo, loc cit

²⁷ Sobre o ciclo produtivo do fumo, ver PAULILO (1990).

mais recente para o assunto. Cada classe tem um preço diferente, mas os agricultores só sabem qual será o enquadramento de sua produção no momento da entrega. Se, por um lado, o rebaixamento na classificação da safra era (e ainda é) motivo de frequente descontentamento entre os produtores integrados, por outro a garantia de compra proporcionada pelas fumageiras a eles – que geralmente têm dificuldades de acesso a mercados para comercialização de alimentos pela distância e más condições das estradas das localidades em que vivem – era (e ainda é) apresentada como a principal justificativa para permanecer na atividade. A fala de um dos primeiros fumicultores que entrevistamos em Major Gercino ainda em 2013 é representativa desta mentalidade: “A gente até pensa em abandonar o tabaco, mas por aqui a única opção de renda é essa. Mas seria bom sair do veneno”.

No contato com a obra *Monoculturas da Mente*, da física indiana Vandana Shiva, percebemos que este apagamento de alternativas frente a monoculturas voltadas à exportação diz respeito não apenas a variedades agrícolas e pacotes tecnológicos, mas é conformadora mesmo de **mentalidades**, de formas de olhar o meio ambiente que têm consequências práticas na apropriação dos recursos naturais por diferentes atores. “Monoculturas da mente geram modelos de produção que destroem a diversidade e legitimam esta destruição como progresso, crescimento e melhoramento”²⁸, afirma a autora. Além desta elaboração de Vandana Shiva, outros conceitos importantes para costurarmos esta história ambiental da fumicultura são de **injustiça ambiental e intercâmbio ecologicamente desigual**, trazidos por Joan Martínez Alier em *O Ecologismo dos Pobres*²⁹ e que abarcam a “exportação de produtos oriundos de países ou de regiões pobres desconsiderando as externalidades envolvidas na sua produção e o esgotamento dos recursos naturais, trocados por bens e serviços das regiões mais ricas”³⁰.

Entre a segurança da compra garantida e os porres (socioambientais) da lida do fumo, os fumicultores do presente encontram-se na encruzilhada da **ecologia política**, campo que sustenta a teoria do conflito estrutural entre a produção econômica e o meio

²⁸ SHIVA, Vandana. **Monocultures of the Mind**: Perspectives on Biodiversity and biotechnology. London: Zed Books; Penang, Malaysia: Third World Network, 1997, p.7. Tradução da autora.

²⁹ MARTÍNEZ ALIER, Joan. **O Ecologismo dos Pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2012, p.331.

³⁰ Idem, p.289.

ambiente, sendo Joan Martínez Alier e Vandana Shiva alguns de seus representantes. É através deste prisma teórico que pretendemos, neste trabalho, problematizar o estabelecimento e a expansão do sistema integrado da fumicultura em Santa Catarina entre as décadas de 1970 e 2000. O recorte temporal inicia com a expansão em larga escala da fumicultura integrada em Santa Catarina e marca também a aceleração do processo de modernização agrícola brasileira, em que a fumicultura integrada figurava como um modelo ideal de agricultura moderna e racional. O marco dos anos 2000 foi estabelecido porque a partir daí começam a haver mudanças significativas nos processos produtivos em relação aos anos anteriores, como veremos ao longo da dissertação. Tais recortes, entretanto, são extremamente permeáveis e fluidos, por isso frequentemente estaremos reportando-nos a períodos anteriores a ele como também ao presente.

Mais do que pelas relações desta pesquisa com o campo da História do Tempo Presente, a recorrência com que abordaremos contextos atuais decorre do fato de que o conflito cotidiano dos agricultores entre os prós e contas da fumicultura reflete-se na própria posição do Brasil no mercado mundial de tabaco. Nos três estados do Sul do país, são cerca de 153.730 famílias fumicultoras, que trabalham em pequenas propriedades e são responsáveis por 97% da produção brasileira de tabaco, que na safra 2014/2015 chegou a 710.810 toneladas, a segunda maior do mundo, de acordo com a Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra)³¹. Deste montante, 513 mil toneladas (quase 75% do total) foram dirigidas para o mercado externo, colocando o Brasil como o maior exportador mundial do produto, liderança mantida desde 1993, de acordo com o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco (Sinditabaco).

Mesmo com tal pujança, nosso país também é signatário desde 2005 da Convenção Quadro para Controle do Tabaco (CQCT), tratado de saúde internacional que tem o objetivo de reduzir os efeitos negativos do consumo e da produção de tabaco. A proibição de fumar em locais fechados, as restrições à propaganda de cigarros e o próprio Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco são exemplos de medidas engendradas pela Convenção. Dois artigos da CQCT dizem respeito diretamente à produção de fumo: o 17º,

³¹ Considerando também a produção do Nordeste Brasileiro, que na safra 2014/2015 chegou a 14,7 mil toneladas, colhidas por 14,4 mil famílias de agricultores. Dados disponíveis no site da Afubra: www.Afubra.com.br, acesso 20 ago. 2015.

concernente ao apoio a atividades econômicas alternativas para os trabalhadores que dependem da indústria tabagista e o 18º, relativo a questões ambientais.

Questionamentos dos ônus socioambientais da produção de fumo permeiam as discussões sobre o tabagismo desde a década de 1980. Um relatório do Banco Mundial de 1984, por exemplo, afirma que “tabaco é uma das [colheitas] que mais recebem biocidas”³². Junto com a pesada carga de agrotóxicos, o relatório do Banco Mundial aponta para a degradação dos solos e o desmatamento para fornecimento de lenha para as estufas de secagem do fumo como os principais impactos ambientais da atividade. Já na revisão de estudos acadêmicos que fizemos ainda durante a escrita do projeto, o foco das pesquisas residia sobretudo nos aspectos socioeconômicos da fumicultura, e é pela abordagem socioambiental que pretendemos enriquecer este conjunto de investigações. A pesquisa multidisciplinar coordenada pela professora Virgínia Etges, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) e cujos resultados foram publicados no artigo *O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana*³³, apontou algumas tópicos de análise para esta pesquisa, tais como o desmatamento e o uso de agrotóxicos.

No campo da História, a dissertação *A relação entre produtores e a agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul (RS)*³⁴, de Lucila Meyer, traz uma análise sobre a estrutura e mecanismo de funcionamento dos sistemas de integração agroindustriais ligados à produção de fumo. Com viés claramente marxista, a autora enfatiza a apropriação da força de trabalho pelo capital e a subordinação camponesa a mercados transnacionais. Na área da Sociologia, a supracitada obra de Maria Ignez Paulilo, *Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos* analisa a integração vertical de fumicultores e

³² No original: “[...] tobacco is one of the heaviest recipients of biocides”. WORLD BANK. **World Bank Tobacco financing: the environmental/health case**: background for policy formulation. Washington: Office of Environmental and Scientific Affairs, Project Policy Department, 1984, p.12. Disponível em <<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/glfj0202>>, acesso em: 01 ago. 2015.

³³ ETGES, Virgínia et al. O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana. **Textual**, Porto Alegre, v.1 n.1, p. 14-21, nov. 2002

³⁴ MEYER, Lucila Mareli. **A relação entre produtores e a agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul/RS**. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 1993.

suinocultores catarinenses pela perspectiva dos próprios agricultores, “tomando como ponto de partida sua própria visão de mundo onde a relação com a empresa é apenas um dos aspectos relevantes”³⁵. Uma orientanda de Paulilo, Marineide Maria Silva, aborda em *Trabalho, saúde e risco na fumicultura*³⁶ as estratégias defensivas que os agricultores utilizam para justificar sua permanência como fumicultores apesar dos riscos à saúde que a atividade envolve, sobretudo pelo contato frequente com agrotóxicos. As entrevistas com fumicultores constituem parte importante dessas duas últimas pesquisas, sendo que Silva esmiúça os depoimentos para identificar as estratégias defensivas. A análise de discurso, mas desta vez das vozes da indústria, é o foco de Ângela Pincelli em *Trabalho infante-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial*³⁷. Nesta dissertação, a autora dissecou o discurso da Souza Cruz embutido no programa de responsabilidade social *O Futuro é Agora!*, voltado a crianças de famílias fumicultoras.

As vozes dos agricultores também emergem junto com a de uma variedade de atores envolvidos na indústria do fumo na obra de Sérgio Luis Boeira, *Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio-ambiente*³⁸, publicada em 2002, mas que pela sua abrangência e profundidade ainda é referência nos debates de políticas de controle de tabaco. Na obra, resultante da sua tese de doutorado em Ciências Humanas, Boeira explana as estratégias de modernização e crescimento global da indústria de tabaco, com foco na Souza Cruz. Acionando um amplo leque de perspectivas analíticas – histórica, sociológica, filosófica, médica e ambiental –, o autor traça um panorama abrangente sobre o desenvolvimento do sistema integrado da fumicultura no Sul do Brasil.

Considerando o diálogo interdisciplinar que caracteriza o trabalho do historiador ambiental, na área da Agronomia temos as

³⁵ Paulilo, op. cit., p.23

³⁶ SILVA, Marineide Maria. **Trabalho, saúde e risco na fumicultura**: um estudo de caso no município de Içara - SC. Dissertação (Mestrado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1999.

³⁷ PINCELLI, Ângela Cristina Santos. **Trabalho infante-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial**: o discurso da Souza Cruz. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2005

³⁸ Boeira, op. cit.

pesquisas de Christianne Belinzoni de Carvalho³⁹, que investiga as relações socioeconômicas entre fumicultores e fumageiras e a viabilidade de propostas de transição para atividades agroecológicas como a produção de leite a base de pasto em Sombrio (SC) e de Daniel Ubá, que também analisa a diversificação em áreas de cultivo de tabaco, dessa vez no município de Monte Castelo (SC)⁴⁰. No campo da Geografia, a tese *Complexo agroindustrial do fumo e território*, de Rogério Leandro da Silveira⁴¹, analisa a dinâmica relacional entre a constituição e o funcionamento do sistema integrado da fumiicultura e a produção do espaço urbano e regional, tecendo importantes considerações sobre o mercado global do tabaco.

Outro conjunto de literatura, mais ligado a ONGs de direitos humanos e de apoio à agricultura familiar, também contribui para o arcabouço bibliográfico desta pesquisa. Alguns exemplos são *Fumo: servidão moderna e violações dos direitos humanos*, de Guilherme Eidt de Almeida, publicado pela Organização Terra de Direitos⁴² em 2005. Também temos os informativos do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (Deser), entidade que reúne organizações da agricultura familiar e que publicou em 2010, junto com a Aliança para Controle do Tabagismo (ACT+)⁴³, a revista *Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia de dependência*⁴⁴. Nestas obras há que considerar-

³⁹ Carvalho, op. cit.

⁴⁰ UBA, Daniel. **Agricultores familiares e Diversificação em áreas de cultivo de tabaco**: o caso de Monte Castelo/SC. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Rurais. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

⁴¹ SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Complexo agroindustrial do fumo e território**: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo-RS. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: UFSC, 2007.

⁴² ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos**. Curitiba: Terra de Direitos, 2005. A Terra de Direitos é uma organização não-governamental voltada à promoção dos direitos humanos, especialmente econômicos, sociais e ambientais. Ver terradedireitos.org.br, acesso em 11 ago 2015.

⁴³ De acordo com a página da organização (www.actbr.org.br), “A ACT+ é uma organização não governamental focada no controle do tabagismo e no controle das doenças crônicas não transmissíveis”. Acesso em 27 ago. 2015.

⁴⁴ DESER; ACT+. **Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia de dependência**. Curitiba: DESER, 2010. O DESER é uma entidade das organizações da agricultura familiar que realiza sistematização de informações,

se, entretanto, o forte componente de militância dos *publishers*, suavizando, em alguns momentos, as cores das relações pintadas ali.

As questões ambientais são abordadas em vários destes trabalhos, mas não como elemento principal. Priorizá-las não acarreta, como explica José Augusto Pádua, em “reduzir a análise histórica ao biofísico, como se esse aspecto fosse capaz de explicar todos os outros, mas de incorporá-lo de maneira forte – junto com outras dimensões econômicas, culturais, sociais e políticas – na busca por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica”⁴⁵. Em nossa tentativa de fazer uma **história ambiental da fumicultura**, estaremos pensando não só nos impactos socioambientais da atividade e como estes foram mudando ao longo do tempo, mas considerando também as relações e impressões destes agricultores com e sobre o meio ambiente e as formas como a indústria maneja ações e aciona o discurso no âmbito da preservação ambiental, além de refletir transversalmente sobre o modelo agrícola e de desenvolvimento rural e econômico que está posto em nosso país.

A integração dos agricultores ao complexo agroindustrial da fumicultura e a um mercado global de commodities são algumas das características que fazem do tabaco um **cultivo moderno**, representante da expansão rural das relações capitalistas de produção em escala industrial⁴⁶. A consolidação da fumicultura como um monocultivo químico-dependente e atrelado a uma indústria ocorre no contexto de uma rede de processos históricos mais amplos “que transformou economias e paisagens em todo o mundo e que se tornou o modelo de desenvolvimento agrícola internacional”: a chamada **Revolução Verde**⁴⁷. Embora haja diferentes periodizações e interpretações para o

realização de pesquisas e estudos, elaboração de propostas e políticas e assessoria às organizações, movimentos, entidades e instituições vinculadas à agricultura familiar. Ver www.deser.org.br, acesso em 11 ago 2015.

⁴⁵ PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. 2010, vol.24, n.68 [cited 2016-03-26], pp.81-101; p.94. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009, acesso em 12 set. 2015.

⁴⁶ LOHN, Reinaldo. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). **Espaço Plural**, Ano IX, nº 18, 1º Semestre 2008, pp. 9-17.

⁴⁷ WRIGHT, Angus. Descendo a montanha e seguindo para o norte: como a degradação do solo e os pesticidas sintéticos orientaram a trajetória da agricultura mexicana ao longo do século XX. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 136-161, jan./jun. 2012, p.137.

termo⁴⁸, um dos marcos mais ressaltados deste processo é o lançamento do Programa Agrícola da Fundação Rockefeller no México, em 1943, introduzindo naquele país o **pacote tecnológico** de insumos químicos, sementes de alto rendimento e mecanização na agricultura. No Brasil, uma das principais implicações da Revolução Verde foi o “aumento da importação de produtos químicos, da instalação de indústrias produtoras e formuladoras de agrotóxicos e do estímulo do governo, através do crédito rural, para o consumo de agrotóxicos e fertilizantes”⁴⁹. Não por acaso, após o advento das sementes geneticamente modificadas no final dos anos 1990, nosso país passou a liderar também o ranking mundial de consumo de agrotóxicos, posição ocupada desde 2009.

Mas processo de modernização da agricultura brasileira não transcorreu sem críticas. Obras como *A Modernização Dolorosa*, de José Graziano da Silva; *Questão agrária e ecologia*, de Francisco Graziano Neto, e *O fim do futuro*, de José Lutzenberger⁵⁰ representaram vozes dissonantes e questionadoras quanto ao processo de implementação (ou imposição?) das “inovações” da Revolução Verde no cenário rural e agrícola brasileiro e, em alguns momentos, fundamentando-as a partir de suas implicações ecológicas (que talvez hoje chamássemos ambientais). Ainda que não utilizadas diretamente nesta dissertação, estes autores nos auxiliaram a compreender o debate corrente na época que pesquisamos.

É nesta trama contextual da priorização de um modelo de cultivo considerado **moderno e racional** que também entrelaçamos os fios das histórias de vida dos entrevistados e os dados trazidos pelas fontes sobre a expansão da fumicultura integrada em Santa Catarina. Desta maneira, esta pesquisa dialoga também com estudos baseados nas

⁴⁸ Uma discussão semântica sobre o termo REVOLUÇÃO VERDE é feita por UMAÑA, Wilson Picado. “Los significados de La revolución. Semántica, temporalidad y narrativa de La Revolución Verde”. **HALAC**. Belo Horizonte, volume III, número 2, marzo-setiembre 2014, pp.201-231.

⁴⁹ NODARI, Rubens Onofre. Risco à saúde dos seres vivos advindo dos agrotóxicos – ênfase nos herbicidas. In: ARAGÃO, Alexandra *et al* (orgs.). **Agrotóxicos: a nossa saúde e o meio ambiente em questão**: aspectos técnicos, jurídicos e éticos. Florianópolis: FUNJAB, 2012, p.117.

⁵⁰ SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982; GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1985; LUTZENBERGER, José Antônio. **Fim do futuro?** Manifesto ecológico brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1986.

“relações entre história oral e história ambiental, entre as narrativas de vida que mostram tensões decorrentes do processo de modernização da agricultura e os eventos macroscópicos do mercado, da política, da ciência, que atingem a esfera do privado”⁵¹, tais como *Natureza Corrigida*, de Jó Klanovicz, que aborda as relações entre o estabelecimento de sistemas produtivos da pomicultura e a modernização agrícola em Santa Catarina⁵². Outras balizas importantes para este trabalho foram *The Death of Ramón González*, de Angus Wright⁵³, e *Banana Cultures*, escrito por John Soluri⁵⁴. Ambas problematizam a modernização agrícola através da implantação de cultivos de frutas e legumes para exportação no México e em Honduras respectivamente, considerando fortemente os impactos socioambientais da produção em larga escala de alimentos para mercados externos.

Para organizar esta urdidura em que se mesclam fios de cores, texturas e comprimentos tão diversos, pensou-se numa divisão em três capítulos. O primeiro, *Do “plantar para o gasto” ao sistema integrado da fumicultura*, aborda contextos históricos prévios ao recorte temporal da pesquisa, mas que são importantes para compreender as relações e impactos socioambientais analisados mais adiante. A colonização europeia do espaço a partir do final do século XIX e as atividades desenvolvidas pelos colonizadores durante a primeira metade do XX, os primórdios da produção de tabaco em Santa Catarina neste mesmo período e os fatores sociais, econômicos e ambientais que favoreceram a expansão do sistema integrado da fumicultura no Alto Vale do Rio Tijucas a partir da década de 1950 são os tópicos desenvolvidos. Sem desconsiderar a prévia ocupação indígena, nosso foco na colonização europeia justifica-se pela forma como a experiência passada destes imigrantes ajudou a pautar as vivências, visões de mundo e a organização da paisagem colonial conforme o que expressam os

⁵¹ KLANOVICZ, Jó. História oral e história ambiental no sul do Brasil: estudo de caso sobre a fruticultura em Fraiburgo/Santa Catarina. *História Oral*, v. 1, n. 15, p. 159-183, jan.-jun. 2012, p.160.

⁵² KLANOVICZ, Jó. **Natureza Corrigida**: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990). Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2007.

⁵³ WRIGHT, Angus. **The Death of Ramón González: The Modern Agricultural Dilemma**. Austin, Texas: University of Texas Press, 1990.

⁵⁴ SOLURI, John. **Banana Cultures: Agriculture, Consumption & environmental change in Honduras & the United States**. Austin, USA: University of Texas Press, 2013, 6ª reimpressão.

entrevistados no presente. As entrevistas feitas pela prof^a Maria Therezinha Sobierajski Barreto na década de 1970 em várias das comunidades pesquisadas constituíram parte do conjunto de fontes deste capítulo, além da revisão bibliográfica sobre a história dos municípios. Para compreender melhor o caráter da fumicultura no Brasil Colônia, contamos com as obras de Jean Baptiste Nardi, *O fumo brasileiro no período colonial*; Gustavo Acioli Lopes, e Jordan Goodman, com *Tobacco in history*⁵⁵.

É a partir do segundo capítulo, *O Fumo e as Florestas*, que adentramos a discussão sobre a carga socioambiental da fumicultura. O foco é analisar as formas de obtenção e uso de um insumo fundamental para a produção de fumo *Virgínia*, variedade a que se dedicam as famílias fumicultoras do Vale do Rio Tijucas e que serve para a confecção de cigarros: a lenha. Isso porque, além dos fatores sociais e econômicos abordados no Capítulo I, a grande disponibilidade de **madeira** para servir de combustível nas estufas de fumo também configurou, na nossa leitura, como um elemento relevante para o estabelecimento de empresas fumageiras em Santa Catarina e no Alto Vale do Rio Tijucas. O desmatamento da Mata Atlântica e sua posterior substituição por espécies exóticas, sobretudo o eucalipto, é discutida nesta parte da dissertação, juntamente com as percepções dos agricultores e agricultoras sobre estes processos. Além das entrevistas e dados do IBGE e do ICEPA, outras fontes importantes deste capítulo são estudos e relatórios encomendados pela indústria e disponíveis online na Legacy Tobacco Documents Library.

O desgaste e deterioração da saúde dos agricultores são incorporados à análise dos impactos socioambientais da fumicultura no terceiro capítulo, *Os Porres da lida do Fumo*. Os efeitos da lida constante com a nicotina das folhas do tabaco e com os agrotóxicos, além os potenciais riscos ao meio ambiente advindos da forma como o uso destes produtos foi disseminado entre os agricultores são algumas das questões trabalhadas. A este quadro de desgaste laboral soma-se o stress do ritmo industrial da colheita de tabaco e da depreciação da produção praticada pelas fumageiras através do sistema de classificação, em que influem fatores do mercado global do tabaco. As vivências

⁵⁵ NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996; LOPES, Gustavo Acioli. “Caminhos e Descaminhos do tabaco na economia colonial”. **Mneme**: Revista de Humanidades, v.5, n. 12, p. 1-16, out./nov.2004; GOODMAN, Jordan. **Tobacco in History: The Cultures of Dependence**. London e New York: Routledge, 1993.

destes agricultores integrados à cadeia mundial do fumo, onde eles representam o elo mais fraco, também são objeto de reflexão.

Muitas das histórias contadas aqui já foram repetidas, refeitas e recriadas pelos sujeitos que as compartilham – nas conversas com os parentes, com outros agricultores, às vezes com jornalistas. Outras estão vindo a público talvez pela primeira vez. Mas não foi nosso objetivo desvelar uma verdade única e irrefutável sobre a fumicultura integrada. Tampouco pretendemos “dar voz” a alguém, mas apresentar percepções alternativas às predominantes e correntes sobre um processo que não esteve livre de contradições, tensões e conflitos, que foi o estabelecimento do sistema integrado da fumicultura em Santa Catarina. Buscamos inovar também ao dar ênfase a experiências que nem sempre se enquadram à “memória oficial” construída pelas fumageiras em livros e revistas, que atrelam valores como “tradição”, “prosperidade” e “sucesso” ao cultivo do tabaco. Críticas seguramente poderão ser feitas, especialmente considerando a polarização político-ideológica que caracteriza o debate sobre o tabaco no Brasil. Mas entremeado nesta pesquisa está o compromisso de refletir historicamente sobre o impacto socioambiental das ações humanas – neste caso, especificamente, da agricultura – para que práticas hoje correntes e consolidadas não continuem sendo naturalizadas e interpretadas como “inevitáveis” ou “insubstituíveis”⁵⁶.

⁵⁶ CRONON, William. “Um lugar para relatos: natureza, historia y narrativa”. In: PALACIO, G, ULLOA, A. **Repensando la naturaleza: encuentros y desencuentros disciplinarios em torno a lo ambiental**. Bogotá: Colômbia: Universidad Nacional de Colombia – Sede Leticia; Instituto Amazônico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropologia e História; Colciencias, 2002, pp.29-65, p.64.

2 CAPÍTULO I

DO “PLANTAR PARA O GASTO” AO SISTEMA INTEGRADO DA FUMICULTURA

El tabaco era antes gente. Le gustaban los cuentos; cuando oía hablar en una casa se arrimaba a la pared y escuchaba. Por eso la Madre hizo que creciera siempre alrededor de las casas, cerquita a la pared. Allí puede escuchar. También la Madre mandó que el tabaco se tomara junto con la coca, porque así puede oír todos los cuentos.⁵⁷

O mito dos Kogui, povo originário da Sierra Nevada colombiana, é um registro da relação muito próxima com o tabaco mantida há séculos pelos habitantes das Américas. Estimadas por suas propriedades terapêuticas e místicas pelos indígenas, as plantas do gênero *Nicotiana* tiveram seu uso medicinal anotado pelo agricultor e cronista Gabriel Soares de Sousa já no século XVI:

Petume é a erva a que em Portugal chamam santa; [...] com a qual se tem feito curas estranhas; pelo que não diremos desta erva se não o que é notório a todos, como é matarem com o seu sumo os vermes que se criam em feridas e chagas de gente descuidada; [...] A folha desta erva, como é seca e curada, é muito estimada dos índios e mamelucos e dos portugueses, que bebem o fumo dela, ajuntando muitas folhas destas, torcidas umas com as outras, e metidas em um canudo de folhas de palma, e põe-lhe fogo por uma banda, e como faz brasa metem este canudo pela outra banda na boca, e sorvendo-

⁵⁷ MITOS SOBRE EL ORDENAMIENTO DEL COSMOS. Disponível em <http://www.banrepcultural.org/museo-del-oro/sociedades/cosmologias-amerindias/mitos-sobre-el-ordenamiento-del-cosmos>, acesso em 21 dez. 2015.

lhe o fumo para dentro até que sai pelas ventas fora⁵⁸.

Das finalidades ritualísticas e terapêuticas ao abastecimento em escala industrial para um mercado global de commodities, os usos, locais e sistemas de cultivo do tabaco estão marcados por mudanças e permanências ao longo desses cinco séculos. Se entre os Kogui a proximidade da planta às casas estava ligada à importância das tradições orais entre estes povos – “cuando oía hablar em uma casa se arrimaba a la pared y escuchaba” – hoje os canteiros de mudas continuam praticamente anexos à residências dos agricultores das tifas⁵⁹ de Major Gercino, Leoberto Leal e Nova Trento, mas agora para facilitar seu manejo, como o corte da ponta das folhas e as pulverizações com agrotóxicos.

Em Santa Catarina, o cultivo de tabaco já era registrado nos primeiros relatórios de colônias de imigrantes, tanto em áreas de predominância alemã quanto nos polos italianos. A produção de tabaco sempre esteve ligada, aliás, ao trabalho agrícola familiar, apesar de voltada para a exportação, sem enquadrar-se, contudo, num sistema de *plantation*. Isso lhe conferia um caráter híbrido: produzia para exportar, mas não dentro de grandes propriedades trabalhadas por escravos, mas em lotes cultivados por famílias com poucos escravos⁶⁰. A então chamada “lavoura dos pobres” ou de “fundo de quintais” no Período Colonial concentrava-se principalmente na Bahia e Minas Gerais, embora fosse cultivada também pelo menos em outras 14 capitânicas. O deslocamento do eixo produtivo para o Sul do país – região que atualmente concentra 95% da produção nacional – acontece a partir do início do século XX.

Nosso objetivo neste capítulo é traçar um panorama da expansão da fumicultura integrada no Alto Vale do Rio Tijucas, problematizando os aspectos que favoreceram sua consolidação em larga escala em Santa Catarina. Na tessitura desta narrativa, buscaremos colocar em diálogo os fios de experiências relatadas pelos agricultores e agricultoras entrevistados com os dados trazidos por fontes escritas, como as *Sínteses Anuais da Agricultura de Santa Catarina* e *Censos*

⁵⁸ SOUSA, Gabriel Soares, apud AMARAL, Luis. **História Geral da Agricultura Brasileira, vol 2**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 110.

⁵⁹ Como são chamadas as estradas entre as comunidades rurais da região.

⁶⁰ Lopes, op. cit.

Agropecuários do IBGE. Neste sentido, estaremos a todo tempo referindo-nos ora à região pesquisada, ora ao contexto geral catarinense. Por um lado, esta abordagem combinando focagens micro e macro deve-se em parte à menor disponibilidade de dados estatísticos sobre os municípios estudados do que sobre o estado em geral. Além disso, pela forma padronizada como o sistema integrado atua junto às famílias de agricultores, consideramos que as experiências dos fumicultores do Alto Vale do Rio Tijucas são uma janela para compreender as de outros milhares de plantadores de fumo de Santa Catarina. Embasamos esta abordagem no aporte metodológico da História Oral trazido por Antônio Torres Montenegro em *História, Metodologia, Memória*: “As memórias individual e coletiva alinham-se, assim, de maneira inseparável”⁶¹.

Como trata-se de uma pesquisa que dialoga com a História Ambiental, e que as vivências desses sujeitos não relacionam-se apenas com os números e considerações dos órgãos governamentais, mas especialmente com o meio ambiente, primeiramente dedicaremos algumas páginas a uma apresentação do território pesquisado e sobre a colonização deste por imigrantes europeus a partir do final do século XIX, centrando-nos nas atividades agrícolas desenvolvidas ali até a primeira metade do século XX. Tal digressão auxilia-nos tanto a compreender o contexto socioambiental em que foram semeados os primeiros canteiros da produção integrada de fumo quanto a perceber que a expansão da fumicultura em escala para atender a uma indústria está atrelada mais a fatores socioeconômicos e ambientais específicos do que a alguma “vocação” ou “tradição” regional para este cultivo, como às vezes é propagandeado pelo Sinditabaco, por exemplo.

Sobre o ferramental bibliográfico que utilizaremos neste capítulo, destacamos obras de história regional e sobre a organização da cadeia produtiva do fumo. No primeiro grupo, o livro *Poloneses em Santa Catarina*, de Maria Theresinha Sobierajski Barreto, é uma referencia basal para abordar a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas, combinando o cruzamento de dados demográficos com a História Oral. A dissertação *Trentinos em Santa Catarina: a evolução econômica de Nova Trento*, de Nelvio Paulo Dutra, e os livros *Nova Trento... Outra vez*, de Jonas Caddorin e *Leoberto Leal: história de uma terra e de sua gente*, de Leonir Pedro Braun e Sidney José Goedert também forneceram informações interessantes sobre a colonização europeia da

⁶¹ Montenegro, op. cit., p.63.

região. Sobre o contexto agrícola do catarinense do século XIX, será relevante a tese de Manoel Teixeira dos Santos, *O imigrante e a floresta*⁶², em que ele analisa diversos Relatórios de Presidentes de Província para entender as atividades agrícolas no Vale do Itajaí, sendo o fumo um dos principais produtos. Para compreender o estabelecimento da cadeia produtiva do sistema integrado da fumicultura, foram úteis as obras *Atrás da Cortina de Fumaça*, de Sérgio Luís Boeira; *Produtor e Agroindústria: Consensos e dissensos*, de Maria Ignez Paulilo; *A relação entre produtores e agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul (RS)*, de Lucila Meyer; *Tobacco in History: the cultures of dependence*, de Jordan Goodman e a tese *Complexo agroindustrial do fumo e território*, do geógrafo Rogério Lima da Silveira.

1.1 - Terra e mato, engenhos e tafonas: a colonização europeia e as atividades econômicas no Alto Vale do Rio Tijucas na primeira metade do século XX

Entre uma baforada e outra de um generoso cigarro de palha, Geremias Kriscinski rememora a história de sua família: “O pai veio do Pinheiral. A mãe era da Galícia. (...) Quando eles casaram, vieram pra cá”. Morador da comunidade do Rio Veado, município de Nova Trento, o agricultor de 73 anos lembra que “Na época, ninguém comprava terra, né? Era tudo do governo, então o cara pegava esse pedaço, media e via o que queria pra ele e pronto, acabou. Daí só fez a escritura e continuou pra frente, né?”⁶³.

A trajetória da família de Geremias, descendente de poloneses, é representativa das correntes migratórias que, em finais do século XIX, passam a ocupar a região do Vale do Rio Tijucas. As comunidades a que ele se refere – Pinheiral e Nova Galícia – pertencem hoje ao município de Major Gercino e receberam contingentes de imigrantes poloneses a partir de 1890 (quando esta região ainda era do município de Nova

⁶² SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. **O Imigrante e a floresta:** transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC. 259 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

⁶³ KRISCINSKI, Geremias. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Nova Trento, 16 set. 2014. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

Trento). De acordo com a historiadora Maria Theresinha Sobierajski Barreto,

Os imigrantes de origem polonesa na região de Nova Trento constituíram um grupo de trezentas pessoas para mais. (...) Esse grupo de imigrantes procedentes de várias regiões da Polônia não foi introduzido na região simultaneamente. Primeiramente, um pequeno grupo em Valsugana; a seguir em Pinheiral, não antes dos fins de 1890 e, em fins de 1895, em Nova Galícia (...).⁶⁴

A autora, baseada em entrevistas feitas entre 1977 e 1979 com moradores de algumas comunidades que também pesquisamos, afirma que a maioria desses imigrantes veio de territórios poloneses que em finais do XIX estavam sob jurisdição russa. Já os “galícios”, fundadores da comunidade “Nova Galícia”, viviam na terra natal sob domínio austríaco e juntaram-se a imigrantes italianos nas novas paragens. Nas entrevistas realizadas por Sobierajski, os locais de chegada ao Brasil desses primeiros imigrantes relatados por seus filhos e netos são diversos: alguns falam em Santos, outros Rio de Janeiro, Itajaí e Florianópolis. Já em terra firme, a rota apontada coincide nos depoimentos – Nova Trento, Valsugana, Pinheiral. Os relatos de pais, avós ou bisavós que chegaram ao Brasil “fugindo da guerra” e “subiram pro meio do mato e não sabiam nem como viver”⁶⁵ povoam as histórias destas famílias, como de Jacó Voitena, descendente de uma das primeiras famílias que passaram pela Valsugana em direção ao Pinheiral:

Meus avô eram Koneski, né. O avô, a avó não lembro. O outro do meu pai era Voitena, Voitila. Eles também vieram de lá. De que lado da Polônia nós não soubemo. Porque quando eles vieram eram novo, vieram de navio. A falecida vó contava que

⁶⁴ BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. **Poloneses em Santa Catarina: a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas**. Florianópolis: Ed. Da UFSC / Ed. Lunardelli, 1983, p.20.

⁶⁵ STAROSKI, Valdolino. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 14 ago. 2014. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

viajaram um mês de navio, pra chegar no Brasil. Depois chegaram e entraram pra essas tifa pra cá, mas tudo na base de pé, né, andando assim pra chegar e começar a abrir o local, morar, fazer um ranquinho.. Foram indo, foram indo...⁶⁶

O nome da linha colonial Valsugana remete, de acordo com Jonas Caddorin, a denominações da região do Trento, no norte da Itália, de onde vieram os imigrantes que a partir de 1875 começaram a chegar massivamente ao distrito de Nova Trento, então pertencente às colônias Itajaí e Príncipe Dom Pedro⁶⁷. Separando Valsugana do Pinheiral e da Nova Galícia está a Serra da Divisa ou do Veado. Para lá foram os pais de Geremias Kricinsky por volta de 1910-1915 (segundo os cálculos dele), provavelmente em busca de mais “terras brutas”, movimento relatado pelo agricultor Miguel Voitena a Theresinha Sobierajski em 1978:

Porque sabe, naquele tempo, já faz não sei quantos anos, meus tios, eles saíram daqui, tinha terreno. Saíram aqui pro Veado, porque lá tinha terra bruta assim, né. Eles entraram lá, aqui já tava tudo desmatado. Então saíram, foram pro Diamante, por todo o canto, só aqueles mais novo alguns ficou. [...] Naquele tempo eles já não podia, porque desmataram todo o terreno... Já era fraco, então tinha outros lugar que eles achavam que é melhor terreno, eles se meteram lá.⁶⁸

O desmatamento e o desgaste dos solos apontados pelo agricultor são característicos da principal técnica de manejo agrícola utilizada pelos colonizadores, aprendida dos indígenas: a coivara, que consiste na derrubada e queima de áreas florestais para o plantio.

⁶⁶ VOITENA, Jacó; VOITENA, Inês. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 29 ago. 2014. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

⁶⁷ CADDORIN, Jonas. **Nova Trento, outra vez...** Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992, p.55.

⁶⁸ VOITENA, Miguel e Miguelina Rubik Voitena. Entrevista concedida a Maria Theresinha Sobierajski Barreto, em abril de 1978. Nova Galícia, Major Gercino. Depositada no Laboratório de História Oral da UFSC, sob nº PE-06-N0180.

Conforme nos explica o agricultor Aluísio Stolarczk, 59 anos, da comunidade Pinheiral (hoje em Major Gercino):

Ali tinha que deixar parado uns anos pra terra descansar, pra depois voltar dali dois anos, volta a deixar, e assim fazia o rodízio toda vida. Mesmo com a praga, se tu desse conta de capinar, porque era tudo no braço, a terra ficava fraca. E não produzia. E não tinha nada de colocar um calcário, essas coisas, ninguém conhecia nada disso pra melhorar a terra. Então deixava ela ali pra vir mato, crescer capoeira, descansar uns 3, 4 anos e voltava mais um ano plantar ali de volta. Assim era feito esse rodízio, por isso que foi tão desmatado também na época.⁶⁹

Com um período curto de regeneração da cobertura vegetal, a incorporação de matéria orgânica ao solo não era suficiente para repor seus nutrientes. O esterco animal tampouco era usado como adubo, como indica o agricultor Valdolino Staroski, 69 anos, da comunidade do Rio das Flores, em Major Gercino: “Esterco só pra, usavam esterco pros quintal, verdura... Pra roça nunca levavam. Sabia que era bom, mas era difícil, então, a não ser, às vezes me lembro que levavam um pouco pra melancia, algumas coisas que queriam que produzisse bem. Quando era lavoura grande, não”⁷⁰. Assim, após no máximo quatro anos, as terras já estavam exauridas e a produtividade das roças de milho, feijão, trigo, cevada, aveia, formentão⁷¹ e batata – os principais cultivos listados nas entrevistas – caía significativamente, demandando assim a abertura de novas áreas, inclusive em outras localidades, como foi na vinda dos pais de Geremias Kriscinki ao Rio Veado.

O início da fala de Geremias – “Na época ninguém comprava terra, era tudo do governo” – aponta para a aliança entre poder público e privado na colonização do Sul do Brasil, explicitada no texto do contrato Caetano Pinto, celebrado em 1874 entre o Governo Imperial e o empresário Joaquim Caetano Pinto Júnior para introdução de 100 mil

⁶⁹ STOLARCZK, Aluísio. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 28 ago. 2014. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

⁷⁰ STAROSKI, Valdolino, op. cit. Entrevista.

⁷¹ Trigo sarraceno.

imigrantes europeus no Império num período de dez anos⁷². A fundação da colônia Nova Trento resultou das ações previstas no contrato, que garantia o pagamento de subvenções estatais aos empresários que trouxessem imigrantes europeus para estabelecerem-se sobretudo como agricultores. O contrato prevê o pagamento monetário dos lotes pelos colonos ao governo, mas a partir das entrevistas podemos supor que as terras foram pagas em troca de serviços – como abertura de estradas em alguns casos –, ou simplesmente registrando-se a escritura de posse e posteriormente pagando os impostos sobre o imóvel. Foi o que aconteceu com a família de Santinho Manoel Leal, 69 anos, agricultor da comunidade Boiteuxburgo, em Major Gercino:

*O pai do Sr. e os tios vieram abrindo as picada, né?
E eles compraram a terra ou vieram ocupando?*

Pelo que eles contaram eles entraram em Leoberto e era só mato, só mato, e vieram procurar os terreno melhor, debaixo de peral que era os terreno melhor. Terra mais boa. E assim vieram demarcando, o tanto que acharam que era pra eles. Daí ficava trabalhando. Daí agarrou uma época eles registraram esses terreno, escrituraram tudo no nome deles. Terreno que eles tiraram na época pra eles.

Fizeram a escritura de posse...

É, fizeram a escritura de posse pra eles desses terreno. Então desde que eu sei meu pai tinha esses terreno, tinha 2 lotes pra ele. Todos os dois eram de posse, escriturado. Então desde que eu me lembro eles sempre tava pagando imposto desses terreno pro governo na época. Tanto meu pai quanto meu tio, todos eles tiraram o terreno, mas do tempo que a gente se conheceu por gente eles tavam pagando imposto desses terreno que eles tinha as escritura.⁷³

⁷² Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5663-17-junho-1874-550343-publicacaooriginal-66255-pe.html>, acesso em 20 mar. 2016.

⁷³ LEAL, Santinho Manoel. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 04 mar. 2015. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

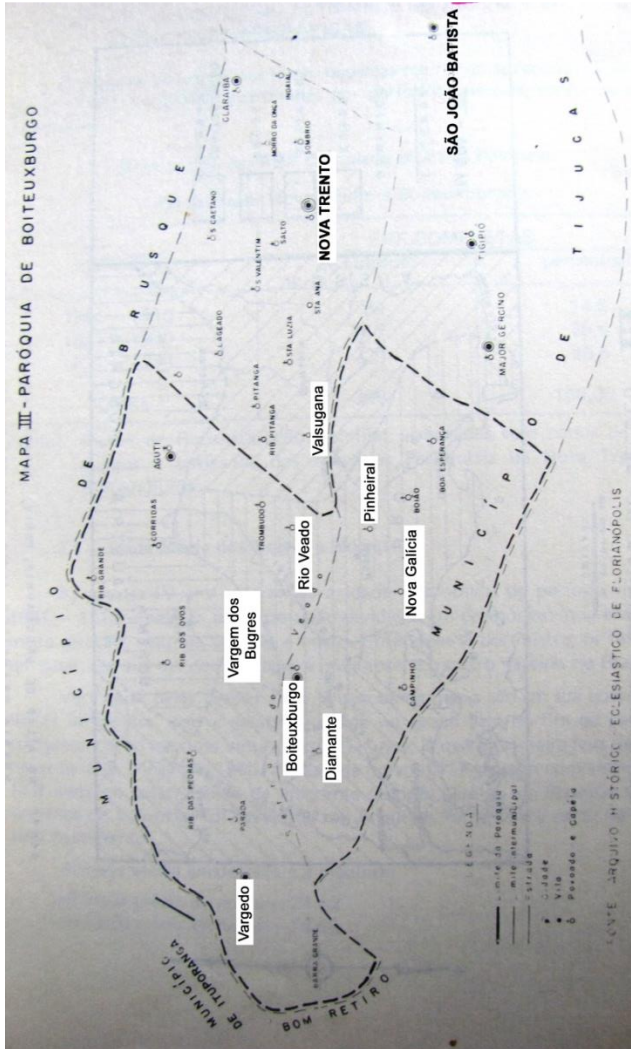
Os lotes a que se refere Santinho Leal são as medidas coloniais de 25 hectares em vigor a partir da Proclamação da República⁷⁴. Junto com o desgaste dos solos, a exiguidade das terras divididas após 1 ou 2 gerações era outro fator que impulsionava a busca por novos terrenos. O nome do pai de Santinho Leal, Delfino, junto com os dos tios – Policarpo, Juvêncio e Ari (ou Henrique) Leal – constam na “Relação de Colonizadores do Distrito de Vargedo – 1910-1925” levantada por Leonir Pedro Braun e Sidney José Goedert em *Leoberto Leal: história de uma terra e de sua gente*. De acordo com os autores, os Leal participaram de um fluxo colonizador que também chegou ao Vale do Rio Tijucas, onde hoje encontra-se Leoberto Leal (antigo distrito Vargedo), dividido duas correntes: uma pelo sul, partindo principalmente das colônias alemãs de Alfredo Wagner, Angelina e São Pedro de Alcântara; outra pelo norte, saindo do Núcleo Colonial Senador Esteves Júnior, sediado em Boiteuxburgo (16km a oeste de Pinheiral, ambos pertenciam então a Nova Trento e hoje integram Major Gercino). Os Leal teriam saído de Angelina por volta de 1917, fundando em 1919 a comunidade Rio das Pedras; sendo que a primeira comunidade do distrito Vargedo, que daria origem ao município de Leoberto Leal, foi criada em 1910 com o sugestivo nome de Vargem dos Bugres⁷⁵, alusão ao relevo plano e à significativa presença indígena ali. Os mapas abaixo mostram a localização de algumas comunidades mencionadas nesta pesquisa. O primeiro é adaptado da obra de Maria Theresinha Sobierajski Barreto e mostra várias das comunidades pesquisadas. O segundo mostra a divisão política atual da região, com os municípios destacados com a linha vermelha.

⁷⁴ WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. Brasília/São Paulo: Ed. UnB/Hucitec, 1995, p. 100.

⁷⁵ BRAUN, Leonir Pedro; GOEDERT, Sidney José. **Leoberto Leal: história de uma terra e de sua gente**. Blumenau: Odorizzi, 2008, p. 17-22.

MAPA 1

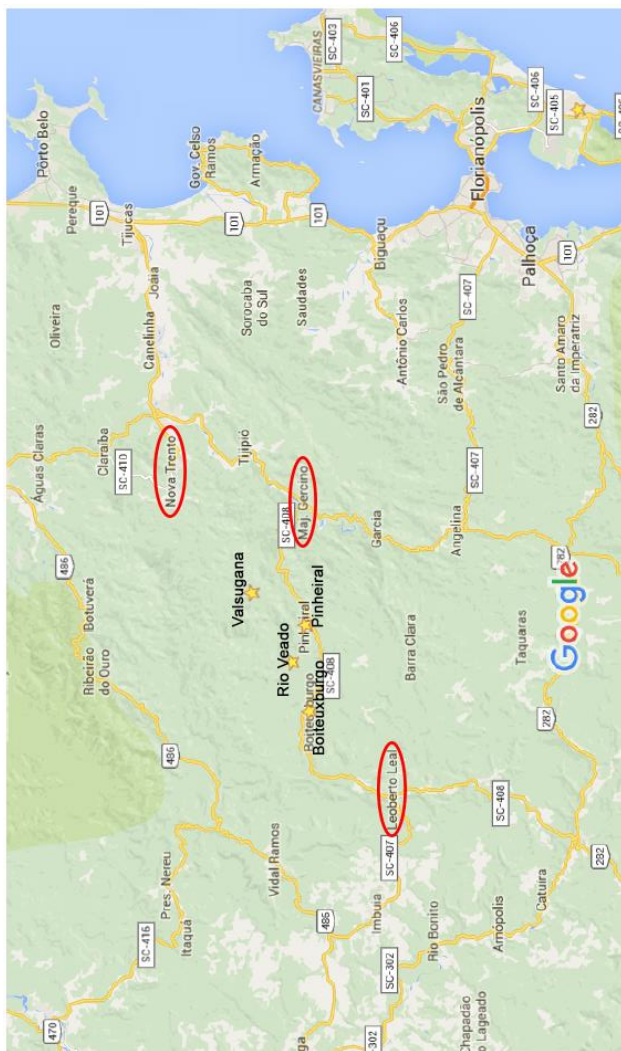
Núcleos Coloniais na região do Alto Vale do Rio Tijucas



Fonte: BARRETO, Maria Theresinha Sobierasjki. *Poloneses em Santa Catarina: a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas*. Florianópolis: Ed. UFSC; Ed. Lunardelli, 1983, p. 33 (adaptação)

MAPA 2

Divisão política atual da região pesquisada



Dados do mapa ©2015 Google 10 km

Fonte: Google Maps, acesso em 21 dez. 2015.

A convivência com os indígenas, pautada por uma tensa resignação por parte dos colonos, pontua as entrevistas⁷⁶. Alguns moradores do Pinheiral, Nova Galícia e Rio das Flores contam que o primeiro enterro realizado no cemitério do Pinheiral fora de uma mulher morta pelos indígenas. Mas, talvez mais do que conflitiva, a relação entre colonos e nativos era baseada muito mais em negociações, garantia maior de sobrevivência para os recém-chegados do que o embate direto com os antigos habitantes da terra, pelo que pudemos apreender de depoimentos como o de Santinho Leal e de Valdir Scheffer, descendentes de alemães instalados em Boiteuxburgo:

Época de bugre, que meu pai contava, minha mãe... Pra eles meu pai e minha mãe contava [problema no som] que se eles quisessem matavam eles, mas fazia mal nenhum pra eles não fazer mal também. Então na época nada acontecia com eles... Meu pai também contava que, se matava um bicho, isso já era combinado, deixava um pedaço do bicho lá no mato pendurado pra eles. Pra viver todo mundo numa boa, um não ofender o outro. Então já era combinado, se um matava um bicho, meus tios também. Uma parte do bicho lá pra eles. Tirava o couro, arrumava tudo, porque eles ficavam olhando! Então já matava, tirava o couro, deixava prontinho, deixava pendurado um pedaço pra eles.⁷⁷

E de índio falavam alguma coisa?

Dos índio eles falavam bastante... Sempre contavam que tinha índio por ali, hoje é tudo roça e pasto. Os índio passavam, eles viam. Quando arrancava batatinha na roça vinha os índio às vezes olhar tirar, levava embora... Eles tinham uma roça ali em cima da lombra, os índio subia pra cima nos mato adentro. Isso minha mãe dizia que ela chegou a ver.⁷⁸

⁷⁶ Sobre a convivência entre imigrantes e indígenas no Vale do Itajaí, ver WITTMANN, Luisa Tombini. **O vapor e o botoque:** imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí/SC (1850-1926). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

⁷⁷ LEAL, Santinho Manoel, op. cit. Entrevista.

⁷⁸ SCHEFFER, Valdir. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 05 mar. 2015. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

“Só mato, só mato”. A descrição do que os antepassados encontraram ao chegar às novas terras repete-se nas entrevistas com os agricultores e agricultoras de hoje. Inserido no Bioma Mata Atlântica, o Vale do Rio Tijucas é ocupado pela Floresta Ombrófila Densa, “caracterizada pela floresta latifoliada atlântica com alta densidade e heterogeneidade de espécies de plantas em todos seus estratos, dossel, arbóreo e arbustivo”⁷⁹, como explica a bióloga Marina Ferreira Campos Pinto em sua pesquisa sobre redes de trocas de sementes nessa região. Sobre as espécies desse ecossistema, ela destaca

a predominância de canela-preta (*Ocotea catharinensis*) e canela-sassafrás (*Ocotea pretiosa*), assim como ocorre na bacia vizinha do Rio Itajaí, sendo que ambas as espécies foram intensamente extraídas durante a história da região. Encontram-se também núcleos de pinheiros (*Araucaria angustifolia*) nas comunidades de Major Gercino e Leoberto Leal localizadas nas planícies aluviais e afloramentos sedimentares, da mesma forma que na região do Alto Vale do Rio Itajaí.⁸⁰

É desse ecossistema que foram expulsos os indígenas para que se construísse a nova paisagem colonial. A abundância e variedade de espécies arbóreas, nas palavras de Jonas Caddorin, “cegava os colonos e donos de engenhos de serrar”. A instalação de serrarias na região do Ribeirão Alferes (como era chamada Nova Trento) remonta, segundo o autor, a 1835⁸¹. A exploração da madeira tornava-se, assim, a principal atividade industrial do município, e assim permaneceu até as décadas de 1980-1990. Em 1895, o comerciante Henrique Carlos Boiteux listava outras essências valiosas: “Amoreira, Angelim, Aratibá, Araçá, Bicuiva, Canelas, Cabreúva, Canjerana, Cedro, Figueira, Garuva, Jenipapo, Guamirim, Guarapari, Ipe, Jacarandá, Laranjeira, Louro, Lucurana, Maiato, Matambu, Massaranduba, Nogueira, Óleos de várias qualidades,

⁷⁹ PINTO, Marina Ferreira Campos. **Caminhos da agrobiodiversidade:** redes de troca de sementes em sistemas agroecológicos na Serra Catarinense, Alto Vale do Rio Tijucas, Santa Catarina. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014, p. 27.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Caddorin, op. cit, p.95

Peroba, Pindabuna, Pinhaúva, Pinho Branco e Tarumã.”⁸² As “fitas”, como eram chamadas as serrarias, multiplicaram-se durante a primeira metade do XX. Foi para o transporte da madeira que começaram a ser alargadas as estradas locais, que, de picadas abertas a machado e facão, foram sendo aumentadas para comportar primeiro carroças a cavalo e depois caminhões. A abundância e magnitude da madeira extraída marcam o relato de Jacó e Inês Voitena, agricultores da comunidade do Rio das Flores, próxima ao Pinheiral:

[Jacó] Tinha uma serraria grande na praça, onde tem a conveniência aí, ali era um buracão e tinha uma serraria. (...) Tinha aquela serraria ali, puxava madeira pra lá pra serrar e dali levavam de carroça com quatro cavalo até Major, lá fazia balsa, preparava a balsa, amontoava, amarrava, e ia até Tijucas de balsa pelo rio.

Então teve bastante gente trabalhando com madeira aqui?

[Inês] Tinha, no começo mesmo eles tiravam muita madeira. Tiravam e vendiam pra serraria.

[Jacó] Era tudo madeira nativa. (...) No carretão ia uma tora só! Botado assim no carretão, que é quatro roda reforçada, preparado com quatro cavalo, botava uma tora em cima do carretão. De três metro, quatro metro de comprimento, pra trazer pra serraria. Isso meu pai puxou muito também.⁸³

A exploração da madeira, a agricultura de coivara e posteriormente a atividade das olarias configuraram, assim, um “processo de desmatamento sistemático e progressivo” que caracteriza a colonização em massa do Vale do Rio Tijucas.⁸⁴ A partir dos anos 1950, outra grande consumidora de madeira entraria em cena na região: as estufas de secagem de fumo, conforme veremos no Capítulo II. Mas era principalmente à agricultura que se dedicaram os colonos: “A luta era isso aí, trabalhar e plantar”, lembra Inês Voitena. Junto com a agricultura diversificada para consumo próprio, havia também criação de porcos e, em alguns casos, de abelhas. “E o que tinha com sobra

⁸² SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Trentinos em Santa Catarina** : a evolução econômica de Nova Trento, 1875-1960. 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas, p. 183

⁸³ VOITENA, Jacó; VOITENA, Inês, op. cit. Entrevista.

⁸⁴ Caddorin, loc. cit.

vendia, né?”, nos contou Maria Will, moradora do Rio Veado: os excedentes agrícolas eram levados de carroça a centros maiores, como Nova Trento, Garcia (em Angelina) e Vidal Ramos, para serem comercializados ou trocados por outras mercadorias, como café, sal e querosene.

Junto com a comercialização do que sobrava para além “do gasto”, entre as décadas de 1920 e 1940 há uma expansão significativa de unidades de processamento como engenhos de farinha de mandioca e tafonas de milho. “Da Valsugana pra baixo cada casa tinha um engenho. Tu passava no inverno dava pra contar, quem não conhecia. Os telhado branco, no tempo daquela farinhada, conforme mexia naquela farinha quente levantava o vapor e ficava tudo no telhado”, lembra Aluísio Stolarczk.⁸⁵ Valdolino Staroski, do Rio das Flores, conta que

Todo mundo tinha [engenho] porque na época eles viviam era, a maioria da região aqui, daqui, como Angelina, Fortuna ali, o Rio Engano, maioria vivia da farinha de mandioca. Faziam muito açúcar também, que hoje dizem açúcar mascavo. Pessoal vivia muito disso. E a farinha a maioria era pra exportação.⁸⁶

Sobre o declínio dos engenhos, os relatos apontam para duas causas principais. Aluísio Stolarczk fala do recrudescimento de exigências sanitárias para as unidades de processamento: “Só parou porque a vigilância começou a trancar esses engenho tudo. Porque se acabou por causa disso, senão ia ter muito engenho por aí funcionando. Tinha onde vender. Porque tem farinha de engenho por aí que é muito melhor do que essas empacotada”⁸⁷. O empacotamento da farinha é característico da industrialização do setor, principalmente a partir da década de 1960, abrindo também uma depreciação do produto, que passa a circular em maiores quantidades, experiência vivida pela família de Inês Voitena:

No começo que eu me lembro do meu pai, que nós quando era mais pequeno ainda e comecei a andar na escola, aí meu pai não plantava fumo. Ele tratava

⁸⁵ STOLARCZK, Aluísio; STOLARCZK, Salete. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 28 ago. 2014. Entrevista.

⁸⁶ STAROSKI, Valdolino, op. cit. Entrevista.

⁸⁷ STOLARCZK, Aluísio, op. cit. Entrevista.

com porco e assim, plantava batatinha, roça de milho, fazia essas coivara, derrubava e plantava milho. E criava porco assim pra vender. Depois daí botou engenho de farinha. Aí nós fazia farinha. Plantava aqueles morro de mandioca e fazia farinha. Mas também a farinha era ruim pra vender, porque não tinha preço naquela época. Então ficava só pra tratar dos porco. Aí ele inventou de botar a estufa ali.⁸⁸

A trajetória da família de Inês Voitena, da agricultura diversificada à integração na fumicultura, é a mesma da de Aluísio Stolarczk, Maria Will, Valdolino Staroski, Santinho Manoel Leal, José Lino Seidler, Rainoldo Piotrovski, Vicente Detz e todos os outros entrevistados que já nos foram apresentados ou que ainda encontraremos ao longo desta dissertação. Diante da depreciação de produtos agrícolas *in natura* ou processados como a farinha de mandioca, de milho ou o açúcar mascavo, a fumicultura integrada com venda garantida representou, para estes agricultores e agricultoras ou para seus pais, uma alternativa de melhoria das condições materiais de suas famílias entre finais da década de 1950 e início dos anos 1970.

A noção de que o fumo era financeiramente mais rentável do que outros cultivos emerge na documentação sobre a agricultura em Santa Catarina desde o século XIX. Enquanto o Alto Vale do Rio Tijucas recebeu a colonização europeia massiva somente a partir 1875 em Nova Trento, 1890 nas comunidades do Pinheiral e Nova Galícia e 1910 no distrito de Vargedo (futura Leoberto Leal), em outras regiões do estado, como o Vale do Itajaí, o tabaco já era cultivado e beneficiado por colonos alemães e italianos em quantidade significativa pelo menos desde os anos 1850. O relatório do Dr. Herman Blumenau de 1852, por exemplo, informava que

A cultura do fumo promete na Colônia agora bem fundadas esperanças de grande sucesso – os dois homens que mencionei no último relatório, com o dedicarem-se a esse trabalho e ao fabrico de charutos, colherão folhas bastantes para 45 até 500

⁸⁸ VOITENA, Inês. op. cit. Entrevista.

(sic) mil charutos e estão neste momento ocupados com o fabrico dos mesmos.⁸⁹

Em 1864, os relatórios de Blumenau “indicam que já então a exportação de fumo e de charutos tendia ao incremento, prometendo ser ‘uma fonte de abastança para a Colônia’”, de acordo a historiadora Lucy Woellner dos Santos em sua pesquisa sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina⁹⁰. Assim como durante o Período Colonial (e também nos dias atuais), parte significativa da produção de tabaco em folha e em rolos de Santa Catarina no século XIX era voltada para exportação, tanto para outros estados do Brasil quanto para mercados europeus⁹¹. A necessidade de melhorar a qualidade da produção para atender às exigências dos importadores impulsionou, inclusive, a criação da primeira estação de pesquisa agrônômica de Santa Catarina, em 1895. Dirigida pelo médico veterinário italiano Giovanni Rossi até 1907, a Estação Agrônômica e de Veterinária do Estado fora criada com o objetivo de “buscar soluções tecnológicas para a cultura do fumo”⁹² na tentativa de incrementar as exportações do produto, que “estava encontrando dificuldades para entrar nos mercados europeus, por apresentar problemas que demandavam soluções tecnológicas como, por exemplo, o melhoramento genético de variedades e a resistência à ‘moléstia das raízes’, além de condições apropriadas de acondicionamento para exportação”⁹³, explica Woellner, baseada na leitura dos relatórios do próprio Rossi.

A produção e manufatura de tabaco em Santa Catarina – e na América Latina – até as primeiras décadas do século XX “baseava-se num tipo de tabaco escuro, empregado para fabricar charutos, palheiros, rapé e tabaco de mascar”, informa-nos Sérgio Luís Boeira em *Atrás da Cortina de Fumaça*⁹⁴. Este quadro sofreria mudanças com a popularização dos cigarros industrializados e a ofensiva das empresas do setor, que usam fumos claros e secos em estufas, sobretudo o *Virgínia* e, em menor escala, o *Amarelinho*. Tal alteração contribuiu em grande

⁸⁹ Apud SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação agrônômica e de veterinária do Estado (1895-1920):** uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998, 197p, p. 63.

⁹⁰ Woellner, op. cit, p.58

⁹¹ Idem, p. 61-63

⁹² Ibidem, p. 158

⁹³ Ibidem.156

⁹⁴ Boeira, op. cit., p.64.

parte para que o eixo produtivo fumageiro do Brasil mudasse do Nordeste para a região Sul do país, na forma do sistema integrado de produção de tabaco, altamente intensivo em capital e uso de recursos naturais⁹⁵.

1.2 - “Se tinha 20 casas, tinha 30 estufas”: a expansão do sistema integrado da fumicultura

No paiol anexo à estufa, os filhos e alguns netos de José Lino Seidler trabalhavam na classificação do fumo já seco e curado, separando e “manocando”⁹⁶ as folhas amareladas. Era uma das últimas estufadas da safra 2014/2015, o ritmo de trabalho ainda era intenso e apurado. Mesmo assim, uma das netas do fumicultor aposentado se dispõe a me acompanhar até a casa do avô para vermos se ele concordaria em dar uma entrevista. Encontramos ele sentado na varanda, faço minha apresentação, explico o contexto e objetivos da pesquisa e prontamente ele se nega a continuar a conversa. Após a insistência das netas, ele replica, desconfiado: “Você é dessa turma que quer acabar com o fumo, não é?”. Digo a ele que não, que “quem sou eu para acabar com o fumo?”, mas que atuo sim numa ONG que promove a agroecologia. “É, eu sei, eu sei...”, responde o agricultor, já levantando-se e entrando na casa. Eu também já estava dando meia volta e considerando perdida aquela viagem até os fundos da comunidade Rio do Miche, em Leoberto Leal, quando ele retorna, de camisa trocada: “Tá, o que você quer saber, então?”. Enquanto ligo a câmera e testo o microfone, ele enrola e acende um cigarro. Aos 79 anos, é com cristalina clareza que ele lembra como o pai começou na fumicultura:

Ele teve numa reuniãozinha aqui na Barra Negra, município de Major Gercino. Tinha algum cidadão que plantava fumo, e ele era premiado. Naquela época, esse plantador foi premiado com uma geladeira. Uma geladeira a querosene! E daí o meu pai se animou. Aí ele disse: “Eu vou plantar fumo

⁹⁵ Goodman, op. cit, p. 212.

⁹⁶ Agrupar as folhas de fumo em maços amarrados com as próprias folhas.

também, porque o fumo tá dando, o cara lá já ganhou uma geladeira!”⁹⁷

José Lino estava então perto dos 18 anos; estamos falando, portanto, de meados dos anos 1950. Primogênito de 13 irmãos, passou a trabalhar na fumicultura com o pai, que depois de um tempo deixou o cultivo de milho para criação de suínos e a produção de mel de abelhas. “Daí ele [o pai] foi abandonando as outras coisas, porque o fumo dava mais do que as outras coisas. Dava mais rendimento, sabe? Daí onde ele parou com engorda de porcos e continuou no fumo”, conta o agricultor. A passagem de uma agricultura focada no abastecimento de alimentos para a fumicultura integrada vivenciada pela família Seidler e milhares de outras vinha atender à crescente demanda de matéria-prima para a produção de um item que se tornou a forma mais popular de consumo de tabaco no mundo: o cigarro. É nesse processo que estão engendradas a expansão e consolidação do sistema integrado da fumicultura no Sul brasileiro, em que outros atores, técnicas e lógicas produtivas entram em jogo, trazendo impactos socioambientais que discutiremos no próximo capítulo. Na conformação deste sistema, temos que levar em conta a estruturação da indústria tabagista entre finais do século XIX e início do XX.

Nos EUA, a invenção e aperfeiçoamento de máquinas de confeccionar cigarros na década de 1880 têm importância decisiva na popularização deste formato de uso do tabaco, com barateamento do produto e, conseqüentemente, aumento de seu consumo. A industrialização da produção de cigarros atendia à demanda da recém-criada American Tobacco Company (ATC), fundada em 1890 por James Duke, um fabricante de tabaco da Carolina do Norte que se juntou a outras cinco companhias do ramo para formar um conglomerado que passou a controlar 90% da produção de cigarros norte-americana, como afirma Jordan Goodman em *Tobacco in History: the cultures of dependence*⁹⁸. “Entre 1895 e 1905, a ATC é a segunda empresa industrial em termos de capitalização, atrás da U.S. Steel, e é três vezes maior que a General Electric Company”, sendo que “De 1893 a 1906, a tributação sobre o tabaco gera 20% do total arrecadado pelo governo dos EUA”, explica Sérgio Boeira. A pujança da ATC estende-se para além

⁹⁷ SEIDLER, José Lino. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 04 mar. 2015. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

⁹⁸ Goodman, op. cit., p.227

das fronteiras norte-americanas, com a instalação de centros de manufatura no Canadá, Japão, Alemanha e Áustria ainda nos primeiros anos dos 1900, “tornando-se a primeira multinacional de capital privado”⁹⁹. Esta concentração da manufatura do tabaco nas duas últimas décadas do XIX participa, de acordo com Goodman, de um movimento mais amplo de “criação de enormes corporações com controle monopolístico ou oligopolístico da produção, tecnologia e marketing” que caracteriza a economia industrial norte-americana no período¹⁰⁰.

Ao tentar abocanhar o mercado britânico, a ATC funde-se, em 1903, com a Imperial Tobacco Company, fundada dois anos antes justamente para resistir às investidas norte-americanas. Nasce então a British American Tobacco (BAT), que, após a II Guerra Mundial, torna-se a maior fabricante de cigarros do mundo, consolidando este formato de consumo do tabaco e o domínio das multinacionais estadunidenses e britânicas no setor. Esta gigante da indústria tabagista tem papel relevante nesta pesquisa e na vida dos agricultores que são seus sujeitos principais, já que a partir de 1914 passa a controlar uma das empresas que ainda hoje é referência na produção de cigarros no Brasil: a Souza Cruz.

A Souza Cruz é uma das principais representantes das empresas da indústria fumageira que entram em cena com o estabelecimento do sistema integrado –chamadas pelos agricultores simplesmente de “firmas”. “Naquela época tinha assim um incentivo bastante forte das companhias. Das firmas, principalmente da Souza Cruz”, lembra José Lino Seidler, cujos filhos constituem a terceira geração de sua família integrada a esta empresa. Fundada pelo imigrante português Albino Souza Cruz – quem, já tendo trabalhado numa pequena fábrica de fumo desfiado instalou a sua própria no Rio de Janeiro em 1903 –, a companhia trazia desde seu início uma inovação tecnológica: a produção de cigarros enrolados em papel¹⁰¹. Em 1914, a Souza Cruz passava a ser uma sociedade anônima e sob controle acionário da British American Tobacco, mas a direção da companhia continuava a mesma. Esta “adaptação flexível, buscando uma constante integração com as comunidades e mantendo, na cúpula das empresas absorvidas, os dirigentes fundadores” era parte da estratégia da BAT de introduzir-se em mercados latino-americanos¹⁰². Segundo Sérgio Boeira, a anexação

⁹⁹ Boeira, op. cit, p.49-50

¹⁰⁰ Goodman, op. cit., p. 229

¹⁰¹ Boeira, op. cit, p. 313

¹⁰² Ibidem, p.64

da Souza Cruz à multinacional fumageira trouxe para ela “mais recursos financeiros e a introdução de novas técnicas de fabricação, vendas e propaganda. O planejamento de *marketing* torna-se peça central da nova administração (neste sentido a experiência da BAT no hemisfério norte é fundamental)”¹⁰³.

Em 1917, com a instalação de um escritório no município gaúcho de Santa Cruz do Sul, que já se destacava na produção de tabaco descentralizada entre colonos alemães, a Souza Cruz começava a firmar as bases para o sistema integrado de produção de tabaco no Sul do Brasil. A estruturação do sistema continuou no ano seguinte, quando técnicos estrangeiros são contratados para fazer análises dos solos brasileiros e verificar as condições de expansão produtiva na região, investindo também em programas de estímulo e assistência técnica aos plantadores de fumo¹⁰⁴. A inauguração da primeira usina de processamento de tabaco em Santa Cruz do Sul em 1920 atesta que as análises técnicas para produção de fumo tiveram resultado positivo. O estabelecimento do sistema integrado da fumicultura pela BAT no Sul do Brasil foi planejado, portanto, com base em conhecimentos de geografia, climatologia, história e socioeconomia. Condições ambientais como a qualidade dos solos e o regime de chuvas despontam como os fatores elencados pela empresa para tal, como aponta Sérgio Boeira:

- a) Adequação das terras da região ao cultivo de fumo de estufa, com clima moderado e chuvas bem distribuídas durante as fases do ano;
- b) Tradição de produção familiar em pequenas propriedades;
- c) Perfil cultural dos colonos: dedicados, caprichosos;
- d) Consolidação do cultivo e do comércio do produto na região;
- e) Existência de estrada de ferro como meio de transporte.¹⁰⁵

Além de um arranjo produtivo, o sistema integrado constitui um “modelo de administração tecnoburocrática para melhor exploração econômica da microrregião de Santa Cruz do Sul”, constituindo uma “inovação tão relevante para o setor quanto a técnica dos cigarros

¹⁰³ Ibidem, p. 313

¹⁰⁴ Ibidem, p. 314

¹⁰⁵ Ibidem, p. 73-74

enrolados em papel”¹⁰⁶. Dando sequencia à abertura da usina de processamento em Santa Cruz do Sul, em 1927 são inauguradas fábricas de cigarro em São Paulo e Salvador, em 1930 em Recife, em 1938 em Belo Horizonte e em 1954 em Belém do Pará. Das unidades de beneficiamento, além da de Santa Cruz, em 1942 é aberta uma em Lajeado (RS), em 1952 em Blumenau (SC), em 1955 em Tubarão (SC), em 1957 em Brusque (SC) e em 1960 em Rio Negro (PR). Paralelamente, a Souza Cruz também comprou outras empresas como a Cia. De Cigarros Castelões, em 1955. Tal expansão na produção de cigarros demandaria suprimentos regulares e cada vez maiores e padronizados de matéria-prima, acentuando a importância do controle total sobre a cadeia produtiva e da vinculação direta com a indústria que caracterizam o sistema integrado.

Foi neste momento que o pai de José Lino Seidler compareceu à reunião em que o melhor fumicultor da região ganhou a geladeira a querosene. “Daí ele foi lá, conversou com esse instrutor, aí ele veio aqui fazer o plano. Daí ele entrou na Souza Cruz, naquela época”, conta o agricultor, que afirma que “das primeiras estufas que saiu por aqui foi ele que botou”. Nesta fala do agricultor emerge a atuação do serviço de assistência técnica das empresas, especialmente da Souza Cruz, citada pela maior parte dos entrevistados quando perguntados sobre como eles ou os pais começaram a plantar fumo.

Contrastando com uma agricultura com dificuldades de comercialização e, no caso dos engenhos de farinha, aumento de restrições sanitárias, a fumicultura integrada chegava, através dos “instrutores do fumo”, num pacote pronto, com assistência técnica, venda garantida, seguro agrícola, crédito facilitado e, principalmente, retorno financeiro imediato, o que logo era notado pelos parentes e vizinhos. Como aponta Maria Ignez Paulilo em *Produtor e Agroindústria: Consensos e dissensos*, obra que analisa a cadeia produtiva do tabaco no Sul do estado, “como o fumo era pago todo de uma vez, o montante recebido era muito maior que a quantidade de dinheiro que o agricultor estava acostumado a receber por outros produtos e isso também pesou positivamente na aceitação da nova cultura”¹⁰⁷. Enquanto para o pai de José Lino foi uma geladeira a querosene que brilhou aos seus olhos, para Valdolino Staroski, da comunidade do Rio das Flores, em Major Gercino, foi uma caminhonete picape que lhe sinalizou o caminho da fumicultura integrada:

¹⁰⁶ Ibidem, p. 315

¹⁰⁷ Paulilo, op. cit., p.135

Eles convenciam porque eles vinham com a proposta: ó, o preço é tanto, o valor é tanto, vocês podem se informar. Nós damos tudo, vocês tem até 2, 3 ou 5 anos pra pagar a estufa. Paiol, tudo. Tudo o que precisa é por conta da empresa, é descontado na hora da entrega, descontado aquela parcela é pago o adubo, e o restante vocês vêm embora com o dinheiro. Então na época eles iam lá, entregavam e vinham embora com o dinheiro. Não era cheque, não era nada disso. Eles convenciam porque de alguns que eles viam, eu também vi, com uns tios meus, que terminavam a safra, iam lá e vinham com um bom dinheiro. Até o meu tio aqui, um já faleceu e plantava mais anos. Mas o outro ali que era vizinho, ele colocou a estufa e no segundo ano acho que ele conseguiu o dinheiro pra comprar uma picape. Então aí convenceu até eu, convenceu. Eu já era casado naquela época quando ele colocou, tinha os meus primos, ele tinha família. Acho que 10, 12 filhos, então tudo junto fizeram uma safra boa.¹⁰⁸

Valdolino Staroski, que na época da entrevista contava 69 anos, calcula que “botou a estufa” em sua propriedade por volta de 1978-1979. José Lino Seidler, um pouco mais velho, lembra que começou com sua produção própria de tabaco por volta de 1973. É a partir deste período, meados da década de 1970 até os anos 1990, que os entrevistados localizam a época da “força do fumo”. Diferente dos anos anteriores, das primeiras estufas – em que “eles não liberavam pra todo mundo não, na época, eles eram exigentes. Era meio classificado quem tinha o terreno meio ajeito, aí eles liberavam. Senão não”, como lembra Aluísio Stolarczk –, com a crescente urbanização e modernização agrícola vivenciadas pelo Brasil a partir dos anos 1970, a fumicultura integrada representava não só a garantia de fornecimento constante de matéria-prima para a então próspera indústria de cigarros, mas também o modelo de uma agricultura “racional” e “moderna”, altamente demandante de um pacote tecnológico de fertilizantes químicos e agrotóxicos financiados com crédito subsidiado.

Além disso, como estamos tratando de empresas multinacionais que atuam em nível global, eventos ocorridos em âmbito internacional acabam tendo repercussões locais. O geógrafo Rogério da Silveira, na

¹⁰⁸ STAROSKI, Valdolino. Op. cit. Entrevista.

tese *Complexo Agroindustrial do Fumo e Território*, focado na região do Vale do Rio Pardo (RS), aponta para os conflitos étnicos da Rodésia (atual Zimbábue) entre 1965 e 1979 que prejudicaram as exportações de fumo da ex-colônia britânica, abrindo espaço para a produção brasileira. É na década de 1970 que observa-se, então, incrementos consideráveis nas áreas plantadas e na produção de tabaco em Santa Catarina, como nos informa a *Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense* de 1977:

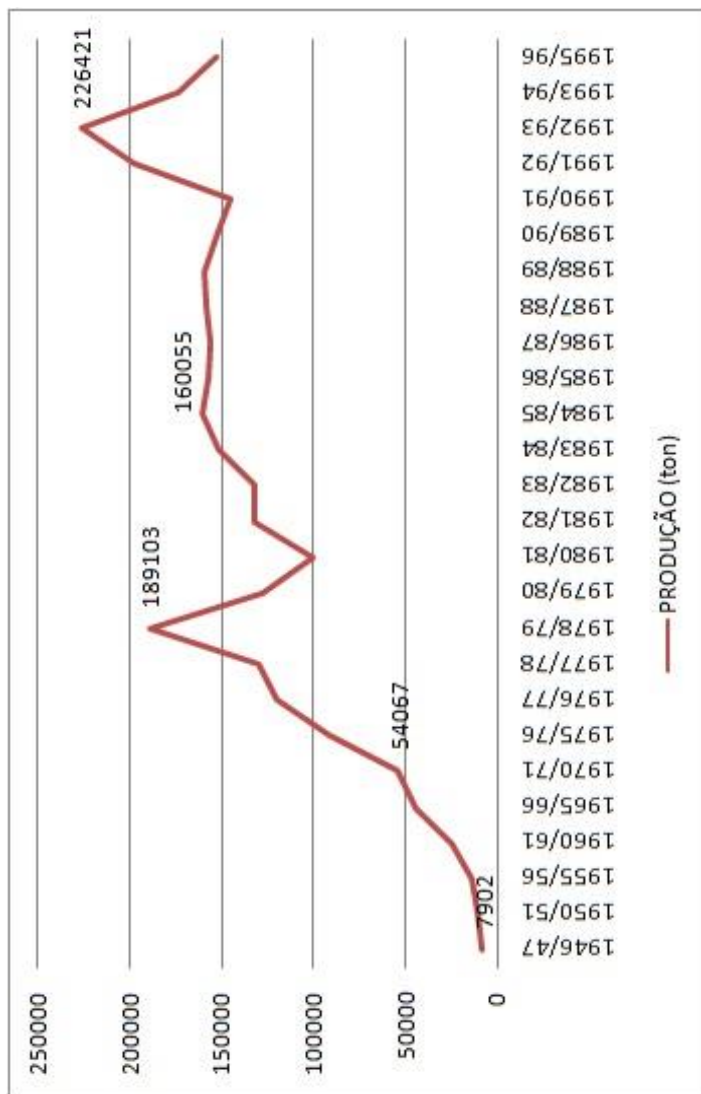
No período 1970/73, a lavoura de fumo apresentou uma área mais ou menos constante enquanto, nos anos 1974 e 1975, houve um considerável aumento da área plantada. Já em 1976 verificou-se um incremento considerável na área colhida, que passou de 49.000 ha, na safra 74/75 para 75.760 ha na safra 1975/76 e 80.533 ha. na safra 1976/1977¹⁰⁹.

O gráfico abaixo, construído a partir de dados do IBGE e do Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina (CEPA/SC), representa o crescimento da produção fumageira catarinense entre 1946 e 1996:

¹⁰⁹ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense 1977**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1977, p.15

GRÁFICO 1

Produção de Tabaco em Santa Catarina – 1946 a 1995 (em toneladas)



Fonte: Sínteses Anuais da Agricultura de Santa Catarina do Instituto CEPA/SC, com dados da Afubra e do IBGE

Enquanto de 1946 a 1970 observamos um crescimento gradual da produção de tabaco, no período entre 1970 e 1978 há um salto de 54 mil toneladas para quase 190 mil – um incremento de **cerca de 250%**! A área cultivada com tabaco no estado aumentou de 32 mil hectares em 1970 para 90 mil em 1978. Apesar de o acompanhamento estatístico no número de produtores não ser tão minucioso quanto o da produção, vemos que este subiu de 38,8 mil famílias em 1975 para 50 mil no início da década de 90¹¹⁰. As regiões que mais se destacam nestes levantamentos durante o período analisado são o Sul do Estado e o Vale do Itajaí.

Assim, quando José Lino Seidler acendeu a sua própria estufa, em 1973, “eles queria todo mundo. Eles vinha atrás nas casas, ‘Vamo plantar fumo, vamo plantar fumo’. [...] Foi uma invasão!”, recorda. Nas palavras de Aluísio Stolarczk: “Se tinha 20 casas, tinha 30 estufas. Toda casa, quando não era uma, era duas estufas”. O casal Jacó e Inês Voitena, do Rio das Flores, conta que “era difícil ver um que não tivesse uma estufa e plantando fumo. Ou duas estufas e plantavam fumo. [INES] Quem não plantava fumo aqui era esses que tinha uva. Esses que tava com parreira de uva, o resto era tudo fumo”. O aumento da demanda por produção acompanha a instalação de mais empresas no estado ao longo das décadas de 1970 e 80, como L.M. do Brasil S.A., Exportadora Catarinense de Fumos S.A., Tabacos Blumenau, TABRA – Exportadora de Tabacos do Brasil LTDA., Rexabex, R.J. Reynolds, Armada S.A., Sul Catarinense, Fumossul, Verafumos, Ligett & Myers do Brasil, Kannenberg & Cia., Klieman S.A.¹¹¹.

A força da “invasão” da fumicultura integrada em Major Gercino, Leoberto Leal e Nova Trento estava assentada em fatores sociais, econômicos e ambientais. Tais categorias estão de certa forma expressas nos aspectos favoráveis do sul do Brasil ao cultivo de fumo elencados pelas empresas citados acima. Fazendo uma análise cruzada destes pontos com as entrevistas realizadas e a documentação, principalmente as *Sínteses Anuais da Agricultura de Santa Catarina*, é possível problematizar as condições que favoreceram o desenvolvimento do sistema integrado da fumicultura no Alto Vale do

¹¹⁰ INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1993**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1993, p.13.

¹¹¹ Idem, p.75; Paulilo, op. cit, p. 136.

Rio Tijucas, considerando que este estudo de caso é representativo também para Santa Catarina.

Como é descrito na *Síntese Informativa* de 1977, o fumo é uma “Cultura típica de pequenas propriedades, não exigindo grandes áreas, mas requerendo mão de obra abundante em todas as fases de seu cultivo e no período pós-colheita”. A alta demanda laboral da produção integrada não era um obstáculo, como nos conta Valdolino Staroski, no caso das numerosas famílias que eram comuns naqueles tempos em que a noção de “trabalho infantil” não era problemática: “Acho que 10, 12 filhos, então tudo junto fizeram uma safra boa”. A disponibilidade de mão de obra era, inclusive, um pré-requisito para a integração: “Eles só perguntava quantas pessoa tinha na família que podia trabalhar. Só que não tinha esse negócio de 10 anos não pode trabalhar, 12 anos não pode... desde a hora que podia, 7, 8 anos, já ia”, recorda José Lino Seidler¹¹². O caso de Geremias Kriscinki, de Nova Trento, que começou a plantar fumo em 1972, foi diferente:

Eu fui um que dançou, porque não tinha família pra trabalhar. Na época da Souza Cruz, quando eu botei a estufa eu botei pra Universal, que antigamente era Tabacos. Aí maior parte era da Souza Cruz, os plantador. Aí o cara veio pra cá, mandado pelos outros, aí ele não me aceitou de plantador de fumo porque eu tinha pouca família pra trabalhar, pouca gente pra trabalhar. E não me aceitou de plantador!¹¹³

A presença de crianças nas roças aparece inclusive nos materiais produzidos pelas fumageiras até a década de 80, como neste detalhe do manual *Cultura do Fumo: Instalação e condução da lavoura*, editado pela Souza Cruz em 1984 (Figura 1). Na figura, que mostra a operação de transplante das mudas que estavam nos canteiros para a roça, aparece um menino auxiliando na tarefa. Embora aparentemente “leve”, este serviço envolvia, por exemplo, o contato com agrotóxicos usados nos canteiros, cujos resíduos permaneciam nas mudas. Das pessoas que entrevistamos que nasceram em famílias fumicultoras, todas afirmam terem começado a trabalhar nas roças por volta dos 7 anos –

¹¹² SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

¹¹³ KRICINSKI, Geremias, op. cit. Entrevista.

ou, nas palavras de um fumicultor da comunidade Diamante, em Major Gercino: “Eu nasci embaixo de um pé de fumo”¹¹⁴.



O transplante deve ser feito tão logo as mudas estejam distribuídas na lavoura.

Figura 1 - Detalhe do manual *A Cultura do Fumo - Instalação e Condução da Lavoura*. Souza Cruz, 1984.

O trabalho infantil na fumicultura permaneceu sem muitos questionamentos até 1999, quando a Delegacia Regional do Trabalho – DRT/SC do Ministério do Trabalho e Emprego encaminhou ao Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina denúncias sobre a exploração de crianças na cultura do fumo. Como resposta, “as empresas iniciaram, através da implantação de programas de responsabilidade social, o processo de mediação entre sua atividade

¹¹⁴ Como trata-se de um agricultor que pode vir a integra-se novamente a uma empresa fumageira, decidimos manter sua identidade em sigilo.

econômica e a questão social do trabalho infantil”¹¹⁵. Embora concordemos que o trabalho conjunto entre pais e filhos constitua uma relação produtiva e de aprendizado básica no âmbito da agricultura familiar, concordamos com os pesquisadores Maria Ignez Paulilo e Sérgio Boeira de que “esta circunstância ganha especificidade nas plantações de fumo, na medida em que a mão de obra da família produtora estará submetida à racionalidade determinada pelo capital econômico e técnico da fumageira”¹¹⁶.

Mas as proles numerosas dos agricultores e agricultoras do Alto Vale do Rio Tijuca não ficavam trabalhando somente nas roças e estufas de fumo. Era entre os filhos de fumicultores que as empresas recrutavam os instrutores do fumo (hoje chamados “orientadores”). É o caso do técnico agrícola Gelson Scheid Kuket, que atua como orientador e também cultiva fumo em sua propriedade, em Leoberto Leal. Filho de fumicultores, começou a trabalhar com o pai e os irmãos mais velhos aos seis anos de idade. Os irmãos, que segundo ele estudaram só até a 8ª série, tornaram-se instrutores da Souza Cruz, caminho que ele também resolveu trilhar após formar-se técnico agrícola em 1982:

Os primeiros instrutores, hoje chama orientador, pegavam o filho do produtor. O produtor, que tinha conhecimento, virava instrutor. Se tinha 4ª série, se não tinha, conhecia um pouco de fumo. Hoje não, de uns 20 anos pra cá, tem que ter a formação técnica. Se não tem a formação técnica não vira orientador, uma por causa dos produtos, dos defensivos. Precisa ter o CREA pra assinar o receituário.

Você e teus irmãos então se tornaram instrutores porque já conheciam o traquejo da roça...

Meus irmãos sim, nenhum dos dois é técnico, só têm a 8ª série. Começaram por isso, o pai era produtor, eles tinham conhecimento. Eu depois me formei técnico agrícola no Colégio de Canoinhas e fiz o curso da Souza Cruz. Era quase que nem um concurso, tinha tipo 20 técnicos e 5 vagas.

Era tipo um processo seletivo?

Isso. Eles [os irmãos] foram chamados por conhecimento. Foram antes. Eles tão com 62 e 59

¹¹⁵ Pincelli, op. cit., p. 10-11.

¹¹⁶ Apud Pincelli, op. cit., p.13

anos, eu tenho 49¹¹⁷.

No Capítulo III abordaremos as implicações resultantes da contratação de instrutores não qualificados para realizar a assistência técnica de produtores de fumo, principalmente no que tange à disseminação do uso de agrotóxicos. Por enquanto, observamos com Maria Ignez Paulilo que o recrutamento de instrutores entre os filhos dos agricultores constituía também uma das estratégias de convencimento da Souza Cruz para angariar novos fumicultores¹¹⁸.

A grande disponibilidade de mão de obra barata, contudo, não era suficiente para uma família integrar-se à fumicultura: era preciso também ter a estufa e o paiol, estruturas básicas para o pós-colheita do fumo Virgínia, que foi o que “invadiu” Santa Catarina, já que é o mais utilizado na produção de cigarros. Além disso, o cultivo demandava insumos como adubo, ureia, salitre e agrotóxicos, que não eram utilizados pela maioria dos agricultores até então. A facilitação do crédito para a instalação das estufas e custeio de insumos era a contrapartida das companhias, mas não foi com pouca desconfiança que alguns agricultores aceitaram o acordo, como lembra Vicente Detz, da Nova Galícia:

Mas eu nunca tinha dívida na minha vida, nunca. E eu quando faltava dinheiro pro café e açúcar eu ia lá no Pinheiral na olaria, sem bota, sem nada, era tudo batido a mão, tijolo, telha... Pra ganhar dinheiro pra café e açúcar e a família pra trabalhar. Depois veio o instrutor “Bota estufa, bota estufa”, digo “Não, eu pra dívida não tenho”, “Ah, mas nós financiemo”. Aí eles financiaram, eu não me lembro bem se era 8 mil réis, naquele tempo... Aí eu botei a estufa, logo primeiro ano já deu boa, já sobrou dinheiro, paguei a prestação direitinho, segundo ano já comprei a tobata.¹¹⁹

¹¹⁷ KUKET, Gelson Scheid. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Leoberto Leal, 17 nov. 2015. Entrevista.

¹¹⁸ Paulilo, loc. cit.

¹¹⁹ DETZ, Vicente. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 28 ago. 2014. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

A distância física e social destes agricultores em relação aos sistemas bancários ia sendo reduzida pela mediação das “firmas”, que assumiam o papel de agente financeiro dos produtores, como contam Geremias Kriscinki e José Lino Seidler:

Aí então o Sr. precisou pegar empréstimo no banco?

Ah, foi. Foi financiado pelo banco. Aí a firma pega o dinheiro. E eu fui plantando fumo e fui pagando pro banco. Na época nem banco nem em São João nem em Nova Trento não tinha. Era só em Brusque.

O sr. já tinha ido até Brusque?

Antes? Acredito que não.

Como que era pra chegar em Brusque naquela época?

Tinha ônibus, mas eu maior parte ia com carro da empresa, da firma. Precisava ir pro banco fazer um financiamento, a firma vinha e levava.

A firma levava?

Faziam. Faziam pra pegar o plantador, né?¹²⁰

Naquela época, veja bem, naquela época o Banco do Brasil financiava pra quem queria fazer estufa. Eles tinham um convênio entre a Souza Cruz e o Banco do Brasil que financiava todo o material, naquela época já entrava uma caminhãozinho mal mal pra fornecer o pessoal. E daí o Banco do Brasil financiava aquela construção, sabe? Era que nem um Pronaf, naquela época chamava custeio. Funcionava assim. Então daí ele financiou aquilo pra 3 ou 4 anos, aí na mesma negociação quando vendia o fumo e recebia no Banco já tinha aquela cota do financiamento.¹²¹

Os relatos dos agricultores que deixam transparecer as estreitas relações entre indústria fumageira e bancos públicos para financiamento de infraestrutura e insumos para a produção de tabaco são corroborados por dados do Instituto CEPA/SC. Entre 1973 e 1979, por exemplo, as culturas de soja, milho e fumo receberam acima de 60% do total dos

¹²⁰ KRICINSKI, Geremias, op. cit. Entrevista.

¹²¹ SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

contratos de crédito para custeio de lavouras em Santa Catarina¹²². De 1975 a 1980, o custeio de lavouras abarcava 46% do total de crédito agrícola aplicado no Estado, sendo que às culturas de milho, fumo, soja e arroz cabiam 70% dessa parcela¹²³. Nos quadros abaixo, construídos com dados do Instituto CEPA, demonstramos a proporção de contratos de crédito de custeio voltados à fumicultura em Santa Catarina entre 1970 e 1984, fazendo um comparativo outros cultivos considerados de importância econômica, o milho e a soja:

TABELA 1 - Contratos de crédito de custeio de lavouras em Santa Catarina para fumo, milho e soja – 1970-1985

Culturas/ Nº de Contratos	1970	1971	1972	1973	1974	1975
FUMO	-	-	-	-	8.162	70.571
MILHO	9.376	9.169	9.921	10.343	13.641	15.718
SOJA	176	346	382	1.120	791	814
TOTAL	23.319	20.990	23.658	23.576	32.591	98.002
Proporção FUMO	-	-	-	-	25%	72%
	76	77	78	1979	1980	
FUMO	69.684	47.126	46.906	47.923	32.940	
MILHO	18.298	17.979	20.686	25.794	43.031	
SOJA	945	1.939	3.369	3.463	5.816	
TOTAL	102.913	83.413	86.541	83.322	114.209	
Proporção FUMO	45%	56,5%	54%	57,5%	28%	
	81	82	83	84	85	
FUMO	36.002	40.118	41.628	40.614	45.969	
MILHO	42.655	40.068	22.651	24.649	30.030	
SOJA	4.825	3.621	5.913	4.550	6.480	
TOTAL	119.512	116.324	84.839	95.273	116.672	
Proporção FUMO	30%	34,5%	49%	42%	39%	

Fonte: ICEPA/Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1985-86

¹²² ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1981**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1981, p.39.

¹²³ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1982**. Florianópolis: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, 1982, p. 56

Nesse quadro é possível perceber como a produção de tabaco abarcou em diversos anos mais da metade dos contratos de crédito de custeio agrícola – 72% em 1975; cerca de 55% entre 1977 e 1979; 49% em 1983. Pelo que pudemos apreender da documentação, a maior parte desses recursos eram obtidos junto ao Banco do Brasil, sinalizando para a tendência da política de crédito agrícola brasileira a partir de 1969, em que, como demonstra a economista Vivian Fürstenau, a participação do Banco do Brasil no financiamento rural “elevou-se permanentemente, situando-se em 70 a 80% do total dos créditos na década de 70”¹²⁴.

Em 1977, a *Síntese Informativa da Agricultura Catarinense* informava que a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (ACARESC) atuava na mediação de financiamentos para produtores rurais, mas que o Banco do Brasil concedia “a maior parte de seu montante destinado ao Crédito Rural, diretamente ao agricultor, sem exigir a elaboração prévia de um projeto técnico”¹²⁵. Outro indício da participação do Banco do Brasil no financiamento da produção integrada de tabaco aparece dez anos depois, numa tabela da *Síntese 1988-89* que traz dados sobre “Área plantada e custeada com crédito do Banco do Brasil e proporção da área custeada sobre o total plantado das principais culturas de Santa Catarina”¹²⁶. Vemos ali que em 1976, por exemplo, 92,9% da área plantada com tabaco obteve custeio junto a esta instituição; em 1979 a proporção é de 98,2%; em 1981, 80%; em 1982, 83,7%; em 1983, 97,2%.

Ao cotejar esses dados com os depoimentos dos agricultores que frequentemente remetem à participação do Banco do Brasil no financiamento da infraestrutura e dos insumos para a integração à fumicultura, torna-se possível afirmar que, além do poderio capital de uma multinacional como a British American Tobacco e da laboriosidade das famílias numerosas de colonos catarinenses, o estabelecimento da produção integrada de tabaco teve um generoso aporte de políticas públicas brasileiras para o setor agrícola, especialmente de crédito de

¹²⁴ FÜRSTENEAU, Vivian. A política de crédito rural na Economia brasileira pós 1960. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, 8(1):139-154, 1987, p. 147. Disponível em <revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1075/1416>, acesso em 16 dez. 2015.

¹²⁵ Icepa, 1977, op. cit., p.95

¹²⁶ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1988-89**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1989, p. 26

custeio, entre as décadas de 1970 e 1980. Como afirma Lucila Meyer sobre o financiamento da fumicultura com recursos de bancos públicos, “configura-se aí a presença do Estado como elemento fundamental, na medida em que este viabiliza o processo de exploração, criando as condições socioeconômicas para a acumulação e a articulação com o capital externo”¹²⁷.

O crédito rural subsidiado, de acordo com Rogério da Silveira, foi o principal instrumento estatal para viabilizar a modernização agrícola no Brasil, atendendo tanto aos proprietários rurais (com mais recursos para custeio, comercialização e investimentos), ao dos industriais nacionais e estrangeiros (desejosos de ampliar as vendas de insumos e equipamentos agrícolas) e das instituições bancárias (interessadas em financiar a agricultura em condições vantajosas)¹²⁸. O favorecimento de cultivos considerados “modernos” e atrelados a mercados externos – tendência que seria acentuada no caso da fumicultura na década de 1990 – é apontado na própria *Síntese* como uma das “distorções” no uso do crédito rural no Brasil:

Esta acelerada expansão acabou gerando uma série de distorções: a maioria dos produtores rurais não se beneficiou do crédito rural; o aumento da produção e da produtividade não acompanhou o aumento dos recursos destinados ao financiamento da agricultura; **as culturas mais favorecidas pela política de crédito rural foram as “modernas” ou “de exportação”**; os produtos ditos de “mercado interno” foram os que menos recursos receberam em termos relativos; etc¹²⁹. [grifo nosso]

O incentivo à absorção de máquinas e insumos pelo setor agrícola era a tônica do Sistema Nacional de Crédito Rural, criado em 1964 para dar suporte ao processo de modernização da agricultura brasileira. Vivian Fürstenau explica que este processo pautava-se tanto pelos interesses da indústria nacional de maquinários e insumos

¹²⁷ Meyer, op. cit, p.31

¹²⁸ Silveira, op. cit., p.233

¹²⁹ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1985-86**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1986, p.75.

agrícolas quanto pela “necessidade da geração de excedentes agrícolas exportáveis — que produzidos a um custo mais reduzido se tornariam competitivos no mercado internacional.” Ela observa também que “Sob o ponto de vista dos interesses da indústria nacional poder-se-ia dizer que são resguardados os interesses da indústria química — produtora de defensivos, fertilizantes, etc. — em detrimento da indústria produtora de máquinas e implementos.”¹³⁰, ponto em que novamente a fumicultura integrada enquadra-se nesse perfil, por sua alta utilização de insumos químicos externos, como veremos no Capítulo III.

Compreendemos assim que a prevalência da fumicultura entre os contratos de crédito de custeio agrícola durante as décadas de 1970 e 1980 está vinculada à própria definição do sistema integrado, “uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, (...) com aplicação maciça de tecnologia e capital”, como explica Maria Ignez Paulilo em *Produtor e Agroindústria: Consensos e Dissensos*¹³¹. A racionalidade técnica preconizada pelo serviço de assistência técnica para manter o padrão da produção, a alta dependência de insumos externos e o atrelamento a exportações também configuram este sistema como um destinatário “ideal” dos recursos públicos voltados à modernização da agricultura brasileira.

Na década de 1980 já eram tecidas críticas sobre tais distorções da política agrícola brasileira, em obras como *Modernização Dolorosa*, de José Graziano da Silva, e *Questão Agrária e Ecologia*, do agrônomo Francisco Graziano Neto. Com forte orientação marxista, Francisco Graziano Neto questiona a modernização agrícola pelo viés ecológico, criticando a subordinação da agricultura ao grande capital industrial, que aprofunda tanto a desigualdade social no campo quando os impactos ambientais de práticas “irracionais” de luta contra a natureza, como o uso de agroquímicos e de maquinaria pesada em solos tropicais. Sobre o crédito agrícola, ele afirma: “Os chamados produtos de exportação sempre foram privilegiados, em termos de crédito, pesquisa e demais políticas governamentais de incentivo, além do que, historicamente, os produtos vinculados ao mercado externo sempre apresentaram melhores condições de rentabilidade”¹³². O fumo é citado por ele como um dos casos em que o capital industrial domina a produção agrícola.

¹³⁰ Fürstean, op. cit., p.139 e 152.

¹³¹ Paulilo, op. cit, p. 19.

¹³² Graziano Neto, op. cit., p.59.

O discurso oficial sobre a fumicultura, entretanto, apresentava um quadro mais otimista, que também caracterizaria as relações entre crédito e complexos agroindustriais até por volta do ano 2000. Como está expresso nesta publicidade do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) de 2001¹³³, promover e incentivar a agroindústria (ainda) configurava um bom negócio (Figura 2). O perfeito alinhamento das roças de milho e fumo que aparecem na foto e a imagem do trator em primeiro plano remetem à organização racional destes cultivos e à modernização pela adoção de maquinários agrícolas.



Figura 3 – Publicidade do BRDE sobre crédito agrícola. A promoção da fumicultura integrada configurava um bom negócio para as instituições públicas de crédito ainda no ano de 2001.

¹³³ Publicidade veiculada na contracapa da **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 2000-2001**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 2001.

O capital gerado nas safras e os empréstimos obtidos junto ao Banco do Brasil eram investidos tanto em maquinários (principalmente mini-tratores tobatas) e em implementos para aumentar a rapidez e qualificar a produção na fase do pós-colheita, em que é preciso carregar as estufas de secagem e cura rapidamente para que o fumo não perca qualidade, o que interfere na classificação e, conseqüentemente, no preço. A riqueza de detalhes com que os entrevistados lembram-se das idas ao banco, muitas vezes colocando-se numa posição de empoderamento frente à instituição, atesta para o ineditismo desta capitalização para eles, como percebemos neste relato de Vicente Detz sobre a compra de sua primeira tobata, por volta de 1975. O agricultor havia se prontificado a quitar o equipamento cujo financiamento estava no nome de outro rapaz, para que este não perdesse o terreno da família que havia ficado de garantia no banco:

Aí ele me ofereceu, digo “eu compro, eu vou pagando tuas prestação, tu vai junto comigo no banco”, “vou”. Toda safra vamos lá os dois, eu te entrego o recibo e eu pago a conta por ti. E ele concordou, mas não esperei dessa. Primeiro ano escapou bonito a prestação, segundo ano já, não, acho que já era a 3ª safra, eu fiz um bom dinheiro. Aparece os fiscal do banco e perguntou: Vicente, tu comprou de quem esse tobata? Ah, do Guido Kijenowski, pra quê? [...] Eu já tinha mandado um pouco de fumo, eu vou lá e pago tudo. [...] Ali apurei com o fumo pra escolher, mandamo o final, fui lá no banco e sobrou dinheiro. Aquele tempo era 32 mil réis, era que nem 32 mil. Cheguei lá e digo, eu quero os documento ali do rapaz hoje. Gerente olhou: “Por quê?” Eu digo “não, eu vou pagar tudo, faz a conta ali e eu vou pagar”, “Tens dinheiro pra tudo?” Eu digo: “tenho!” [pausa] É, foram lá pra baixo, que tinha a caixa embaixo. Fizeram a conta, ah sim, tem, tá sobrando. Cheguei lá em cima, Ah, porque não pode”, eu digo “não pode? Então vocês não querem dinheiro? Eu tô pagando por ele ali!”. [...] Fui lá e disse no banco “me faz as conta tudo e eu pago. Quero o recibo e os documento do rapaz também”. Ah, o gerente ficou brabo, digo “Ah, não

adianta, tô pagando, sou homem que nunca quero ficar devendo”¹³⁴.

Outro entrevistado que relatou uma experiência marcante com o retorno de uma única safra de fumo foi Jacó Voitená. Seus grandes olhos azuis brilhavam ao contar quando foi receber o pagamento pela sua 3ª safra, por volta de 1980-81, ano marcado por uma boa classificação da produção por parte da indústria, incorrendo em melhores preços pagos aos produtores:

Aí vendi os fumo tudo pra firma, fui pra firma com um caminhoneiro lá de São João que levava fumo daqui. Fui pra lá, ele carregou o fumo e foi pra Santa Cruz do Sul, lá pra fábrica. Eu peguei ônibus e vim pra Blumenau, primeira vez que tinha viajado nessas cidade por aí. Cheguei em Blumenau nove hora da noite, de Rio do Sul. Não tinha ônibus a Brusque, Brusque eu já conhecia. E eu com um monte de cheque e dinheiro comigo, porque a firma pagava na hora! Não em dinheiro vivo, mas cheque. Aí eu disse, eu vou a Brusque. Lá eu tenho meu primo, parente, que eu sei onde é que eles moram. Aí no outro dia vou no banco, pra trocar o cheque, fazer a compra pra construção da casa. Então eu vim. Paguei um táxi de Blumenau a Brusque, num táxi! Porque não tinha ônibus. Pousei na casa dos meus parente, no outro dia fui no banco trocar o cheque, Banco do Brasil, né? Quando eu falei que queria trocar os cheque assim, naquela época era muito dinheiro, né, que dava a safra de fumo. O dinheiro era o cruzeiro, acho que era cruzeiro... Sei que era uns 200 e poucos mil naquela época. Aí o guarda só me disse, ‘vem cá’, e me levou numa porta lá pra trás, o outro levou mais pra trás, dentro do banco. Dei pra eles, fizeram tudo, trouxeram o dinheiro, me deram o dinheiro, mandaram eu guardar bem. ‘O sr. tá pronto?’, ‘Estou’. ‘Então, guarda, acompanha ele até na portaria’. Lá fora aí já é diferente. Pra não ter perigo ali. Aí eu vim com aquele monte de dinheiro, naquela época fui lá, comprei o material que precisava pra casa e vim

¹³⁴ DETZ, Vicente, op. cit.. Entrevista.

embora. [...] **Eu fiz essa casa com uma safra de fumo.**¹³⁵ [grifo nosso]

Contrapondo-se às memórias da infância e juventude desses e outros agricultores que relatam experiências de extrema privação material, “vivendo como índio” ou “indo pra escola descalço”, por exemplo, surgem relatos de tomar um táxi de Blumenau a Brusque, impor-se ao gerente de banco para quitar uma dívida alheia, comprar de uma vez o material para fazer uma casa. Ao observar narrativas como as de Jacó e Vicente, com “forte presença de um descrever explicativo, cuja característica dominante é o inusitado, o surpreendente, o incomum da experiência”¹³⁶, fica latente a relevância que a fumicultura teve na vida desses agricultores. Ao selecionar tais episódios para serem descritos com tanta minúcia, os narradores não estão apenas contando a história de suas vidas, mas construindo uma imagem, uma identidade: a de plantadores de fumo. É através dessa diversificada riqueza de detalhes na descrição de experiências cotidianas que esses atores sociais adquirem visibilidade¹³⁷.

Em 1980, metade dos estabelecimentos rurais de Major Gercino, onde vivem Vicente, Jacó, Valdolino e Aluísio, estavam cultivados com fumo, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE. Em 1987, a produção de fumo do município (1.212 toneladas), superou a de outros oito cultivos alimentares – arroz, batata-inglesa, café, cebola, feijão, mandioca, uva e amendoim, sendo a terceira maior da microrregião do Vale do Tijucas e Itajaí-Mirim, composta por oito municípios¹³⁸. Nova Trento, que também integrava a mesma microrregião, liderou naquele ano a produção fumicultora, com 2.276 toneladas, ou 25% do montante microrregional¹³⁹. Situação similar verificava-se também em Leoberto Leal – incluído na microrregião

¹³⁵ VOITENA, Jacó, op. cit. Entrevista.

¹³⁶ Montenegro, op. cit., p. 56.

¹³⁷ Idem, p. 63-69.

¹³⁸ SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico: diagnóstico municipal de Major Gercino**. Florianópolis: CEAG-SC, 1990, p.14.

¹³⁹ SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico: diagnóstico municipal de Nova Trento**. Florianópolis: CEAG-SC, 1990, p.14-15.

Itajaí do Sul -, onde até hoje o fumo é considerado um dos “alicerces da economia local”, junto com a cebola¹⁴⁰.

No geral de Santa Catarina, a documentação repercute durante a década de 1980 o discurso da importância econômica para o cultivo no estado e como alternativa de renda “apropriado à pequena propriedade”, como está expresso na Síntese 1982¹⁴¹. Em 1983, calculava-se que a produção de fumo envolvia cerca de 210 mil pessoas¹⁴² e era cultivado em 182 dos 199 municípios do estado, sendo que as principais regiões produtoras eram: Sul, Colonial do Alto Itajaí e Blumenau, Colonial Serrana Catarinense (onde ficam os três municípios estudados) e Oeste¹⁴³. Como afirma Marineide Maria Silva em *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*: “A fumicultura e o sistema de integração se propagaram tanto na agricultura catarinense que passaram a ser identificados como sinônimo da agricultura familiar”¹⁴⁴. É interessante notar como esta vinculação aparece no discurso dos agricultores e agricultoras, como nesta fala de Marlene Mikalski Burini, da Nova Galícia: “Olha, uma família grande aqui, com 2, 3, 4 filhos, o jeito é plantar fumo, né? Porque a gente tem medo que só da roça a gente não vai viver, né? Só da roça, só plantar as coisas assim. E o fumo aquele dinheiro entra tudo junto, então acha que é o fumo, né, é o fumo. A gente se apegou nisso e é o fumo, não adianta”¹⁴⁵. Nas palavras de Valdolino Staroski, o produtor torna-se “viciado em plantar fumo”:

¹⁴⁰ Braun, op. cit., p. 55-56.

¹⁴¹ Icepa, op. cit., 1982, p.205.

¹⁴² ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, 1983. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1983, p. 215

¹⁴³ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, 1983/84. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1984, p.152.

¹⁴⁴ SILVA, Marineide Maria. A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003, p. 101.

¹⁴⁵ BURINI, Marlene Mikalski. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 14 ago. 2014. Entrevista.

O sr. falou que ele era viciado em plantar fumo... Como que o cara fica viciado? [risos] Porque depois de começar parece que ele não vive mais sem plantar fumo. Até parece. Por quê?

Porque sempre dá um dinheirinho mais, aparece mais dinheiro, do que pelas outras coisas. É por causa disso, só que as outras coisas, quem planta as outras coisas, também diminui a despesa. Diminui o mercado. Isso ninguém faz as contas.”¹⁴⁶

Refletiremos mais sobre o vício de plantar fumo ao final desta dissertação. Voltando à expansão da fumicultura em Santa Catarina, em 1986, a *Síntese* apontava que o fumo era o 4º produto mais importante da pauta agrícola catarinense, atrás apenas das aves, suínos e do milho. Além do contingente de produtores envolvidos, ressaltava-se sua importância pelo “expressivo volume de dinheiro recolhido para o governo na forma de impostos”¹⁴⁷. Em 1988, a arrecadação do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) relacionada ao fumo somou 390,9 bilhões de cruzados, ou **20% do total arrecadado no País** naquele ano, que foi de 1,91 trilhão de cruzados¹⁴⁸.

No decorrer da década de 1980, as exportações ganham cada vez mais destaque no cenário da fumicultura catarinense. Na safra 1987/88, quando Santa Catarina assume a liderança na produção nacional, com uma participação de 37% no total, as exportações absorviam 20% da produção catarinense, sendo que o Brasil ocupava o 2º lugar em exportações mundiais. Cada vez mais atrelados aos humores do mercado internacional, cabia aos produtores zelar pelos “cuidados que se devem ter quanto à qualidade do fumo, para competir em condições mais favorecidas nesse mercado”¹⁴⁹. O consumo doméstico de cigarros aumentara de 134,9 bilhões para 150 bilhões de unidades,

¹⁴⁶ STAROSKI, Valdolino. Op. cit. Entrevista.

¹⁴⁷ Icepa, 1986, op. cit., p.123.

¹⁴⁸ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1989-1990**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1990, p.97.

¹⁴⁹ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1987-88**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1988, p.140.

ainda que com algumas quedas periódicas devido a instabilidades macroeconômicas que influíam no poder aquisitivo da população¹⁵⁰.

A área cultivada com fumo em Santa Catarina cresceu de 61 mil hectares em 1980 para 93 mil em 1989, chegando a 96 mil hectares na safra 1985/86, com a produção permanecendo no patamar médio de 145 mil a 160 mil toneladas e o número de produtores saltando de 32 mil em 1980 para cerca de 50 mil em 1990¹⁵¹. Diferente da curva sempre ascendente da década de 1970 que percebemos no Gráfico 1, a década de 1980 caracteriza-se por uma estabilização da produção. Neste momento em que o sistema integrado já estava plenamente consolidado no estado, a comercialização era (como ainda é) feita diretamente com a indústria, mas ainda estava firmada num compromisso verbal entre produtores e companhias manufatureiras. De acordo com a *Síntese* de 1983, a comercialização ocorria entre os meses de “dezembro e janeiro, e participam da compra da produção aproximadamente 20 indústrias”¹⁵². Com diversas unidades de beneficiamento mas nenhuma fábrica de cigarros, as firmas então instaladas em Santa Catarina faziam somente a classificação, seleção, destala, ressecagem, enfardação e expurgo dos fardos entregues pelos produtores, que seguiam tanto para fábricas de cigarro pelo País como para exportação, seja de portos catarinenses ou passando antes pela matriz das empresas, geralmente localizadas no Rio Grande do Sul.

A comercialização do fumo influía diretamente nas variações da área cultivada. As negociações entre produtores e indústria em torno do ajuste dos preços, realizada anualmente em novembro/dezembro, resultava problemática em alguns momentos. Apesar de as entidades representativas dos produtores realizarem anualmente reuniões para negociação de reajustes com as empresas, não era raro que as indústrias acabassem estabelecendo um reajuste de forma unilateral, como aconteceu na safra 1989/90, por exemplo¹⁵³. Em outros momentos, este superava as expectativas dos próprios produtores, como foi o caso da safra 1984/85, quando o aumento nos preços foi de 300%¹⁵⁴.

¹⁵⁰ Idem, p.143-144.

¹⁵¹ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1993**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1993, p. 13.

¹⁵² Icepa, 1983, op. cit., p.216.

¹⁵³ Icepa, 1990, op. cit., p. 105.

¹⁵⁴ Icepa, 1986, op. cit., p.126

Analisando esta documentação escrita em série, é possível verificar como a indústria pratica uma depreciação cíclica da produção, alternando períodos de vultosos reajustes com outros de desvalorização da safra, decorrentes também de fatores internacionais, já que as principais empresas, como a Souza Cruz, são controladas por multinacionais com operações em diversos países. Mas é sobretudo em torno da classificação do fumo que os agricultores e agricultoras relatavam períodos de mais tensão. É quando “a firma castiga”, para usar uma expressão corrente entre os depoentes. Esta questão será discutida com mais profundidade ao final deste trabalho, mas por ora admitimos que a ideia de que “o fumo dava dinheiro” está estreitamente ligada, então, aos parâmetros de comercialização definidos pelas empresas.

Durante a década de 1990, “no auge e no bojo da globalização da economia, o complexo agroindustrial do fumo passou a apresentar novas e importantes mudanças técnicas e organizacionais”, explica Rogério Lima da Silveira. Tais transformações eram “decorrentes especialmente da expansão do mercado mundial e de uma nova onda de centralização e concentração do capital fumageiro em escala internacional.”¹⁵⁵ Em 1990, por exemplo, o fumo catarinense era adquirido por 15 empresas, “destas, cinco adquiriram mais de 80% da produção estadual”¹⁵⁶, dentre elas figurando algumas multinacionais como a BAT e a R.J. Reynolds.

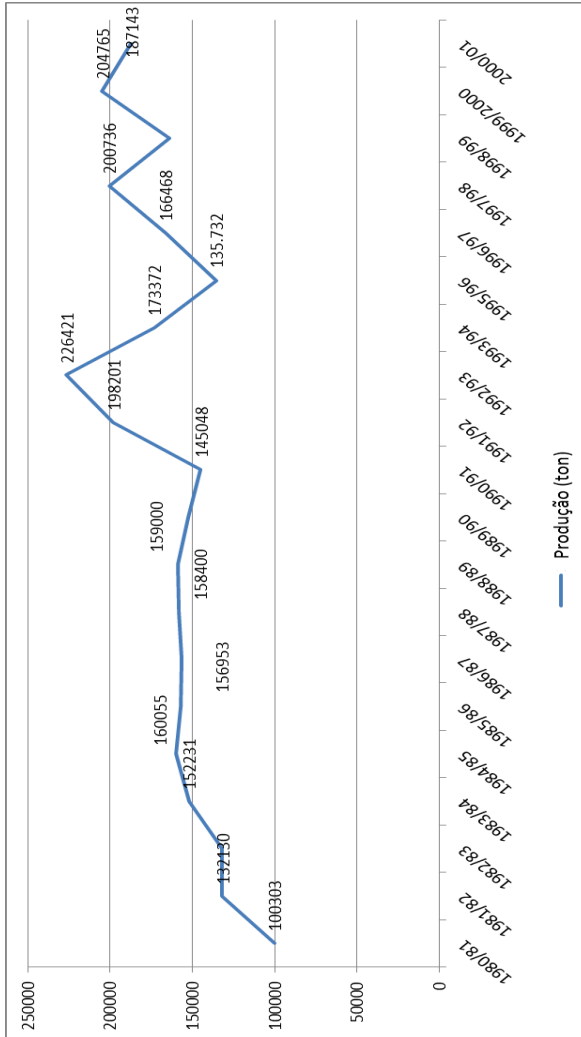
A crescente dependência dos mercados internacionais gera uma instabilidade maior nos preços pagos aos fumicultores, resultando em mudanças drásticas nas áreas cultivadas e, conseqüentemente, na produção. Nos próximos capítulos veremos como pressões internacionais relacionadas ao impacto socioambiental da fumicultura, principalmente quanto ao uso da lenha para secagem do fumo e aos agrotóxicos utilizados na produção do tabaco, também implicaram em transformações no cotidiano laboral dos fumicultores. Mas, por enquanto, observemos no gráfico abaixo como, diferente dos anos 80, em que a produção catarinense de fumo permaneceu num patamar de 145-160 mil toneladas/ano, os anos 90 caracterizam-se por altos e baixos, em ciclos de cerca de 2 anos. Em 1993, por exemplo,

¹⁵⁵ Silveira, op. cit., p.232.

¹⁵⁶ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1990-1991**, vol. 2. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1991, p. 117

observamos um pico de produção de 226 mil toneladas. É nesse ano que o Brasil assume a liderança nas exportações mundiais de fumo. Dois anos depois, a produção cai para 135 mil toneladas, voltando à marca das 200 mil em 1997/98.

GRÁFICO 2 - Produção de Tabaco em Santa Catarina – 1980 a 2001 (em toneladas)



Fonte: Sínteses Anuais da Agricultura de Santa Catarina do Instituto CEPA/SC, com dados da Afubra e do IBGE

Nas *Sínteses Anuais da Agricultura* da década de 90 percebemos como os mercados internacionais estão cada vez mais presentes nas análises sobre o setor fumageiro em Santa Catarina, assim como as políticas antitabagistas que começam a ser implementadas no Brasil neste período, em que avultava a discussão sobre os malefícios do cigarro. Em 1995, a *Síntese* ponderava que “O consumo de cigarros decresceu em 1993 e 1994, atingindo neste último ano o menor patamar dos últimos 20 anos.”¹⁵⁷ Em 1994, após a safra histórica 1992/93, quando foram colhidas 226 mil toneladas de tabaco em Santa Catarina, esperava-se que

Face à redução no preço recebido, aos problemas de comercialização, ao interesse das indústrias em reduzir a produção (por alguns problemas verificados no mercado internacional devido aos elevados excedentes mundiais) e à própria redução do consumo nacional, é certo que na safra 1993/94 haverá redução na área de plantio. **As indústrias deverão optar pela qualidade em vez da quantidade. Essa, aliás, é uma tendência para os próximos anos.**¹⁵⁸ [grifo nosso]

Optar pela qualidade no lugar da quantidade significava, para os produtores, ainda mais surpresas desagradáveis na “esteira”, local de entrega da produção, assim como a necessidade de adotar cada vez mais tecnologias e implementos para agilizar o trabalho, aumentar a produtividade e garantir a qualidade do tabaco produzido. Temos, assim, a configuração de uma agricultura “científica e globalizada em consonância com a lógica competitiva do mercado global e com a racionalidade e as estratégias das corporações multinacionais que controlam o setor”¹⁵⁹. Ainda que uma parcela cada vez maior da produção de fumo seja voltada à exportação, o que reduziria o impacto

¹⁵⁷ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1995*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1995, p.19.

¹⁵⁸ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1994*. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1994, p.13.

¹⁵⁹ Silveira, op. cit., v.1., p.356.

da diminuição do consumo interno devido às primeiras políticas antitabagistas, o ciclo de aumento de produtividade e estoques mundiais seguido de queda nos preços e na área plantada ganha força neste período. Em 1996 já é possível observar reduções significativas da área cultivada com tabaco e da produção na Microrregião Tijucas, que abarca Major Gercino, Nova Trento e Leoberto Leal. Em 1992, 4.510 hectares da microrregião destinavam-se à fumicultura; em 1996 eram 2.521. Sobre a produção de fumo, esta foi de 7.763 toneladas em 1992 e caiu para 4.376 em 1996¹⁶⁰.

O discurso de crise e instabilidade continua ao final da década de 1990. “A fumicultura do Sul do País volta a viver um momento de instabilidade”, informava a *Síntese* de 1998/99, quando esperava-se uma redução na área plantada e inclusive no número de produtores do estado, que naquela safra estava em torno de 65 mil. Além da saturação dos estoques internacionais, o consumo interno de cigarros estava em queda livre. Entre 1988 e 1998, baixara de 157,9 bilhões de unidades para 97 bilhões. Por outro lado, as exportações de cigarros cresceram de 5,38 bilhões de unidades em 1988 para 73 bilhões em 1998.

As ações antitabagistas da Organização Mundial da Saúde também preocupavam cada vez mais o setor: “Pretende, entre outras coisas, que nos próximos anos haja uma proibição mundial de publicidade e promoção do fumo, elevação de impostos, reforço de medidas contra o contrabando e programa educativos voltados principalmente aos jovens”, anunciava a *Síntese* de 1999/2000, fazendo um prelúdio à ratificação da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco, que aconteceria só em 2005. Além disso, “no Brasil, a situação não é diferente. O governo federal, através do Ministério da Saúde, iniciou, neste ano de 2000, uma pesada campanha de combate ao fumo”¹⁶¹. Diante desse cenário, despontava também outro ponto que iria compor o artigo 17º da CQCT, que é a busca de alternativas econômicas para os fumicultores:

¹⁶⁰ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1996**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1997, pp. 84-86.

¹⁶¹ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1999-2000**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 2000, p.44.

No caso de Santa Catarina, onde a fumicultura representa uma importante atividade, isto, somado a mudanças tecnológicas nos sistemas de produção de fumo, aumenta a responsabilidade e a urgência de buscar novas alternativas de renda para boa parte dos cerca de 47 mil produtores que se dedicam a atividade. [...] Caso contrário o quadro de exclusão de produtores do estado só tende a se agravar.¹⁶²

No final da década de 90, Marineide Maria Silva chamava a atenção para o “contraste entre os lucros das fumageiras e os baixos rendimentos dos agricultores”. Analisando dados de 1994 a 1998, ela notou que o lucro da Souza Cruz crescera 450% no período, enquanto os rendimentos dos produtores seguiam tendência inversa: a renda por hectare de fumo plantado caíra de R\$ 616,22 em 1994 para R\$ 385,17, uma redução de 62%. O aumento dos custos de produção, insumos químicos, mão de obra e do rigor na classificação do fumo estava levando muitos agricultores, segundo ela, “a uma situação de inadimplência junto às fumageiras”¹⁶³.

A percepção de que os tempos áureos em que com uma safra de fumo comprava-se uma picape ou construía-se uma casa já faz parte do passado atravessa o discurso dos fumicultores de ontem e hoje. A relevância de fatores como a modernização dos processos produtivos, aumentos dos custos de produção e o abarrotamento dos estoques internacionais têm nesse processo não passa despercebida pelos agricultores. “Antigamente uma família, eu conto por mim, eu pra fazer 300 arroba de fumo, era a família toda e ainda tinha que pagar empregado”, lembra Geremias Kriscinski. “Hoje em dia um casal planta 100, cento e poucos mil e dão conta. Trabalha menos do que eu trabalhei naquela época. Eu fazia 250, 300 arroba, hoje em dia fazem 1600 arroba um casal. Pra tu ver, a diferença é grande né?”¹⁶⁴, compara o agricultor. Os paralelos entre passado e presente também integram a fala de Rainoldo Piotrovski, ex-fumicultor do Rio Café, em Major Gercino: “Naquele tempo eles pegavam o que dava, porque tava em falta, né? Tava em falta, falta, gente, o que é que vocês pensam? Você olha hoje, Paraná, carreta de fumo vem 10 uma atrás da outra [...] Eu falei com gente lá da firma de Blumenau, isso é uma loucura”, observa, e conclui:

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Silva, 2003, op. cit., pp.104-105.

¹⁶⁴ KRICINSKI, Geremias, op. cit. Entrevista.

“Até a Souza Cruz! Se a Souza Cruz tivesse em falta de fumo, como ela tem sobra, reserva, tonelada, caminhões, caminhões, como ela tem de sobra! Se ela tivesse em falta como aquele tempo, hoje dava dinheiro. E eles soltam pro produtor pra comer pra não morrer”¹⁶⁵.

Já aposentados, Geremias, Rainoldo, Valdolino e José Lino acompanham as variações do mercado pelos relatos que seus filhos e filhas que ainda trabalham na fumicultura trazem das idas na esteira das firmas para a entrega da produção: de fulano que conseguiu vender quase tudo a BO1 (cerca de R\$ 150 a arroba), enquanto ciclano quis trazer o fumo de volta por conta da má classificação mas resolveu vender assim mesmo para não ter prejuízo com o frete, do outro que talvez não consiga pagar a prestação da nova estufa de folha solta. Nessa cadeia de mercados globais controlados por empresas multinacionais de um produto cujo consumo vem sendo cada vez mais restrito, eles percebem-se como o elo mais fraco. É o caso de um agricultor da comunidade Rio das Flores, em Major Gercino, que está participando de um projeto de diversificação agroecológica executado pelo Cepagro na região para reduzir sua dependência em relação à fumicultura, item que discutiremos ao final dessa dissertação. Na interpretação do agricultor,

O fumo hoje tem que fazer talvez 5 safra pra fazer o dinheiro que o pai fazia numa só. Era muito dinheiro. Chegava a terminar a safra, quando eu era criança, isso com pouco fumo plantado, com a metade do fumo que eu planto hoje, ele fazia dinheiro de... Credo, chegar a trocar carro todo ano, os colonos chegavam. Como as pessoa via que dava dinheiro, começou todo mundo entrar naquilo. Todo mundo. **Daí os estoque nas empresa começou a ficar grande e hoje são obrigado a pagar mal pra ver se as pessoas vão caindo fora.**¹⁶⁶ [grifo nosso]

¹⁶⁵ PIOTROVSKI, Rainoldo; PIOTROVSKI, Bertolina. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 05 mar. 2015. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

¹⁶⁶ Como trata-se de um agricultor que ainda pode vir a integrar-se novamente a empresas fumageiras decidimos manter sua identidade em sigilo.

Vimos neste capítulo os fatores que contribuíram para a expansão da fumicultura integrada em Santa Catarina, a partir das histórias de vida de agricultores do Alto Vale do Rio Tijucas. O aumento da demanda por matéria-prima para a crescente indústria de cigarros controlada por multinacionais buscando novos mercados, a modernização agrícola voltada aos estímulos das culturas de exportação e químico-dependentes e sustentada por uma política crédito agrícola em bancos públicos, a disponibilidade de mão de obra barata dos agricultores familiares são fios que formam a rede em que os agricultores e agricultoras entrevistados representam alguns dos nós. No entrelaçamento dinâmico desta rede, as movimentações do mercado mundial e interno do fumo influem nas suas vidas cotidianas. Nos próximos capítulos, abordaremos aspectos que não integraram até agora a leitura sobre a expansão e as transformações do sistema integrado da fumicultura: seus impactos socioambientais.

3 CAPÍTULO II

O FUMO E AS FLORESTAS

Desativada há quase 6 anos, a antiga estufa de Santinho Manoel Leal ainda lhe suscita lembranças vívidas. Tendo trabalhado na fumicultura dos 18 até os 63 anos de idade, o agricultor de Boiteuxburgo elabora prontamente os cálculos do consumo de lenha do tempo das “estufadas”¹⁶⁷: “Seis dias. Direto, dia e noite. Fogo na fomalha, gastando lenha. Era direto. Da hora que carregava ela era 6 dias, dependendo 8 dias”¹⁶⁸. Para curar sua produção média de 80 mil pés que ele levou a cabo entre 1993 e 2009 no terreno em que vive hoje, Santinho calcula que “era na base de 10, 12 estufadas”. Para cada uma, cerca de 6 metros cúbicos de lenha eram queimados, somando basicamente 80 a 100 metros cúbicos de lenha para cada safra (incluindo também o consumo doméstico da família).

Durante dois meses (às vezes dois meses e meio), as fomalhas estavam acesas ininterruptamente. Para controlar seu funcionamento, o agricultor “botava às vezes um colchão por cima da mesa e ficava deitado a noite toda ali cuidando das estufa. A hora que os aparelho chamava, precisava botar lenha, jogava lenha na fomalha”. O fogão de lenha ainda montado no paiol testemunha o caráter de segunda casa que a estufa assumia nos meses da secagem e cura do fumo. Os colchões que ainda hoje são vistos repousando em mesas, carretas de tobata ou zorras nos paióis da região durante a colheita reafirmam a presença atual desta prática.

Enquanto plantava fumo, Santinho integrava um contingente de cerca de 180 mil famílias fumicultoras no Sul do Brasil¹⁶⁹. Da produção delas, de acordo com o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco, em média 85% era da variedade *Virgínia*, destinada principalmente para

¹⁶⁷ Chama-se “estufada” cada lote de fumo que é seco na estufa durante um período de 6 a 8 dias.

¹⁶⁸ LEAL, Santinho Manoel, op. cit. Entrevista.

¹⁶⁹ Dados da Associação dos Fumicultores do Brasil apontam que entre 1995 e 2009 o número de famílias fumicultoras oscilou entre 136 mil e 198 mil. Disponível em <<http://Afubra.com.br/index.php/conteudo/show/id/83>>, acesso em: 20 jul. 2015.

a confecção de cigarros e que precisa ser seca e curada em estufas alimentadas com lenha. Outros tipos de tabaco, como o *Burley*, são secos em galpões, na temperatura local, sem uso de fogo, mas não servem para fabricar cigarros comuns (tipo *Marlboro*).

O desmatamento relacionado ao fornecimento de lenha para curar uma das maiores produções mundiais de fumo *Virgínia* constituiu, desde a década de 1980, um dos principais pontos de crítica aos impactos ambientais da fumicultura. Neste capítulo, analisaremos as relações entre a produção integrada de tabaco no Alto Vale do Rio Tijucas e os impactos observados por agricultores e relatados na literatura nas florestas – tanto nativas, quanto exóticas. Isso porque outro ponto polêmico do uso de lenha na fumicultura é a opção pelo reflorestamento com espécies como do gênero *Eucalyptus*, cujos ônus nos recursos hídricos e na biodiversidade dos locais onde é cultivado ainda são discutidos. As percepções dos fumicultores em relação ao meio ambiente e aos impactos de sua atividade nas florestas e a forma como a indústria associa o reflorestamento com a ideia de sustentabilidade também serão problematizadas.

2.1 – Fumando a Mata Atlântica: relações entre fumicultura e desmatamento

Entre 1975 e 1985, o número de famílias fumicultoras em Santa Catarina aumentou de 38 mil para quase 50 mil. Considerando que a expansão do sistema integrado de produção do tabaco no Estado visava a atender principalmente à demanda da indústria de cigarros, grande parte deste contingente estava cultivando fumo *Virgínia*, conforme veremos adiante. Se a multiplicação do número de famílias fumicultoras pelo consumo médio de lenha em uma única safra pode gerar cifras astronômicas, cuja conversão em área desmatada também é problemática, a questão adquire proporções mais complexas se ampliarmos o cálculo para as décadas de expansão da produção de tabaco no Sul do Brasil. Além disso, considerando a importância econômica que as serrarias tiveram na região pesquisada, torna-se ainda mais difícil apontar seguramente o quanto de desmatamento pode ser relacionado exclusivamente à fumicultura.

Para tentar cobrir as lacunas desse quebra-cabeça, recorreremos a estudos e relatórios que, apesar de abordarem contextos mais amplos e globais, também podem fornecer subsídios para analisar esta face do impacto socioambiental da produção de tabaco já nos anos 1980, enquanto na documentação catarinense a discussão sobre fumicultura e

desmatamento só emerge a partir de meados da década de 1990. O uso da documentação que trata de contextos globais para nós não é problemática, pois entendemos que a fumicultura integrada, ainda que estudada a partir do contexto do Alto Vale do Rio Tijuca, frequentemente vai nos remeter a questões *globais*. A costura dessa documentação ao contexto estudados será com os fios de histórias de vida dos agricultores e agricultoras entrevistados, num movimento pendular entre local e global, geral e particular, micro e macro.

O fato de vários dos estudos sobre o uso de lenha e desmatamento na fumicultura estarem ora ligados a grupos ativistas pelo controle do tabagismo ora encomendados pela indústria traz à tona a questão da parcialidade e não-neutralidade destes dados. Assim como qualquer outra fonte histórica, estes documentos estão perpassados por conflitos de interesses. Cientes desta polarização, iniciaremos a abordagem por três estudos feitos a pedido da indústria do tabaco¹⁷⁰: *The use of wood by the tobacco industry and the ecological implications* (1986), *Summary of IRRC's Study on Tropical Deforestation* (1991) e *The use of woodfuel for curing tobacco* (1996). Todos estão disponíveis para consulta online na Legacy Tobacco Documents Library.

Escrito por Alastair Fraser, à época diretor da International Forestry Science Consultancy, empresa escocesa de engenharia florestal¹⁷¹, o relatório *The use of wood by the tobacco industry and the ecological implications* foi financiado pelo International Tobacco Information Centre (INFOTAB), que em 1984 reunia 84 companhias tabagistas para fazer *lobby* contra medidas de controle do tabagismo¹⁷². O estudo já começa na defensiva, afirmando que “a indústria do tabaco é acusada de contribuir para o desmatamento, como resultado de sua

¹⁷⁰ Por mais genérico que o termo “indústria” possa parecer, o próprio autor de um destes trabalhos, Alastair Fraser, escreve na apresentação: “At the invitation of the tobacco industry, IFSC undertook this *independent investigation* of the consumption of wood for the curing and manufacture of tobacco products in developing countries”.

¹⁷¹ Agora chamada LTS International <www.ltsi.co.uk/about-us/our-history>, acesso em: 11 ago. 2015.

¹⁷² LANGLEY, Chris; PARKINSON, Stuart. **Science and the corporate agenda**: The detrimental effects of commercial influence on science and technology. Folkestone, UK: Scientists for Global Responsibility, 2009, p.35. Disponível em http://www.sgr.org.uk/SciencePolicy/SGR_corp_science_full.pdf, acesso em 10 ago. 2015.

grande dependência em lenha para curar o tabaco”¹⁷³, ressaltando as medições “bem obscuras” utilizadas para expressar este impacto, tais como o número de cigarros produzidos para cada árvore desmatada. Com o objetivo de traçar um quadro mais acurado, foram avaliados os níveis de consumo de lenha em sete países produtores de tabaco: Argentina, Brasil, Índia, Quênia, Malawi, Tailândia e Zimbábue. Através de um complexo método que envolve variáveis tais como a umidade da madeira e sua densidade com ou sem casca, os pesquisadores chegaram à unidade de medida *Specific Fuel Consumption* (SFC). O SFC médio dos países avaliados foi de 7,8 kg de lenha para curar 1 kg de tabaco. No caso brasileiro, esta medida foi de 5,9 kg lenha/kg tabaco, sendo que a meta tida como sustentável é de 2 a 3 kg lenha/kg tabaco. Com este dado, Fraser desmente, por exemplo, o relatório do Banco Mundial de 1984 que apontava serem necessários 52kg de lenha para cada kilo de fumo curado¹⁷⁴.

Longe das nossas pretensões e possibilidades avaliar qual dos dois levantamentos está mais próximo à realidade, observemos então as interpretações tecidas no relatório diante destes dados. Na conclusão, Fraser afirma que a fumicultura é responsável por apenas 0,7% do desmatamento nos 69 países em desenvolvimento que são os principais produtores mundiais de tabaco. Entretanto, leva em conta as considerações da FAO de que tal exploração da madeira ocorre de maneira ineficiente e em áreas que já enfrentam falta deste recurso por serem de propriedade coletiva e uso público, contribuindo para o fato de que “os fumicultores, como outros usuários de madeira, tendem a tratar a madeira como um ‘bem grátis’, apesar de em alguns países já terem tomado medidas para tornarem-se autossuficientes”¹⁷⁵. Ao derrubar e queimar as matas nativas, os fumicultores não estariam usando a lenha como um recurso renovável, tornando sua atividade cada vez mais insustentável. Neste sentido, ele defende o cultivo de madeira pela indústria do tabaco, argumentando que este pode gerar empregos e trazer benefícios ambientais e ecológicos “se as espécies corretas forem usadas”.

¹⁷³ FRASER, Alastair. **The use of wood by the tobacco industry and the ecological implications**. Edinburgh: International Forest Science Consultancy, 1986. Disponível em <<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/ppg10049>>, acesso em 17 jun. 2015, p. 5. Tradução da autora.

¹⁷⁴ Idem, p.9

¹⁷⁵ Ibidem, p.31

O estudo de Fraser serviu de base argumentativa para outro levantamento feito a pedido da indústria pelo Investor Responsibility Research Center, instituto de pesquisa sediado em Nova York que trabalha especialmente com “investidores institucionais, corporações, firmas de advocacia, fundações, acadêmicos e outras organizações”¹⁷⁶. No *Summary of IRRC’s study on tropical deforestation*, de 1991, três questões são abordadas: em que medida as companhias norte-americanas e outras corporações ocidentais estão contribuindo para o desmatamento; se existem exemplos de projetos de desenvolvimento envolvendo estas companhias que minimizem a destruição das florestas tropicais; qual o impacto destes projetos de desenvolvimento para a geração de empregos e o meio ambiente.

O caráter imparcial e independente do estudo dura só até a página 2. Para iniciar a defesa da indústria contra as acusações de desmatamento, IRRC aciona um argumento largamente utilizado em outros documentos: “BAT [British American Tobacco] não possui fazendas de tabaco e não cultiva tabaco em nenhum lugar do mundo. Em vez disso, depende de milhares de agricultores *independentes* para produzir as colheitas”¹⁷⁷ (grifo meu). A lógica do sistema integrado da fumicultura traveste a relação dos agricultores com a indústria de “independente” e corrobora a não responsabilização da companhia pelo desmatamento gerado para produzir o tabaco que ela compra.

O exemplo brasileiro é citado para diminuir a responsabilização da indústria pelo impacto ambiental da atividade, enfatizando suas ações de reflorestamento, onde “a subsidiária Souza Cruz da BAT estimula os fumicultores a usar somente eucalipto para curar o tabaco. Souza Cruz lançou recentemente um projeto com o objetivo de aumentar e estimular o plantio de eucalipto para assegurar um suprimento adequado de lenha para os fumicultores”. E ressalta: “Souza Cruz não usa madeira nativa como fonte energética”¹⁷⁸, afirmação desmentida por depoimentos de vários agricultores, conforme veremos adiante.

¹⁷⁶ De acordo com a página do próprio IRRC <<http://irrcinstitute.org/about.php?page=history&nav=3>>, acesso em 11 ago. 2015.

¹⁷⁷ IRRC – Investor Responsibility Research Institute. **Summary of IRRC’s Study on Tropical Deforestation**, p.2. Disponível em <<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/zrkk0208>>, acesso em: 17 jun. 2015. Tradução da autora.

¹⁷⁸ Idem, pp.2-3.

O estudo da IRRC é interessante para entender não só as estratégias argumentativas da indústria para dirimir-se da responsabilização pelos passivos ecológicos da atividade, mas também para perceber as estreitas relações entre empresas como a Souza Cruz e projetos de reflorestamento com eucalipto. O caso de um dos seus braços acionários, a Aracruz Celulose (atual Fibria, uma gigante da produção de polpa de celulose) é citado como exemplo de “desenvolvimento sustentável atingido através de uma parceria com a comunidade” – os pataxós do Sul da Bahia e os quilombolas do norte do Espírito Santo que o digam –, em que 100% da polpa de celulose é obtida de “árvores de eucalipto cuidadosamente gerenciadas, continuamente reprodutivas e altamente produtivas, que chegam à maturidade em sete anos”. As florestas teriam sido, segundo o estudo, plantadas em terras em que a mata nativa já havia sido quase totalmente destruída por plantações de café e produção de carvão, já que a “Aracruz Celulose não destrói florestas nativas para plantar eucalipto”¹⁷⁹.

Em 2002 tal afirmação revelou-se uma fraude, sendo criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Espírito Santo para investigar a grilagem de terras pela companhia. “A CPI constatou um acordo entre a Aracruz Celulose e vários funcionários para que estes requeressem a legitimação da posse de terras públicas estaduais, nos anos 70, a fim de transferi-las à empresa.”, informa a página do Ministério Público Federal do Espírito Santo (MPF/ES), que “propôs ação civil pública contra a Fibria S/A (antiga Aracruz Celulose), o Estado do Espírito Santo e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para que sejam anulados os títulos de domínio de terras devolutas concedidas pelo governo à Aracruz Celulose”¹⁸⁰.

O plantio de essências voltadas à produção de lenha também é ressaltado no relatório da International Tobacco Growers Association, publicado em 1996 para responder “com fatos” a críticas “altamente imprecisas” feitas principalmente por “lobbystas anti-tabaco”¹⁸¹.

¹⁷⁹ Ibidem, p.3

¹⁸⁰ **MPF/ES entra com ação contra Fibria S/A (antiga Aracruz Celulose) por grilagem de terras públicas.** Disponível em http://www.pres.mpf.mp.br/site/noticias/ler_noticia.zul?noticia=1643, acesso em 16 ago. 2015.

¹⁸¹ INTERNATIONAL TOBACCO GROWER’S ASSOCIATION. The Use of Woodfuel for Curing Tobacco. Relatório. Disponível em <

Vejam os fatos apresentados. A escolha da madeira para curar o fumo é justificada, por exemplo, “como uma decisão econômica baseada nos custos e disponibilidade, comparada com outras fontes energéticas. [...] Brasil e Quênia usam madeira de plantações on-farm específicas”, destacando como os fumicultores do sul do Brasil possuem mais áreas de reflorestamento do que outros agricultores. Tal atitude serviria para desmistificar a noção de “vândalos da floresta” comumente associada aos plantadores de fumo. Além disso, estaria firmando o caminho futuro da autossuficiência para os fumicultores¹⁸².

Novamente, mais do que questionar dados apresentados, interessa-nos analisar as interpretações tecidas neste relatório a partir deles. Ao trabalhar com noções como a “economia da escolha de combustível” ou “plantação de lenha” [*fuelwood planting*], fica clara a lógica de *monoculturas da mente* que rege tais estudos. Traduzindo as relações entre humanos e meio ambiente estritamente em termos *econômicos*, reduz-se a utilidade das florestas a um único fim: o fornecimento de madeira e lenha para a indústria. Como afirma Vandana Shiva, “a floresta já não é mais vista como tendo valor em si mesma, em toda sua diversidade. Seu valor é reduzido ao valor da madeira industrial comercialmente explorável”¹⁸³.

As tentativas da indústria de subestimar o impacto da fumiicultura nas florestas dos países produtores de tabaco através da publicação de estudos debatem com pesquisas em que o desmatamento é posto em cores mais carregadas. Um deles é o relatório do Banco Mundial de 1984 que afirma que “a relação entre cura do tabaco, falta de lenha, desmatamento e outros tipos de degradação ambiental está se tornando cada vez mais clara”¹⁸⁴, apontando que “a Organização Mundial de Saúde estima que 12% das árvores cortadas a cada ano servem para cura do tabaco” e que para “cada 1 acre de tabaco Virgínia cultivado em países em desenvolvimento, 1 acre de bosque é queimado”, assim como o aceleração dos processos de desertificação

<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/gkmv0207>>, acesso em: 17 jun. 2015, p. 6. Tradução da autora.

¹⁸² Idem, pp. 1 e 6.

¹⁸³ Shiva, op. cit., p. 17. Tradução da autora.

¹⁸⁴ WORLD BANK. **World Bank Tobacco Financing: the environmental/health case – Background for policy formulation.** Relatório. Disponível em <<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/glfj0202>>, acesso em 07 ago. 2015, p.13. Tradução da autora.

decorrentes do desmatamento em países como Malawi e Tanzania. Além disso, admitindo que a estimativa *aproximada* de 2,5 milhões de hectares de florestas desmatadas anualmente esteja correta, o relatório caracteriza a produção de tabaco como insustentável, necessitando do plantio de “lenha” em 17,5 milhões de hectares para tornar-se sustentável¹⁸⁵.

O reflorestamento para o cultivo de lenha é uma das alternativas apontadas pelo Banco Mundial para mitigar o dilema em que o documento está engendrado. Tendo investido “US\$ 611 milhões em 17 projetos de cultivo de tabaco em 11 países entre 1974 e 1982”, a instituição encontrava-se na encruzilhada moral de continuar apoiando ou não a produção de uma commodity altamente rentável, mas com pesada carga socioambiental para seus produtores e comprovados riscos à saúde para seus consumidores. Neste sentido, apontar o reflorestamento (sobretudo com eucalipto) como alternativa sustentável parece ter mais a ver com a manutenção do fornecimento desta matéria-prima e retorno dos investimentos da instituição do que com seus efeitos para o meio ambiente.

As estatísticas apresentadas pelo Banco Mundial são incorporadas criticamente pelo professor de Saúde Pública da Universidade de Sidney Simon Chapman, na obra *Tobacco Control in the Third World: a resource atlas*¹⁸⁶, publicada em 1990. A reprodução dos números não significa que o autor tenha encampado também a linha argumentativa do Banco. Para Chapman, “o uso do tabaco deveria ser desencorajado, sua promoção proibida e os interesses financeiros dos que lucram com ele nunca postos antes dos interesses pela saúde dos seus usuários e os impactos ecológicos nas regiões que o cultivam”¹⁸⁷. Com parcialidade honestamente explícita, *Tobacco Control in the Third World* é um exemplo do outro polo de estudos sobre o impacto ambiental da fumicultura, produzidos por grupos ligados ao controle do tabagismo – eixo de trabalho em que Chapman ainda é referência mundial – ou por organizações ambientalistas.

¹⁸⁵ Idem, pp. 14; 1; 4; 19.

¹⁸⁶ CHAPMAN, Simon; LENG, Wong Wai. **Tobacco Control in the Third World: a resource atlas**. Penang, Malaysia: International Organization of Consumers Unions, 1990. Disponível em <<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/tlmg0089>>, acesso em: 19 jun. 2015.

¹⁸⁷ Idem, p.6. Tradução da autora.

Outro exemplo é o artigo de Helmut Geist, professor da Universidade de Aberdeen, publicado na revista *Tobacco Control* em 1999. Em *Global assessment of deforestation related to tobacco farming*¹⁸⁸, Geist pretende avaliar o montante global de florestas e bosques consumidos para cura do tabaco entre 1990 e 1995 e “estimar a participação do tabaco no total de desmatamentos. Através de uma metodologia tão complexa quanto a utilizada por Alastair Fraser, o autor estima que “200 mil hectares de florestas e bosques são removidos pelo cultivo de tabaco a cada ano”, contribuindo para em média 4,6% dos desmatamentos nas nações produtoras de fumo. Durante os anos 1980, as perdas florestais anuais chegaram a oscilar entre 1,2 milhões e 2,5 milhões de hectares¹⁸⁹.

Contrariando o estudo da International Tobacco Growers Association que apontava que somente 10% da produção mundial de tabaco era curada utilizando lenha, Geist afirma que este montante (junto com o carvão) é de 58% no geral e 73% nos países em desenvolvimento. No caso de Santa Catarina, entre 1985 e 1987, por exemplo, somando a participação dos fumos Virgínia e Amarelinho, as variedades curadas em estufas com lenha alcançavam entre 70 e 75% da produção total do estado¹⁹⁰. Ainda de acordo com dados do Instituto CEPA, junto com IBGE e IBDF, no início dos anos 80 a secagem de fumo figurava como a principal atividade consumidora de lenha do setor agropecuário, tendo queimado 1,9 milhão de metros estéreis em 1980 e 2,3 milhões em 1981, enquanto a secagem de grãos, por exemplo, ficou na média dos 335 mil metros estéreis. No setor industrial, a cerâmica consumiu no mesmo período 288 mil e 265 mil metros estéreis respectivamente¹⁹¹. Para atender à demanda energética somente da fumicultura, o CEPA calculava que seriam necessários 2,6 mil hectares de reflorestamento com essências de rápido crescimento ao ano¹⁹².

Ainda assim, de acordo com Geist, o impacto da fumicultura nas florestas brasileiras poderia ser considerado baixo, sendo mais sério

¹⁸⁸ GEIST, Helmut. Global assessment of deforestation related to tobacco farming. **Tobacco Control** n° 8, 1999, pp.18–28. Disponível em <<http://tobaccocontrol.bmj.com/>>, acesso em: 17 jun. 2015.

¹⁸⁹ Idem, pp. 18-21. Tradução da autora.

¹⁹⁰ Icepa, 1988, op. cit., p. 139.

¹⁹¹ Icepa, 1986, op. cit., p.198.

¹⁹² CEPA - COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. **Síntese Informativa da Agricultura Catarinense, 1980**. Florianópolis, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, 1981, p.18.

em países como Coréia do Sul, Malawi, Zimbábue e China. Entretanto, alerta que no conjunto da América Latina cerca de 37.200 hectares de florestas foram removidas anualmente entre 1990 e 1995 devido à fumicultura. Admitindo que seus cálculos são estimativas que ainda precisariam ser verificadas empiricamente, Geist conclui seu artigo provocando para um “desafio aos padrões predominantes de transformar folhas verdes num produto pré-industrial que atinge altos níveis de nicotina através do consumo de grandes montantes de recursos naturais”, dialogando assim com a lógica da injustiça ambiental¹⁹³.

As pesquisas e publicações que discutem o impacto ambiental da fumicultura no contexto brasileiro não são menos parciais. Os dados de Geist e da OMS sobre o desmatamento servem de base argumentativa para Guilherme Almeida em *Fumo: servidão moderna e violações dos direitos humanos*, publicação da Organização Terra de Direitos¹⁹⁴ lançada em 2005, além dos informativos do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER), entidade que reúne organizações da agricultura familiar¹⁹⁵ e que publicou em 2010, junto com a Aliança para Controle do Tabagismo (ACT+), a revista *Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia de dependência*. As duas obras constituem uma linha de forte criticismo à lógica do sistema integrado da fumicultura e a seus impactos socioambientais, sendo que a discussão sobre desmatamento é posta em termos bem gerais.

No campo acadêmico, os trabalhos que discutem a questão do desmatamento relacionado à fumicultura que encontramos o fazem a partir de entrevistas em estudos de caso, sem realizar um levantamento de áreas desmatadas relacionadas especificamente à atividade. Em *O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana*, a equipe multidisciplinar coordenada pela professora Virgínia Etges, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), avaliou que “Em 1975 as áreas de cobertura florestal ocupavam 44.900 hectares da área total da bacia do Rio Pardo; já em 1999 ocupavam 72.020 hectares. Ou seja, ocorreu uma evolução de 26% em áreas florestais na bacia hidrográfica no período analisado”, mas que “Não foi possível diferenciar as áreas de mata nativa das áreas de matas reflorestadas com espécies exóticas, uma vez que a análise das imagens de satélites não permite esta

¹⁹³ Geist, op. cit., pp.23-27.

¹⁹⁴ Almeida, op.cit. A Terra de Direitos é uma organização não-governamental voltada à promoção dos direitos humanos, especialmente econômicos, sociais e ambientais. Ver terradireitos.org.br, acesso em 11 ago 2015.

¹⁹⁵ Deser; ACT+, op. cit.

interpretação, pelo fato de as áreas, tanto no primeiro quanto no segundo caso, serem muito pequenas¹⁹⁶. Tal aumento da cobertura florestal deve-se, de acordo com os pesquisadores, a fatores como abandono de áreas agrícolas e recrudescimento da fiscalização ambiental, o que estaria estimulando o reflorestamento com exóticas.

A pesquisa da equipe coordenada por Etges também entrevistou fumicultores como parte de sua metodologia. Assim, fazem uma importante observação ao dado do aumento da cobertura florestal:

Cabe ressaltar, entretanto, que, quando perguntados sobre que lenha utilizavam para secar o fumo (objetivo 4), 9% dos produtores afirmaram utilizar lenha proveniente da mata nativa. Se somarmos estes aos que usam mata nativa e reflorestada, teremos 59%, o que é muito significativo frente aos 20% que usam somente lenha proveniente de mata reflorestada.

Aproximando-nos da nossa região de estudos, temos alguns dados na mesma linha trazidos por Sérgio Boeira na obra *Atrás da cortina da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente*. Nas entrevistas com instrutores de fumo da Souza Cruz que atuavam na mesorregião do Vale do Itajaí no final da década de 90, estes informaram ao pesquisador que, na microrregião de Major Gercino, Leoberto Leal, Nova Trento e Angelina, a porcentagem de fumicultores que utilizavam lenha nativa era de 90%. A proporção se repete para Ituporanga e redondezas (municípios de Agronômica, Aurora, Atalanta, Apiúna e Petrolândia), sendo de 70% para Presidente Getúlio e 60% para Imbuia.

Assim como no caso de Boeira e Etges, as entrevistas com trabalhadores ligados à produção de tabaco serão úteis para compreender a questão do desmatamento frente à falta de levantamentos espaciais sobre esta face do impacto ambiental da atividade. Em três visitas à superintendência do IBAMA em Florianópolis, fomos informadas que o Instituto não realiza este tipo de monitoramento, sendo responsável somente pelas autuações por desmatamentos ilegais. O dado mais próximo sobre a relação entre fumicultura e desmatamento foi fornecido por organizações ambientalistas. A Fundação SOS Mata Atlântica, em parceria com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e

¹⁹⁶ Etges, op. cit., p.16.

o Instituto Socioambiental, calculou que “no período 90/95, foram desmatados no Estado 70.065 hectares, equivalente a 2,7 campos de futebol por hora, 24 horas por dia”¹⁹⁷, sendo que a fumicultura figuraria dentre os principais responsáveis por esta situação junto com a expansão urbana e os assentamentos agrícolas, de acordo com a ambientalista Miriam Prochnow, presidente da Apremavi (Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí).

Passemos então a palavra aos fumicultores e ex-fumicultores, para podermos seguir na urdidura desta trama que entrelaça dados, estatísticas e interpretações em nível global às experiências locais e cotidianas destes trabalhadores. A maior parte dos entrevistados tem mais de 55 anos, tendo começado na lida do fumo na década de 1970 e permanecido na atividade até finais da década de 1990 e início dos anos 2000. Quando perguntados sobre a questão da lenha na época em que plantavam fumo, as respostas eram unânimes: “Nativa, nativa”¹⁹⁸, conta Rainoldo Piotrovski, da comunidade Rio Café, em Major Gercino. Em outra comunidade do mesmo município, a Nova Galícia, o agricultor Vicente Detz também relata que “Lenha ia lá com o machado e derrubava onde dava. [...] Ia lá derrubar mato e puxava com carrocinha, puxava ali, empilhava a lenha ali aos montes, chegava na safra não tinha ninguém que dissesse”¹⁹⁹. Tendo trabalhado por alguns anos em serrarias, antes de começar na fumicultura, Valdir Scheffer, de Boiteuxburgo, até nomeia algumas das espécies que iam para a fornalha, ressaltando a maior qualidade da madeira nativa frente à reflorestada:

[...] muitas vezes pegava canela, peroba, araçá, cambatá, tudo lenha dura. A lenha mole também é parelho com o calipo, madeira mole também queima mais ligeiro, não tem tanto cerne, não tem nada. Mas, quando derrubava mato, [...] peroba ninguém queria, só mato que era lenha dura. Aí rendia isso.²⁰⁰

¹⁹⁷ CAMPANILI, Maura. **Fumando a Mata Atlântica**: Souza Cruz ignora origem da lenha utilizada por agricultores nas estufas de fumo. Disponível em <http://site-antigo.socioambiental.org/website/parabolicas/edicoes/edicao48/reportag/pg2.htm>, acesso em 11 ago. 2015.

¹⁹⁸ PIOTROVSKI, Rainoldo; PIOTROVSKI, Bertolina, op. cit. Entrevista.

¹⁹⁹ DETZ, Vicente, op. cit. Entrevista.

²⁰⁰ SCHEFFER, Valdir, op. cit. Entrevista.

Ao falar sobre o dono das terras em que trabalhava de arrendatário, Marcílio Felisbino, do Rio do Miche, em Leoberto Leal, calcula que “quando ele comprou dava acho que 6, 7 hectares de terra em pasto. Hoje acho que dava 6 ou 7 lote em pasto. Tudo tirado lenha”²⁰¹, sendo o “lote” a medida de 25 hectares utilizada na divisão das terras ainda na época da colonização da região por imigrantes europeus.

A partir da tranquilidade e naturalidade com que estes agricultores assumem o uso da lenha proveniente de mata nativa no passado, quando esta prática ainda não era criminalizada, podemos perceber um pouco da relação que eles tinham com a floresta, pautada não só pelas experiências deles, mas também pelas de seus antepassados. Seus pais, avós ou bisavós, imigrantes europeus (sobretudo alemães e poloneses), produziram interferências naquele novo meio ambiente que eram “determinadas pela mescla entre sua bagagem cultural trazida da Europa e a assimilação de práticas e hábitos locais”²⁰². Diante do exuberante porte e caótica biodiversidade da Floresta Ombrófila Densa em que os colonizadores europeus foram instalados, impressões diversas eram geradas e expressas. Em *O imigrante e a floresta*, o historiador Manoel Teixeira Santos analisa as diferentes interpretações produzidas pelos imigrantes, a partir do estudo de correspondências dos colonos, documentos da administração colonial e relatos de viajantes. Variando entre o medo e o embevecimento, algumas noções parecem ter sido recorrentes nestas narrativas, tais como a de conquista do espaço simbolizada pela coivara. A selvageria da mata virgem dava lugar à civilização dos campos cultivados na construção da paisagem colonial²⁰³.

As relações entre a destruição da mata e o desenvolvimento do processo colonizador brasileiro também são abordadas por Luciana Murari em *Natureza e Cultura no Brasil*. Trabalhando com obras de pensadores e escritores, ela reflete sobre as diversas imagens formuladas sobre a natureza nestes textos e sua participação na formação brasileira entre 1870 e 1922, como no romance *Canaã*, escrito por Graça Aranha. Publicado em 1902, o livro narra as experiências de imigrantes alemães chegados ao Espírito Santo. Luciana Murari destaca a ênfase que Graça

²⁰¹ FELISBINO, Marcílio. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Leoberto Leal, 04 mar. 2015. Entrevista. Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC.

²⁰² Santos, 2011, op. cit, p. 20

²⁰³ Idem, p.69

Aranha dá ao trabalho da coivara, que imbuía os colonizadores de uma “fúria histórica de destruição”, que “transformava os trabalhadores brasileiros, de indolentes e anêmicos, em seres dotados de uma força hercúlea na luta contra a natureza selvagem”. A destruição da mata marcava a passagem “à natureza cultivada, controlada pelo homem e por ele submissa a seus fins de sobrevivência, acumulação e aperfeiçoamento, inaugurando a nova era da ocupação do país pelo imigrante europeu”²⁰⁴.

Em produções culturais que circulam no contexto dos ex-fumicultores e fumicultores entrevistados, esta relação também está presente. Um exemplo é o livro comemorativo aos 180 anos de imigração alemã no Brasil que a Souza Cruz editou em 2004 com apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e que encontramos na casa de José Lino Seidler, que gentilmente emprestou o material para que fosse fotografado. A imagem abaixo, retirada da publicação, expressa o modelo de pioneirismo colonial que está posto ali: com o homem à frente, de machado na mão, enquanto “Passo a passo, a duras golpes de machado, conquista o pioneiro seu novo império”, como diz a legenda correspondente à gravura. “Árvores majestosas, que em sua pátria constituiriam uma fortuna, são para ele agora somente enorme obstáculos. Diante da natureza dadivosa, tem ele que lutar pertinazmente pela subsistência. Pareceria paradoxal, se não fosse nua e crua realidade”²⁰⁵. A luta contra a natureza, quando nem sequer a *noção de desmatamento* era corrente, era o primeiro passo da ocupação, conforme podemos perceber na fala do próprio José Lino:

Queres que eu conte então a história de como nós chegemo de muda aqui? Nesse lugar tinha 4 morador. Nesse lugar todo. Era um deserto, que nem se diz, quase que nem índio. [...] Daí meu pai começou a luta, começemo a luta, era tudo... Bom, agora também vamo falar, porque já aconteceu... **Não tinha desmatamento, nada. Era tudo mata nativa, entendes?**²⁰⁶ [grifo nosso]

²⁰⁴ MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 182-183

²⁰⁵ ROCKENBACK, Silvio Aloysio; FLORES, Hilda Agner Hübner. **Imigração alemã: 180 anos** – história e cultura. Porto Alegre: CORAG, 2004, pp. 15 e 68.

²⁰⁶ SEIDLER, José Lino. Op. cit. Entrevista.



Figura 3 - Ilustração do livro *Imigração alemã: 180 anos – história e cultura*, editado pela Souza Cruz com apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, 2004.

Obviamente, a atitude predatória em relação às florestas não foi uma novidade introduzida pelos imigrantes europeus no século XIX na história da colonização do território brasileiro, como nos mostra Warren Dean, por exemplo, em *A ferro e fogo*. Numa perspectiva extremamente pessimista, ele aborda as relações entre seres humanos e as florestas reduzida a termos de “exploração e destruição”,²⁰⁷ corroborando a interpretação presente em Sérgio Buarque de Hollanda que taxa como “perdulária” e “imprevidente” a ocupação e exploração territorial lusitana.

Na reflexão sobre as vivências dos sujeitos que participam desta pesquisa é necessário considerar, portanto, suas relações com o meio ambiente no contexto destes outros processos de ocupação territorial e exploração econômica através do desmatamento. Como vimos no Capítulo I, a exploração da madeira nativa constituiu uma atividade economicamente importante no Alto Vale do Rio Tijucas antes e depois da chegada da fumicultura integrada à região.

Donos das terras, donos das florestas. Ao tomarem posse do território, os imigrantes e seus descendentes apossavam-se de sua cobertura vegetal, transformada em capital a ser explorado, percepção presente na fala de Vicente Detz, ao indignar-se com as atuais restrições à exploração da madeira: “Terra da gente, capoeirão é da gente, e não pode derrubar pra queimar porque é lenha nativa. Até lenha nativa ninguém mais puxa um pedaço lá pra baixo. Porque se pegar o caminhão com os pedaço de lenha nativa é multado. Então agora aqui vai dar mato mesmo.”²⁰⁸ Tal depoimento contrasta com sua interpretação supracitada sobre o uso da madeira nativa em tempos anteriores: “Lenha ia lá com o machado e derrubava onde dava...”.

Do contraste entre estes dois excertos da entrevista de Vicente Detz, representativa de várias outras, podemos extrair algumas considerações sobre o uso da lenha nativa não só no contexto da fumicultura, mas como atividade de exploração econômica em Santa Catarina. Primeiramente, a visão da lenha como um bem comum e grátis, parafraseando a expressão de Alastair Fraser usada para caracterizar a relação dos produtores de tabaco com os recursos florestais²⁰⁹. Além disso, entra em consonância com o próprio discurso

²⁰⁷ DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p.23

²⁰⁸ DETZ, Vicente, op. cit. Entrevista.

²⁰⁹ No original: “The tobacco growers, like other wood users, still tend to regard wood as a ‘free good’”. Fraser, op. cit, p. 31

governamental sobre as florestas do estado à época em que os entrevistados estavam cultivando tabaco, entre as décadas de 1970 e 1990. Na *Síntese Anual da Agricultura* de 1983, por exemplo, lemos que

Santa Catarina tem nas atividades florestais uma longa tradição. Essas atividades tendem a continuar, pois, devido à topografia extremamente acidentada, alta pluviosidade e solos pobres, não só grandes extensões do Estado têm apenas a aptidão florestal como única opção técnica e economicamente viável, como também ainda existe uma razoável cobertura de matas nativas primárias e secundárias, num total aproximado de 33,4%.²¹⁰

As estimativas oficiais de que as matas nativas ainda cobriam 1/3 do território estadual persistem na documentação até finais da década de 1980. Só em 1988 é que emerge certa preocupação com o processo predatório de desmatamento verificado no território catarinense, que, “intensificado nas últimas décadas, vem-se mostrando devastador”. O ritmo da destruição já era reconhecidamente tão alto que colocava “em questão a estimativa oficial de permanência de 30% de áreas de matas naturais no estado. Algumas estimativas atuais calculam que as áreas de cobertura florestal representam apenas cerca de 15% da área total”²¹¹. Da confiança na razoável cobertura de matas do início da década, ao final dos anos 80 o tom é de insegurança frente ao “atual estágio de exiguidade de matérias-primas básicas da diversificada produção florestal catarinense” – ou seja, as matas. Ainda que impactos ambientais do desmatamento como a degradação dos solos sejam rapidamente mencionados, são especialmente as consequências econômicas da extinção das florestas que são caracterizadas como mais preocupantes na documentação.

Voltamos, assim, ao problema da parte que cabe à fomicultura no latifúndio do desmatamento. Se sua medida ainda é difícil de traçar com exatidão, pensemos na outra parte da fala de Vicente Detz: “Terra da gente, capoeirão é da gente, e não pode derrubar pra queimar porque é lenha nativa”. Isso porque, como conta Santo Leal: “Daí veio a lei que não podia mais tirar lenha nativa”. Ou, nas palavras de Bertolina Piotrovski, agricultora da comunidade do Rio Café, em Major Gercino:

²¹⁰ Icepa, 1983, op. cit.

²¹¹ Icepa, 1988, op.cit., p.66

“Estragaram alguma madeira... Se o IBAMA não entra e tranca, não tinha mais nem um pau”.

As leis, as “trancas” a que se referem os entrevistados são as restrições legais que passaram a vigorar sobre o uso da lenha na fumicultura, como o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 2000 entre Ministério Público de Santa Catarina, AFUBRA e SINDITABACO (à época SINDIFUMO). Ainda que a medida exata do desmatamento relacionado à fumicultura seja talvez impossível de estabelecer, a tomada de uma medida como esta é indicativa dos níveis críticos a que pode ter chegado a exploração da Mata Atlântica para alimentar as estufas de secagem do fumo.

Baseado num Relatório de Inspeção e Vistoria da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental de Santa Catarina “dando conta do corte de mata nativa para fins de desenvolvimento da fumicultura Catarinense”, o TAC (ANEXO 1) é o ponto culminante de uma Ação Civil Pública movida pela Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público de Santa Catarina²¹². Nele, as empresas associadas ao SINDIFUMO comprometem-se, dentre outros pontos, a: disponibilizar financiamento para aquisição de lenha que seja legalizada frente aos órgãos ambientais; promover “campanhas de conscientização da necessidade de reflorestamento para fins de auto sustentabilidade da propriedade rural dos produtores do fumo tipo *Virginia* e preservação da mata nativa”; distribuir cartilhas de estímulo ao reflorestamento e mudas a preço de custo aos produtores; e, na sua Cláusula 9ª:

a estabelecer nos contratos firmados com os produtores, a partir de março de 2001, a vedação de aquisição de fumo *Virginia*, secado com lenha cuja fonte não seja regular frente as entidades ambientais com jurisdição em Santa Catarina. **A vedação de aquisição deverá ser precedida de autuação dos produtores pelos órgãos ambientais**, oportunizado o direito de defesa aos agricultores, com o respectivo trânsito em julgado judicial da penalidade eventualmente imposta. Os órgãos ambientais que firmam o presente termo

²¹² MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas**. Enviado por correio eletrônico a <carudionisio@gmail.com> em 17 jul. 2015. Tentamos acessar também o Relatório de Vistoria junto ao Ministério Público e Polícia Ambiental, mas ambos afirmam não ter mais o documento em arquivo.

informarão ao SINDIFUMO o trânsito em julgado judicial de qualquer autuação ambiental para os efeitos desta cláusula²¹³. [grifos nossos]

De atividade econômica a crime ambiental: para os agricultores, assinatura do TAC marca uma ruptura na relação que eles tinham com a floresta. O insumo antes abundante e gratuito – a lenha – passava a ter que ser registrado, autorizado, comprado ou *plantado*. De acordo com os entrevistados, as novas restrições ambientais não foram uma surpresa, pois os funcionários do serviço de assistência técnica das empresas já avisavam os produtores sobre possíveis mudanças para o uso da lenha. “Enquanto eu plantava fumo, o cara tirava lenha de onde queria no seu terreno. Se escutava que iam proibir, iam proibir, mas pra gente era só conversa. Os instrutor explicava, mas na época era mais na conversa só”²¹⁴, conta Aluísio Stolarczk, ex-fumicultor da comunidade do Pinheiral, em Major Gercino. “Eles nunca escutavam, porque lenha tem que chega. E a Polícia Ambiental, essa fiscalização, não davam muita bola. Mas quando viram que era demais, que tavam detonando tudo, conseguiram trancar de vez”²¹⁵, lembra um fumicultor da tifa Diamante, no mesmo município. Mesmo assim, a criminalização de uma prática importante não só economicamente, mas, como vimos acima, significativa do ponto de vista de ocupação do território, não foi nem é aceita passivamente, como percebemos na fala de José Lino Seidler:

Eu tenho pouca terra que foi desmatado. Só que eu não sou mais dono daquelas propriedade que eu deixei em mata nativa! É outra coisa errada. Eu sou a favor de não desmatar, derrubar e coisa. Só que quem deixou tinha que ser um pouco de dono. Mas não é mais. Eu não posso mais cortar uma árvore pra serrar pra mim fazer uma construção! Porque as minha construção é tudo de madeira, eles já vêm aqui, me processam, me levam pra cadeia, vou ter que responder processo e coisa. Erradíssimo! Eu preservei! Mas hoje eu não sou mais dono... Não sou mais dono...²¹⁶

²¹³ Idem.

²¹⁴ STOLARCZK, Aluísio, op. cit. Entrevista.

²¹⁵ Como trata-se de um agricultor que pode vir a integrar-se novamente a uma empresa fumageira, decidimos manter sua identidade em sigilo.

²¹⁶ SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

O questionamento de José Lino Seidler à legislação ambiental, assim como de Vicente Detz, baseia-se na sua noção de propriedade não só sobre o lote colonial, mas também de sua cobertura vegetal. A criminalização do corte da mata nativa, em sua fala, significa também a desapropriação dos seus recursos florestais, que passam a ser do Estado. O agricultor mostrou-se revoltado também com a criminalização do corte de matas secundárias, as “capoeiras”, resultado da regeneração da cobertura original.

Consultando os arquivos do IBAMA em Florianópolis, encontramos algumas autuações de fomicultores na região pesquisada, principalmente entre os danos de 2005 e 2008. Um agricultor da mesma comunidade de José Lino, Rio do Miche, foi autuado pelo IBAMA em dezembro de 2005 por “destruir 3,81 ha de florestas nativas do bioma Mata Atlântica, objeto de especial preservação, sem autorização do órgão ambiental competente” e por “destruir 1,17 ha de florestas nativas em área de preservação permanente (APP)”, conforme consta no Relatório de Vistoria Fiscalizatória anexo ao Processo IBAMA/MMA GEREX I/SC nº 02026.006425/2005-82. De acordo com o documento, dentre as essências derrubadas estavam: “cedro, canela-amarela, canela-tamanco, peroba, cambará, xaxim, palmito, entre outras”. O Relatório prossegue afirmando que “observou-se que a mata suprimida tem uma altura média de mais de oito metros, baseando-se pela visualização da borda da área desmatada [...] Verificou-se também a existência de epífitas e trepadeiras (cipós), típicas daquela tipologia vegetal, características indicativas do estágio de sucessional vegetação secundária em estágio médio e avançado de regeneração”, além da supressão da vegetação próxima a cursos d’água.

O Relatório especifica que “A derrubada foi realizada pelo proprietário com o objetivo de abertura de área para reflorestamento com Pinus e Eucaliptos”. Já na defesa do agricultor, protocolada no IBAMA menos de uma semana após a autuação e que também consta nos autos do processo, o advogado contratado alega que

[...] o que na verdade existia, era uma área com capoeira, que a alguns anos atrás tratava-se de área com lavoura e, que com o passar dos tempos e com o abandono da lavoura, começou a crescer uma capoeira, que neste momento foi limpa pelo Requerente.

Em momento algum, o Requerente teve a intenção ou destruiu mata de preservação ou nativa, quando na verdade apenas limpou uma área que já era

cultivada a vários anos e, estava em capoeirão desde 2003.²¹⁷

É interessante notar como os argumentos do agricultor **expressos nestes documentos** não diferem muito dos apresentados pela indústria do tabaco no *Summary of IRRC's study on tropical deforestation*, que afirma que a Aracruz Celulose só utilizava terras já degradadas pela agricultura para reflorestamento, conforme vimos acima. Enquanto a Ação Civil Pública contra a Aracruz/Fibria tramita desde 2013 sem nenhuma sentença ou condenação, somente uma antecipação de tutela sobre os milhares de hectares de terra que a empresa supostamente teria grilado durante a década de 1970²¹⁸ -, para o agricultor todas as possibilidades de recurso ou pedidos de redução de multa foram indeferidos. Em 2009 foi mantida a autuação ao fumicultor, condenado a pagar uma multa de R\$ 9.000,00 (R\$ 1.500,00 por hectare ou fração desmatado). Argumentos similares utilizados por atores diversos geram diferentes punições.

Assim, percepção de que existem dois pesos e duas medidas embasa a crítica destes agricultores à legislação ambiental. Na falta de compreensão sobre os trâmites burocráticos para solicitar uma autorização de corte ou às vezes até mesmo de recursos para abrir este processo em Florianópolis ou outro grande centro urbano, eles expressam perplexidade e revolta frente à criminalização de uma prática até então corrente e que gera consequências para além de multas. Foi o caso de Jacó Voitena, do Rio das Flores (Major Gercino), também autuado pelo IBAMA em 2007 porque o filho derrubou uma área de vegetação secundária (capoeira) em seu terreno sem autorização dos órgãos competentes. Até a audiência final de seu julgamento foram seis anos de espera, período durante o qual ele ficou impedido de votar, o que lhe gerou grande descontentamento. Quando lhe perguntamos sobre

²¹⁷ SENS, Valério Ernestino. **Requerimento de Revisão de Infração** Protocolado sob nº 02026.007798-05-07, anexo ao Processo IBAMA/MMA GEREX I/SC nº 02026.006425/2005-82, consultado na sede do IBAMA-Florianópolis em 17 jul. 2015.

²¹⁸ Sobre o histórico da CPI da Aracruz Celulose, ver <http://reporterbrasil.org.br/2013/12/mpfes-entra-com-acao-contra-antiga-aracruz-celulose-por-grilagem-de-terras-publicas/>. É possível acompanhar a tramitação do processo em <http://www2.jfes.jus.br/jfes/portal/consulta/resconsproc.asp> pelo número 0000693-61.2013.4.02.5003. Acessos em 15 ago. 2015.

como ele deveria ter procedido, o agricultor de 67 anos ainda demonstrava desconhecimento: “Se era pra Prefeitura, pro técnico, pro engenheiro agrônomo, pro engenheiro técnico, pro governo, aí eu não sei”²¹⁹. Os questionamentos de Geremias Kriscinski, da comunidade do Rio Veado, em Nova Trento, seguem na mesma linha:

Aí foi indo, foi indo, até que no fim trancaram tudo, né. Não pode derrubar mais um pedacinho de mato sem ter, na verdade, vamos dizer assim, sem ter dinheiro. Porque se tu tiver dinheiro, tu vai lá em Florianópolis, lá no IBAMA, tu podes fazer um contrato lá com eles, mas tens que pagar, né? Pra derrubar um hectare de mato eles te dão ordem. Se tu pagar pra eles tu pode derrubar. Por causa disso às vezes me revolto, porque lei, se é lei é lei, não é o dinheiro que manda.²²⁰

A criminalização do uso de lenha nativa trouxe implicações mais do que econômicas para estes agricultores. Se antes este insumo fundamental – lenha – estava disponível em abundância e gratuitamente, após a assinatura do TAC sua utilização tornou-se cada vez mais restrita e, sobretudo, **ilegal**, passível de multa. Incorreu, portanto, não só em mudanças nos modos que eles tinham de “produzir bens a partir de recursos naturais”, mas até mesmo nas percepções e estruturas de significação que formam parte do diálogo do indivíduo com a natureza, na linha de reflexão de Donald Worster²²¹. A relação destes agricultores com a floresta passou a ser balizada no próprio *Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha*, instrumento burocrático adotado pela maioria das empresas integradoras a partir do final da década de 1990.

Na versão deste documento utilizada pela Souza Cruz na safra 1999/2000, por exemplo, a cláusula 2.7 observa apenas que: “O PRODUTOR obriga-se a respeitar a legislação de meio ambiente em vigor, eximindo a EMPRESA de qualquer responsabilidade pela sua inobservância”²²². Já no contrato assinado pelos produtores integrados à

²¹⁹ VOITENA, Jacó, op. cit. Entrevista.

²²⁰ KRISCINSKI, Geremias, op. cit. Entrevista.

²²¹ Worster, 1991, op. cit., p.202.

²²² Apud BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça** : tabaco, tabagismo e meio ambiente - estratégias da indústria e dilemas da crítica. 431f.

Dimon do Brasil na safra 2004/2005 (que segue o mesmo padrão da Souza Cruz), tal cláusula foi expandida:

2.7 O PRODUTOR exime a EMPRESA de quaisquer responsabilidades decorrentes e se obriga ao seguinte:

a) Somente utilizar em suas estufas de secagem de fumo, lenha de fonte regular e permitida em lei, preservando a mata nativa e cumprindo a legislação ambiental.²²³

Além disso, para a safra 2003/2004 foi elaborado um *Termo de Compromisso* referente especificamente ao consumo de lenha²²⁴ (ANEXO 2). Não foi possível averiguar se tal documento já era assinado pelos produtores de outrora. Mas, nas visitas de campo feitas em 2014 e 2015 para esta pesquisa, verificou-se que ele vem anexo ao contrato e é assinado pelos agricultores. No documento, eles declaram: ter recebido material gráfico e de orientação das empresas sobre a proibição do uso de mata nativa e bracinga nas estufas; mudas para reflorestamento e orientação técnica; ter ciência sobre financiamento para aquisição e transporte de lenha e processo de autorização para uso de lenha nativa.

Assim, o ajustamento de condutas assumido pelas empresas (representadas pelo SINDIFUMO) e pela Associação dos Fumicultores do Brasil (que, no caso dos entrevistados para esta pesquisa, significa mais uma seguradora do que uma entidade representativa deles) com o Ministério Público é repassado contratualmente aos produtores. A preservação da Mata Atlântica torna-se um dos “Compromissos do produtor com o meio ambiente”, como diz o cartaz frequentemente visto nas portas das estufas de secagem de fumo da região, elaborado na esteira da assinatura do TAC (ANEXO 3). No material, o “meio ambiente” é posto como “nosso maior patrimônio”, em defesa do qual unem-se “Produtor e indústria”. Além disso, apresenta-se aí a alternativa

Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2000, p. 411.

²²³ Apud SOUZA, Liége Alendes. **Análise do contrato de integração entre produtores de fumo e a indústria fumageira**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010, p.113.

²²⁴ Ministério Público do Estado de Santa Catarina, 2000, op. cit.

para garantir os níveis sempre ascendentes de produção do fumo Virgínia: “Sabemos que o reflorestamento com espécies exóticas é o melhor caminho para mantermos nossa atividade produtiva e ao mesmo tempo preservarmos o meio ambiente”.

Mesmo com o IBAMA “trancando tudo”, para usar uma expressão corrente entre os agricultores para falar sobre a proibição do corte da lenha nativa, a produção de fumo deveria continuar. A regulamentação deste insumo fundamental para a produção do *Virgínia* acentuou a importância, provavelmente contribuindo também para sua expansão, de uma prática iniciada pelo menos 30 anos antes junto aos fumicultores: o incentivo ao reflorestamento com espécies exóticas – sobretudo do gênero *Eucalyptus* – para fornecimento de lenha para as estufas.

2.2 - “A gente nem sabia o que era calipo...”: o reflorestamento com eucalipto e a “sustentabilidade” da fumicultura integrada

Ainda que recusando-se a entrar no enquadramento da câmera, Bertolina Piotrowski participa ativamente da entrevista. Enquanto o marido, Rainoldo, está em frente da lente e do microfone, ela prefere ficar sentada ao lado de uma mesa dominada por uma pilha de roupas esperando para serem passadas e dobradas por ela. Apesar da timidez em aparecer no vídeo, suas intervenções são precisas e muitas vezes dramáticas. “A gente nem sabia o que era calipo!”, exclama a agricultora quase septuagenária quando pergunto sobre o consumo de lenha na época em que ela e o marido plantavam fumo, entre meados dos anos 1970 até cerca de 10 anos atrás. O *calipo* a que se refere Bertolina é o *Eucalyptus*, gênero de árvore exótica amplamente utilizada em reflorestamentos na região do Alto Vale do Rio Tijucas.

Para chegar à casa de Bertolina e Rainoldo, na comunidade do Rio Café, são cerca de 40 sinuosos quilômetros em estrada de chão desde o centro de Major Gercino. Durante o percurso, que margeia e atravessa colinas e pequenos vales, é notável o contraste das manchas de *calipo* que emergem em meio à Floresta Ombrófila Densa. Marcada pela diversidade de cores, formatos e volumes da Mata Atlântica, a cobertura vegetal original sofre um corte abrupto para dar lugar à uniformidade monótona da floresta (im)plantada. O choque visual causado à pesquisadora no presente ajuda a compreender a perplexidade expressa na resposta de Bertolina sobre sua experiência no passado. Chama a atenção na sua curta fala o exotismo da nova variedade arbórea introduzida na região.



Figura 4 - Retrato frequente de uma roça de fumo no Alto Vale do Rio Tijucas, com a malha de eucalipto adjacente, explicitando o contraste entre a uniformidade (im)plantada e a diversidade nativa. Foto: Ana Carolina Dionísio, outubro 2014.

O contraste entre as matas nativas e as florestas plantadas é perceptível até mesmo nos materiais informativos sobre reflorestamento produzidos pela indústria e distribuído aos agricultores, como a foto de capa do *Manual de Reflorestamento* publicado pela AFUBRA e SINDIFUMO em 2006 (Figura 5). A floresta de eucalipto sobressai-se no primeiro plano da foto, com os remanescentes de Mata Atlântica ao fundo, sob os dizeres: “Preservar o meio ambiente é compromisso de todos”. Na página 3 do mesmo manual, com o título “Reflorestar é plantar um futuro melhor” e uma imagem de árvores de eucalipto, afirma-se:



Figura 5 – Capa de *Manual de Reflorestamento*. O destaque para a opção pelo eucalipto no Manual produzido pela Afubra/Sindifumo em 2006. Foto: Ana Carolina Dionísio.

Por isso, o que se pretende com este manual é demonstrar a possibilidade de continuar desenvolvendo as atividades agrícolas, principalmente a fumicultura, sem prejudicar nossas florestas. Por certo, com o reflorestamento estabelece-se uma relação harmoniosa entre a agricultura e a natureza, que resulta no equilíbrio ambiental, social e econômico, contribuindo para uma futuro melhor para nós e para nossos filhos²²⁵.

Dentre as espécies indicadas para reflorestamento no *Manual*, há 3 variedades de Eucalipto – Cereja (*Eucalyptus saligna*), Branco (*Eucalyptus grandis*) e Dunni (*Eucalyptus dunni*) – além da Acácia Negra (*Acácia meamsii*), bastante utilizada também na produção de carvão. A ênfase neste cultivo também está expressa na contracapa do material, com a foto que retrata a estufa de fumo com uma área adjacente reflorestada com a exótica, com o título: “Nosso reconhecimento aos produtores que estão plantando um futuro melhor”, trazendo como incentivo final: “Faça reflorestamento. Você vai ter madeira na sua propriedade, renda extra e a certeza de que está cultivando um futuro melhor para todos”.

Na análise deste material, sobressai-se o uso recorrente da noção de preservação ambiental como um compromisso de todos. Subjacente a esta suposta responsabilidade ambiental, transparece a visão reducionista da ecologia²²⁶ que coloca o reflorestamento não só uma fonte de renda, mas como a garantia de provisão de um *insumo* – a lenha – para a produção de fumo. A fumicultura tornaria-se assim, sustentável: não necessariamente do ponto de vista ambiental, mas sim da manutenção garantida de fornecimento de matéria-prima à indústria do tabaco. Tal uso instrumental da ecologia – que, como afirma Sérgio Boeira, está no cerne ideológico da integração agroindústria-fumicultor²²⁷ – também emerge nas falas dos agricultores quando perguntados sobre a introdução do Eucalipto como essência de reflorestamento na região. A ideia era “plantar calipo para ter mais tarde para queimar”, como relata José Lino Seidler:

²²⁵ AFUBRA, SINDIFUMO. **Manual de Reflorestamento**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA; SINDIFUMO, 2006.

²²⁶ Boeira, 2002, op.cit, p.340.

²²⁷ Idem, p.339

Daí começou o negócio, quem orientou isso aí foi os instrutor. Porque a Souza Cruz hoje é das firma que mais incentivou o povo nessa parte de, entendes? Ela não produz só fumo. Ela produz perfume, produz não sei quantos tipo de produto diferente... Então os instrutor vinha incentivando assim. No meu tempo, quando eu plantei fumo, eles vinha e já dizia assim pra mim: “Você deixa um metro, não bota semente de fumo naquele metro. Nós vamos dar uma semente de eucalipo, você semeia o calipo ali dentro”. E eu fiz, 40 anos atrás. [...] Já naquela época ele dizia “Vamos plantar calipo pra mais tarde ter pra queimar”. A Souza Cruz orientava isso.²²⁸

Neste fragmento de memória, fica explícito o papel do serviço de assistência técnica da Souza Cruz – na figura do “instrutor” – no incentivo ao reflorestamento com eucalipto já na década de 70, “40 anos atrás”, atuação ressaltada também em outros depoimentos gravados e em conversas informais com os agricultores. “A Souza Cruz era das primeira firma que incentivou o eucalipto. Isso já faz anos, 50 anos pra cima. Só que a turma não queria plantar, porque não precisava. Achavam que não precisava”²²⁹, lembra Geremias Kriscinski, de Nova Trento, assim como um fumicultor da comunidade Diamante: “Que eu lembro, eu ainda era piazinho, a Souza Cruz já dava semente de eucalipto pra semear no canteiro de fumo. Dava um pouco de semente de eucalipto pra ir plantando já. Eles tavam prevendo o futuro”.²³⁰ Tal previsão sobre o futuro coaduna-se com a continuação da entrevista de José Lino Seidler: “Ali [no passado] podia tirar nativa, ninguém pensava nunca que ia chegar onde nós chegemo. Só eles já sabiam. Eles já sabiam”. Enquanto muitos agricultores resistiam a dar início ao cultivo de eucalipto e até jogavam fora as mudas distribuídas, a empresa Souza Cruz, na interpretação destes entrevistados, já tinha plena noção das restrições ambientais que estavam a caminho.

Obviamente, mais do que a capacidade de prever o futuro, alguns fatores podem ter contribuído para esta antecipação da empresa em assegurar a provisão de lenha para a secagem e cura do tabaco.

²²⁸ SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

²²⁹ KRISCINSKI, Geremias, op. cit. Entrevista.

²³⁰ Como trata-se de um agricultor que pode vir a integrar-se novamente a uma empresa fumageira, decidimos manter sua identidade em sigilo.

Como vimos acima, a questão do desmatamento relacionado à fumicultura era um dos pontos de apoio da crítica à indústria tabagista principalmente a partir da década de 1980. No caso da região Sul do Brasil, enquanto durante os 60 anos de expansão do cultivo de fumo Virgínia “o aspecto predatório desse sistema produtivo permanece praticamente sem nenhum questionamento”, segundo Sérgio Boeira, em finais da década de 1970 “a Souza Cruz mostra alguma preocupação com a exaustão das matas nativas”²³¹. O próprio esforço da indústria em financiar e produzir estudos e pesquisas que diminuíssem sua parcela de responsabilidade no impacto sobre as florestas nas regiões produtoras de fumo já é indicativo da preocupação que a temática passa a suscitar.

Em outro ponto do depoimento de José Lino Seidler, é possível lançar luz sobre mais mudanças na postura da empresa: “Ela [a Souza Cruz] não produz só fumo. Ela produz perfume, produz não sei quantos tipo de produto diferente...”. O agricultor aponta aí para a diversificação dos investimentos produtivos que a firma empreende a partir da década de 1970. De acordo com Sérgio Boeira, enquanto planejava a “a construção da maior fábrica de cigarros (o que se dá entre 1974 e 1978)”, a Souza Cruz também passa a investir em outros três projetos, sendo um deles a “associação com o Grupo Lorentzen e o BNDES para a construção da Aracruz Celulose”, seguindo uma orientação empresarial “que parte da BAT (gigante no setor de cigarros, mas também com investimento em cosméticos, papel & celulose e seguros)”²³². Segundo a página da Fibria (antiga Aracruz Celulose), em 1967 foram iniciados os primeiros cultivos de eucalipto no Espírito Santo, mas é só em 1978 que a Unidade Industrial da Aracruz entra em operação²³³. É neste intervalo do começo a meados da década de 1970 que o Ministério Público Federal do Espírito Santo localiza as operações de grilagem de terras para instalação de cultivos de eucalipto pela empresa. Conforme a decisão de 09 de março de 2015 do Juiz Federal Substituto Nivaldo Luiz Dias, da Vara de São Mateus (ES):

no início da década 70, cerca de 51 funcionários da Aracruz Celulose (atualmente Fibria S/A), dos quais 21 constam como réus na ação civil pública nº 0000693-61.2013.4.02.5003 e os 30 restante

²³¹ Boeira, 2002, op. cit., p. 75.

²³² Idem, pp.317-318

²³³ De acordo com informações disponíveis na página da FIBRIA: <<http://www.fibria.com.br/institucional/historico/>>, acesso em 18 ago. 2015

indicados neste processo, orientados pelo empregador, prestaram falsas declarações perante o Governo Estadual – no sentido de que preenchiam os requisitos legais, passando-se por agricultores – e então vieram a obter títulos de domínio de áreas de terras devolutas entre Conceição da Barra-ES e São Mateus-ES (tradicionalmente ocupadas por descendentes quilombolas) e, ato contínuo, transferiram ilegalmente tais terras à Fibria S/A. [...] Mediante juízo não exauriente de cognição, vislumbro diante dos documentos de fls.126/1297 que funcionários da antiga Aracruz Celulose, hoje Fibria S/A, foram indevidamente utilizados nos anos 70 como meio de obtenção de título de domínio de terras rurais devolutas pela primeira ré tendo em vista que tais documentos revelam que esses funcionários não eram agricultores, mas se passaram como tais perante o Governo do Estado do Espírito Santo no processo administrativo de titulação e, incontinenti, transferiram suas parcelas de terras ao empregador.²³⁴

Contando com uma participação inicial de capital do BNDES da ordem de 55%²³⁵, a instalação da Aracruz Celulose é emblemática do estímulo à indústria de celulose e papel baseada no cultivo de essências arbóreas exóticas que se observa no Brasil a partir da década de 1960. Além de investimentos públicos diretos, o setor contou também com incentivos fiscais regulamentados pela Lei Federal 5.106 de 1966, que “permitia que até 50% do imposto de renda fosse empregado em atividades de florestamento e reflorestamento”. Tais iniciativas deveriam constar de “um projeto para ser avaliado e aprovado pelo hoje extinto Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, o IBDF,

²³⁴ DIAS, Nivaldo Luiz. **Decisão judicial referente ao Processo n.º 0104134-87.2015.4.02.5003**, Fls 1768 e 1769. Disponível para consulta em <<http://www2.jfes.jus.br/jfes/portal/consulta/resconsproc.asp>>, acesso em 17 ago. 2015.

²³⁵ JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. **O setor de celulose e papel**. Artigo. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Aquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial04.pdf>, acesso em 20 ago. 2015.

compreendendo um plantio mínimo de 10.000 árvores²³⁶. Em Santa Catarina, nos mostra a historiadora Samira Peruchi Moretto, os incentivos à (im)plantação de florestas artificiais entre as décadas de 1960 e 1990 resultou, por exemplo, no surgimento de enormes maciços de *Pinus* na região dos campos de Lages, onde a “floresta intercalada por campos foi desmatada e subsequentemente substituída por espécies exóticas, ocasionando a necessidade de conservação do que restou da floresta nativa”²³⁷. O reflorestamento com *Pinus* e *Eucalyptus* também foi incentivado entre agricultores familiares através do Projeto Microbacias, implementado pelo Governo do Estado de Santa Catarina com apoio do Banco Mundial a partir de 1991²³⁸.

Com uma das maiores produtoras de celulose (Aracruz) constituindo um dos braços acionários de uma das principais controladoras do mercado nacional de tabaco (Souza Cruz), por sua vez subsidiária de uma das gigantes da indústria tabagista (British American Tobacco), não é surpreendente o fato de que o cultivo de fumo e de florestas exóticas tenham dado as mãos a partir da década de 1970 – e não só no Brasil. Em 1977, iniciaram-se plantios de eucalipto no Quênia; em 1979, na Argentina; em 1980 no Chile, Sri Lanka e Serra Leoa; em 1981 em Bangladesh e no ano seguinte na Nicarágua e em 1984 no Zaire.²³⁹

Além de capacidade de expansão global – ou, ao menos, em diversos países subdesenvolvidos – o controle do cultivo de florestas exóticas por multinacionais do porte da BAT incorre também em pesados investimentos em pesquisa sobre variedades genéticas: “Em 1984 Aracruz recebeu o Prêmio Marcus Wallenberg por seu trabalho pioneiro que levou a avanços científicos e tecnológicos no desenvolvimento de florestas comerciais de eucalipto”, informa-nos o

²³⁶ MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta**: a implementação do *Pinus* e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990). 281 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2010, p.143

²³⁷ Idem, p.12

²³⁸ <http://www.scrural.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/03/Relatório-Final-por-Componente-Microbacias-1.pdf>

²³⁹ BAT – BRITISH AMERICAN TOBACCO. **Afforestation programmes**. Relatório disponível em <http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/zgwl0194>, acesso em 20 ago. 2015.

*Summary of IRRC's Study on Tropical Deforestation*²⁴⁰. Tal *expertise* seguramente não ficava restrita ao setor da celulose, sendo útil também para a indústria fumageira – não é à toa que é citado em um estudo encomendado pela BAT. Da mesma forma, se o rápido crescimento do eucalipto²⁴¹ representava uma vantagem deste em relação às espécies nativas para a Aracruz, por exemplo, por que não também para a Souza Cruz?

A partir dos depoimentos dos agricultores supracitados, percebemos como era através do serviço de assistência técnica do sistema integrado que o *know-how* sobre as florestas exóticas distribuía-se capilarmente a cada pequena propriedade fumicultora. Se para a Aracruz Celulose o crescimento veloz do eucalipto gerava retorno rápido de investimentos milionários de capital, no caso dos agricultores do Alto Vale do Rio Tijucas resultava em mais lenha em menos tempo ou, em alguns casos, na possibilidade de renda extra com a venda da madeira. Neste sentido, a floresta (im)plantada representava um capital, uma poupança, cujo rendimento tornava-se ainda mais valioso a partir do momento em que o estoque grátis de lenha fora legalmente restrito. Ou, como expressa o *Manual de Reflorestamento* da AFUBRA/SINDIFUMO: “Reflorestar é um bom negócio”²⁴².

Nas falas dos agricultores, é possível perceber como esta racionalidade economicista foi transmitida junto com o saberes relacionados propriamente ao cultivo da nova variedade. Num contexto em que a exploração das matas nativas constituiu uma atividade econômica ainda antes do estabelecimento da fumicultura – caso das serrarias que prosperaram na região até depois de meados do século XX – é de se esperar que esta lógica passasse a permear o olhar também em relação às florestas artificiais: “Hoje em dia, quem plantou eucalipto no cedo, antes, hoje em dia tá por cima da carne seca. Ele tem onde que fazer dinheiro e pode derrubar. E esses que não compraram, não têm lenha e têm que comprar”, afirma Jeremias Kriscinski. “Ele [o instrutor] falava que plantasse eucalipto, que dali pra frente não ia poder mais tirar nativa, cada dono de seu terreno que tem terra deve de plantar, que é negócio”, conta Santinho Manoel Leal.

Se para a manutenção do funcionamento das estufas de fumo reflorestar **com eucalipto** é “um bom negócio”, ambientalmente os resultados podem ser diversos. E é devido à percepção do impacto deste

²⁴⁰ IRRC, op. cit., p. 4

²⁴¹ Juvenal; Mattos, op. cit.

²⁴² Afubra; Sindifumo, op. cit., p.6

cultivo que muitos entrevistados demonstram ter tido – e ainda têm – resistência em empreendê-lo. Degradação dos solos e diminuição dos recursos hídricos foram os efeitos negativos mais citados pelos entrevistados, como Bertolina Piotrovski, do Rio Cafê: “Ah, ele chupa... Onde tem calipo em volta da roça, 10 metro não dá nada... [...] Ele chupa dum tipo que não tem... Não dá nada, não dá milho, não dá feijão...”. A mesma percepção é partilhada por Valdir Scheffer, de Boiteuxburgo:

Calipo, se plantar na terra de fumo, ali aqueles metro perto já não dá mais nada, qualquer roça, já não dá mais nada ali embaixo. Porque ele seca a terra muito. Aí ninguém queria plantar, porque acaba com a terra, secava a água. Até pode ser verdade, porque hoje tá com problema de seca grande, por tudo fora aí. O calipo seca, onde é embaixo do calipal é seco que não tem mais umidade nenhuma. Não dá mais nada, não adianta nem plantar.²⁴³

É importante observar que as entrevistas com Valdir e Bertolina foram gravadas em março de 2015, quando a crise hídrica paulista era noticiada diariamente na televisão. Mesmo nos fundões das tifas mais distantes, os agricultores acompanham e comentam as notícias. Isto transparece nas conversas e ajuda a pautar o diálogo entre pesquisadora e sujeitos que dá origem às fontes orais utilizadas neste trabalho. Não estamos afirmando, contudo, que existe uma relação direta entre conteúdos noticiados e o que é dito nos depoimentos, mas que ambos não podem ser considerados isoladamente. Na avaliação das consequências ambientais da implantação do “calipo” pesam, também, as observações ao longo de décadas destes agricultores para com suas terras, como expressa Santinho Leal, com seus quase 70 anos:

O que eu posso dizer? Quando comprei esse terreno aqui tinha bastante água no terreno. No decorrer dos anos, não sei, foi se acabando as água, muita gente deram de desmatar em cima, as cabeceira d’água, foram plantando eucalipto, pinus... E com o passar dos anos, não sei... As minhas água tão coberta de cima até em baixo, tão tudo tapado com mato de

²⁴³ SCHEFFER, Valdir, op. cit. Entrevista.

capoeira em cima. Mas não sei, mesmo assim elas foram se acabando, se enfraquecendo. Muita gente fala que mais é por causa do plantio de eucalipto.

Já escutei bastante isso aí...

O que seca muito a água é o eucalipto. Daí tem monte disso em cima, cabeceira de pinheiro e eucalipto plantado. Calcula, às vezes mais que onde é que a água deve secar mais é por causa disso aí. Antes não era assim, não tinha essas plantaço de eucalipto tanto que nem tem hoje em dia. Onde que pra mim deu da água enfraquecer mais é por causa disso aí. Achemo, não sei...

E quando começou a ter o negócio do eucalipto aqui, seu Santo? Quando a turma começou a plantar bastante?

Isso aí a maioria foi o quê, duns 15, 20 anos pra cá.

O Sr já era casado?

Vamos supor, quando eu vim de muda pra cá, muito pouco eucalipto existia. Então eu tô morando vai fazer 23 anos. Dali pra cá, desses 20 ano pra cá que começou assim essa tradição de eucalipto pra valer, por tudo. Antes muito pouco existia, de 20 anos pra cá, 20, 22 anos. E a água, sei lá se é por causa do eucalipto, que deu de enfraquecer tanto.²⁴⁴

Se Santinho Leal ainda não afirma com tanta certeza o impacto dos eucaliptais sobre a água, o quase octagenário José Lino Seidler, também entrevistado em março de 2015, é taxativo: “Eu, dentro do meu terreno, enquanto eu mandar, eu não aceito plantar!”.

Por que, o Sr acha que faz mal pra terra?

Faz, faz. Hoje nós temo com falta d’água no planeta, 20% da falta d’água que zungou é do calipo. Eu tô dizendo porque eu sou uma pessoa de idade, eu vejo isso ali.

O que diminuiu esse tanto de água?

20% diminuiu e foi por causa das floresta. Isso ali um médico, médico trabalhou em Florianópolis e é do Japão. Eu tava comentando isso e ele me deu razão. Ele perguntou pra mim se eu achava que as nascente ia voltar algumas no normal que nem antigamente. Eu falei pra ele o seguinte: “Olha,

²⁴⁴ LEAL, Santinho Manoel, op. cit. Entrevista.

enquanto existir plantação de calipo, plantação de pinus, 20%, até 25% não volta mais. Agora, se nós eliminar esses pinus e os calipo, cabo dos anos se vier outras planta, né, que elas vem sozinho, nasce sozinho e coisa. Aí pode algumas voltar. Mas, se continuar com esses reflorestamento não volta mais. *O Sr acha que ele puxa a água da terra?*

Ele zunga, ele seca. Isso ali pode cientista de onde quiser que eu discuto isso com ele. Primeira coisa, sabe o que é? Primeira coisa é que ele solta muita folha. E depois, o que acontece com essa folha? Em vez de proteger, ela esquenta, ela zunga... O pinus dá camada dessa altura, de coisa. Eu entro dentro da lavoura de pinus, hora de meio dia, eu não guento lá dentro. Debaxo da sombra, de calor! Então o que ele faz? Ele vai zungando a água.²⁴⁵

No depoimento do agricultor, chamam a atenção a complexidade estatística com que ele constrói seu discurso – “20% diminuiu e foi por causa das floresta” – e a forma como desafia até “cientista de onde quiser” para defender sua tese de que “o calipo zunga [suga] a água”. Mas a base de sua argumentação, assim como de Santinho Leal, continua sendo da sua experiência própria e observação empírica sobre o meio ambiente ao longo do tempo: “eu sou uma pessoa de idade e vejo isso ali”, “Eu entro dentro da lavoura de pinus, hora de meio dia, eu não guento lá dentro”. Percebemos, assim, que se por um lado os agricultores até parecem reproduzir uma visão economicista em relação à floresta e uma abordagem instrumental sobre a ecologia, por outro não aceitam passivamente mudanças que possam incorrer em determinados impactos ambientais apenas com a justificação de ganhos econômicos. A lenha é importante para o funcionamento das estufas, mas a água é ainda mais para a própria sobrevivência deles.

Tal resistência não é exclusividade dos fumicultores sul-brasileiros. Maria Ignez Paulilo e Iraldo Matias relataram, em 2006, a destruição de 2 mil mudas de eucalipto de um viveiro da Aracruz Celulose por mulheres ligadas a movimentos sociais do campo, especialmente a Via Campesina. A ação repetiu-se como marco de luta no Dia Internacional da Mulher, como aconteceu em 2015, quando agricultoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ocuparam um viveiro de mudas de eucalipto da Suzano Papel e

²⁴⁵ SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

Celulose, em Itapetininga (SP), para protestar contra a liberação de variedades transgênicas da planta. Em março de 2016, cerca de 5 mil membros do Movimento desmantelaram outro viveiro de pinus e eucalipto, desta vez em Quedas do Iguaçu (PR)²⁴⁶. A luta pela soberania alimentar e contra o modelo de agronegócio preconizado por estes cultivos era a principal bandeira dessas ações. Como afirmam Paulilo e Matias, “A pequena produção familiar que alimenta os pobres do campo e que mais absorve sua mão-de-obra sente, de maneira imediata, a agressão dos reflorestamentos.”²⁴⁷

Em *Monoculturas da Mente*, Vandana Shiva também relata diversas experiências em que comunidades “resistem à expansão do eucalipto por sua destruição da água, do solo e dos sistemas alimentares”. Dois exemplos são os camponeses do estado indiano de Karnataka que em 1983 destruíram mudas da espécie para plantar sementes de manga e tamarindo, assim como moradores de pequenas comunidades no norte da Tailândia que em 1988 queimaram viveiros de eucalipto em uma estação florestal²⁴⁸.

Enquanto para os agricultores entrevistados no Alto Vale do Rio Tijucas e de outras comunidades que sofrem os impactos do monocultivo de eucalipto a relação com a redução da vazão hídrica parece bastante clara, em outras esferas ainda existe discussão. De um lado, entidades como a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (ABRAF) ou o Instituto Brasileiro de Florestas (IBF) afirmam que isso é um “mito”; do outro, estudos reunidos pelo professor Ludwig Buckup, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, apontam para reduções significativas de fluxo fluvial em paisagens de campo cultivadas com eucaliptos e pinus nos Estados Unidos e na África do Sul. Além disso, Buckup relata medições que apontam para um elevado índice de evapotranspiração (perda de água de uma comunidade vegetal ou ecossistema para a atmosfera) no caso de florestas (im)plantadas no

²⁴⁶ Ver as notícias <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/mst-ocupa-centro-de-pesquisa-e-destroi-viveiros-de-eucalipto-transgenico> e <http://www.mst.org.br/2016/03/08/no-parana-mais-de-cinco-mil-mulheres-sem-terra-realizam-acao-na-araupel.html>, acesso em 22 mar. 2016.

²⁴⁷ PAULILO, Maria Inez; MATIAS, Iraldo. **Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez**. Florianópolis, 2006. Texto. Disponível em <http://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2006/03/24/23700-mulheres-e-eucaliptos-fertilidade-e-aridez.html>, acesso em 22 mar. 2016.

²⁴⁸ Shiva, op. cit., p.55-56. Tradução da autora.

Pampa gaúcho, bioma cuja paisagem vem sendo profundamente alterada por estes monocultivos²⁴⁹.

Já Rosane Cavalcante e Carlos Mendes, do Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS, ponderam que “o consumo de água do eucalipto dependerá das condições locais, principalmente em termos de solo e da precipitação anual, além de ser fortemente dependente das práticas de manejo”²⁵⁰. A partir do estudo de caso de um horto de eucalipto no município de Eldorado do Sul (RS), cuja vegetação original era de campos, os pesquisadores afirmam que “a vazão é bastante reduzida entre o terceiro e quarto ano de plantio”, devido principalmente ao aumento da evapotranspiração da vegetação, cuja superfície aumenta com a implantação de uma floresta latifoliada onde antes havia pastagens. “Após este período, a vazão anual aumenta, variando pouco após o sexto ano”, relatam os pesquisadores²⁵¹. Tal observação foi reiterada em conversas informais com um técnico da Secretaria de Estado da Agricultura de Santa Catarina: o eucalipto consome muita água só até o quinto ou sexto ano de vida, estabilizando sua evapotranspiração e retornando água ao solo após este período. O técnico sublinhou a agressividade do sistema radicular da espécie, lembrando que seu plantio deve ser evitado próximo a nascentes e cursos d’água.

Vale ressaltar que, de acordo com Cavalcante e Mendes, ainda há poucos estudos que “examinam as mudanças na estrutura e composição florestal de modo associado a hidrologia da bacia”²⁵². No caso dos municípios do Alto Vale do Rio Tijucas estudados neste trabalho, seria preciso considerar que estão inseridos no bioma Mata Atlântica em que “as áreas de vegetação nativa representam um mosaico de unidades em diferentes estágios sucessionais, pois a maior parte da cobertura já sofreu algum tipo de perturbação antrópica”²⁵³, como afirma a bióloga Marina Ferreira Campos Pinto em sua pesquisa sobre a

²⁴⁹ BUCKUP, Ludwig. **A monocultura com eucaliptos e a sustentabilidade**. Porto Alegre, março de 2006. Disponível em <<http://antigo.mst.org.br/book/export/html/692>>, acesso em 20 ago. 2015.

²⁵⁰ CAVALCANTE, Rosane; MENDES, Carlos. Modelagem do balanço hídrico em povoamentos de eucalipto sob diferentes manejos como auxílio ao gerenciamento do impacto hidrológico da atividade. **Ambi-Agua**, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 268-280, 2012, p.269. Disponível em <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.810>, acesso em 20 jul. 2015.

²⁵¹ Idem, pp. 273-274

²⁵² Ibidem, p.269.

²⁵³ Pinto, op. cit., p. 27.

agrobiodiversidade nesta região. Outra questão destacada pela autora é a abundância local de recursos hídricos. Nas entrevistas que ela realizou com 64 famílias agricultoras de Nova Trento, Major Gercino e Leoberto Leal, foram citadas 240 nascentes de água pertencentes à bacia do Rio Tijucas presentes nas propriedades e arredores. “Esta riqueza hídrica característica da região é de grande relevância ecológica e social, tanto em escala local quanto regional e é influenciada diretamente pelas práticas agrícolas desenvolvidas”²⁵⁴, afirma a autora.

Assim como as nascentes, pequenas “malhas” (áreas) de eucalipto também são abundantes, estando pulverizadas pelas centenas de propriedades da região. Buscando acompanhar a expansão das “florestas plantadas” nestes três municípios a partir de dados de Censos Agropecuários do IBGE, montamos a seguinte tabela:

TABELA 2 – Evolução da área de florestas plantadas na região pesquisada

Florestas plantadas (hectares)	1970	1975	1980	1995	2006
Leoberto Leal	7	-	53	2.118	1.129
Major Gercino	-	46	14	1.012	1.108
Nova Trento	22	-	143	1.207	6.650

Fontes: Censos Agropecuários IBGE

Sobre as matas naturais os dados não nos pareceram muito coerentes, apontando crescimentos drásticos em pouco tempo (de 4,8 mil hectares em 1970 para quase 15 mil em 1975 em Nova Trento, por exemplo), por isso resolvemos não considerá-los. No caso das florestas plantadas, contudo, mesmo com algumas lacunas é possível perceber um aumento significativo das áreas durante a década de 1980 até meados de 90, para depois estabilizar-se no início dos anos 2000 em Leoberto e Major e seguir crescendo em Nova Trento. É importante lembrar que nem todos os reflorestamentos estão em propriedades fumicultoras, já que o eucalipto também serve de matéria-prima para outras indústrias. Mas, como vimos anteriormente, a produção de tabaco foi uma das grandes impulsionadoras deste cultivo na região, através do serviço de assistência técnica do sistema integrado.

Entretanto, neste cenário de bioma Mata Atlântica com rápido incremento de cultivos de eucalipto fragmentados em uma região com

²⁵⁴ Idem, p.45.

abundância de nascentes, ainda que admitamos que o impacto desta essência exótica nos recursos hídricos diminua após 5 a 7 anos, a própria finalidade com que esta “floresta” é cultivada no contexto da fumicultura – **ser queimada** – reduz as possibilidades de um manejo ambientalmente sustentável das plantações. Esta reflexão não passa despercebida pelos agricultores, como demonstra o depoimento de Geremias Kriscinski:

Até mudar, mudou. Até hoje não foi descoberto ainda, mas eu pra mim, o que mudou muito, pra diminuir a água, foi o reflorestamento. Porque o calipto é um negócio que ele leva não sei quantos anos que ele chupa água pra crescer, né? E quando chega o tempo de devolver a água pra terra, ele não alcança. Porque os maldito derrubam ele. Os maldito semo nós, entendes como? A coisa mais devoradora que existe no mundo é o homem. É a pessoa, né? Pessoa devora tudo. Porque o calipto quando tá em não sei que idade, quando chega o tempo dele devolver a água tu derruba ele e acabou. Cabou a água. E isso por fora já tão negociando isso que isso prejudica os rio aí. Seca, né, a água.

Ainda que já aposentado, Geremias Kriscinski poderia ser chamado de um fumicultor “convicto”: afirmou algumas vezes durante sua entrevista que o “fumo dá dinheiro”, que ele “não se arrepende” de ter entrado na fumicultura e acredita que “um colono, se não for o fumo, ele pode lavar as mão e se garrar pra cidade”, pois esta ainda seria a melhor alternativa de renda na região. Levando em conta este posicionamento em relação ao cultivo de fumo, o tom de autocrítica de sua fala ganha mais veemência: “Porque os maldito derrubam ele. Os maldito semo nós, entendes como? A coisa mais devoradora que existe no mundo é o homem”. Mesmo relacionando a diminuição da água com o cultivo de eucalipto, o agricultor reconhece que esta relação está engendrada dentro de um **sistema produtivo e econômico**.

A situação posta por Geremias Kriscinski, admitindo o brutal impacto sobre o meio ambiente das atividades produtivas humanas, faz parte do dilema da agricultura moderna discutido por Angus Wright em *A morte de Ramón González*. Para o autor, “as adaptações altamente localizadas para uma agricultura ecologicamente saudável e comunidades rurais saudáveis e estáveis frequentemente entram em conflito com os requisitos de nações que estão industrializando-se

rapidamente e de uma economia internacional em expansão”. Destacamos um dos argumentos dos formuladores de políticas agrícolas e agrárias que o autor levanta: a de que a agricultura deve atender às necessidades da indústria, seja como fornecedora de matéria-prima ou como consumidora de insumos e maquinário, impulsionando uma industrialização rápida em países em desenvolvimento²⁵⁵. Assim, na leitura de Vandana Shiva, “a menor das propriedades torna-se uma fornecedora de matéria-prima para a indústria e deixa de ser provedora de alimento para as comunidades locais”²⁵⁶.

A interpretação da física indiana sobre os monocultivos de eucalipto, ainda que baseada num contexto de larga escala na Índia e outros países asiáticos, pode ser útil para esta reflexão sobre os impactos socioambientais da fumicultura. Até que ponto o cultivo desta planta torna a fumicultura integrada sustentável, conforme é afirmado, por exemplo, no *Informativo Agrônômico* da Alliance One distribuído aos seus produtores: “A utilização de lenha proveniente de reflorestamento tem sido estimulado e exigido pela Empresa [sic] como forma de viabilizar o cultivo sustentável de tabaco. Dentre as espécies recomendadas para reflorestamento encontram-se aquelas do gênero *Eucalyptus*”²⁵⁷?. Ou então, como está posto no *IRRC's Study* supracitado: “se o produtor maneja sua **fonte de madeira** adequadamente e reabastece seu **estoque** em crescimento, um hectare de árvores atenderá **perpetuamente** à demanda para curar um hectare de tabaco”²⁵⁸ [grifos nossos].

Considerando os efeitos sobre os recursos hídricos observados pelos agricultores e o fato de que estas florestas são cultivadas com uso de agrotóxicos para controle de formigas²⁵⁹ com o intuito único de serem **queimadas**, gerando também pesada emissão de CO₂, somos levadas a alinhar-nos com Vandana Shiva: “O sistema de ‘manejo científico’ [das florestas], como vem sendo praticado há mais de um século, é assim um sistema de desflorestamento, que transforma as

²⁵⁵ Wright, op.cit., p.245-246. Tradução da autora.

²⁵⁶ Shiva, op. cit., p.30. Tradução da autora.

²⁵⁷ ALLIANCE ONE BRASIL. **Informativo Agrônômico**. Santa Cruz do Sul: Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, fevereiro de 2011.

²⁵⁸ IRRC, op. cit., p.6. Tradução da autora.

²⁵⁹ As questões do uso de agroquímicos no cultivo de eucalipto e da emissão de CO₂ pelas estufas de secagem de fumo certamente são relevantes, mas não foram abordadas devido às possibilidades limitadas desta pesquisa, que exige escolhas e recortes.

florestas em um recurso não-renovável, ao invés de renovável”. Quando o cultivo de um bosque é feito unicamente para atender às demandas de uma indústria, esta floresta torna-se, na verdade, uma **mina de lenha**²⁶⁰. Neste paradigma de florestas comerciais e industriais, a “sustentabilidade é uma questão de suprimento de mercados, não a reprodução de um ecossistema com sua diversidade biológica ou estabilidade climática e hidrológica”. A sustentabilidade defendida pela BAT através do *IRRC’s Study* ou pela Alliance One para os produtores integrados é a da manutenção do fornecimento constante e estável de matéria-prima à indústria, não necessariamente de maior qualidade ambiental para as comunidades rurais.

Outra questão levantada por Vandana Shiva e com a qual abrimos este tópico é quanto à substituição da **diversidade** das matas naturais pela **uniformidade** das (im)plantadas. Se ainda é necessário aprofundar a análise acerca das consequências da introdução destas florestas exóticas para os recursos hídricos, para a biodiversidade local elas podem não ser menos desastrosas. Além de interromper a reposição de matéria orgânica e de umidade aos solos, a destruição da diversidade é um mecanismo de introdução e criação de pragas: “monocultivos de larga escala de variedades exóticas geram novas vulnerabilidades ecológicas ao reduzir a variabilidade genética e desestabilizar sistemas hídricos e do solo.”²⁶¹. Isso porque, conforme explica Marina Pinto a partir de Miguel Altieri, uma das principais referências em estudos sobre agroecologia,

a manutenção e a sustentabilidade dos sistemas agrícolas também dependem da biodiversidade de ecossistemas naturais adjacentes, pelos diversos serviços ecossistêmicos que promovem como polinização, formação de solos, manutenção da qualidade da água e do ar, regulação do microclima local, controle biológico, ciclagem de nutrientes, prevenção contra processos de erosão e produção de alimentos, fibras, combustível e adubo.²⁶²

Esmiuçar os impactos ambientais ou ecológicos ligados à diminuição da biodiversidade em decorrência da expansão de monocultivos como o tabaco e o eucalipto talvez esteja um pouco além

²⁶⁰ Shiva, op. cit., p.19. Tradução da autora

²⁶¹ Idem, pp.56-57.

²⁶² Pinto, op. cit., pp. 23.

do escopo e das possibilidades desta pesquisa. Por enquanto, fiquemos com a reflexão sobre os passivos na perspectiva da injustiça socioambiental e do intercâmbio ecologicamente desigual. Isso porque não podemos deixar de considerar que tal quadro de desmatamento, degradação de solos, alteração de vazão de recursos hídricos e erosão da biodiversidade conforma-se num contexto de produção de matéria-prima para uma indústria vinculada a um mercado global e que dificilmente tais **externalidades** são **internalizadas** nos preços do fumo pagos aos agricultores que o cultivam.

Considerando o componente humano neste conjunto de externalidades, é necessário enfatizar também a deterioração cotidiana da saúde dos trabalhadores envolvidos neste processo produtivo, decorrente da contaminação por agrotóxicos, da própria nicotina presente nas folhas do tabaco e da alta exploração laboral na época da colheita para atender ao ritmo industrial da produção integrada de tabaco. No próximo capítulo buscaremos analisar o caráter químico-dependente, intoxicante e sujeito a oscilações mercadológicas globais da cadeia produtiva do fumo, em que os fumicultores são o elo mais fraco.

4 CAPÍTULO III

OS PORRES DA LIDA DO FUMO

A suspeita de que a *causa mortis* de um trabalhador rural mexicano recaía sobre uma intoxicação por agrotóxicos foi um dos principais pontos de partida para o historiador Angus Wright escrever *A Morte de Ramón González*²⁶³, cuja primeira edição foi lançada em 1990 (no original, *The Death of Ramón González*). Na obra, o catedrático de Estudos Ambientais da Universidade da Califórnia combina brilhantemente o relato etnográfico com a pesquisa de dados e análise histórica, compartilhando com os leitores muito da sua vivência em campo, iniciada em 1980. Para compreender o contexto cultural do uso de agrotóxicos no México que envolvia a *morte de Ramón*, o autor acompanhou os trabalhos das safras 1983-84 e 1987-88 no Vale de Culiacán, na costa oeste do país, região que se tornou um “modelo de desenvolvimento” com a instalação de cultivos de frutas e legumes para exportação.

De acordo com Wright, esta produção agrícola intensiva e comercial só pôde ser implantada naquela região devido a um forte incremento no uso de adubos químicos e agrotóxicos, num movimento característico da expansão do projeto da Revolução Verde, como convencionou-se chamar o programa de pesquisa agrícola desenvolvido pela Fundação norte-americana Rockefeller a partir da década de 1940. Um dos primeiros campos de experimento do programa foi exatamente o México, onde começou-se a configurar um “padrão de modernização agrícola global para a última metade do século XX”, tendo os cultivos de vegetais no Vale de Culiacán ou de grãos irrigados no estado *norteño* de Sonora como exemplos. Após sua pesquisa em Culiacán e a redação do livro, pareceu óbvia a Angus Wright a ligação entre o estabelecimento deste projeto de modernização agrícola e o aumento do uso de agrotóxicos.

Além de discutir as mudanças dos tipos de agrotóxicos utilizados no cultivos em Culiacán – dos mais persistentes no meio ambiente para outros mais facilmente degradáveis, mas também mais tóxicos para humanos e animais – Wright dedica grande parte da obra a

²⁶³ Wright, 1990, op. cit.

mostrar como um grande número de trabalhadores rurais entrou em contato direto com estas substâncias sem ter precauções de segurança ou algum tipo de regulação efetiva. “Em observações casuais de centenas de aplicações de pesticidas e na observação sistemática de 52 operações na temporada agrícola de 1983-84, nunca observei os trabalhadores usando nenhum tipo de proteção”²⁶⁴, afirma o historiador ambiental, cujas anotações repetem-se também para o ano de 1987. As fotos das “equipes de pulverização” que têm como única proteção – nos melhores dos casos –, camisas de manga longa, bonés e lenços amarrados ao redor da cabeça atestam imagetivamente o relato escrito do pesquisador.

O cenário pesquisado por ele na década de 1980 ainda hoje pode ser testemunhado por quem circula pelas estradas e tifas da zona rural de Leoberto Leal, Major Gercino e Nova Trento. O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) entre agricultores ainda é uma exceção, e talvez o único item protetivo que os diferencia dos trabalhadores migrantes mixtecas de Culiacán há 30 anos seja um par de botas de borracha. O EPI quase sempre restringe-se a um boné, calça e camiseta, às vezes uma camisa de manga longa.

As formas como o uso de agrotóxicos foi disseminado pelo serviço de assistência técnica do sistema integrado da fumicultura e as consequências socioambientais de sua utilização indiscriminada serão algumas das questões abordadas neste capítulo. Além disso, tentaremos compreender como os agricultores e agricultoras entrevistados foram construindo noções de toxicidade e risco destes produtos e suas percepções sobre o impacto destes no meio ambiente e na sua própria saúde.

Atualmente, o Sinditabaco afirma que “ao longo dos anos, as indústrias de tabaco têm investido fortemente para a redução dos ingredientes ativos utilizados na plantação”, ressaltando o fato de que “por meio de levantamentos realizados em centros especializados, de iniciativa pública e privada, constatou-se que este número reduziu muito nos últimos anos, chegando a apenas 1,1 kg de ingrediente ativo por hectare”, quantidade menor do que em pelo menos 17 cultivos alimentares²⁶⁵. Além disso, multiplicam-se as publicações dirigidas aos produtores sobre, por exemplo, manejo integrado de pragas e doenças

²⁶⁴ Idem, p.19, tradução da autora.

²⁶⁵ Disponível em <<http://sinditabaco.com.br/gestao-ambiental/reducao-do-uso-de-agrotoxicos/>>, acesso em: 21 dez. 2014.

para reduzir a necessidade do uso de biocidas, com slogans como “Melhor do que usar agrotóxicos, é usar a cabeça”²⁶⁶.

É necessário considerar, entretanto, que no que tange às informações sobre agrotóxicos no Brasil, é questionável o “o grau de confiabilidade das informações levadas a público sobre as pesquisas e consumo destes produtos. Isso porque o que se conhecer a respeito do assunto é o que as instâncias de poder querem divulgar”²⁶⁷. Entendemos assim que se hoje o fumo é alardeado como uma das culturas que menos usa agrotóxicos, o quadro nem sempre foi esse. Através dos relatos dos agricultores, percebemos que eram comuns episódios de intoxicação dos trabalhadores e também de animais. Além disso, a documentação do ICEPA destaca o fumo dentre os cultivos que mais utilizavam biocidas. Em 1989, por exemplo, a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina nos indica que “No estado de Santa Catarina, de acordo com técnicos do setor, as culturas que mais consomem agrotóxicos são as olerícolas, os pomares de macieira, o fumo e o arroz irrigado”²⁶⁸.

Considerando o caráter de cultura de exportação historicamente associado ao tabaco no Brasil, conforme nos indicam Gustavo Lopes (2004) e Jean Baptiste Nardi (1996), além da própria porcentagem da produção nacional que atualmente é exportada, adentraremos a discussão sobre a intoxicação dos trabalhadores e do meio ambiente no contexto da fumicultura integrada como uma situação de injustiça ambiental, que emerge “em virtude da inserção dos países latino-americanos na economia internacional por intermédio da exploração intensiva e simultânea de recursos naturais e força de trabalho, ou seja, pelo seu papel na exportação de commodities rurais e metálicas”²⁶⁹. Neste sentido, ao refletir sobre os impactos da atividade no meio ambiente e na saúde das pessoas, consideraremos como pano de fundo o fato de que estes passivos são gerados para suprir matéria-prima a um mercado global controlado por empresas multinacionais. Dessa maneira, obras como *The Death of Ramón González* figuram como modelos de abordagem para esta pesquisa. Além de agregar o componente humano à

²⁶⁶ SOUZA CRUZ. **Cultura do Fumo: Manejo Integrado de Pragas e Doenças**. Rio de Janeiro: Souza Cruz, 1998.

²⁶⁷ FAGUNDEZ, Paulo Roney Ávila et al. Considerações éticas acerca da gestão de agrotóxicos no Brasil. In: Aragão, op. cit., p.99.

²⁶⁸ Icepa, 1989, op. cit., p. 41.

²⁶⁹ LEROY, Jean Pierre; PACHECO, Tania; PORTO, Marcelo Firpo (Org.). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa dos Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013, p.17

análise sobre o impacto de práticas agrícolas, tais como o uso de agrotóxicos, Wright não deixa de assinalar o fato de que a adoção destes insumos acontece no contexto de abastecimento de produtos para mercados externos.

É por isso que, junto com a temática dos agrotóxicos, acrescentamos ao rol de análise dos impactos socioambientais da fumicultura deste capítulo a intoxicação causada pela nicotina presente nas folhas de fumo - a chamada *Doença da Folha do Tabaco*, conhecida entre os agricultores como o “porre do fumo”. As formas como os entrevistado lidam e interpretam este aspecto **intrinsecamente intoxicante** da sua atividade será mais um de nossos objetivos. Outro ponto de reflexão sobre a rotina laboral da fumicultura será a discussão sobre as relações entre a alta demanda por mão de obra (especialmente na época da colheita) e o retorno financeiro recebido pelos agricultores no momento da entrega da safra – a hora da esteira. Como os fumicultores percebem-se no mercado do tabaco? Quais suas reações e estratégias frente aos desmandos da indústria no momento de classificação da safra? Como a busca por mais competitividade num mercado internacional de commodities afeta o cotidiano laboral destas famílias? Estas serão algumas das questões tratadas aqui.

3.1 – “Cuida que é veneno!”: a disseminação e uso indiscriminado de agrotóxicos entre fumicultores do Alto Vale do Rio Tijucas

Além da falta de proteção, outro ponto em comum entre os trabalhadores que protagonizam esta pesquisa e os que foram entrevistados por Wright há 30 anos são os produtos utilizados, como o *paraquate*, herbicida atualmente com classificação toxicológica I (extremamente tóxico) para seres humanos e de periculosidade ambiental II (muito perigoso) para o meio ambiente²⁷⁰, vendido com o nome comercial *Gramoxone*. Enquanto a eficácia do produto comprovase na sua rápida ação dessecante – “passa veneno ali naquele pasto ali agora, de noite tá tudo morto, tudo preto, do veneno” – sua toxicidade foi sentida literalmente na pele pelo ex-fumicultor Valdir Scheffer, da comunidade Boiteuxburgo, em Major Gercino:

²⁷⁰ Informações da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná disponíveis em <http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/defis/DFI/Bulas/Herbicidas/GRAMOXONE_200.pdf>, acesso em: 20 jul. 2015.

Aí carrega o fumo debaixo do braço assim pra ficar o molhe pra carregar. O carregador pega, coloca os fumo debaixo do braço e fica o molhe. Aí dá aquele vapor do calor do fumo, chega no rosto da gente, chega até a dar ferida nos beíço daquele bafo do fumo. Decerto é por causa dos venenos, o Gramoxone que dá isso assim, que queima os beíço, dá ferida nos beíço. [...] Diz que não é tóxico, só atinge onde é pegado, mas já foi comprovado que é disso que racha o beíço²⁷¹.

As queimaduras dérmicas são apenas um dentre os vários efeitos tóxicos associados ao *paraquate*, cuja exposição pode também causar problemas nos tecidos pulmonares, além de ser provavelmente carcinogênico, tanto é que desde fevereiro de 2008 está na lista de agrotóxicos a serem reavaliados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por sua alta toxicidade aguda e toxicidade crônica²⁷². Tais propriedades ficaram tão conhecidas entre os agricultores que o produto figura dentre “uma das principais alternativas para pessoas cometendo ou tentando cometer suicídio no Terceiro Mundo”, de acordo com Angus Wright. Segundo informações colhidas junto ao Centro de Informações Toxicológicas do Hospital Universitário da UFSC, “no sentido de prevenir o mau uso, especialmente as tentativas de suicídio, em algumas regiões, a preparação comercial contém substâncias nauseantes ou que conferem odor desagradável ao produto”. Ainda assim, um levantamento feito pela equipe técnica do Cepagro junto a 36 famílias fumicultoras de Leoberto Leal, Major Gercino e Nova Trento entre 2014 e 2015 mostra que o *paraquate* ainda é bastante usado na região²⁷³. Neste universo, 20 agricultores afirmaram utilizar Gramocil ou Gramoxone (dois nomes comerciais do princípio ativo) em suas propriedades, sendo que em vários casos a quantidade informada está entre 10 a 15 litros (às vezes 20) **por safra**²⁷⁴.

²⁷¹ SCHEFFER, Valdir. Op. cit., Entrevista.

²⁷² Conforme Resolução ANVISA RDC 10/2008, disponível em http://www.anvisa.gov.br/divulga/noticias/2008/270208_rdc_10_08_completo.pdf. Acesso em 01 set. 2015.

²⁷³ Ver tabela de consumo de agrotóxicos na região, ANEXO 8.

²⁷⁴ Informações obtidas a partir da sistematização de dados presentes nos questionários cedidos à consulta pelas técnicas do projeto *Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Fumicultores visando à Transição Agroecológica* que o Cepagro desenvolve no Alto Vale do Rio Tijucas com

Assim como no caso dos fumicultores entrevistados pela equipe do Cepagro, o herbicida não era o único agrotóxico utilizado por Valdir na sua lida diária com o fumo. “Eu era sozinho, tinha que passar veneno, aí nós passava veneno pra munduça, pra pulga, essas coisas assim que dão no fumo. E aquele de broto, tudo era passado no sol quente. Aí começou a me dar dor de cabeça, umas tonturas, cada vez pior, no fim doeu tudo os osso assim. Coisa ruim”, relata o agricultor. Os episódios sucessivos de intoxicação levaram-no ao hospital em Nova Trento, a 60km dali. “Eu tava internado 2 ou 3 dias no hospital, só injeção pra tirar esse veneno. Eles disseram ‘Nunca mais, larga o fumo porque nunca mais podes tá mais nem perto de onde tem veneno’”. Apesar dos conselhos médicos, ele continuou na atividade: “Aí depois disso começou os filho a passar veneno. Eu ia junto, mas nem podia estar. Quando começava a passar o veneno já vinha o cheiro, já tinha que me arrancar embora”.

Após sucessivos episódios de intoxicação, Valdir resolveu parar de plantar fumo. Há quatro anos ele vive da produção de mel, manejando caixas de abelhas espalhadas pela sua propriedade. “No mel não precisa usar veneno, nem nada. [...] Nem bomba de veneno tenho mais, a turma vem pegar emprestado e eu digo ‘Olha, já faz tempo que não tem mais’”, conta o agricultor, cujos filhos ainda cultivam fumo na sua propriedade e em terrenos contíguos ao seu. Mesmo sem manejar agrotóxicos, ele tem consciência dos potenciais efeitos crônicos da exposição a estes produtos durante os 30 anos em que cultivou tabaco: “Uma vez veio um médico da Angelina aqui e disse ‘Tens que fazer uns exame bom porque isso nunca mais vai ficar completamente bom. Toda vida vais sentir, não sai mais do corpo’. E tem mais gente que são assim e se intoxicaram uma vez...”. Valdir garante que o seu caso não é único: “Mas é só perguntar pra alguns aí que vão informar que tavam intoxicado por causa de veneno de fumo”.

A crítica ao uso indiscriminado de agrotóxicos remonta aos anos 1960, com o lançamento de *Primavera Silenciosa*, da bióloga norte-americana Rachel Carson²⁷⁵. Publicada em 1962, a obra marca um dos primeiros manifestos contra o abuso de biocidas, especialmente do inseticida DDT. Em plena expansão do pacote tecnológico de variedades agrícolas de alto rendimento e agroquímicos da Revolução Verde, em que a indústria química herdeira de inovações bélicas

apoio do Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Ministério Público de Santa Catarina (agosto 2014 – junho 2015).

²⁷⁵ CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

representava um dos principais sustentáculos da prosperidade estadunidense, o silenciar do canto dos pássaros por pulverizações de agrotóxicos ecoou na imprensa e em instâncias governamentais dos EUA, tornando-se também um marco para os então nascentes movimentos ambientalistas ao redor do globo.

A recepção hostil de *Primavera Silenciosa* por parte da indústria agroquímica refletiu-se em críticas pessoais à autora, chamada de “histérica”, uma “mulher descontrolada” que “havia ultrapassado os limites de seu gênero e sua ciência”²⁷⁶. A denúncia de Carson acerca dos riscos dos agrotóxicos e o seu questionamento quanto à metodologia de testes, registro e uso deles estava firmemente fundamentada, contudo, em dezenas de pesquisas realizadas em universidades de diversos países, além da investigação em relatórios e correspondências de cidadãos às entidades governamentais. Munida desta documentação, ela denunciou o impacto fatal destes produtos para a biodiversidade do planeta e para a própria sobrevivência dos seres humanos.

Mesmo estando distante de centros de pesquisa, não foi necessário nenhum teste de laboratório para que Valdolino Staroski, agricultor da comunidade Rio das Flores, em Major Gercino, chegasse a uma conclusão parecida à dos estudos científicos levantados por Carson que apontam para a relação entre o uso de agrotóxicos e a mortandade anormal de animais. Aos 69 anos, ele lembra com detalhes um episódio dos tempos em que começou a plantar fumo, no final dos anos 1970, e que lhe chamou atenção para o efeito do recém-introduzido inseticida *Furadan*:

Então eu vi que ele foi tão forte porque em cima do meio-dia nós saímos da roça e de tarde, logo depois do meio dia, nós almoçemo e fomo pra roça. Quando vinha chegando na roça, na entrada da roça tinha um toco e era difícil chegar lá que não tivesse um gavião. Eles gostam de ficar em cima dos toco caçando passarinho, rato... Naquele dia, quando nós ia chegando, antes de chegar, olhemo de dentro da estrada ele tava com as azinha crocadinho. Chegemo... Quentinho, crocado, morto... Que que é isso? Chamou a atenção. No fim, começemo olhar, levantemo ele, ele tava com uma minhoca no bico. Chamou a atenção: Peraí, mas como? Ia comer essa minhoca? Claro, é carnívoro. Mas nunca

²⁷⁶ Idem, p.17.

ninguém pensou que ele ia comer minhoca também. Aí fomo entender, era pertininho da roça, ele viu a minhoca se bater perto da roça, ele foi lá, pegou a minhoca e a minhoca tinha se envenenado. Só com colocar no bico, com certeza tocou a língua num graõzinho daquele veneno e tchau. Saiu dali, pousou lá e morreu. Depois nós fomos descobrir que o bichinho que comesse mínima coisa, cachorro, qualquer coisa, mínima coisinha, um pozinho, era capaz de ficar no lugar.²⁷⁷

A riqueza de detalhes utilizada por Valdolino na operação de transmutar esta experiência vivida para uma narrativa já é indicativa do quão relevante ela foi. “Como todo acontecimento marcante, este momento adquire um sinal de tempo”, nos ensina Antonio Torres Montenegro em *História, Metodologia, Memória*: no caso do agricultor de Major Gercino, “logo depois do meio-dia”. A minúcia na descrição das ações – “cheguemo, olhemo, levantemo” –, e do cenário – o toco perto da roça, o gavião morto com a boca aberta, a minhoca no bico – ajudam a cristalizar imagens que, além de nos remeter novamente a esta experiência, também constroem um significado sobre ela²⁷⁸: “Depois nós fomos descobrir que o bichinho que comesse mínima coisa, cachorro, qualquer coisa, mínima coisinha, um pozinho, era capaz de ficar no lugar”.

Assim como Valdolino, outros agricultores passaram a reconhecer o amplo espectro letal do Furadan, inseticida do grupo dos carbamatos atualmente com classificação toxicológica I (extremamente tóxico) para seres humanos e animais e II (altamente tóxico) para o meio ambiente²⁷⁹. Outro agricultor da comunidade Rio das Flores lembra de como o produto foi apelidado “veneno 7 vidas”: “Se tu botava pra matar um bicho que tá comendo galinha, se outro bicho comesse aquele

²⁷⁷ STAROSKI, Valdolino. op. cit. Entrevista.

²⁷⁸ ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p.93.

²⁷⁹ Conforme informações fornecidas pela pelo próprio fabricante em https://www.fmcagricola.com.br/bula_geraPDF.aspx?cod=3 acesso 17 dez. 2014, além do **Relatório Consolidado de Produtos Formulados para a cultura do fumo em Santa Catarina**, fornecido pela CIDASC por correio eletrônico recebido por <carudionisio@gmail.com> em 19 set. 2014.

animal, ele também morria. E assim ia, 7 vezes. Era um veneno super forte”²⁸⁰.

Independente de quantos elos de contaminação da cadeia alimentar tenham sido ganhos ao longo da narrativa, percebe-se como o impacto na biodiversidade serviu como um marcador comum para construção da percepção de risco acerca destes produtos para estes agricultores. A persistência da toxicidade do *Furadan* era perceptível não só entre animais selvagens e carnívoros, mas também com os domésticos, como aconteceu com Rainoldo e Bertolina Piotrovski, agricultores da comunidade do Rio Café, também em Major Gercino:

[Bertolina] Nós tinha a porca e tinha botado Furadan nos canteiro. E daí o que que eu tinha plantado?

[Rainoldo] Ah, repolho!

[B] Repolho plantei, daí deu cururu. O Rainoldo arrancou, deu pra porca, nós tinha uma porquinha preta. Até da Janilce era, né?

[R] A porquinha! De raça, uma coisa linda!

[B] Olha...

[R] Foi se sumindo, foi se sumindo, foi se engolindo numa bola assim... Aí eu dizia pro vizinho: “Me mata ela”. E ele “Ah, eu não mato!”

A porca comeu o repolho e passou mal?

[B] Não! Comeu a junça que tava semeado nos canteiro!

[R] Que eu arranquei!

[B] Aí ela não morreu, mas ficou toda tonta. Daí um dia eu vi o instrutor aqui, o Nelsinho, daí o Nelsinho olhou nos pacote de Furadan, ele olhou e disse “Tu tens que comprar essa vacina pra porca. O Furadan que fez mal pra porca”. Daí o rapaz trouxe a vacina, foi vacinar a porca, ficou boa.”²⁸¹

Como se sua propriedade fosse um grande laboratório a céu aberto, Rainoldo e Bertolina presenciavam seus animais domésticos sendo transformados em cobaias de testes de agrotóxicos. A tontura da porca observada por eles após a ingestão das ervas daninhas (a “junça”) que haviam rebrotado nos canteiros de fumo tratados com Furadan

²⁸⁰ Como trata-se de um agricultor que ainda pode vir a integrar-se novamente a empresas fumageiras decidimos manter sua identidade em sigilo.

²⁸¹ PIOTROVSKI, Rainoldo; PIOTROVSKI, Bertolina op. cit. Entrevista.

meses antes faz parte dos sintomas de intoxicação relacionados aos carbamatos, compostos conhecidos por sua ação inibidora da colinesterase, enzima responsável pela regulação de impulsos nervosos no corpo²⁸². Além da percepção comum sobre a letal eficácia deste agrotóxico adquirida na prática, a forma de acesso de Valdolino, Rainoldo e Bertolina ao Furadan também é partilhada: através do serviço de assistência técnica do sistema integrado de produção do tabaco, atividade à qual se dedicaram por várias décadas e que ainda envolve alguns dos filhos de Valdolino, Rainoldo e Bertolina.

Em suas entrevistas, tanto o casal do Rio Café quanto Valdolino e outros agricultores disseram que atualmente o Furadan é proibido. Entretanto, o produto ainda figura no *Relatório Consolidado de Produtos Formulados para a cultura do fumo em Santa Catarina* da Coordenação de Fiscalização de Agrotóxicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Não nos foi possível averiguar a que se deve esta imprecisão do relato: se talvez o produto tenha sido proibido temporariamente, se trata-se de uma nova formulação ou seu uso não é permitido por determinada empresa. Ou se é simplesmente de uma informação errada que circula pela região de boca em boca. A partir de Paul Thompson, compreendemos que “os boatos não sobrevivem, a menos que façam sentido para as pessoas”²⁸³. A fidedignidade de relatos destes agricultores e agricultoras repousa no interesse social que este assunto – o uso cotidiano de agrotóxicos – tem para estes sujeitos, pois “é muito mais provável que uma lembrança seja precisa quando corresponde a um interesse e necessidade social.”²⁸⁴.

Assim, da mesma forma como circulam relatos de intoxicações ligadas a biocidas entre estes agricultores – a porca com tonturas de Bertolina e Rainoldo, o gavião morto visto por Valdolino ou os lábios queimados de Valdir – também abundam depoimentos mostrando como a introdução destes produtos era praticamente automática, uma vez que decidia-se a plantar fumo:

E quando veio o instrutor do fumo, ele passou algum produto já pra usar na lavoura?

Ali já veio um pouco de veneno, veneno pra... Veneno tinha, tinha que usar veneno nos canteiros

²⁸² SKALISZ, Reinaldo Onofre; POLACK, Simone Weber. **Agrotóxicos:** informações para uso médico. 2. ed. Rio de Janeiro: Souza Cruz, 1998, p.73

²⁸³ Thompson, op. cit., 2002, p.184.

²⁸⁴ Idem, p.153

já, pra imundícia não comer, os bichinhos. Muito era o pulgão, a vaquinha... Então tinha que tratar, tinha que ter cuidado. A gente sempre teve. Depois chegou uma época que ficou difícil, foi uns venenos muito forte. Hoje acho que é até proibido, não existe. A firma não deu mais pra usar. Era muito perigoso.²⁸⁵

Eles passavam pra tirar o pedido. Aí fazia o pedido “Ah, queres plantar quantos mil pés de fumo?”, “Quero plantar cinquenta”, então pra 50 mil pés de fumo, ia tantos saco de salitro, de adubo, tantos canteiros tinha que fazer, tanto de remédio pra isso, tanto de remédio praquilo. Ele já tinha a tabelinha, conforme os tantos mil vinha o produto.²⁸⁶

Isso aí veio tudo pela firma, era orientado pela firma. Por isso o instrutor vinha pra fazer o pedido. Vai plantar fumo? Vamo. Então é tantos saco de adubo, tanto saco de salitro, porque não era ureia naquela época, era salitro, aí os veneno que precisasse, era tudo por intermédio pelo instrutor, ele que fazia. Daí a firma mandava e nós ia pagar no outro ano descontado do fumo.²⁸⁷

O pedido a que se referem os entrevistados era o adiantamento dos insumos, pagos após a entrega da produção (normalmente de janeiro a março). Até finais da década de 1990, o pedido era o principal elo formal entre as empresas e os produtores, pois o *Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha* ainda não era adotado. A falta ou a distância das poucas casas agropecuárias da região não representava um empecilho, portanto, para que estes agricultores pudessem acessar os “insumos modernos” necessários para garantir a qualidade e produtividade da sua colheita. Tal acesso ficava assegurado pela capilaridade do serviço de assistência técnica do sistema integrado da fumicultura, que, além de apresentar os novos produtos aos agricultores, também facilitava o financiamento destes junto à fumageira.

Assim, desde o início da expansão da fumicultura integrada em Santa Catarina, a adoção de tecnologias como fertilizantes e agrotóxicos

²⁸⁵ STAROSKI, Valdolino, op. cit. op. cit. Entrevista.

²⁸⁶ STOLARCZK, Aluísio; STOLARCZK, Salete. op. cit. op. cit. Entrevista.

²⁸⁷ VOITENA, Jacó; VOITENA, Inês, op. cit.. op. cit. Entrevista.

representava um diferencial desta em relação a cultivos como o feijão e a mandioca. “Em Santa Catarina, em 1960, apenas os fumicultores usavam adubo químico em boa quantidade, ‘uma vantagem decorrente da assistência técnica e do financiamento, prestado por empresas particulares’”, apontava o *Programa de Trabalho da Secretaria de Agricultura para 1961-1965*, que afirmava que “excluindo o fumo, não temos agricultura racional”²⁸⁸.

Os então chamados defensivos agrícolas emergem nas fontes escritas não só como marcadores do avanço da modernização no campo, mas também relacionados à fumicultura. No *Censo Agropecuário do IBGE de 1975*, sob a rubrica “tecnologia aplicada”, vemos que dos 206 mil estabelecimentos rurais catarinenses pesquisados, 62 mil faziam uso de defensivos vegetais e 73 mil usavam adubos químicos. Dos que aplicavam venenos, 31,4 mil, ou metade, eram cultivados com fumo. Este montante representa 80% do total de estabelecimentos fumicultores²⁸⁹. Vinte anos depois, no *Censo Agropecuário do IBGE de 1995*, o percentual de estabelecimentos fumicultores que usam os já chamados agrotóxicos perfazem 97% dos produtores de tabaco.

Enquanto o Censo do IBGE tem abrangência nacional, nos levantamentos estaduais é difícil encontrar, até meados da década de 1980, muitos dados sobre a circulação de agrotóxicos em Santa Catarina. A respeito disso, a *Síntese Informativa sobre a Agricultura Catarinense* de 1977 nos informa que “o abastecimento de insumos para a agropecuária catarinense é realizado pela iniciativa privada”, enquanto “Ao Setor Público cabe desempenhar o papel de órgão fiscalizador da produção e comercialização, fiscalizando de forma especial a qualidade do produto oferecido”²⁹⁰. Tal controle, entretanto, parece não ter sido tão efetivo, já que a própria *Síntese*, desta vez de 1982, afirma que “A indisponibilidade de informações estatísticas do consumo de defensivos

²⁸⁸ SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura. **Agricultura: programa de trabalho para o período 1961/1965**. Florianópolis: 1960, p.11, apud LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1997, p.189.

²⁸⁹ IBGE. **Censo Agropecuário**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, pp. 26 e 116.

²⁹⁰ Icepa, 1977, op. cit., p.52.

agrícolas impede que se façam maiores considerações sobre o assunto”²⁹¹.

Assim, é baseada em dados da própria indústria agroquímica, representada pela ANDEF, que *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina de 1987/88* aponta que as culturas exportáveis (café, cacau, cana-de-açúcar, citros, fumo e soja) foram responsáveis por 48,5%, 20,2% e 67,5% do montante do valor de vendas de inseticidas, fungicidas e herbicidas, respectivamente²⁹². Já na pesquisa realizada pela antiga EMATER-SC/ACARESC junto a 7.597 agricultores catarinenses em 1989 constatou-se que 40,7% deles obtinham agrotóxicos junto às fumageiras (nas casas agropecuárias o percentual era de 42,7%). A relação entre o advento dos agrotóxicos e a modernização no campo é relevada na *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina de 1986/87*, assim como a atuação da indústria química e do governo para a disseminação destes produtos:

A evolução da utilização dos agrotóxicos e outros insumos modernos (sementes, fertilizantes, máquinas agrícolas) faz parte do processo de modernização da agricultura brasileira, incentivado pelo crédito subsidiado e acompanhado pelo desempenho das instituições de pesquisa e extensão rural na implantação de um modelo agrícola que privilegiou a produção agrícola para exportação. (...) A maior parcela da capacidade de produção dos agrotóxicos cabe às empresas multinacionais, atraídas pelo imenso potencial do mercado agrícola, pela presença de uma infraestrutura econômica favorável, pela oferta de generosos incentivos oficiais e, além da mão-de-obra barata, pela possibilidade, desde o Brasil, de atender a outros mercados.²⁹³

Mas toda a atuação dos serviços de assistência técnica (tanto das fumageiras quanto das empresas públicas), junto com crédito

²⁹¹ Icepa, 1982, op. cit., p.78.

²⁹² Icepa, 1988, op. cit., vol 2., p.114.

²⁹³ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1986-87**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1987, p.125.

subsidiado para compra de insumos químicos provavelmente não teriam surtido efeito se, a estes fatores objetivos, não houvesse também um trabalho de convencimento para que as tais “práticas fitossanitárias” fossem incorporadas à rotina laboral destes agricultores. Um novo meio técnico não passa a ser utilizado “simplesmente por este ser mais ou menos eficiente, seja qual for o critério de eficiência adotado. É preciso legitimá-lo e apresentá-lo à sociedade como única alternativa possível, construindo um consenso.”²⁹⁴. No caso dos agrotóxicos, o aumento de produtividade e rendimento aportou para a legitimação destes produtos junto aos agricultores, como aponta a fala deste agricultor da comunidade Rio das Flores:

Eles queriam ganhar mais dinheiro, então vinham falando pros colono que era muito mais fácil, que não precisava se judiar em capinar, que hoje se tu capina amanhã o mato tomou conta de novo... “Passa veneno que é melhor”, então foram explicando pros antigo. Daí todo mundo queria trabalhar no mais fácil, né?

Vinha os representante das empresas mesmo?

Os instrutor do fumo também dizia, né... Eles queriam quantidade, então “ah, tu planta 30 mil? Trabalhando na enxada ali ou no boi cultivando, tu não ganha nada. Se tu passar veneno, tu podes plantar 60, o dobro, com menos serviço. E vai ter o dobro do dinheiro”. E daí onde é que todo mundo ia atrás daquilo.²⁹⁵

Facilidade e praticidade continuam sendo arroladas como vantagens do uso (passado e presente) de agrotóxicos, um diferencial em relação à dura lida dos pais ou avós dos agricultores que os adotaram. Na leitura de Vicente Detz, morador da comunidade Nova Galícia, em Major Gercino, atualmente a fomicultura é uma atividade “mais leve, porque o veneno que tá ajudando, já não vou contra. Veneno tanto da firma, como tem da agropecuária pra comprar”²⁹⁶. Também para Geremias Kriscinski, fomicultor aposentado da comunidade do Rio Veado, em Nova Trento, os venenos apresentavam-se positivamente

²⁹⁴ Lohn, op. cit, p. 175.

²⁹⁵ Como trata-se de um agricultor que ainda pode vir a integrar-se novamente a empresas fumageiras decidimos manter sua identidade em sigilo.

²⁹⁶ DETZ, Vicente. op. cit., Entrevista.

“por causa da mão de obra. Se tu passasse veneno, não precisava passar enxada”:

Quando preparava a terra pra plantar daí passava a sementeira, pra matar a sementeira, o veneno. [...] Aí depois daquele botava o adubo e plantava as mudinha, plantava o fumo. Depois pra frente não tinha veneno e tinha que capinar, com cultivadeira, quer dizer passava cultivador pra mexer a terra, com boi ou cavalo puxando. Mesma coisa que nem o arado. Depois disso saiu o Gramoxone. Passa o Gramoxone e não vem nada. Passa na sementinha e queima tudo²⁹⁷.

A adoção do herbicida *Gramoxone/Paraquate* significou, na experiência de Geremias e de outros agricultores, a eliminação de uma etapa laboral: a capinação com cultivador movido a tração animal. Outro herbicida que popularizou-se na região – e, atualmente, é um dos mais usados no Brasil – foi o *Glifosato*, vendido como *RoundUp*. Foi na conversa com vizinhos que Santinho Manoel Leal, fumicultor também aposentado de Boiteuxburgo, em Major Gercino, conheceu o produto:

E daí viraram falaram que tinha um tal de veneno que passava dentro de meio, matava brejo, RoundUp que passava nos capim, brejo, matava tudo, não vinha nada. Podia plantar que não precisava mais capinar. Aí foi indo e foi entrando esses veneno e cada vez mais usando. Viram que é mais fácil, não precisava trabalhar mais de enxada... Então foram usando mais veneno, pra não precisar usar mais a enxada, como era antigamente.

Nos depoimentos de Santinho e Geremias, assim como de outros agricultores entrevistados, sobressai-se a associação da enxada com trabalho duro, de antigamente, assim como o veneno com vincular-se à facilidade e rapidez. No acompanhamento das atividades do Cepagro de fomento à transição agroecológica junto a fumicultores também é possível perceber o receio e desconfiança quanto a uma suposta volta ao tempo da enxada que significaria a abolição do uso de agrotóxicos em suas práticas agrícolas. Estas associações denotam a

²⁹⁷ KRISCINSKI, Geremias. op. cit., Entrevista.

eficiência e perenidade da construção do discurso que coloca o agrotóxico como um insumo “moderno” (e, portanto, “avançado”), tal como figurava nas nomenclaturas dos órgãos oficiais na década de 1970.

Outro “avanço técnico” que implicou o uso de agrotóxicos é o desponte químico dos pés de fumo. Para “redirecionar o metabolismo dos nutrientes em benefício do desenvolvimento das folhas do tabaco, melhorando suas características qualitativas e aumentando sua produtividade”, conforme explica o *Glossário da Produção Integrada de Tabaco* do Sinditabaco²⁹⁸, as flores do alto da planta são eliminadas. “Se passasse o veneno no broto, matava o brotinho. Senão tem que ir lá cada 15 dias tirar o broto, senão o broto mata o pé. E cada folha vem um broto. E o fumo é desgraçado. Cada folha num pé, cada folha vem um broto. E esse broto forma um pé em cima de novo”, explica Geremias Kriscinski. “Naquela época fazia tudo com a mão, quebrava tudo na mão. Não existia aquele veneno”, relata Marlene Mikalski Burini, da Nova Galícia, referindo-se aos reguladores de crescimento utilizados atualmente, como o *PrimePlus*, de classe I (extremamente tóxico para seres humanos) e II (altamente tóxico para o meio ambiente).

A eliminação química dos brotos é um dos capítulos do manual *Cultura do Fumo – Instalação e Condução da Lavoura* editado pela Souza Cruz em 1984. No material, ressalta-se a importância de realizar a capação (retirada do botão floral da planta) e desbrotação (retirada dos brotos que renascem) rapidamente e “de uma só vez”: “Pesquisas mostram que, para cada dia de atraso na capação, perde-se um por cento de fumo, em peso. Isto quer dizer que uma lavoura de um hectare que fosse produzir 2.500 quilos de fumo perderia 25 quilos para cada dia de atraso na capação”²⁹⁹. Mais do que facilitar a lida, o uso do anti-brotante asseguraria também a produtividade pela aceleração de uma etapa do cultivo. Atendendo a seu intuito “didático”, o material traz uma foto de como deve ser feita a aplicação do produto (Figura 6). Numa análise um pouco mais apurada da imagem, percebemos a forma como a operação é **ensinada**: a ser feita manualmente, mas sem nenhuma proteção.

²⁹⁸ Disponível em <<http://sinditabaco.com.br/press-kit-e-publicacoes/producao-integrada-de-tabaco-glossario/>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

²⁹⁹ SOUZA CRUZ. **Cultura do Fumo**: Instalação e Condução da Lavoura. Florianópolis: Souza Cruz, 1984, p.12.

10. DESBROTAÇÃO

A retirada dos brotos é feita pelo mesmo motivo que a capação, e tem a mesma importância para o aumento da qualidade e produtividade do fumo.



A primeira aplicação do antibrotante é feita logo após a capação.

12

Figura 6 - Detalhe do manual *Cultura do Fumo - Instalação e Condução da Lavoura*, editado e distribuído a agricultores pela Souza Cruz na década de 1980. Foto: Ana Carolina Dionísio.

Este detalhe do manual da Souza Cruz remete-nos à maneira como foi disseminado o uso de agrotóxicos entre fumicultores do Alto Vale do Rio Tijucas e de Santa Catarina durante as décadas de 1970 e 1980. Uma pesquisa da EMATER/ACARESC de 1989, por exemplo, apontava que somente 32,9% dos entrevistados haviam recebido orientação pelas empresas fumageiras quanto ao uso dos produtos. E, pelo que se pode inferir a partir do manual da Souza Cruz, mesmo a orientação existente não garantia necessariamente a segurança dos trabalhadores. Não é surpreendente, portanto, que o índice de intoxicações por agrotóxicos utilizados na cultura do fumo fosse de 57,7%. O fato de que 57% dos entrevistados pela EMATER/ACARESC terem dito que não usavam nenhuma proteção e 88,4% afirmarem que usavam o pulverizador costal, equipamento que potencializa a exposição aos biocidas, certamente contribuiu para taxas tão altas de intoxicação³⁰⁰.

Indo das estatísticas às experiências dos sujeitos participantes deste processo, percebemos em seus depoimentos como a falta de orientação quanto ao uso “seguro” dos agrotóxicos permeou a introdução deles no cotidiano laboral destes trabalhadores e trabalhadoras. “Não tinha nada de orientação. Só diziam: cuida que é veneno, é muito perigoso”, nos conta Valdolino Staroski. Abundam histórias a contrapelo que destoam da profusão atual de orientações em materiais dirigidos aos fumicultores: “O instrutor pro fumo ele orientava, pras outras coisas era nós mesmo sozinhos. Não sabia se tava fazendo certo ou se não tava, mas aí tocava o pau. (...) E era de boca aberta contra o vento e vamo comer veneno”, lembra Aluísio Stolarczk, da comunidade do Pinheiral, em Major Gercino, que também recorda que “Vinha um mais instruído, vamos dizer, de São João Batista, tava mais perto do comércio, chegava e dizia ‘não, mas nós lá faz assim, passa isso e colhe melhor’, aí é que ia entrando, né?”. Sua esposa, Salete, relata que “Ah, escutava um dizer, né, é como agora, escutava um dizer que esse é bom pra não dar capim, esse é pro outro, daí vamo comprar veneno e vamo passar, né? Era assim, escutando um e outro. Não era aula, não era educação”³⁰¹. Nas mãos das crianças, inseticidas tornavam-se brinquedos: “Acho que com uns 10 anos eu já tava passando veneno. Eu gostava de encher a bomba e ia pra roça quando tinha bastante vento e bombava só pra ver aquela fumaça voar de um

³⁰⁰ Icepa, 1991, op. cit., p.15,

³⁰¹ STOLARCZK, Aluísio; STOLARCZK, Salete, op.cit. Entrevista.

lado pra outro. Era bonito de ver aquela fumaça. A gente dizia que era fumaça, mas era veneno, né?”³⁰², recorda rindo Valério Burini, fumicultor da comunidade de Nova Galícia, também em Major Gercino. Perguntado sobre a existência de Equipamentos de Proteção Individual na época em que começou a plantar fumo, Valdolino Staroski responde dando risada:

[Risos] Meu Deus! Ninguém nem passava na mente, de nada... Só pegava e usava de qualquer jeito. Nunca ninguém usava uma bota, não usava nada. De qualquer jeito usava veneno. Tá certo, eu, na verdade, eu comecei, às vezes eu penso hoje: eu posso agradecer a Deus que nem eu e nunca um filho aconteceu nada. Porque nós na verdade era relaxado. **Não sei se o sangue também ajuda, porque eu nunca tive cuidado com isso.** Tá certo que também os veneno forte era cuidado, mas os herbicidas ia ou descalço, ou de bota, mas às vezes se molhava tudo de herbicida. Tudo molhado. Só que daí chegava em casa, tomava banho e tudo bem. Essa parte era cuidada. Mas o resto...³⁰³. [grifo nosso]

Ainda sobre os EPIs e a orientação para usar agrotóxicos, Geremias Kriscinski pondera que “Eles explicavam, só que antes no início não tinha nada de se proteger. Explicar, explicavam, mas não tinha equipamento pra isso. Hoje em dia tem equipamento”. A falta de instrumentos de proteção durante o processo de difusão de insumos agrícolas que representam riscos à saúde dos que o utilizam não configura, no olhar do agricultor, um problema de instrução para o uso do produto. Entretanto, considerando outro trecho da sua entrevista, podemos problematizar o tipo de orientação que ele diz ter recebido. “Agora até esqueci o nome do veneno. Na verdade era remédio, não era veneno, só que não era pra gente comer”, rememora o agricultor, tentando lembrar o nome do agrotóxico: “É, o Manzate. Eu cansei de passar na batatinha, porque ele guentava a batatinha sã. Não deixava adoecer. Na verdade não era veneno, tóxico. Era veneno também, mas

³⁰² BURINI, Valério. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 14 ago. 2014. Entrevista.

³⁰³ STAROSKI, Valdolino, op. cit. Entrevista.

não era tóxico”. O “remédio” a que se refere o agricultor, Manzate, é um fungicida com classificação toxicológica I (extremamente tóxico para seres humanos) e II (altamente tóxico para o meio ambiente). Além de apontar para o desconhecimento sobre os riscos do produto para sua saúde e para o meio ambiente, no depoimento do agricultor podemos identificar as duas nomenclaturas utilizadas para falar sobre os agrotóxicos no meio rural: “veneno” e “remédio”. Sobre estas categorias Frederico Peres explica que

O termo “remédio” tem origem no discurso de vendedores e técnicos ligados à indústria, que tratavam os agrotóxicos por “remédio de plantas”, quando da implantação deles no mercado brasileiro, por volta da década de 60. Já o termo “veneno” deriva da experiência concreta do trabalhador rural (e, em nossa opinião, constitui a mais digna e acurada denominação para tais produtos), que, desde o início da utilização dos agrotóxicos no meio rural, vem observando, além de seus efeitos previstos – matar pragas –, também seus efeitos nocivos à saúde humana e animal (por exemplo, morte de peixes, roedores, animais domésticos etc.)³⁰⁴

Nos depoimentos colhidos em campo, o termo amplamente utilizado para falar sobre agrotóxicos é, indubitavelmente, **veneno**, o que denota a percepção que os agricultores foram construindo através da vivência cotidiana com estes produtos, que os expõe a riscos que sequer são plenamente (re)conhecidos. Se, numa primeira leitura, tais depoimentos poderiam adquirir um caráter de denúncia, ou de uma história desvelada, ao aprofundarmos sua análise podemos tecer algumas interpretações complementares à constatação da negligência que caracterizou a propagação do uso de substâncias tóxicas entre trabalhadores pobremente qualificados para seu manuseio. Neste sentido, o trabalho da socióloga Marineide Maria Silva, realizado em 1999 entre fumicultores do município de Içara, no sul de Santa Catarina, pode ser elucidativo.

³⁰⁴ PERES, Frederico (Org.). **É veneno ou é remédio?** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp.23-24.

Em *Trabalho, saúde e risco na fumicultura*³⁰⁵, a autora aborda as estratégias defensivas e de resistência que os agricultores utilizavam para tornar possível o cultivo que emprega quantidade intensa de agrotóxicos, amenizando os riscos que correm no trabalho. “Estas estratégias fazem parte do ‘habitus’ dos fumicultores e ajudam a delinear as percepções e as práticas destes no que tange ao trabalho, ao corpo, ao risco e à doença”, afirma a pesquisadora, que identificou quatro destas estratégias nas entrevistas com fumicultores: a negação dos riscos, a valorização positiva do corpo, a vergonha de adoecer e os macetes no trabalho. De acordo com Marineide Silva, tais estratégias asseguram “um estado de tranquilidade para prosseguir no trabalho, caso contrário seria impossível permanecer nesta atividade que envolve sofrimento e riscos à saúde constantemente”³⁰⁶.

Ao conjecturar sobre se “o sangue também ajuda”, Valdolino Staroski denota esta **valorização positiva do corpo**, que garantiria sua segurança frente não só à toxicidade dos produtos, mas também ao fato de que “nós na verdade era relaxado”. Considerando que é comum nas famílias que o responsável pela aplicação dos agrotóxicos seja o pai ou filho homem mais velho, tal estratégia também pode ser relacionada a uma afirmação da virilidade, até mesmo da autoridade do chefe da família, como podemos notar no depoimento de Santinho Manoel Leal:

Maioria que passava o veneno era eu. Não deixava os filho passar nem a muié. Sempre era eu, porque eu nunca passei mal com o veneno não. Sempre fui passar, mas nunca fiquei mal por causa do veneno. E ainda era assim, porque eu fumo paiêro, então às vezes ali eu passava o veneno numa parte, acendia o cigarro, fumava, depois continuava passar veneno. Mas nunca me senti mal com veneno não. Todo tipo de veneno eu passei, mas nunca me senti mal não, isso não posso dizer.³⁰⁷

A mesma valorização positiva do corpo emerge na fala de Geremias Kriscinski, de Nova Trento, cuja argumentação baseia-se na comparação com o próprio cigarro: “Não é o organismo de toda pessoa também que funciona direito. Tem pessoas que não prejudica, outras prejudica. Igual fumar, mesma coisa. Tem pessoas que não prejudica,

³⁰⁵ Silva, 1999, op. cit.

³⁰⁶ Idem, p.90-91

³⁰⁷ LEAL, Santinho Manoel. op.cit. Entrevista.

outras não pode nem ver a fumaça. Assim a mesma coisa o veneno”³⁰⁸. Ainda que a inexistência de EPIs pudesse ser um problema, nada como a proteção divina para amenizá-lo. “Eu, graças a Deus, nunca passei mal, na minha família os filho também nunca passaram mal”, afirma o agricultor, num agradecimento também repetido por Valdolino Staroski: “Eu posso agradecer a Deus que nem eu e nunca um filho aconteceu nada”.

Ao expressar esta gratidão ao divino, mais do que à orientação ou proteção representada pelos EPIs, Valdolino e Jeremias reconhecem que os agrotóxicos podem fazer mal, mas que eles e suas famílias foram resistentes. Além disso, percebe-se também que sintomas leves de intoxicação como dores de cabeça ou enjoos dificilmente contribuía (e ainda não contribuem) para que os agricultores acentuem sua percepção de risco acerca dos químicos manuseados, aportando também para o baixo índice de notificações de intoxicações por agrotóxicos³⁰⁹. “A não ser que às vezes a gente sentia dor de cabeça e nunca passou na mente. Porque dor de cabeça hoje é difícil de me dar, e às vezes me dava dor de cabeça forte, pensava que era de outra coisa e no fim vai ser do veneno. Então já era um sintoma disso”, avalia Staroski, assim como Kriscinski: “Às vezes algum fica meio enjoado, mas às vezes é do calor, né? O calor também deixa a gente sufocado”. Cabe ressaltar que sintomas como náuseas, dores de cabeça e vômitos também são comuns entre fumicultores devido à intoxicação pela nicotina presente nas folhas, a Doença da Folha Verde do Tabaco ou, na expressão dos trabalhadores, o *porre do fumo*, que abordaremos na sequência deste tópico. Mas, nestas falas, Valdolino e Jeremias expressam um exercício de domesticação dos sintomas em que os fumicultores acostumam-se com eles e a intoxicação passa a ser incorporada como um estado natural do corpo, constituindo outra estratégia defensiva identificada por Marineide Silva: a vergonha de adoecer. Ainda que **sentindo-se** doentes, os plantadores de fumo não podiam **ficar** doentes, pois isto implicaria diretamente na incapacidade, mesmo que momentânea, para trabalhar³¹⁰. Mesmo após um episódio grave de intoxicação que implica um desmaio, por exemplo, “melhorei e voltei pra roça pra trabalhar”, recorda Aluísio Stolarczk.

³⁰⁸ KRISCINSKI, Jeremias, op. cit. Entrevista.

³⁰⁹ LUFCHITZ, Gabriel; BAROTTO, Adriana; ZANNIN, Marlene. Intoxicações por agrotóxicos registradas no Centro de Informações Toxicológicas de Santa Catarina. In: Aragão, op. cit., p.194.

³¹⁰ Silva, op. cit., p. 104

Seja pela negação da intoxicação através da valorização positiva do corpo – como no caso de Jeremias Kriscinski e Santinho Leal –, seja pela admissão da vulnerabilidade aos químicos por sentir os efeitos no próprio corpo – exemplo de Valdir Scheffer e Aluísio Stolarczk – ou pelo reconhecimento do potencial letal nos animais – conforme relataram o casal Piotrovski e Valdolino Staroski, percebemos como, muito mais do que por orientação, estes trabalhadores e trabalhadoras foram construindo suas noções de toxicidade e risco³¹¹ sobre os agrotóxicos **na prática**. Considerar na análise dos depoimentos o acionamento de tais estratégias defensivas não diminui, então, o peso que fatores como a baixa escolaridade dos agricultores aliada à falta de clareza nas instruções e critérios deficientes para liberação e comercialização dos agrotóxicos tiveram na difusão destes produtos no meio rural. Levar estas estratégias em conta pode ser útil, contudo, para contrapor-se ao enfoque simplista sobre a questão da contaminação destes agricultores e do meio ambiente, cuja lógica segue

apontando como causas das intoxicações ocupacionais o uso inadequado pela não observação sobre os cuidados necessários para o manuseio e aplicação dos produtos e a falta de uso de equipamentos de proteção individual; transferindo para o indivíduo a responsabilidade pelos envenenamentos devido à sua “ignorância” e “desinformação” em relação a tais “cuidados”.³¹²

É interessante notar como este enfoque de responsabilização do trabalhador pela intoxicação às vezes é incorporado pelos próprios agricultores em suas narrativas, principalmente dos que apresentam uma leitura favorável sobre a fumicultura. Após afirmar que “Na vida, tudo o que eu adquiri, foi com o fumo: criei os 11 filhos, comprei o terreno, comprei trator zero”, o fumicultor aposentado José Lino Seidler, da comunidade do Rio do Miche, em Leoberto Leal, conta que

Eles sabiam. O instrutor, que era o orientador nosso, ele já dizia: “Esse veneno ali, assim, assim, fora de alcance de criança, coisa, guardar bem guardado, cuidar, lavar as mãos bem, não fumar com as mão suja”. Isso vinha desde o começo, essa orientação já

³¹¹ Klanovicz, 2007, op. cit, p.247.

³¹² Lufchitz; Barotto, Zannin, op. cit., p.203.

tinha. Só que muitas vezes o próprio trabalhador não usava a recomendação deles, tá entendendo? Ele era capaz de no meio da roça fumar com a mão molhada...³¹³

Ao mesmo tempo em que de certa forma defende a presença de orientações do serviço de assistência técnica da firma, José Lino também admite que os Equipamentos de Proteção Individual, “as máscaras e coisas”, vieram bem depois. Assim como o recolhimento de embalagens, sobre o qual ele já responde, sabendo que já tínhamos entrevistado outros fumicultores:

Aí você sabe... Isso passeava na roça, já jogava lá no monte, alguns queimavam... Não tinha nada disso de recolher. No meu tempo, no tempo do meu pai, não tinha nada disso. Depois é que começou a surgir as embalagens, tem que entregar os vidro tóxico, tem que ter a casinha pra botar os veneno pra guardar. Isso veio bem depois. Pra falar bem a verdade, depois que eu parei de plantar.³¹⁴

José Lino Seidler cultivou fumo desde meados dos anos 1950, ainda junto com seu pai, até 1997. Durante todo o tempo utilizou agrotóxicos sem EPI e sem recolhimento de embalagens. Os relatos dos outros entrevistados também apontam que este serviço é realizado na região há cerca de 5 ou 6 anos, apesar de o Sindicato Interestadual da Indústria do Tabaco ter lançado o programa de coleta no ano 2000. Atualmente a entrega dos vasilhames é feita uma vez por ano, em dias marcados. Durante pelo menos três décadas, entretanto, como nos disse um agricultor da comunidade Diamante, “o mais caprichoso queimava”³¹⁵. Nas memórias de Valdolino Staroski:

[risos] Muitas vezes jogava até no rio, no mato... Acho que hoje é capaz de de repente se achar, porque na época era muito feito em lata, as vezes o líquido vinha em latinha. Às vezes acha uns pedaço enferrujado na beira das roças, jogado no rio.

³¹³ SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Como trata-se de um agricultor que pode vir a integrar-se novamente a uma empresa fumageira, decidimos manter sua identidade em sigilo.

Maioria era jogado no rio. Depois começaram a levar embora.³¹⁶

Não, no começo não recolhia. No começo, sabe o quê? Jogava ali nas grota, na beira do rio [risada]. Não sabia que prejudicava, jogava dentro da água. Rio levava lá pra Tijucas decerto. Mas não sabiam. Depois que começou governo, aí não lembro bem, se a firma exigiu ou o governo, que era pra recolher.³¹⁷

O risco da contaminação do solo e dos recursos hídricos pelos resíduos tóxicos das embalagens é ainda mais certo se considerarmos os **tipos** de agroquímicos utilizados antes que fosse instaurada a política de recolhimento de recipientes. As informações sobre estes produtos no passado que conseguimos levantar também são quase residuais, por tão fragmentadas e dispersas. Mas, a partir destes fios e indícios, tentamos percorrer o rastro desta contaminação no tempo.

Em *A Morte de Ramón González*, Angus Wright analisa uma mudança significativa nos agrotóxicos utilizados na produção de



Figura 7 - Em 2015, o veneno segue passeando nas roças. Na imagem, frasco do herbicida Herbadox, classificação toxicológica III e II, jogado próximo a área de cultivo de fumo em Leoberto Leal. Foto: Ana Carolina Dionísio, maio de 2015.

³¹⁶ STAROSKI, Valdolino, op. cit. Entrevista.

³¹⁷ DETZ, Vicente, op. cit. Entrevista.

frutas e legumes no Vale de Culiacán durante a década de 1980. Seguindo a proibição do uso do DDT pelo Environmental Protection Agency dos EUA em 1972 – em grande parte como consequência das críticas lançadas por Rachel Carson em *Primavera Silenciosa* –, cresceu a preocupação sobre a persistência no meio ambiente, nos alimentos e ao longo da cadeia alimentar de resíduos de compostos organoclorados, grupo químico à qual o DDT pertence e que são conhecidos pela maior dificuldade de degradação, além do alto potencial carcinogênico. Introduzidos na agricultura após a Segunda Guerra Mundial, os organoclorados também foram amplamente usados na saúde pública, como no combate ao mosquito transmissor da malária e do piolho causador do tifo. Seu alto “poder residual, antes considerado como qualidade positiva desses compostos, começou a ser encarado como sério inconveniente, por gerar grave impacto ecológico”³¹⁸.

No México, após 1983, Wright aponta que houve uma substituição desses agrotóxicos por outros não-persistentes, dos quais os inseticidas organofosforados (OPs) eram os principais representantes. Apesar de serem mais facilmente degradados no ambiente, eram também muito mais tóxicos no momento de sua aplicação. “Dentre os efeitos tóxicos associados aos OPs encontram-se a neurotoxicidade, a imunotoxicidade, a carcinogenicidade, a desregulação endócrina e alterações no desenvolvimento do indivíduo”³¹⁹, explica o dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO). Os efeitos sobre o sistema nervoso associados aos organofosforados são resultado de sua ação inibidora da colinesterase, assim como os carbamatos que intoxicaram a porca de Rainoldo e Bertolina Piotrovski. Representam um risco muito maior, portanto, para as populações que estão em contato direto com estes produtos – especialmente trabalhadores rurais –, do que para os consumidores dos alimentos “tratados” com eles³²⁰.

Como a produção agrícola de Culiacán era praticamente toda voltada para o mercado norte-americano, a pressão dos importadores – por sua vez pressionados por consumidores –, contribuiu enormemente para a substituição de agrotóxicos organoclorados persistentes por organofosforados não-persistentes naquela região. Além dessa questão mercadológica, um fator ambiental também contou bastante para esta

³¹⁸ CARNEIRO, Fernando et al (Org). **Dossiê ABRASCO**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015, p.139-140.

³¹⁹ Idem, p. 135.

³²⁰ Wright, op. cit., p. 15-17. Tradução da autora.

mudança: o desenvolvimento de resistência a estes produtos pelos insetos-alvo. Nas palavras de Wright, “com o incentivo combinado de responder à resistência das pragas e às preocupações dos consumidores nos Estados Unidos, os fazendeiros de Culiacán tomaram a decisão definitiva pelo uso de agrotóxicos não-persistentes e agudamente tóxicos”, tornando possível “entregar vegetais a mercados distantes com baixos níveis de resíduos”³²¹.

No Brasil, a restrição de alguns organoclorados começa em 1985, com a proibição da comercialização, distribuição e uso de Aldrin, Clordano, Dieldrin, DDT, Endrin, BHC, Heptacloro, Hexaclorobenzeno e Canfeno clorado. Entretanto, há registros de aplicações de DDT para controle de vetores de leishmaniose no Rio de Janeiro ainda em 1990³²², enquanto o Endossulfan, outro representante deste time, só foi banido pela ANVISA em 2010. O quadro de (des)regulação do mercado de agrotóxicos brasileiro repercute internacionalmente. Num relatório do Departamento de Agricultura norte-americano (USDA) de 1999 disponível na Legacy Tobacco Documents Library, por exemplo, vemos que

Brasil e Turquia atualmente exportam mais tabaco para os Estados Unidos do que qualquer outro país. Os dois países contribuem para mais de 50% de todo o tabaco trazido pra os Estados Unidos. **Muitos dos pesticidas usados na produção de tabaco no Brasil são altamente tóxicos, e proibidos nos Estados Unidos e na Europa.** Por exemplo, Brasil usava 1.000 toneladas de DDT por ano até 1995.³²³ [grifo nosso]

Percebemos, assim, como o controle de resíduos de agrotóxicos estava na pauta também do mercado de tabaco, cenário em que o Brasil ainda figura como um dos principais produtores e exportadores. São

³²¹ Idem, p. 18.

³²² ARACELI, Verônica Flores et al. Organoclorados: um problema de saúde pública. **Ambiente & Sociedade**. Vol. VII n°. 2 jul./dez. 2004, pp 111-124. Disponível em www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24690.pdf, acesso 25 ago. 2015.

³²³ OFFICE OF INSPECTOR GENERAL, USDA, U.S. DEPT OF AGRICULTURE. **AGRICULTURAL MARKETING SERVICE IMPORTED TOBACCO. Pesticide residue testing**. Audit report no. 01001-1, Philip Morris. WASHINGTON D.C., March 1999, p.22. Disponível em <http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/rmdw0076>. Acesso em: 18 ago. 2015.

muitos os documentos da indústria que encontramos na Legacy Tobacco Documents Library discutindo os parâmetros de análises de resíduos em diversos países importadores e produtores de tabaco, assim como memorandos e correspondências sobre a circulação de amostras para análise. A tentação de investiga-los e compreender as diversas conexões entre eles é grande, mas para isso seria necessária outra dissertação de mestrado.

Contentemo-nos com uma carta enviada pela Seção de Análise de Produtos da companhia importadora Jas I. Miller, da Carolina do Norte (EUA), ao escritório da Souza Cruz em Florianópolis em maio de 1987³²⁴ (ANEXO 4). Acompanha a correspondência um relatório de análise de 10 amostras de tabaco (ANEXO 5), codificadas com as siglas BLU e SCS – que interpretamos como referentes a Blumenau e Santa Cruz do Sul, cidades onde a empresa possui unidades de processamento. Dentre as substâncias encontradas, figuram Diedrin, DDT, Endrin, Heptacloro, Aldrin e Chlordane – todos compostos organoclorados – além do potente desfoliante 2,4-D, princípio ativo do agente laranja.

Além de fornecer pistas sobre os agrotóxicos utilizados na produção de fumo brasileira durante a década de 1980 – ou talvez décadas antes, mas que ainda estavam presentes no meio ambiente cultivado – estes documentos denotam uma crescente preocupação acerca dos resíduos destes produtos no tabaco importado. Localmente, por outro lado, crescia a apreensão acerca dos efeitos ambientais do uso indiscriminado de agrotóxicos. Considerando a alta estabilidade e persistência destes compostos no meio ambiente e seu uso anterior (provavelmente por décadas) sem uma política de recolhimento de embalagens, o rastro de contaminação dos recursos hídricos catarinenses já se fazia notar no final da década de 1980. Com outras culturas também destacando-se no consumo de agrotóxicos à época – caso do arroz irrigado, por exemplo – o descontrole e a falta de precaução quanto ao uso destes não passaram despercebidos pelo Estado. Buscando ampliar a discussão e o esclarecimento dentro da temática, a FATMA realizou entre março e abril de 1989 uma série de seminários regionais, em que “um dos temas levantados foi a contaminação, por

³²⁴ JAS I MILLER TOBACCO COMPANY INCORPORATED, WILSON, WILLIAM L. **Pesticide Residue Analyses**. 1987 May 08. British American Tobacco. Disponível em <http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/yyl0194>, acesso em 17 jul. 2015.

agrotóxicos, dos mananciais e fontes de captação de água que abastecem as populações urbanas”³²⁵.

Tal iniciativa surge após a Secretaria da Agricultura, do Abastecimento e da Irrigação afirmar que “a utilização de agrotóxicos na atividade agropecuária catarinense continua a preocupar os segmentos diretamente envolvidos”, acentuando a “total impropriedade quanto à forma como se vem procedendo ao manejo dos recursos naturais em território catarinense”³²⁶. Enquanto em 1982 previa-se que “face ao grande aumento dos preços no mercado e a uma maior conscientização quanto ao uso adequado, prevê-se uma redução relativa na utilização de defensivos agrícolas nos próximos anos”³²⁷, em 1987 a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) informava que “ocorreu expansão de 33,6% no consumo de agrotóxicos em 1986 em relação ao ano anterior.”³²⁸.

No final dos anos 1990, um diagnóstico das bacias hidrográficas de Santa Catarina realizado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente apontava que **todas as 10 regiões hidrográficas pesquisadas** apresentavam contaminação por agrotóxicos³²⁹. A bacia do Rio Tijucas não figurava dentre os casos mais críticos, como eram o Oeste e o Sul do estado, sendo classificada como pouco poluída. Mas sobre a região que ela integra (Litoral Centro), afirma-se que “de uma maneira geral, à exceção dos cursos d’água localizados na Ilha de Santa Catarina, todas as demais bacias da região apresentam problemas de contaminação por agrotóxicos”³³⁰.

Com este aumento da atenção sobre os efeitos ambientais do uso indiscriminado de agrotóxicos em finais da década de 1980 e a consolidação da liderança brasileira nas exportações mundiais de tabaco no início da década de 1990, a indústria fumageira foi ajustando-se a estas pressões. Assim como no caso da produção de frutas e legumes no Vale de Culiacán, as restrições nos mercados externos também repercutiram na fumicultura sul-brasileira, ocasionando uma mudança similar para agrotóxicos organofosforados e carbamatos.

³²⁵ Icepa, 1989, op. cit., p.41.

³²⁶ Icepa, 1988, op. cit, pp. 112 e 69.

³²⁷ Icepa, 1982, op. cit., p.68.

³²⁸ Icepa, 1988, loc. cit.

³²⁹ SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas de Santa Catarina**: diagnóstico geral. Florianópolis, 1997, p.88

³³⁰ Idem, p.84.

Podemos perceber esta transição num levantamento de outra corporação da indústria fumageira, R.J. Reynolds, que toma como referência a safra 1987/1988. Sob a tarja CONFIDENTIAL, o *Agrochemicals Fact Book* lista os agrotóxicos mais utilizados na cultura do fumo em dezesseis países produtores, dentre eles o Brasil. A relação aponta dezenove compostos, com predomínio, no grupo dos inseticidas, dos organofosforados (Acefato, Diazinon) e carbamatos (Carbaryl, Carbofuran) e, entre os fungicidas, os ditiocarbamatos (Propineb e Mancozeb). Vale ressaltar que para cada uma destas formulações podem ser fabricados diversos produtos comerciais. Compostos organofosforados e carbamatos também constam na relação para o fumo dos *Agrotóxicos que Possuem Recomendações de Uso para as Principais culturas da Região Sul* da brochura *Agrotóxicos: informações para uso médico*, publicada pela Souza Cruz em 1993³³¹, tais como: Parathion (sob nome Bravik), Clorpirifos (Lorsban), Metamidofós (Tameron BR) e Acefato (Orthene e Acefato Fersol). Todos estes químicos entraram em processo de reavaliação pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) a partir do ano 2000 pela suspeita dos elevados riscos que representavam à saúde, como distúrbios neurocomportamentais, câncer ou desregulações endócrinas.

Em outra publicação da Souza Cruz de 1998, desta vez sobre *Manejo Integrado de Pragas e Doenças*, também está posta a transição agrotóxica ligada às demandas do mercado externo: “A busca de produtos mais seguros e menos tóxicos tem sido constante, não apenas para atender às exigentes legislações dos países importadores de fumo, mas principalmente para preservar a saúde dos nossos produtores e do meio ambiente”³³². A menção à preservação da natureza marca a instituição de uma política ambiental na empresa em 1997, “o que, juntamente com os programas socioambientais e a reação ao antitabagismo, revela um processo complexo que envolve autoconfronto e crescente *ambiguidade institucional*”³³³, na leitura de Sérgio Boeira. Neste discurso ambíguo, que separa a saúde dos produtores de tabaco da saúde dos consumidores deste produto, “o *marketing* é somado à tecnociência no uso *instrumental da ecologia*” que, no fim das contas,

³³¹ SOUZA CRUZ. **Agrotóxicos: informações para uso medico.** Florianópolis: Souza Cruz, 1993. 72 p.

³³² SOUZA CRUZ. **Manejo Integrado de Pragas e Doenças.** Rio de Janeiro, Santa Cruz do Sul: Souza Cruz, 1998.

³³³ Boeira, 2002, op. cit., p.312

visa à manutenção dos negócios da empresa, segundo Boeira³³⁴.

Uma das inovações apontadas na publicação da Souza Cruz como redutoras do uso de agrotóxicos é o sistema *float* de canteiros de mudas³³⁵, que implicou no abandono do uso do brometo de metila, gás fumigante que elimina insetos do solo e é reconhecidamente agressivo à camada de ozônio. Outrora amplamente utilizado pelo setor do fumo e também na produção de flores e plantas ornamentais no Brasil, em 1992 foi “incluído na lista das Substâncias que destroem a Camada de Ozônio (SDOs) do Protocolo de Montreal, sendo estabelecido cronograma para a sua eliminação”³³⁶, tendo sido o ano de 2004 o prazo máximo para terminar seu uso na fumicultura. No sistema *float* que veio a substituir o uso do brometo no início dos anos 2000, as mudas crescem em bandejas de poliestireno preenchidas com substrato orgânico, que ficam “dispostas em lâmina d’água contida em tanque revestido por manta ou lençol de polipropileno de cor preta e cobertas por filme de polietileno transparente, formando um microtúnel”, conforme explica o Sinditabaco no *Glossário da Produção Integrada de Tabaco*³³⁷.

Durante os cerca de 60 dias em que as mudas estão no canteiro há o “tratamento” com agrotóxicos. Tanto no levantamento feito pelas técnicas do Cepagro no Alto Vale do Rio Tijucas em 2014/2015 quanto no de Sérgio Luis Boeira em 1998 em Alfredo Wagner, Ituporanga e Vidal Ramos, um dos inseticidas mais citados para os canteiros foi o Confidor, com classificação II (altamente tóxico para o meio ambiente) e III (medianamente tóxico para os seres humanos). Além deste, a Universal Leaf Tabacos, por exemplo, recomendou em 2012 a um produtor integrado de Leoberto Leal³³⁸ a aplicação **semanal** do fungicida Infinito (classificação toxicológica II) e duas aplicações do inseticida Evidence (classe III e IV) somente nos canteiros (ver ANEXO

³³⁴ Idem, p.228

³³⁵ Na página da Souza Cruz, por exemplo, podemos encontrar esta associação: <<https://www.produtorsouzacruz.com.br/sustentabilidade/sustentabilidade-no-setor/gestao-ambiental>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

³³⁶ Conforme informações dos Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e Meio Ambiente (MMA) disponíveis em <http://www.unep.fr/ozonaction/information/mmcfiles/6272-p-eliminacao_do_brometo_de_metila.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.

³³⁷ Disponível em <<http://sinditabaco.com.br/press-kit-e-publicacoes/producao-integrada-de-tabaco-glossario/>>. Acesso em: 21 dez. 2014

³³⁸ Conforme verificamos no Receituário Agrônomico que o agricultor, cuja identidade será mantida em sigilo, gentilmente nos cedeu para fotografar. Ver ANEXO 5.

6). Considerando que as próprias empresas recomendam que estes fiquem “próximo à casa do produtor para facilitar o manejo”³³⁹, torna-se comum encontrar casas de fumicultores com o aviso na entrada “CUIDADO! Área tratada com agrotóxicos”. Tal proximidade praticamente inviabiliza a observância do intervalo de reentrada de 24 horas recomendado pelas próprias empresas, expondo-os à contaminação enquanto as exigentes legislações dos países importadores de fumo são atendidas.

A intoxicação do cotidiano e das memórias destes agricultores e agricultoras é sintomática da falta de prudência, precaução e orientação que permeou a disseminação destes produtos entre estas famílias. Ainda hoje, a subnotificação dos problemas com agrotóxicos torna difícil de mensurar quantitativamente o impacto de seu uso indiscriminado na saúde dos trabalhadores. Com a baixa escolaridade e o pouco acesso a serviços de saúde pública que ainda caracterizam as populações rurais, “é de se esperar um grande número de intoxicações não notificadas”. E mesmo os que não tenham sofrido algum episódio agudo de intoxicação, passível de atendimento de emergência, “podem estar sob exposição a altas doses de veneno e possivelmente apresentar distúrbios ligados a exposição crônica aos agrotóxicos”³⁴⁰.

Um destes principais distúrbios pode ser o câncer. Mesmo que “estabelecer o nexos causal entre a exposição aos agrotóxicos potencialmente cancerígenos e o desenvolvimento de câncer nem sempre é possível”, já que a enfermidade caracteriza-se por ser multifatorial, sem uma causa única de aquisição, “dentre esses fatores, a exposição aos agrotóxicos pode ser considerada como uma das condições potencialmente associadas ao desenvolvimento do câncer”. Soma-se a isto o fato de que “a exposição apenas a um pesticida particular é rara aos trabalhadores agrários, sendo isso um fator de viés para identificação de risco específico”³⁴¹.

Ainda assim, em nossa vivência de campo é absurdamente comum os relatos de casos de câncer nas comunidades rurais. Só em Boiteuxburgo, por exemplo, em fevereiro de 2015 foram-nos relatados três casos de tumores somente no cérebro. A esposa de Santinho Manoel Leal, da mesma comunidade, também faleceu de câncer em 2007, assim

³³⁹ ALLIANCE ONE. **Informativo Agrônomo**, maio de 2009, p.3.

³⁴⁰ Barotto, Lufchitz, Zannin, op. cit., p.194.

³⁴¹ CEGLIO, William; FERREIRA, Jovino; FERREIRA, Vera. A saúde e os agrotóxicos: pacientes com neoplasias hematológicas e exposição a agrotóxicos – análise em um hospital universitário. In: Aragão, 2012, op. cit, pp.155 e 163.

como um dos seus irmãos e um sobrinho, “um homem novo, de 40 e poucos anos”. Quando lhe pergunto se antigamente a enfermidade era tão comum ou se simplesmente não era identificada, ele pondera que “Não sei se sabia o que era, mas não se ouvia falar. Mas isso não morria tanta gente que nem tá morrendo hoje em dia disso aí”. Sua observação apoia-se na vivência que ele teve ao acompanhar os últimos 23 dias de vida da esposa no hospital, da qual ele recorda que “Tinha gente com o rosto todo comido, perna, tudo comida do câncer, elas [as enfermeiras] me pediam pra dar uma mão pra elas. Lavar, trocar roupa... [...] Mas é coisa que a gente nunca viu um serviço desse, que nem eu vi a coisa assim...”³⁴². Chama-nos a atenção, também, a frequência de relatos do uso de antidepressivos e remédios para dormir que escutamos nas comunidades visitadas durante as etapas de campo, especialmente vindos das mulheres.

A investigação junto a centros de saúde e Secretarias Municipais para averiguar com mais precisão os efeitos nocivos do uso indiscriminado de agrotóxicos entre os trabalhadores e trabalhadoras rurais configura uma importante possibilidade de pesquisa, mas que não tivemos como abarcar durante este trabalho. Se nossas inferências a partir das conversas com agricultores não são suficientes para construir conclusões definitivas, com uma equipe multidisciplinar em campo, contudo, talvez seja possível avaliar melhor as condições de saúde dos trabalhadores rurais expostos a agrotóxicos. No caso da fumicultura, uma das principais referências é o trabalho coordenado pela professora Virgínia Etges, da Universidade de Santa Cruz do Sul (RS), realizado entre 1999 e 2001. A região do Vale do Rio Pardo, onde está Santa Cruz do Sul, destaca-se como a principal produtora de tabaco em folha do Brasil, além de possuir unidades de processamento. Ali, o referido estudo concluiu que “os agrotóxicos, utilizados com muita intensidade na cultura do tabaco, como revelou esta pesquisa, sinalizaram para uma associação importante entre vários agravos à saúde”. Além de sintomas fisiológicos – dores de cabeça, formigamentos, tonturas e azia –, também foram relatados distúrbios neurocomportamentais, como ansiedade, tristeza, depressão, irritação, que “podem ser provocados por contaminação por pesticidas ou como sintomas de ansiedade ou depressão provenientes do resultado da safra ou da comercialização”³⁴³.

Uma possível correlação entre o uso de agrotóxicos organofosforados e as taxas de suicídio acima da média entre

³⁴² LEAL, Santinho Manoel, op. cit. Entrevista.

³⁴³ Etges, op. cit., pp.18-19.

agricultores no município gaúcho de Venâncio Aires, também no Vale do Rio Pardo, foi apresentada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1996 pelo então presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos daquela Casa, deputado Marcos Rolim (PT). O documento é resultado de um estudo levado a cabo por uma equipe multidisciplinar, coordenada pelo professor de Medicina Social da UFRGS João Werner Falk. O panorama traçado ali é assustador. Além da alta carga de biocidas utilizada – “Em média são usados 60 quilogramas de agrotóxicos por hectare, sendo que em 1995, devido à seca e consequente aumento de pragas, a média alcançou 100 Kg de agrotóxico por hectare de tabaco” – notou-se que o número de suicídios crescia junto com a utilização destes insumos, uma “interessante coincidência” encontrada pelos pesquisadores³⁴⁴:

os três meses onde mais se utilizam agrotóxicos nas lavouras de fumo são outubro, novembro e dezembro, que justamente estão entre os quatro meses com maior número de suicídios. São também a única série de dois ou mais meses com porcentagens acima de 10%. Já abril (o outro mês com índices altos de suicídio) coincide com a época da preparação dos canteiros.³⁴⁵

Os dados do estudo, entretanto, não eram conclusivos. Tanto é que, em 2006, dois pesquisadores da equipe anterior, João Werner Falk e Lenine Alves de Carvalho, publicaram um artigo³⁴⁶ afirmando que apesar de “as principais áreas de cultivo de tabaco apresentarem taxas de suicídio mais altas, a associação não era estatisticamente significativa e o excesso de risco desapareceu após ajuste a fatores culturais e sócio-economicos”³⁴⁷. Além disso, disseram que “a falta de dados confiáveis sobre o uso de agrotóxicos não nos permitiu testar esta hipótese no estudo atual”.

³⁴⁴ FALK, João Werner et al. **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires-RS: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados?**. Relatório de Pesquisa. Disponível em <http://galileu.globo.com/edic/133/agro2.doc>, acesso em: 25 ago 2015, pp.3-13

³⁴⁵ Idem, p.24

³⁴⁶ FÁRIA, Neice Müller Xavier. Suicide rates in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: association with socioeconomic, cultural, and agricultural factors. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(12):2611-2621, dez 2006.

³⁴⁷ Idem, p.2619.

Não faltam pesquisas, contudo, que destacam o uso corriqueiro e problemático de agrotóxicos entre fumicultores³⁴⁸, como de Alexandra Troian *et al* em outro município do Vale do Rio Pardo, Arvorezinha e das pesquisadoras Marlise Schoenhals, Franciele Follador e Caciana da Silva em Verê (PR). Elas relatam que somente 10% dos entrevistados utilizavam EPI completo, sendo que 40% não usavam nenhum tipo de proteção para aplicação de agrotóxicos. Náuseas, dores estomacais e de cabeça foram relatadas por 90% dos depoentes quanto a problemas de saúde decorrentes do uso de agroquímicos, enquanto 10% deles já estiveram internados devido a intoxicações³⁴⁹. Expostos a tais riscos laborais cotidianamente, estes trabalhadores estão abarcados pela assertiva da Organização Mundial de Saúde de que o trabalho agrícola tornou-se uma das ocupações mais perigosas da atualidade³⁵⁰.

Mesmo que atualmente exista muito mais orientação quanto ao uso de agrotóxicos, – nas portas das estufas de secagem de fumo, por exemplo, é comum encontrar cartazes do Sinditabaco e das indústrias fumageiras com instruções técnicas, assim como nas revistas circulam fotos de trabalhadores com EPI completo –, os estudos acima referidos e nossa vivência de campo mostram que a falta de precaução, orientação e controle que caracterizou sua propagação entre as famílias que passaram a cultivar fumo ainda tem reflexos hoje em dia. Para este quadro aportam também as estratégias defensivas dos agricultores supracitadas, como a valorização positiva do corpo, que levam, por exemplo, a uma confiança maior na imunidade fisiológica do indivíduo do que no EPI – que, além de custoso, mostra-se extremamente incômodo para uso devido ao calor, fator também levantado nas pesquisas acima.

Com ações de orientação para uso e a política de recolhimento de embalagens, a indústria fumageira está, em tese, “fazendo sua parte”. Mas também está ajustando-se a pressões inclusive jurídicas

³⁴⁸ TROIAN, Alessandra *et al*. Percepções sobre os aspectos ambientais, sociais e econômicos no cultivo de tabaco: um estudo com agricultores e agentes rurais no município de Arvorezinha/RS. **Anais** do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2009. Disponível em <www.sober.org.br/palestra/15/65.pdf>, acesso em: 17 out. 2014.

³⁴⁹ SCHOENHALS, Marlise; CAOVILO, Francielle; SILVA, Caciana. Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciativas de gestão ambiental na indústria do tabaco. In: Engenharia Ambiental, v. 6, n. 2, p. 016-037, mai /ago 2009, Espírito Santo do Pinhal, p.24.

³⁵⁰ Carneiro, *op.cit*, p.126

concernentes às condições de trabalho na fumicultura que passaram a incidir especialmente a partir do ano 2000, sobre as quais Ângela Cristina Pincelli explica que

Em 1999, a Delegacia Regional do Trabalho – DRT/SC do Ministério do Trabalho e Emprego encaminhou ao Ministério Público do Trabalho em Santa Catarina denúncias da existência de trabalho infanto-juvenil na cultura do fumo. (...) Foram então instaurados procedimentos administrativos de investigação, tendo sido realizadas várias audiências com as empresas Souza Cruz, Brasfumo, CTA Continental, Dimon do Brasil, Kannenberg e Meridional de Tabacos Ltda, algumas com a participação da Associação dos Fumicultores do Brasil (AFUBRA), do Sindicato da Indústria do Fumo (SINDIFUMO) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Todas tiveram como objeto de discussão a questão do trabalho infanto-juvenil na cultura do fumo.³⁵¹

Uma das respostas públicas da indústria à ação do Ministério Público foi o programa de responsabilidade social *O Futuro é Agora*, voltado para filhos e filhas dos fumicultores. Em sua dissertação de mestrado em Sociologia Política, Ângela Pincelli analisa o discurso de responsabilidade social da Souza Cruz que envolve este programa. Outro reflexo desta medida foi a inclusão, nos contratos de compra e venda do fumo em folha, da cláusula em que o produtor assegura que não emprega mão-de-obra infantil nas suas lavouras. Na esteira deste Procedimento de Investigação, em 2007 o Ministério Público do Trabalho move nova Ação Civil Pública contra dezenas de empresas fumageiras, AFUBRA e SINDIFUMO face à “inquestionável a insalubridade da atividade, que exige o manuseio e aplicação frequentes de agrotóxicos”, situação em que “as empresas não cumprem com as condições mínimas de segurança e medicina de trabalho exigidos em lei”, conforme a Inicial que acessamos junto à Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, em Florianópolis³⁵². O texto enfatiza como o

³⁵¹ Pincelli, op. cit., p.10.

³⁵² Enviado por correio eletrônico para carudionisio@gmail.com em 12 jun. 2015.

uso indiscriminado e sem orientação de agrotóxicos na fumicultura contribui para tornar a atividade manifestamente insalubre e perigosa.

Após acordo entre empresas fumageiras que atuavam em Santa Catarina e Paraná com o Ministério Público do Trabalho em 2011, observa-se como esta responsabilização é repassada aos agricultores através do *Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha*. Na versão do contrato utilizada pela Souza Cruz em 1999, por exemplo, a cláusula 2.3 menciona apenas rapidamente a necessidade de armazenar os “defensivos agrícolas” em depósito específico, utilizar EPI e observar orientações para descarte de embalagens³⁵³, ressaltando no item 2.7 que “O PRODUTOR obriga-se a respeitar a legislação de meio ambiente em vigor, eximindo a EMPRESA de qualquer responsabilidade pela sua inobservância”. Tais itens seguem praticamente os mesmos no contrato de integração da DIMON do Brasil em 2004³⁵⁴. Já no contrato assinado pelos produtores integrados à Souza Cruz em 2014/2015 (ANEXO 7), a cláusula dos agrotóxicos adquire muitos outros pontos: proibição do uso por crianças e maiores de 60 anos; regras para uso, armazenamento, descarte das embalagens, sinalização das áreas recém-tratadas, equipamentos de preparação e de proteção individual; informar a todos os que trabalham com ele sobre estas regras; comparecer a treinamentos e palestras sobre legislação ambiental e uso de agrotóxicos promovidos pela COMPRADORA ou entidades ligadas a ela; dentre muitos outros que ocupam toda uma página do documento. Ao pé dela, a importante ressalva:

2.5 Em caso de descumprimento das obrigações previstas nas cláusulas 2.3 e 2.4, desde já o PRODUTOR declara estar ciente e concordar que a COMPRADORA informe às autoridades competentes sobre tal conduta, arcando este com todos os ônus decorrentes, bem **como isentando a COMPRADORA de indenizar quaisquer prejuízos morais e materiais que o PRODUTOR e todos aqueles que sob sua responsabilidade**

³⁵³ SOUZA CRUZ, *Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha*, apud Boeira, 2000, op. cit., p. 411.

³⁵⁴ DIMON do Brasil. *Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha – Safra 2004/2005*. Apud Souza, op. cit., p.113.

trabalham possam vir a experimentar³⁵⁵. [grifo nosso]

As nove páginas do documento, que um fumicultor gentilmente nos emprestou para que fossem fotografadas, estavam todas devidamente rubricadas por ele. Quando perguntado se havia lido o contrato, ele respondeu sorrindo: “Ah não, é muita folha, né?”. Reação parecida tiveram outros 15 agricultores de três municípios que entrevistamos e outros tantos com quem conversamos durante esta pesquisa. Assim, neste movimento de responsabilizar o PRODUTOR, mesmo sem o pleno conhecimento dele, por eventuais danos à sua saúde ou ao meio ambiente, busca-se diminuir a relevância da carga socioambiental da fumicultura. É neste sentido que a ecologia política nos ajuda a compreender estes passivos na lógica do intercâmbio ecologicamente desigual. A lenta e sistemática deterioração da saúde de pelo menos duas gerações de agricultores e agricultoras e dos recursos ambientais de toda uma região pelo uso indevido de agrotóxicos dificilmente pesam na balança quando se considera o suprimento ao mercado mundial de uma matéria-prima cujo único fim é ser fumada³⁵⁶.

3.2 – “Pior do que um porre de cachaça”: a Doença da Folha Verde do Tabaco

“Acho que era pior do que um porre de cachaça. Enjoado, vomitava o dia todo... Comer que é bom pra cara ter força de trabalhar não comia mais. E trabalhar tinha que trabalhar, né?”. Entre o bem estar físico e a necessidade de encher a estufa de secagem de fumo na época da colheita, Aluísio e Salete Stolarczk não tinham muita escolha. “Porque o fumo é: se tá maduro aproveita, senão perde. Não é um pé de verdura que se não colher hoje pode cortar amanhã. O fumo se tá pronto, tem que colher. Na saúde ou na doença, tinha que tá lá dentro”, lembra o agricultor de 59 anos e que há mais de 25 trocou a fumicultura pelo cultivo de uvas. Sua esposa recorda que

³⁵⁵ SOUZA CRUZ, **Contrato de Compra e Venda de Tabaco em Folha e outras avenças**. Gentilmente emprestado para fotografia por um fumicultor, cuja identidade será mantida em sigilo.

³⁵⁶ ANGEOLLETTO, Fernando. **Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco**. Florianópolis: Cepagro, 2006.

Eu até gostava, eu era a que dava menos. Mas a gente passava e subia ali pelo quintal e era uma [cunhada] num canto, outra no outro, outro do lado, tudo vomitando. Quando melhorava um pouquinho, ia a vó torrar chá preto pra tomar, melhorava um pouquinho e ia lá pro fumo de novo. Eu dizia: ‘Isso aí não é vida, vó’.

Atualmente manejando uma propriedade agroecológica, o casal hoje reconhece e reflete sobre potenciais danos à saúde que o uso inadequado de agrotóxicos – tanto durante a época em que plantavam fumo como quando começaram com as uvas – pode ter-lhes causado. As náuseas e enjoos a que eles se referem nos depoimentos acima, contudo, não são decorrentes apenas da “lida com o veneno”, mas sim por uma intoxicação aguda causada pela absorção da nicotina presente nas folhas de tabaco pela pele, nomeada *Doença da Folha Verde do Tabaco* (DFVT), a partir do inglês *Green Tobacco Sickness*. O mal se caracteriza por uma intoxicação, praticamente uma overdose, decorrente da absorção pela pele da nicotina presente nas folhas verdes do tabaco. Como a nicotina é uma substância que se dissolve na água, a impregnação é maior quando as folhas estão molhadas de orvalho ou as mãos úmidas de suor – condições que são comuns durante a colheita do tabaco no Sul do Brasil, que acontece justamente durante os meses mais quentes do ano. Pelas semelhanças com os sintomas da elevada ingestão de álcool – vômitos, enjoos, náuseas, tontura, dor de cabeça –, os agricultores do Alto Vale do Rio Tijucas preferem chamá-la de **porre do fumo**.

No Brasil, o primeiro surto da DFVT foi registrado cientificamente em 2007, no município de Arapiraca, em Alagoas, com 130 casos naquele ano. Segundo Patrícia de Oliveira *et al*, quando os trabalhadores buscavam atendimento durante a colheita com náuseas e enjoos, tais sintomas eram associados pelas equipes médicas ao contato com agrotóxicos. O uso destes produtos, contudo, “é mínimo durante a colheita, levando à suspeita de que os casos seriam de DFVT”³⁵⁷, hipótese confirmada após uma pesquisa com quase dois meses de campo, em que a equipe entrevistou mais de 100 trabalhadores e realizou coletas de sangue e urina. Pesquisas no Rio Grande do Sul

³⁵⁷ OLIVEIRA, Patrícia *et al*. First reported outbreak of green tobacco sickness in Brazil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 26(12):2263-2269, dez, 2010, pp. 2263-2264.

também detectaram a incidência da doença entre agricultores durante a época da colheita do fumo em 2008 e 2012. Há registros do mal, entretanto, já no século XVIII na Itália. Mas é a partir da década de 1970 que surgem mais estudos sobre a enfermidade, sendo descrita no estado norte-americano da Flórida como uma doença característica dos trabalhadores rurais do tabaco, assim como na Carolina do Norte e no Kentucky já nos anos 1990³⁵⁸.

Durante a revisão bibliográfica sobre o assunto não foram encontrados estudos em Santa Catarina. Mas, a partir dos relatos dos agricultores entrevistados, fica clara a incidência do porre do fumo entre várias das famílias. Mesmo os que têm uma postura mais positiva em relação à fumicultura e defendem seu bom retorno financeiro não estão imunes à overdose do tabaco, como aconteceu com os filhos de José Lino Seidler: “Eu cheguei a levar num dia três [dos filhos] pra farmácia pra pegar injeção porque tavam bem enjoado. Aconteceu isso”, lembra o fumicultor aposentado, mas com a ressalva de que “Mas assim de ficar, de morrer alguns por causa de plantar fumo e trabalhar com veneno, até hoje nunca deu problema”³⁵⁹.

Para Valdir Scheffer, de Boiteuxburgo, as intoxicações tampouco foram fatais, mas contribuíram em grande parte para que ele decidisse abandonar a fumicultura: “Na colheita mesmo, porque aí a gente vai no sol quente e às vezes vai de manhã. Aí o fumo tá molhado, aí molha a roupa assim no corpo, aí depois vem o sol quente no verão, começa a dar aquele cheiro ruim e enjoava. Parei mesmo por causa disso”³⁶⁰, relata o ex-fumicultor. A mais imune da família parecia ser a esposa, Maria, que é fumante, o que para eles pode aumentar a resistência ao porre. Mas o agricultor acredita, contudo, que a grande quantidade de agrotóxicos aplicados nas folhas também contribui para tornar a lida ainda mais nauseabunda.

A suposta imunidade dos agricultores fumantes foi observada por Patrícia Oliveira *et al* em Arapiraca (AL), e também circula como uma conjectura entre os agricultores entrevistados. O fato da nicotina ser hidrossolúvel também aumenta o risco de intoxicação quando as folhas

³⁵⁸ RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élida. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(12):4797-4808, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/1413-8123-csc-19-12-04797.pdf>, acesso em 22 ago. 2015.

³⁵⁹ SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

³⁶⁰ SCHEFFER, Valdir, op. cit. Entrevista.

estão cobertas de orvalho ou as mãos molhadas de suor, assim alguns entrevistados associam uma maior incidência do porre para quando o fumo está molhado. Inclusive nas orientações das firmas quanto à DFVT, que já aparecem nas publicações distribuídas aos produtores integrados, podemos ler que “isso só acontece quando as folhas estiverem molhadas, em função da ocorrência de chuva ou de orvalho. O quadro é de reconhecido desconforto, mas plenamente reversível num período variável entre 1-2 dias”, ao lado de uma foto em que um trabalhador colhe fumo utilizando uma roupa plástica que a indústria vem recentemente divulgando entre os fumicultores. Mas o de a colheita no Sul do Brasil ser realizada nos meses mais quentes do ano – de novembro a fevereiro – e do EPI ter um custo considerado elevado pelos agricultores (entre R\$ 30 e R\$ 50) muitas vezes torna-o uma ferramenta mais incômoda do que útil, conforme observamos em conversas informais com fumicultores durante as etapas de campo e também foi notado por Deise Riquinho e Élide Hennington em sua pesquisa junto a fumicultores gaúchos. Ademais, elas constataram que “depois de lavadas elas perdem a ação impermeável, devendo ser descartadas após o uso”³⁶¹.

Recusar o uso do EPI, associar a intoxicação aos venenos ou a condições climáticas da colheita do fumo, construir uma relação entre o hábito de fumar e uma maior imunidade e até mesmo recorrer à medicação para diminuir o enjoo são algumas das estratégias defensivas que os fumicultores acionam para prosseguir numa atividade cujos riscos à saúde são inerentes. Antes do apelo de seus corpos, estes agricultores e agricultoras precisam atender ao chamado da estufa, pois o fumo não espera. Até mesmo mulheres em estado avançado de gestação tinham que colaborar na intoxicante corrida para encher as estufas de secagem do fumo, como vemos neste relato de Bertolina Piotrovski, do Rio Café:

E eu tava esperando não sei mais quem, um pequeno, fiquei ruim do fumo, fiquei 3 dias na cama. Quando abria a janela que vinha aquele bafo de fumo lá do estaleiro, lá não guentava, ficava ruim...

E a sra passava mal com o porre do fumo então?

Mas mal!

E tinha alguma coisa que faziam pra aliviar?

³⁶¹ Riquinho; Hennington, op. cit., p. 4801

Não tem nada a fazer! Só vomita verde, verde que nem a folha de fumo... E tem que esperar até que passar. Eu sei que fiquei 3 dias de cama, quando eu sentia cheiro do fumo, lá eu ia de novo...

E grávida, mesmo assim tinha que ir lá colher, amarrar?

Ah, tinha, né... Ele sozinho, os outros tudo pequenininho. E pra amarrar em cavalete só de dois, um dava folha e outro amarrava...³⁶²

Conforme nota Marineide Maria Silva, os trabalhadores e trabalhadoras “vão assim naturalizando o desgaste para prosseguir o trabalho, domesticando todos os sintomas que atrapalham o correr natural da vida, qual seja, trabalhar”. Num contexto em que o corpo é o principal instrumento de trabalho e, portanto, de subsistência, “a doença passa então a representar uma grande ameaça à saúde do trabalhador e a capacidade produtiva, e portanto, um acontecimento vergonhoso na vida de um trabalhador”³⁶³.

O acionamento de tal estratégia defensiva não diminui, contudo, o reconhecimento do desgaste físico extremo que caracteriza a fumicultura. Além do contato constante com agrotóxicos e o risco de intoxicação pela nicotina presente nas folhas, as jornadas noturnas para amarrar as folhas aos tacos que eram pendurados nas estufas e depois para classifica-las também contribuem para construir a percepção entre os trabalhadores e trabalhadoras da lida do fumo como algo penoso. Tanto esforço para atender aos requisitos de qualidade das empresas frequentemente não recebe a remuneração esperada pelos agricultores, o que causa grande descontentamento entre eles, como veremos no próximo tópico.

3.3 – “Porque o fumo não espera”: agricultores familiares na esteira do mercado global do tabaco

Com um intervalo de cerca de quarenta anos entre o ocorrido e o memorado, Inês Voitena recorda com detalhes o empenho de toda a família, dos mais novos aos mais idosos, para durante o dia dar conta de colher fumo nas roças e à noite amarrar as folhas nos tacos que eram pendurados para secar dentro das estufas. “A gente quase não dormia de noite. Porque era assim: tinha fogo na estufa, né? Tava secando. [...] Aí

³⁶² PIOTROVSKI, Bertolina, op. cit., Entrevista.

³⁶³ Silva, op. cit., p. 102

ele [seu marido] ia dormir na boca da noite pra levantar de madrugada. Aí eu vinha ali com os dois pequeno”. Apesar da dureza da rotina narrada, é com um sorriso que a agricultora aposentada continua seu relato:

Chegava ali, uma mesada de fumo pra amarrar. Um quer dormir aqui, o outro lá. O mais velho já catava um pouquinho de folha, o outro botava uns cobertor lá e dormia. Ali eu ficava, tinha que cuidar do fogo, então eu ia amarrar um pouco, pra adiantar. Ali a minha sogra, coitada, vinha porque não podia dormir a noite. Saía, vinha ali debaixo do rancho comigo e me alcançava folha pra eu amarrar um pouco. Quando dava onze e meia, meia noite, um já tava dormindo ali no chão, o outro dormindo também, porque eram pequeno ainda os guri, né? Aí eu disse: agora tenho que levar eles pra casa pra chamar ele pra levantar e vir aqui cuidar do fogo e eu ir dormir. Já passava da meia-noite. Aí um ia no colo, aí acordava o outro, o maior ia andando. Aí ia lá, acordava ele [o marido], ele vinha pra cá e eu ficava em casa pra dormir com os pequeno. Mas era assim direto.³⁶⁴

Após algumas poucas horas de descanso, a família retomava a lida: “Aí no outro dia de manhã já tem que levantar e colher fumo, né?”, completa a agricultora de 68 anos. Entre os meses de novembro e fevereiro, esta era a rotina da família de Inês e Jacó Voitena, moradores da comunidade do Rio das Flores, em Major Gercino, e de outras quase 40 mil famílias que cultivavam tabaco em Santa Catarina em meados da década de 1970³⁶⁵.

Além da grande carga laboral para manejar um cultivo que demanda muito mais esforço do que força física – as folhas de fumo têm que ser colhidas uma a uma, depois amarradas em tacos para secar na estufa, secas durante 4 a 6 dias na estufa, desamarradas e separadas para então serem enroladas em “manocas”, tudo manualmente – Jacó Voitena explica o porquê do apuro entre a chegada do fumo da roça e o acondicionamento nas estufas: “Dois dias era o máximo [para encher

³⁶⁴ VOITENA, Jacó; VOITENA, Inês, op. cit., Entrevista. Trechos entre colchetes indicados pela autora para facilitar a compreensão.

³⁶⁵ IBGE. **Censo Agropecuário**: Santa Catarina. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

uma estufa], senão um passa do ponto e outro tá verde, e não dava qualidade. E a qualidade é que mandava tudo, né?”³⁶⁶. Como já vimos anteriormente, o fumo em folha é classificado de acordo com dezenas de categorias; logo “era com qualidade de fumo é que a gente fazia mais dinheiro”, conta Jacó. Assim como a garantia de compra da produção é apresentada por grande parte dos entrevistados como o principal argumento para ter permanecido (e ainda permanecer) na fumicultura – mesmo quando eles reconhecem os ônus da atividade para sua saúde e às vezes para o meio ambiente – é quanto à classificação na hora da entrega da safra que colhemos mais relatos de insatisfação, resignação e, em alguns momentos, empoderamento deles frente à indústria³⁶⁷.

O ritmo que as estufadas impunham às famílias durante a colheita na busca por uma boa qualidade do fumo passava por cima de eventos climáticos e de etapas importantes da própria vida de um indivíduo. Sentado numa almofada no chão do paiol, Marcílio Felisbino fazia a pré-classificação do fumo recém curado, separando em dois montes, um de mais qualidade e outro de menos. Era março de 2015 e um de seus filhos, dono da propriedade em que ele trabalha na comunidade Rio do Miche, em Leoberto Leal, estava em Rio do Sul entregando o primeiro lote da safra daquele ano. A entrevista seguiu com o farfalhar das folhas de tabaco secas de fundo durante pelo menos uma hora e meia. Após este tempo, o agricultor de 81 anos faz uma pausa para enrolar um cigarro de palha e com os braços ao redor dos joelhos dobrados, começa a contar do falecimento da esposa ocorrido três anos antes, também durante o final da colheita de fumo:

Eu disse pra ela, 4ª feira eu não venho [visita-la no hospital], tenho que terminar de colher o fumo. Vou colher o fumo e se eu cabar cedo eu venho, senão só na 5ª. ‘Não’, ela disse, ‘tu não vem mais essa semana. Só vem sábado, tu vem sábado, entra meio dia, duas horas, conversemo, depois 8h vem de novo e temo mais tempo’. Eu disse: ‘Não, na hora que eu cabar o fumo eu venho’. [...] Chegou na hora, 4ª feira não deu pra acabar, não ia lá pra cima. [...] Aí, 5ª feira de meio dia, disse pro rapaz: ‘Vamo cabar de terminar o fumo’. Fomo pra roça, eu queria

³⁶⁶ Voitena, op. cit. Trechos entre colchetes adicionados pela autora para facilitar a compreensão.

³⁶⁷ A classificação do tabaco também foi apontada como principal fator de descontentamento na pesquisa com fumicultores feita por Uba, 2012, op. cit.

ir ligar, ele disse, ‘Não, vamos acabar de quebrar. A nega vai ligar, qualquer coisa a nega liga pra nós’. Quando acabemo de quebrar o fumo, veio um trovadão. Chuva, chuva, chuva, aí nos tava acabando de amarrar já eram 5 horas. Tocou o telefone, fui atender, ‘tiraram a mãe da UTI, levaram pro quarto mas ela não resistiu e foi de volta pra UTI’. Disse ‘Tá bom, vou cabar de arrumar aqui e vou pra cima então’. Cabamo de arrumar, uma trovoada. Tocou de novo telefone, já tava morrendo.³⁶⁸

Quando Marcílio chegou ao hospital em Ituporanga, perto das 21h30, encontrou a esposa já inconsciente. “Dava pra ver que ela já tava morta”, conta ele com um olhar distante, como se conversasse com alguém que estivesse fora do paiol. Alguns minutos depois, pergunto-lhe se a esposa também trabalhava no fumo antes do casamento deles. “Não, só na roça. [...] Mas ela gostava de trabalhar no fumo”, responde ele, enquanto relembra a rotina da colheita quando os filhos eram pequenos. “Tem o rapaz que mora em Brusque que nasceu dia 21 de dezembro. Eu tinha mesmo começado a colher fumo. Aí fui pra roça sozinho e ela ficou em casa, né”, relata com uma expressão sorridente. A jovem esposa participara da colheita até o dia do parto: “Aí eu ia pra roça colher o fumo, chegava em casa, fazia comida pra ela, trocava roupa do menino e ia pro serviço de novo. Essa era nossa luta”.

Para além da dramaticidade dos episódios relatados por Marcílio, chama a atenção em sua narrativa a força das amarras entre fases da vida de um indivíduo – como o nascimento de um filho ou a morte da esposa – e a safra de fumo, como a colheita e as primeiras estufadas. Assim como ele quase não pôde despedir-se da mulher, tampouco conseguiu acompanhar de perto os primeiros dias do filho recém-nascido. O fumo não podia esperar.

“Porque o fumo é uma coisa que, se não quer perder, tem que debaixo de chuva ou sol, tem que ir...”, explica Bertolina Piotrovski, da comunidade Rio Café, em Major Gercino. “É o fumo e feijão. Se tá maduro, tem que colher, se tá tempo ruim, dois, três dias, se foi tudo. O fumo, se atrasou uma estufada, atrasa toda a vida”, resume a

³⁶⁸ FELISBINO, Marcílio, op. cit., Entrevista. Trechos entre colchetes indicados pela autora para facilitar a compreensão.

agricultora³⁶⁹. Da comunidade Rio da Flores, em Major Gercino, um ex-fumicultor traz um relato parecido:

Quando chega na parte da colheita e dá uma semana de chuva, se deixar pra semana seguinte ele estraga. Tem que colher. Tem que colher tudo. A gente vai debaixo de chuva, não tem tempo. A outra lavoura não. Que nem a uva, se nessa semana ela tá madura, ainda dá pra colher na semana seguinte. Ela espera. O fumo não.³⁷⁰

A época da colheita e das estufadas de fumo é a que demanda mais mão-de-obra das famílias fumicultoras. Toda a unidade familiar deve engajar-se tanto nas tarefas diurnas – a colheita na roça e transporte para o paiol – quanto nas noturnas, como amarrar o fumo nos tacos e cuidar da estufa. O trabalho noturno é assinalado inclusive como um diferencial da “lida do fumo” em relação a outros cultivos, como percebemos no depoimento de José Lino Seidler, que dedicou 40 dos seus 79 anos à fumicultura e ainda acompanha o trabalho dos filhos e netos na atividade na comunidade Rio do Miche, em Leoberto Leal:

E a lida do fumo, tem alguma coisa que é diferente?

Tem. Quer ver a diferença? Se eu não sou fumicultor, eu chego de noite em casa e tomo banho pra ir descansar. E o plantador de fumo ele vai ter que trabalhar de noite. Ele vai ter que levantar de noite pra ver o fogo, vai ter que atender à noite o fogo da estufa, ou então carregar os fumo que eles colhe durante o dia... E se eu não for plantador de fumo eu não preciso fazer isso. Eu posso chegar, jantar, tomar meu banho e descansar. O plantador de fumo não, ele tem mais compromisso. Obriga mais trabalhar fora do horário do que os que não plantam.³⁷¹

O compromisso com a estufa para garantir um fumo bem curado obrigava os fumicultores a assumirem jornadas noturnas durante

³⁶⁹ PIOTROVSKI, Bertolina, op. cit., Entrevista.

³⁷⁰ Como trata-se de um agricultor que ainda pode vir a integrar-se novamente a empresas fumageiras decidimos manter sua identidade em sigilo.

³⁷¹ SEIDLER, José Lino. op. cit., Entrevista.

a colheita, especialmente na época em que agricultores como José Lino estavam na ativa, antes do final da década de 1990. O controle da temperatura das estufas era menos automatizado do que hoje e dependia de monitoramento constante; somava-se também necessidade de amarrar o fumo em tacos, superada posteriormente por uma máquina de costurar as folhas e atualmente os modelos de estufas de folhas soltas, em que o tabaco simplesmente é acomodado em prateleiras, sem amarrar. Assim como o relógio passou a regular o cotidiano dos trabalhadores fabris analisado por E. P. Thompson em *Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial*³⁷², o tempo das estufas para suprir matéria-prima à indústria fumageira pautava a rotina familiar, como vemos na fala de Valdir Scheffer, agricultor da comunidade Boiteuxburgo, em Major Gercino:

A colheita quase sempre era ali por dezembro, esse ano começou mais cedo um pouquinho. A maioria era dezembro. Aí era sofrido o negócio. Muitas vezes vinha em casa de meio-dia, tinha que comer pão, fazer um cafezinho, só comer pão de meio-dia porque não dava tempo de cozinhar em casa. Ficava todo mundo na roça, nós era pouca gente, não ficava em casa. Aí a estufa tinha aqueles aparelho que podia botar lenha e sair, só voltava de tal em tal hora pra botar fogo, aí a gente programava pra 2 horas, 2 horas depois vinha em casa pra botar lenha, senão pedia um vizinho pra jogar lenha dentro. Quase toda vida nós vinha em casa botar fogo. Então às vezes de manhã botava o feijão pra cozinhar antes, ficava fervendo ali, quando vinha em casa botar fogo já botava também lenha no fogão, pra de noite ter comida salgada, de meio dia era só pão com café pra não perder tempo. Porque tinha aquele detalhe que tinha que apanhar o fumo ligeiro, senão esquentava no tobata e queimava o fumo lá dentro. Porque ele queima, né, estraga, se queimar pode jogar fora, porque não vale mais nada.³⁷³

³⁷² THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.279.

³⁷³ SCHEFFER, Valdir, op. cit., Entrevista.

“Muitas vezes vinha em casa de meio-dia, tinha que comer pão, fazer um cafezinho, só comer pão de meio-dia porque não dava tempo de cozinhar em casa”. Este poderia ser o depoimento de um trabalhador urbano, que na obrigação de cumprir sua carga horária fixa sequer pode dar-se ao luxo de almoçar em casa. Mas trata-se de um agricultor. Sem buscar reforçar algum tipo de positividade do trabalho rural em relação ao urbano, seja pela convivência com a terra e a natureza ou pelo fato de que o agricultor às vezes é seu próprio patrão e dono dos seus próprios meios de produção, cabe-nos ressaltar que a pressa que pautava o trabalho familiar era para atender às crescentes exigências do competitivo mercado global do tabaco: “Porque tinha aquele detalhe que tinha que apanhar o fumo ligeiro, senão esquentava no tobata e queimava o fumo lá dentro. Porque ele queima, né, estraga, se queimar pode jogar fora, porque não vale mais nada”. Além disso, a lida relatada incorporava o contato constante com agrotóxicos durante vários meses do ano, além da possibilidade de tomar um “porre de fumo”.

Como afirma Maria Ignez Paulilo, “a auto-exploração da família é uma das principais características da fumicultura. Aceitação de um trabalho tão penoso só é justificada, pelos entrevistados, em função do rendimento do produto”³⁷⁴. Nas palavras de Lucila Meyer, “A fumicultura exige, portanto, cuidados e atenção constantes, pois tal esforço está diretamente associado à qualidade e quantidade de produto e os preços obtidos”³⁷⁵. Assegurar a qualidade do fumo para atingir uma boa classificação na esteira – e, assim, o retorno financeiro esperado – era o motor para que estes trabalhadores e trabalhadoras passassem por cima do desgaste físico de longas e intoxicantes jornadas laborais em pleno verão, para “no outro dia de manhã se levantava todo quebrado ainda, mas tinha que ir de novo pra roça colher”, como conta Valdir Scheffer.

Em *Produtor e Agroindústria: consensos e dissensos*, Maria Ignez Paulilo apresenta, baseada em dados do Sindicato das Indústrias de Fumos do Rio Grande do Sul (SIFERGS), o coeficiente técnico da mão de obra nas safras entre 1974 e 1983, época em que a maioria dos nossos entrevistados estava trabalhando. Cada hectare de fumo plantado absorvia em média 234 jornadas de 8 horas de trabalho por pessoa, sendo que cerca de 100 destas eram só durante a colheita. Assim, “é a mão de obra o item que mais pesa no custo de produção do fumo. É por isso que famílias numerosas e com poucos recursos optam por essa

³⁷⁴ Paulilo, op. cit., p.154

³⁷⁵ Meyer, op. cit., p.70.

lavoura”³⁷⁶, afirma Paulilo. Ainda baseada em dados do SIFERGS, a pesquisadora aponta que em 1983 este item correspondeu a 53% do custo de produção do fumo Virgínia. O caráter altamente absorvedor de mão-de-obra familiar da fumicultura também transparece na documentação, como vemos na *Síntese Anual da Agricultura 1984/85*, onde afirma-se que “outro aspecto que a caracteriza é o fato de utilizar intensamente a mão-de-obra familiar.”³⁷⁷ A percepção de que este custo não é considerado no pagamento da safra é corrente nas conversas informais que tivemos com tantas famílias ao longo desta pesquisa e destaca-se na entrevista de Rainoldo Piotrovski:

Você conta como eles pagam o fumo, ninguém chegou lá, o burro não lembra dessas coisas. Agora você marca, o mais barato cobra 100 real por dia pra colher fumo. Lá pras banda de lá, 120. Bota 100. Então o plantador de fumo aqui, se o fumo precisa colher os domingo, ele tem que ir. E daí com as noite, gastar 200 metro de lenha pra abastecer fomalha pra consumir aquilo tudo, vai direto dia e noite o ano todo. Aí quando eles pagam 100 real, por 260 dias, um casal, bota certinho, 56 mil real só de serviço (sic). [...] E quem me apresenta 56 mil real do fumo? E daí tem muito mais coisa em cima. Lenha, mais 20 coisa. Vai na lavoura pra matar mundaça...³⁷⁸

Além de não terem o retorno real de cerca de 10 meses de trabalho – considerados entre a preparação dos primeiros canteiros de mudas e o enfardamento do fumo já seco e curado –, a depreciação da produção praticada pelas firmas compradoras ao rebaixarem a classificação do fumo é outro assunto que gera relatos que mesclam descontentamento, frustração e resignação por parte dos

³⁷⁶ Paulilo, op. cit., p.140

³⁷⁷ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina*, 1984/85. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1985.

p.124

³⁷⁸ PIOTROVSKI, Rainoldo, op. cit., Entrevista. Identificamos na fala do agricultor uma imprecisão no cálculo, onde ele diz 56 mil reais seriam 52 mil.

entrevistados³⁷⁹. Até recentemente, afirmam os entrevistados, os fumicultores faziam uma pré-classificação nos paióis, separando a produção em 7, 8, 10 classes diferentes. Chegando na esteira, contudo, suas expectativas nem sempre se confirmavam:

Quase todo ano dá isso. Nós manda o fumo com uma classe e lá eles fazem outra. Lá eles fazem o que eles querem! E ainda assim tu ameaça de levar, eles dizem, ‘quer levar, leva de volta’. O que tu vai fazer? Tem que vender pelo que eles pagam.³⁸⁰

[Marlene] A gente espera uma coisa e eles dão outra. A gente sabe quando o fumo sai de casa que podia dar melhor, mas lá é eles que classificam, né. O que eles dão tá dado, não tem mais volta. [Valério] Eles falam que você pode trazer o fumo de volta. Mas aí você vai fazer o quê? Ainda se fosse alimento dava pra trazer pra dar pras vacas, mas elas não comem, né? Aí eles fazem o preço e tem que deixar lá, porque se for trazer pra casa tem que pagar o frete. Depois o cara vai vender ainda mais barato, então não adianta.³⁸¹

Aí se o plantador não achar de vender fumo no paiol, vai fazer o que com isso? Só dá tranquera no paiol, não pode vender, não é comida, nada... Isso teve alguns instrutor que chegou dizer pros plantador, que tá sujeito ficar com fumo no paiol nesse ano. Aí fica ruim. E a Souza Cruz ela diz que vai manter aquela compra, aquela linha de compra. Só que os instrutor já avisou pro meu filho aqui que o que era BO1 ano passado esse ano não vai ser.³⁸²

³⁷⁹ Sobre o custo de produção do fumo, remuneração dos agricultores e depreciação da produção ver Carvalho, 2006, op. cit.

³⁸⁰ KRISCINSKI, Geremias, op. cit., Entrevista.

³⁸¹ BURINI, Marlene Mikalski; BURINI, Valério, op. cit. Entrevista.

³⁸² SCHEFFER, Valdir, op. cit. Entrevista.

“Lá eles fazem o que querem!”. A unilateralidade com que é definido o preço de compra no mercado oligopsônico³⁸³ do fumo une as falas de Jeremias Kricinski, Marlene e Valério Burini e Valdir Scheffer. O fato de que o fumo não presta para alimentação humana nem animal faz com que eles quase sempre aceitem as condições de compra, já que para trazer a produção de volta para casa seria necessário contratar outro frete, arriscando-se ainda a deteriorá-la e talvez não conseguir outros compradores. Como afirma Maria Ignez Paulilo,

a situação de integração é antes de tudo uma situação de mercado. Ela modifica a oportunidade tanto de acesso do produtor aos insumos necessários quanto de colocação do produto final. É essa modificação um dos aspectos mais explicadores da aceitação das condições impostas pelas empresas integradoras.³⁸⁴

Além disso, “a segurança é um elemento fundamental na relação com a empresa integradora. Segurança de vender todo o produto, segurança de receber no prazo estipulado e segurança de assistência técnica”³⁸⁵. Se, por um lado, a garantia de compra da produção é principal vantagem do sistema integrado apontada pelos fumicultores do passado e do presente, tal segurança está atrelada às oscilações do mercado global de tabaco. Quando Valdir Scheffer – que já não planta mais fumo, mas acompanha o trabalho dos filhos que ainda o fazem - relata que “os instrutor já avisou pro meu filho aqui que o que era BO1 [classe mais alta] ano passado esse ano não vai ser”³⁸⁶, demonstra consciência da manipulação mercadológica em que opera o sistema de classificação do fumo em folha, que por fim serve para equilibrar as contas das corporações. Assim como ele, José Lino Seidler também teve problemas com a classificação da sua produção durante os anos em que plantou fumo, chegando inclusive a descartar fardos inteiros em um bananal porque a firma recusara-se a compra-los. E é até com certa tranquilidade que o agricultor aponta os motivos para isso: “Era porque o fumo era muito escuro e naquele ano deu muito fumo,

³⁸³ Forma de mercado com poucos compradores, chamados de oligopsonistas, e inúmeros vendedores.

³⁸⁴ Paulilo, op. cit., p. 36.

³⁸⁵ Idem, p.175.

³⁸⁶ SCHEFFER, Valdir, op. cit. Entrevista. Trecho entre colchetes colocado pela autora para facilitar compreensão.

então pagavam pouco pra favorecer a firma, sabe? Empresa você sabe como funciona...³⁸⁷. A manipulação da classificação do tabaco reforça a vulnerabilidade dos agricultores na cadeia produtiva do fumo, em que eles reconhecem-se como o elo mais fraco.

Segundo Maria Ignez Paulilo, desde 1980 o preço atribuído a cada classe do fumo é reajustado anualmente, após reuniões entre os sindicatos das indústrias (SINDIFUMO) e representantes dos fumicultores (AFUBRA, Federações da Agricultura e dos Trabalhadores Rurais), que geralmente ocorrem em Santa Cruz do Sul no mês de dezembro. Estes encontros para estabelecer os valores dos diferentes tipos de fumo passaram a acontecer após reivindicações coletivas dos fumicultores por melhor pagamento da safra³⁸⁸. Impasses nas negociações eram e continuam comuns e também aparecem na documentação do ICEPA da década de 1980. Em 1985, por exemplo, a *Síntese Anual da Agricultura 1984/85* informava que

Após intensas negociações – que foram precedidas por mobilizações dos agricultores em todo o estado, levantamento de dados para elaboração de custos realizados pelas indústrias e pelas entidades dos produtores nos três estados do sul – a reunião terminou num impasse, isto é, os produtores solicitando um reajuste de 290% mais correção mensal, e os industriais oferecendo 275%, para os quatro tipos de fumo³⁸⁹.

Quando não havia acordo, prevaleciam os índices de reajuste impostos pelas empresas, como aconteceu na safra 1989/90:

Para esta safra não houve acordo e as indústrias acabaram estabelecendo um reajuste de preço de forma unilateral. [...] Estes percentuais desagradaram profundamente aos produtores e acabaram repercutindo nos três estados da região

³⁸⁷ SEILDER, José Lino, op. cit. Entrevista.

³⁸⁸ Paulilo, op. cit., p. 156.

³⁸⁹ ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina*, 1984-85. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1985, p. 130.

Sul do país, com redução na área de plantio.³⁹⁰

As mobilizações dos agricultores mencionadas em 1985 serviram de indício para buscar outras referências às diversas estratégias de enfrentamento ou questionamento por parte dos fumicultores quanto aos reajustes e também à classificação impostos pelas empresas. A safra 1983/84, por exemplo, fora marcada por assembleias coordenadas pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina (FETAESC) que reuniram mais de 15 mil fumicultores³⁹¹. Nas reuniões de negociação em Santa Cruz do Sul naquele ano, o índice de reajuste para os fumos Virgínia, Amarelinho e Burley ficou em 180%.

O reajuste de preços, contudo, era só parte da negociação. A grande divergência relatada pelos fumicultores entrevistados nesta e em outras pesquisas é quanto à grande diferença de preços entre as classes do tabaco e sobretudo quanto ao rebaixamento da classificação. Assim, de acordo com Maria Inez Paulilo, outra reivindicação destas assembleias do final de 1983 era que as empresas aceitassem a classificação feita no paiol pelos produtores³⁹². Ainda que tal ponto não tenha sido acordado, a pesquisadora afirma que “segundo a Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Santa Catarina, a partir de 1980 houve uma melhoria na remuneração dos produtores devido às mobilizações havidas nesse sentido”³⁹³.

Nas entrevistas também emergem relatos em que podemos perceber que os fumicultores nem sempre aceitavam passivamente a (des)classificação impingida nas esteiras das firmas. Na década de 1980 a relação entre as empresas e os produtores ainda não estava firmada em contrato; o que sim havia era o pedido de insumos e os empréstimos junto aos bancos, que eram mediados pelas firmas³⁹⁴. Dentre estes documentos constava uma declaração de que a produção seria entregue

³⁹⁰ Icepa, 1990, op. cit., p.105.

³⁹¹ Icepa, 1984, op. cit., p. 155.

³⁹² Paulilo, op. cit., p. 148.

³⁹³ Idem, p. 156.

³⁹⁴ Sobre a adoção do Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha, Silveira (2007, p.248) menciona meados da década de 80 no Rio Grande do Sul. (p.248). Já em Boeira (2002, p.75) , o contrato passa a mediar a relação entre indústria e produtores em 1993. Os agricultores afirmam que assinavam contratos com as empresas, mas apreendemos que em alguns casos referiam-se a outros documentos assinados com as firmas, não necessariamente o contrato de compra e venda.

a determinada companhia, autorizando o banco a descontar os custos e repassá-los à empresa quando o agricultor fosse receber o pagamento pela safra³⁹⁵. Mas o compromisso entre indústria e agricultor pela entrega da produção era verbal – ou, na descrição da *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1983/84*, um “acordo de cavalheiros”³⁹⁶. Ou ainda como explica Santinho Manoel Leal:

Se eu tinha o contrato com a firma, eu fazia o pedido nessa firma, eu mandava o fumo, eu pagava a firma, não devia nada pra ela, eu tinha fumo no paiol. Se a outra firma pagava melhor do que a outra pagava, podia mandar o restante do fumo pra outra firma, que pagava melhor. Só que hoje em dia já não, já trancaram que cada um tem que plantar pra sua firma, já não pode mais vender de uma pra outra.³⁹⁷

Mais do que entregar sua produção exclusivamente para determinada empresa, o fumicultor tinha que primordialmente saldar sua dívida com ela ao final de cada safra. Como o fumo não era entregue todo de uma vez, mas em lotes, havia a possibilidade de comercializá-lo com outras firmas ou atravessadores. Neste cenário, a partir de alguns relatos interpretamos que os agricultores tinham uma certa margem de negociação no caso de desacordos sobre a classificação, vendendo para outras empresas ou simplesmente não entregando a produção, “trancando o fumo no paiol”. Foi o que aconteceu com Jacó Voitena por volta de 1981/82. Ele estava terminando de pagar a estufa que havia financiado com Souza Cruz para três anos, até que

No terceiro ano me castigaram muito, com fumo também. Aí mandei fumo tudo pra eles, mas tranquei um tanto no paiol, ou eles me pagam melhor o fumo, **porque a dívida já tava paga**, ou do contrário eu vou vender pro particular, pra essa Armada, que veio me oferecendo.

Por isso que o senhor trocou de firma?

Isso, daí eles custou, custou, mas vieram. Vieram, eu tinha tantas arroba de fumo em casa, foi

³⁹⁵ Paulilo, op. cit, p. 169.

³⁹⁶ Icepa, 1984, op. cit., p.153.

³⁹⁷ LEAL, Santinho Manoel, op. cit. Entrevista.

classificadinho, pesadinho. **Me disseram: ‘Quanto é que o senhor quer pelo fumo?’**, eu disse: **‘Quero tanto, nem um cruzeiro a menos.** Porque olha o que vocês me pagaram nesse fumo, nessa nota aqui. Fumo era desse tipo e vocês pagaram pra outro. Se vocês pagarem direitinho, eu mando fumo pra vocês. Se não pagar, não vou mandar’. Aí fizeram, bateram, fizeram conta daqui e de lá, era o supervisor, né, que veio. Daí foi indo, foi indo. *Ele veio porque o senhor não levou o tanto que tinha que levar?*

Não, é porque eles tinham pagado mal o fumo e não queria mandar o fumo pra eles, e mandei pelo instrutor dar o recado. ‘Ou eles vêm me garantir o preço aqui, o que eu quero, que eu mando o fumo, senão não mando’. Aí eles vieram, bateram daqui e de lá, fizeram as conta, as classe tudo separadinho, pesado. ‘Não, o senhor manda que vai ser garantido isso’. Eu disse, ‘É, um cruzeiro a menos não! Vou botar isso no caminhão e vou trazer de volta’. Quando mandei o fumo eu fui junto, caminhoneiro daqui né, fui junto, classificaram o fumo, esperei a nota, veio a nota né, como pagaram e tudo. Até pagaram bem mais, pagaram melhor, só que aí não plantei mais pra eles. Mudei pra essa outra firma.³⁹⁸
[grifos nossos]

O empoderamento que Jacó Voitena evoca em seu discurso parece-nos apoiado em duas situações: o fato de ele já ter saldado suas dívidas com a Souza Cruz e o cenário de concorrência entre empresas na região naquela época, em que a companhia Armada estava angariando novos produtores. Isso colocava o fumicultor numa posição de igualdade – ainda que momentânea – na negociação com a toda poderosa Souza Cruz (ou, ao menos com os representantes dela): “Me disseram: ‘Quanto é que o senhor quer pelo fumo?’”, eu disse: “Quero tanto, nem um cruzeiro a menos”. A mesma autoconfiança para fazer valer as condições de venda do produtor marca o relato de Valdir Scheffer, ao recordar um episódio ocorrido na esteira das mobilizações de fumicultores entre 1983 e 1986:

Isso devia de ser em 85, por aí... 85, 86.

³⁹⁸ VOITENA, Jacó, op. cit. Entrevista.

Pagou bem aquela safra?

É, primeiro a gente tinha mandado os primeiro fumo pra firma e tal, tavam pauleando, não tavam pagando bem. Depois levei 200 e poucas arroba, aí combinado de casa todo mundo tava trancando fumo, não tava deixando entregar fumo porque tinha que pagar mais. Aí começaram a comprar nos paiol por BO1, tudo melhor, mais caro. A gente tinha 200 e poucas arroba, tudo BO1. O instrutor então negociou, viu quanto que queria pagar, ‘É tudo ou nada!’ Então pagou tudo BO1, fui junto com eles pra cima.

O senhor falou ‘é tudo BO1 ou não entrego nada’?

É, tudo daquele resto que nós tinha. As firma tinha 400 e poucas arroba, 200 e poucas a gente já tinha mandado pra pagar o que eles queria lá, aí 200 e pouco. Aí todo mundo trancou o fumo porque não queria vender mais, tinha que pagar melhor a venda. Aí nós disse pra mulher, fui pra Major buscar a nota, tinha que tirar a nota no Major, pra mandar o fumo. Aí eles queriam tudo o fumo que tinha, uma firma comprando da outra, porque quando falta aí eles compram da outra. Paga mais e leva o fumo todo. Aí disse pra mulher que era tudo BO1 ou nada. Aí vieram aqui, assim, assim, quero tudo BO1. Aí o fumo verde eles não queria pagar BO1, aí eu disse “tudo ou nada”, quero tudo BO1. Aí deram.³⁹⁹

A agência exercida individualmente na negociação com a empresa aproxima os relatos de Jacó Voitena e Valdir Scheffer: “Aí eu disse ‘tudo ou nada’, quero tudo BO1”. No de Scheffer, contudo, percebemos que aquela atitude participava de um movimento coletivo: “Aí todo mundo trancou o fumo porque não queria vender mais, tinha que pagar melhor venda”. O boicote coletivo acirrava a concorrência entre as empresas, aumentando a margem de negociação dos produtores: “Aí eles queriam tudo o fumo que tinha, uma firma comprando da outra, porque quando falta aí eles compram da outra. Paga mais e leva o fumo tudo”. Tais boicotes são mencionados na *Síntese Anual da Agricultura*

³⁹⁹ SCHEFFER, Valdir, op. cit. Entrevista.

de Santa Catarina 1987/88 no comentário sobre a comercialização daquela safra:

ao contrário dos últimos anos, quando se verificaram dificuldades de acertos entre produtores e indústrias, acontecendo até **boicotes na entrega do fumo**, em função do acerto prévio dos reajustes a serem concedidos e da sistemática de correção dos preços a comercialização da safra deverá se processar sem maiores problemas.⁴⁰⁰ [grifos nossos]

Aprofundar a compreensão sobre as mobilizações de fumicultores na década de 1980 certamente é um convite instigante para novas pesquisas⁴⁰¹. Por enquanto, contudo, priorizamos destacar estes longos excertos das entrevistas de Jacó Voitena e Valdir Scheffer para valorizar as vivências destes agricultores como sujeitos ativos e empoderados, faceta que raramente aparece nas problematizações sobre a cadeia produtiva do sistema integrado da fumicultura e inclusive na Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 12ª Região em 2007 contra as empresas que integram o SINDIFUMO e também a AFUBRA, em que ressaltava-se a **hipossuficiência** dos produtores frente às agroindústrias integradoras⁴⁰². Entendemos que esta vitimização dos agricultores reside no fato de que relatos como de Valdir e Jacó remetem a situações pontuais e momentâneas, já que eles mesmos e os outros entrevistados também ecoam, na maior parte do tempo, a falta de possibilidade de negociação deles no momento da entrega da safra. “Lá eles fazem o que eles querem”, diria Geremias Kricinski.

A vulnerabilidade dos fumicultores na comercialização do tabaco transcende o momento da entrega da safra, já que na esteira influem fatores do mercado internacional de fumo. Das cerca de 25 empresas do ramo fumageiro que atuavam no Sul do Brasil na década de 1980, averiguamos que apenas três eram de capital brasileiro

⁴⁰⁰ Icepa, 1988, op. cit., p. 145.

⁴⁰¹ Compreendemos que seria interessante verificar em outras fontes, tais como jornais, a repercussão destas mobilizações. Não foi possível fazê-lo no âmbito desta pesquisa, mas pretendemos aprofundar este tópico talvez em um artigo.

⁴⁰² Conforme a inicial que acessamos junto à Procuradoria Regional do Trabalho da 12ª Região, em Florianópolis, Enviada por correio eletrônico para carudionisio@gmail.com em 12 jun. 2015.

(Kannenberg & Cia. LTDA, Fumossul S/A e Companhia Sudan de Produtos de Tabaco). As que foram mais mencionadas na região pesquisada referente a esta época – Souza Cruz, Armada, Dimon, Tabacos e Tabra – são todas multinacionais, principalmente de capital norte-americano. Em 1994 já observa-se um processo de concentração destas empresas, com aquisições de companhias brasileiras por grupos multinacionais, num movimento de crescente transnacionalização do setor pesquisado profundamente pelo geógrafo Rogério da Silveira⁴⁰³.

Competindo com a produção dos fumicultores catarinenses estava, então, o fumo produzido também em todos os países em que estas empresas tinham (e ainda têm) acordos com agricultores. O caráter oligopsônico do mercado do tabaco é frequentemente citado na documentação do ICEPA, que apresenta a conjuntura internacional como determinante não só no preço recebido pelos agricultores, mas da cobrança por cada vez mais qualidade do fumo a ser produzido nas próximas safras: “A preocupação das indústrias tem sido centrada em obter boa qualidade no fumo a ser produzido, para competir no mercado internacional em condições favoráveis, e em não perder mercado, que tem sido bastante disputado por outros países”, informava a *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1985/86*⁴⁰⁴. A remuneração das famílias destes agricultores variava de acordo com fatores de ordem global, como percebemos neste trecho da *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1987/88*:

Em função de os estoques mundiais continuarem bastante elevados e das vendas subsidiadas de alguns países exportadores, como a Argentina e os EUA, o mercado internacional continua bastante ofertado e com preços relativamente comprimidos. Em vista disso, os exportadores brasileiros têm constantemente manifestado suas preocupações em relação aos cuidados que se devem ter quanto à qualidade do fumo, para competir em condições mais favorecidas nesse mercado⁴⁰⁵

⁴⁰³ Silveira, op. cit., p. 414.

⁴⁰⁴ Icepa, 1986, op. cit. p. 130.

⁴⁰⁵ Icepa, 1988, op. cit., p.140.

Além dos humores do mercado global tabaqueiro, eventos climáticos também contribuíam na sinistra parceria⁴⁰⁶ entre a vulnerabilidade social de muitos e os lucros exorbitantes de poucos, como vemos neste excerto da *Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1988/89*:

em várias partes desta região [SC] as lavouras estão sendo prejudicadas pelo longo período de estiagem e por incidências de granizo. Ainda que em quantidade a safra possa não sofrer muito significativamente, em qualidade dificilmente repetirá o resultado da anterior. Isto significa que os produtores perderão alguma rentabilidade quando da classificação do seu produto.⁴⁰⁷

Emprestamos a forte expressão de Mike Davis para ressaltar como a integração de agricultores tropicais aos mercados mundiais foi acompanhada de drásticas deteriorações em suas relações de comércio, ainda que precedida pela segurança da compra garantida. Embora o autor refira-se à era vitoriana, percebemos um paralelo entre os sujeitos do Nordeste do Brasil, da Índia e da China que protagonizam *Holocaustos Coloniais* com os agricultores catarinenses que dão corpo a esta pesquisa no que tange à falta de poder deles frente ao “declínio do valor de mercado internacional de seus artigos.”⁴⁰⁸

Perguntados sobre o porquê das oscilações de mercado, em que num ano a “firma paga bem” e no outro “castiga”, os agricultores elaboram suas explicações. A lei da oferta e da procura baliza a maior parte das leituras, tais como a de Geremias Kricinski e de José Lino Seidler:

Quando eles têm muito fumo no estoque, porque sobra fumo de um ano pra outro nas empresa, né? Se sobrou fumo da safra passada, sobrou; agora do outro ano sobrou, ano que vem eles vão paulear. Ou se não tem saída pra fora. Porque a Souza Cruz o fumo que ela compra faz quase tudo em cigarro, né? E as outras empresas exporta fumo pra fora. Então

⁴⁰⁶ DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002, p. 180.

⁴⁰⁷ Icepa, 1989, op. cit., p.124.

⁴⁰⁸ Davis, op. cit., p.300.

depende da saída, eles negociam aqui. Lá vende bem, aqui pagam melhor⁴⁰⁹.

Eu acho que é muito fumo. Ainda é muito fumo. Você quer ver? As empresas compraram fumo do ano passado. Muito. E eles acho que têm fumo estocado ainda do ano passado pra esse. Porque o exterior não tá mais pegando como pegava antes. Talvez lá também já tenham problema pra... E outra coisa, vou explicar mais uma vez. Hoje, o plantador de fumo, que é daquele que planta e que cuida... Se eu fazia 400 arroba numa safra, veja bem... Hoje ele faz 2000 arroba!⁴¹⁰

Ambos incorporam o elemento dos mercados externos a suas explicações – “Lá vende bem, aqui pagam melhor” –, e José Lino Seidler ressalta o aumento de produtividade das famílias fumicultoras. Inovações tecnológicas como tratores para preparo da terra e transporte das folhas da roça para a estufa, a máquina de costurar as folhas de fumo, o sistema *float* para os canteiros, novos modelos de estufas e o próprio uso de agrotóxicos (principalmente herbicidas) são frequentemente mencionadas pelos entrevistados como fatores que por um lado facilitaram a lida do fumo, mas por outro contribuíram para o aumento da produtividade neste período, com crescimento da oferta e, conseqüentemente, queda nos preços. A partir de dados do ICEPA e do IBGE, verificamos que o rendimento médio das lavouras de tabaco em Santa Catarina passou de 1.549 kg/hectare em 1970 para 1.637 em 1980; 1.609 em 1995 e 1.960 no ano 2000. Na Microrregião Colonial Catarinense/Tijucas, onde inserem-se os municípios estudados, os índices de rendimento da fumiicultura foram de 1.224kg/hectare em 1975; 1.757 em 1985; 1.667 em 1995 e 2.004 em 2000⁴¹¹. Um dado empírico colhido com os entrevistados e relacionado ao aumento de produtividade é o próprio cálculo do empenho familiar pra uma produção considerada média. São frequentes as comparações de cultivos de 35 a 40 mil pés que 40 anos atrás demandavam o trabalho de 8 a 10 pessoas e hoje podem ser manejados somente por um casal. Observou-se na região, contudo, um decréscimo na área cultivada com fumo

⁴⁰⁹ KRICINSKI, Geremias, op. cit. Entrevista.

⁴¹⁰ SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

⁴¹¹ Dados construídos a partir da análise em série de *Sínteses Anuais da Agricultura em Santa Catarina e Censos Agropecuários do IBGE*.

principalmente durante a década de 1990, movimento que abrangeu também o Sul do Estado e Vale do Itajaí, enquanto no Oeste e Planalto Norte catarinenses a cultura expandiu-se⁴¹².

Nos gráficos de produção de fumo em Santa Catarina do Capítulo I⁴¹³, verificamos que a década de 1990 está marcada por mais instabilidade na quantidade de fumo produzido do que os anos 1980, embora a curva da produção continue sempre ascendente. Olhando os dados em série, percebemos que depois de uma ou duas safras “pauleadas” na classificação, quase sempre com grandes quantidades de fumo em oferta, ocorre um decréscimo na área cultivada e na produção, o que reflete-se em preços melhores na próxima safra (ou duas seguintes), gerando aumento da área cultivada e da produção, e assim segue o ciclo. A partir de nossa pesquisa percebemos que tais flutuações acentuaram-se quando o Brasil assumiu a liderança mundial das exportações do produto, a partir de 1993. Além do fumo em folha, os cigarros produzidos no Brasil também passaram a destinar-se crescentemente aos mercados externos⁴¹⁴. A partir daí, fatores do mercado internacional influenciaram cada vez mais a produção local, aumentando inclusive o impacto de eventos climáticos na classificação, já que qualquer alteração na qualidade do fumo produzido devido a estiagens, excesso de chuvas ou granizo poderia significar uma queda de competitividade em escala global.

“Eu plantava fumo lá, o outro plantava, o outro plantava, então ia na casa do outro pra ver quem tinha fumo mais bonito, mais melhor... Então já naquela época era uma disputa entre os plantador”, recorda José Lino Seidler sobre suas antigas safras. “Cada um queria fazer melhor que o outro. Porque o meu pai já começou a plantar fumo porque o outro lá ganhou uma geladeira premiado. [...] Ele plantou fumo muitos anos. Muitos anos. Eles tiravam segundo lugar da área daqui de cima premiado.”⁴¹⁵ Nesta e em outras falas de sua entrevista, José Lino coloca a competitividade como parte da lógica da fumicultura integrada desde seus primórdios na região. Poderíamos talvez inferir até que a

⁴¹² ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1997**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1997, p.40.

⁴¹³ Ver páginas 71 e 90.

⁴¹⁴ Segundo Silveira (2007, p.405), entre 1985 e 2005 a participação brasileira nas exportações mundiais de fumo cresceu de 13% para 29%.

⁴¹⁵ SEIDLER, José Lino, op. cit. Entrevista.

“premiação”⁴¹⁶ da geladeira para o fumo melhor classificado constituía uma estratégia da **política cognitiva das corporações de tabaco**, no caso a Souza Cruz, que “implica em convencer o agricultor com argumentos técnicos e mercadológicos a plantar fumo de forma duradoura, ou seja, fazendo do cultivo sua atividade principal”⁴¹⁷. Entendemos que o objetivo quase pedagógico de tal premiação era para que o Seidler pai e outros dos primeiros fumicultores do Rio do Miche, Boiteuxburgo, Barra Negra e comunidades dos arredores compreendessem que, no fumo, **capricho**⁴¹⁸ **era dinheiro**.

Meio século depois da tal reunião da geladeira, os filhos de José Seidler e outros milhares de produtores integrados continuam em contato com ferramentas da política cognitiva da Souza Cruz, como a revista outrora chamada *O Produtor de Fumo* – atualmente *O Produtor de Tabaco* –, distribuída a cada três meses aos fumicultores. Com a chamada de capa “Novas tecnologias a serviço do produtor”, a edição nº 114 de julho de 2002 traz uma matéria de quatro páginas sobre como “Pequeno ou grande, o fumicultor tem que se atualizar com as novas tecnologias para aumentar seus lucros”⁴¹⁹. Maquinários para irrigação, colheitadeiras e trocadores de calor para as estufas são alguns dos implementos tecnológicos mencionados para “melhorar os resultados desta cultura” em termos de “qualidade, produtividade e lucro”⁴²⁰.

Na busca por mais qualidade, o **capricho** traveste-se através do tempo em **tecnologia**. De acordo com Sérgio Boeira, “recomendações como estas visam despertar no pequeno produtor a impressão de que a empresa integradora já conhece todas as alternativas técnicas e mercadológicas e está disposta a auxiliá-lo a ser um empresário de sucesso”⁴²¹. Cada novo equipamento adotado, contudo, significa mais alguns anos de endividamento com a empresa. “Pega é tudo com a firma, é caixa de enfiar, é tudo financiado... Aí se o cara vendeu o fumo fora porque precisa do dinheiro, aí ele fica amarrado lá na firma”,

⁴¹⁶ O mesmo José Lino ressalta na sua entrevista que “premiado não, as companhias de fumo nunca deram nada pro plantador, direito nenhum... a única coisa que tem é o seguro de pedra e coisa, né? De granizo”.

⁴¹⁷ Boeira, 2002, op. cit., p. 343.

⁴¹⁸ “Capricho” é um termo frequentemente usado pelos agricultores e agricultoras entrevistados para referir-se ao manejo do fumo.

⁴¹⁹ SOUZA CRUZ. **O produtor de fumo**, ano XXI, nº 114. Santa Cruz do Sul: Souza Cruz, julho/agosto/setembro 2002.

⁴²⁰ Idem, p.10

⁴²¹ Boeira, loc. cit.

explica Valdir Scheffer. Novamente contamos com a análise de Lucila Meyer sobre as relações de crédito e endividamento dos agricultores com as agroindústrias. Para a pesquisadora, o adiantamento de insumos e o financiamento de implementos aprofundam a subordinação e dependência dos produtores, além de intervir diretamente no processo de produção agrícola. Assim, “o capital financeiro, sob a forma de crédito ao produtor, garante a oferta de matéria-prima à empresa, em circunstâncias tais que a relação de troca é marcadamente favorável à agroindústria”⁴²². Já para José Graziano da Silva, em *A Modernização Dolorosa*, tal tecnificação vem atender às exigências de padronização da produção do capitalista-comprador e também do capital industrial, produtor de “insumos modernos”, já que “a maioria das culturas que os pequenos produtores são pressionados a plantar (...) só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro ‘pacote tecnológico’”⁴²³. Mas no âmbito do cotidiano laboral das famílias agricultoras, as sucessivas amarras financeiras – além das contratuais – para adquirir equipamentos com as firmas podem ser o preço a pagar por menos jornadas noturnas amarrando tacos de fumo ou cuidando da estufa.

Tal como a tecnologia adquiriu importância primordial no discurso sobre a qualidade do fumo produzido, a noção de competitividade também foi sendo ressignificada. Para produtor Souza Cruz que por volta do ano 2000 tenha recebido a cartilha *Pequena Propriedade no Novo Milênio*, “seu vizinho não é mais só aquele sujeito da propriedade aí ao lado da sua. Seus vizinhos, com a globalização, são também os pequenos agricultores do Chile, da Argentina, do Zimbábwe ou mesmo dos Estados Unidos”. O que era uma região para José Lino em termos de raio de competitividade, hoje é o mundo para seus filhos: “As fronteiras da produção e do mercado têm seus limites no planeta. É necessário, pois, estarmos aptos a competir numa economia global”, ressalta a publicação⁴²⁴.

Enquanto a cartilha da Souza Cruz coloca os produtores de fumo como “empresários do campo”, a agricultora Bertolina Piotrovski enxerga a atividade fumicultora como análoga à escravidão,

⁴²² Meyer, op. cit., pp. 30 e 31.

⁴²³ SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p.137.

⁴²⁴ SOUZA CRUZ. **Pequena Propriedade no Novo Milênio: análise e sugestões para viabilidade**. Santa Cruz do Sul: Souza Cruz, 1998, p.6.

interpretação que também consta na Ação Civil Pública do Ministério Público do Trabalho supracitada. Ao lembrar o fato de que seis dos seus sete filhos continuam cultivando e enjoando com o fumo, ela afirma: “Eu já te falei: fumo é um serviço pra bandido que rouba matado. E devia de botar uma semana no sol quente apanhar fumo. E de manhã até de noite. Isso era castigo”, avalia a agricultora, com quem o marido Rainoldo concorda e acrescenta que “antigamente dizia que os preto, os negro, eram escravo. Hoje entrou os branco, tão vendo? Como a coisa muda? Primeiro os preto eram escravo, hoje é o branco”⁴²⁵.

Ao comparar sua atividade laboral com um castigo para “bandido que rouba matado” ou com uma forma de escravidão, Bertolina e Rainoldo cristalizam a experiência de **ser fomicultor/a** no que Verena Alberti chama de *unidade narrativa*: termos ou expressões que ajudam a configurar a vida narrada e que “constituem algo mais do que construções subjetivas ou versões do passado”. Com estas pungentes analogias, os narradores condensam “experiências que vão além da trajetória particular de determinado entrevistado, dando conta de formas de elaborar o mundo próprias a uma geração, a um **segmento profissional**”⁴²⁶ [grifo nosso]. O castigo, a escravidão que eles associam à fomicultura transcende a experiência familiar deles e dos filhos, sendo posta como uma característica da própria **atividade**.

Tal interpretação torna-se ainda mais consistente se considerarmos, novamente, o contexto da realização da entrevista, feita em março de 2015. Já com pouco fumo na roça, os filhos, filhas, genros e noras do casal estavam no período de classificação e venda da safra, época em que a precificação do fumo sempre desponta nas conversas com os agricultores. Embora já aposentados, o casal seguia acompanhando os relatos da entrega da produção dos mais jovens. Enquanto alguns voltavam satisfeitos com a classificação, abundavam também queixas e reclamações da depreciação da produção – quadro encontrado em todas as comunidades visitadas durante a realização desta pesquisa. Um dos genros do casal, que continua plantando fumo, traz outra forte unidade narrativa relacionada à “esteira”:

Lá na empresa, no momento em que eles descarregam o caminhão, tem uma esteira que traz os fardos assim. O teu suor, o teu trabalho durante o ano todo tá passando ali na tua frente. E

⁴²⁵ PIOTROVSKI, Rainoldo, op. cit. Entrevista.

⁴²⁶ Alberti, 2004, op. cit., pp. 110-111.

simplesmente o classificador tá lá do outro lado da esteira, ditando o preço que ele quer pelo teu suor e o cara é praticamente obrigado a aceitar o preço que ele tá dando pelo teu produto. E tu não pode fazer nada, porque eu vou trazer embora? O que eu vou fazer com aquilo? Comer não dá...⁴²⁷

Mais do que simplesmente a depreciação do seu **produto**, o que o agricultor expressa como uma injustiça é a desvalorização do seu **trabalho**: “O teu suor, o teu trabalho durante o ano todo tá passando ali na tua frente. E simplesmente o classificador tá lá do outro lado da esteira, ditando o preço que ele quer pelo teu suor”. A percepção de que seu desgaste laboral – físico e psicológico – é injustamente desconsiderado no momento da compra do fumo também é partilhada por outro jovem fumicultor da comunidade Rio das Flores, em Major Gercino:

O trabalhar da pessoa não mata. O que mata é chegar e acabar com os nervo dela. Chega lá, vai vender o produto, tá contando quanto mais ou menos que vai dar, tu olhar assim em 10, 15 minutos eles rebaixam tanto, te roubam 4 ou 5 mil de brincadeira. É o lucro da pessoa no ano. Chegava em casa, ficava devendo, tinha que refinarciar dívida no banco... Aí isso acabava com os nervos da pessoa. Aquilo foi me desgostando com o negócio do fumo.⁴²⁸

A interpretação desses agricultores de que o trabalho e desgaste deles não pesa na balança comercial do mercado global do tabaco, vendendo barato sua saúde por falta de poder⁴²⁹, como afirma Joan Martínez Alier, nos leva à discussão sobre quadro de **injustiça socioambiental** que abarca a experiência destes fumicultores. Os efeitos da exposição a agrotóxicos e à nicotina da folha verde, o stress causado pela depreciação da produção e a exploração da mão de obra infantil são

⁴²⁷ Como trata-se de um agricultor que ainda pode vir a integrar-se novamente a empresas fumageiras decidimos manter sua identidade em sigilo.

⁴²⁸ Como trata-se de um agricultor que ainda pode vir a integrar-se novamente a empresas fumageiras decidimos manter sua identidade em sigilo.

⁴²⁹ MARTÍNEZ ALIER, Joan, 2012, op. cit., p.58.

alguns dos aspectos do sistema integrado da fumicultura⁴³⁰ que a colocaram no *Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*, resultado do trabalho de equipe multidisciplinar ligada à Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que inclui cientistas sociais, profissionais das áreas de humanas e exatas, um missionário, um economista e uma jornalista e desde 2002 vem se consolidando como “um espaço de identificação, solidarização e fortalecimento dos princípios de justiça ambiental”⁴³¹. Dar visibilidade a estas populações e suas respectivas vulnerabilidades socioambientais é um dos objetivos do projeto – e, por que não, também desta pesquisa.

Se acrescentarmos a este cálculo **ecologicamente incomensurável** os custos ambientais – contaminação pelo uso indiscriminado de agrotóxicos e descarte inadequado das embalagens, desmatamento para provisão de lenha para as estufas e os impactos do cultivo de eucalipto para que a atividade torne-se “sustentável” – para a manutenção do fornecimento de uma matéria-prima voltada principalmente à **exportação** e também para fabricação de um produto que causa danos à saúde (cigarro) e cujo mercado é controlado por algumas multinacionais, estamos diante de uma **dívida ecológica** conforme baliza Joan Martínez Alier em *O ecologismo dos pobres*. Para o autor, dois tipos de conflitos distributivos configuram uma dívida ecológica: as exportações de matérias-primas e outros produtos de países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos que “são vendidas a preços que não incluem a compensação pelas externalidades locais ou globais” e o pressuposto de que “os países ricos utilizam desproporcionalmente o espaço e os serviços ambientais sem pagar por eles”⁴³².

Os agricultores e agricultoras entrevistados para a redação deste capítulo constroem leituras críticas sobre o sistema integrado da fumicultura e, como vimos acima, também elaboram interpretações sobre o impacto ambiental de suas atividades agrícolas. Mas, no caso dos fumicultores que já devem estar semeando os canteiros da safra 2016/2017, ainda que demonstrem consciência sobre alguns dos ônus

⁴³⁰ Ver **Indústria fumageira utiliza ‘sistema integrado’ que torna reféns pequenos agricultores e seus filhos, além de expô-los ao envenenamento pelo tabaco**, disponível em <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=168>, acesso 21 ago 2015.

⁴³¹ PORTO; PACHECO; LEROY, op. cit., p.18.

⁴³² Martínez Alier, op. cit., p.287.

socioambientais da atividade e a questionem por isso, também lhes é difícil vislumbrar outras alternativas produtivas e de subsistência para além do cultivo de fumo. Neste sentido, é partir de nossa experiência não só como pesquisadora, mas também como profissional e militante, que delinearemos algumas proposições para o fechamento desta dissertação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“É, o fumo vai acabar, eu sei... Mas se o governo der um jeito de garantir alguma coisa”. Aos 80 anos, Vicente Detz assistiu à ascensão e ao declínio da produção de tabaco na sua comunidade, Nova Galícia, onde vive desde os 7 anos de idade. “Tá certo, tá morrendo muita gente do fumo. Mas de vício!”. Assim como ele atribui ao governo a responsabilidade pela diminuição no cultivo de tabaco, também aponta para o Estado como promotor de garantias socioeconômicas aos fumicultores.

Quando se refere ao “governo”, Vicente Detz provavelmente evoca alguns impactos da implementação da Convenção Quadro para Controle do Tabaco no Brasil, tais como a proibição da propaganda de cigarros e seu consumo em locais fechados, a veiculação de imagens de doenças tabaco-relacionadas nos maços, o aumento dos impostos sobre estes produtos, para citar apenas alguns exemplos. Enquanto a prevalência de fumantes na população brasileira caiu de 34% em 1989 para 14% em 2013¹, reforçando a dependência das exportações para escoar a produção nacional, entre 2005 – ano de ratificação da CQCT e instituição do Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco – e 2015, o número de famílias fumicultoras no Sul do Brasil diminuiu de 198 mil para 153,7 mil, de acordo com a Afubra. No mesmo período, a área cultivada com fumo na região decresceu de 439 mil hectares para 308 mil, enquanto a produção acompanhou a tendência de queda, de 842 mil toneladas para 695 mil. O que aumentou foi o rendimento médio dos cultivos, de 1.919 kilos por hectare para 2.257².

Seria o crepúsculo da produção de tabaco no Brasil? Difícil precisar, já que a História em si é imprevisível. Considerando que o cultivo de fumo no país remonta ao Período Colonial e que o consumo da planta *Nicotiana* é ainda mais antigo, a extinção do hábito de fumar e conseqüentemente da demanda por matéria-prima para mantê-lo parecem improváveis. O que nos ficou claro ao longo desta pesquisa, entretanto, é que o modelo produtivo do sistema integrado é que já se

¹ Dados do Instituto Nacional do Câncer disponíveis em http://www2.inca.gov.br/wps/wcm/connect/observatorio_controle_tabaco/site/home/dados_numeros/prevalencia-de-tabagismo, acesso em 16 mar. 2016.

² Dados sobre a produção de tabaco no Brasil disponíveis em <http://www.Afubra.com.br/fumicultura-brasil.html>, acesso em 16 mar. 2016.

encontra nos seus limites, sobretudo ecológicos. Ainda que a garantia de compra, o fornecimento de assistência técnica e frete e a possibilidade de retorno financeiro elevado em áreas pequenas ainda configurem-se como supostas vantagens econômicas do sistema integrado para as famílias de agricultores, em termos socioambientais a fumicultura em escala industrial mostrou-se insustentável.

A insustentabilidade socioambiental da fumicultura agroindustrial perpassa as críticas ao sistema integrado feitas por setores ligados ao controle do tabagismo e, especificamente no caso brasileiro, do Ministério Público e ONGs ambientalistas e de promoção de direitos da agricultura familiar. No contra-ataque, a indústria fumageira vem acionando o discurso da sustentabilidade. Numa tentativa de reverter os danos ambientais causados por décadas de desmatamento da Mata Atlântica para fornecimento de lenha para as estufas de secagem de fumo – que originou inclusive a assinatura de um Termo de Ajustamento de Condutas entre indústria fumageira, IBAMA e Ministério Público de Santa Catarina no ano 2000 –, como abordamos no Capítulo II, o uso de madeira reflorestada nas estufas de secagem de fumo é um dos elementos que serviriam para este cenário pretensamente sustentável da produção integrada de tabaco. Na região do Alto Vale do Rio Tijucas, o gênero *Eucalyptus* é o mais utilizado para esse fim, sendo que sua introdução entre as famílias de agricultores foi estimulada pelo serviço de assistência técnica do sistema integrado de produção. O cultivo em larga escala do *Eucalyptus* pode estar relacionado, contudo, a uma diminuição na vazão dos cursos d'água nas zonas cultivadas, conforme os agricultores entrevistados vêm observando e estudiosos nas universidades também. Ainda que o consumo de água do agressivo sistema radicular dessas árvores estabilize-se após 5 a 7 anos, é exatamente nesse ponto que elas são cortadas para abastecerem as estufas. Compreendemos, assim, que o cultivo de florestas com o único fim de servir como combustível para as fornalhas – ou, no máximo como uma fonte de renda alternativa com o corte raso da madeira – e que ainda pode estar relacionado a impactos negativos nos recursos hídricos e na biodiversidade e paisagem da região traz sustentabilidade apenas para o fornecimento constante de matéria-prima à indústria do tabaco, em nada para o meio ambiente.

Sobre a utilização de agrotóxicos, ainda que a indústria continue afirmando que o fumo é um dos cultivos de finalidade econômica que menos consome venenos, que sua utilização já é mais controlada por algumas empresas fumageiras, que o uso de EPI é uma prática constante, que existam armários próprios para armazenagem e uma

política de recolhimento das embalagens vazia, o que presenciamos a campo aponta ainda para um uso indiscriminado e ambientalmente arriscado destes produtos. Para trazer alguns dados concretos, utilizamos um levantamento feito pela equipe técnica do Cepagro entre agosto de 2014 e junho de 2015 junto a 36 famílias de agricultores que cultivam tabaco em Nova Trento, Major Gercino e Leoberto Leal e que participam do projeto Cepagro/FRBL de promoção da agroecologia como alternativa à fumicultura. Os agricultores listaram 28 nomes comerciais de agrotóxicos, sendo 15 indicados para o cultivo de tabaco. Destaca-se na listagem a grande prevalência dos herbicidas. Cada família informou a quantidade utilizada dos produtos, a partir da qual fizemos uma média simples do consumo, que pode ser verificada na tabela do Anexo 8. Ainda que os rigores estatísticos não sejam observados neste cálculo aproximado, é estarrecedor constatar que o consumo médio apontado nas famílias de Nova Trento chega a 26 litros de agrotóxicos por ano; em Leoberto Leal está em 46 e em Major Gercino, 55 litros anuais de veneno – e não foram contabilizados os princípios ativos indicados por quilos ou gramas. Vale ressaltar também que a maior parte das propriedades têm no máximo 50 hectares.

A partir das entrevistas que realizamos e de nossa vivência em campo, como esmiuçamos no Capítulo III, não podemos desconsiderar que na conformação deste quadro influem decisivamente a irresponsabilidade e falta de precaução com que a indústria fumageira promoveu o uso de agrotóxicos durante a expansão do sistema integrado da fumicultura na região. A pouca qualificação técnica dos primeiros funcionários da assistência técnica das empresas – os chamados “instrutores” –, aliada ao desconhecimento dos agricultores sobre a toxicidade e periculosidade daqueles produtos e a falta de controle sobre a circulação e comercialização destes ajudaram a construir um cenário marcado pela intoxicação dos trabalhadores e a contaminação do meio ambiente. O uso indiscriminado de agrotóxicos no contexto do sistema integrado da fumicultura sul-brasileira emerge na documentação dos importadores de tabaco brasileiro já nos anos 80 e também consta em Ações Civis Públicas movidas contra a indústria fumageira a partir dos anos 90, movimentos que levaram a mudanças nos tipos de produtos utilizados e na implementação de medidas como o uso de EPI e a política de recolhimento de embalagens, que tornaram-se obrigações dos produtores integrados previstas em contrato. Colocando tais exigências no Contrato de Compra e Venda de Fumo em Folha, a indústria transfere a responsabilidade pelo uso adequado de agrotóxicos aos agricultores, eximindo-se da responsabilidade por quaisquer

intoxicações ou danos ao meio ambiente causados pela sua utilização inadequada de venenos.

O contato constante com agrotóxicos, somado à penosidade do trabalho e ao risco de tomar um **porre do fumo** são alguns dos fatores mencionados por (ex)fumicultores entrevistados para que seus filhos não queiram continuar na atividade. “E achei negócio pra eles que não precisam tá aí se judiando nas estufa com lenha, sol, chuva, molhadura, sono... Pra eles era mais negócio trabalhar fora na cidade”, afirma Santinho Manoel Leal, de Boiteuxburgo, em Major Gercino. Apesar de todo o esforço para comprar o terreno em que ele vive agora – 2 mil arrobas de fumo BO1, pagas ao longo de 10 anos – o agricultor aposentado não ressentir-se da decisão dos filhos: “Eu também aconselhei pra eles ‘Vocês sabem que o fumo é sofrido e esse dinheiro só vê uma vez por ano. Assim que se vocês for trabalhar na cidade tem dinheiro todo mês, e aqui só se vê dinheiro uma vez por ano’³. Para um fumicultor da comunidade Rio das Flores que é pai de três crianças, entre continuar na “lida do fumo” e abandonar a agricultura, ele já sabe qual caminho prefere para os filhos: “Quando eu parar vou explicar pra eles que podem fazer qualquer coisa, até trabalhar de empregado. Menos trabalhar na lavoura do fumo. [...] O sofrimento mesmo é que tem que tá trabalhando quase todo o ano no veneno. Muito veneno”⁴.

Em depoimentos como esse, chama a atenção a escolha entre continuar no fumo ou partir para a cidade, como se cultivar tabaco fosse a única maneira de continuar na agricultura. Como afirma Marineide Maria Silva, “A fumicultura e o sistema de integração se propagaram tanto na agricultura catarinense que passaram a ser identificados como sinônimo da agricultura familiar”⁵. A noção de que “o único jeito de viver por aqui é plantando fumo” atravessou a maioria dos depoimentos dos entrevistados que se aposentaram cultivando tabaco ou que ainda permanecem na atividade e já estão próximos de se aposentar.

Além de refletir a eficiência da política cognitiva das corporações do tabaco, que discutimos no Capítulo III, esta mentalidade baseada no desaparecimento da diversidade ecológica e produtiva engendrada na expansão de monoculturas (agrícolas e mentais) no Terceiro Mundo foi chamada de Síndrome TINA – *There is no*

³ LEAL, Santinho Manoel, op. cit., Entrevista.

⁴ Como trata-se de um agricultor que ainda pode vir a integrar-se novamente a empresas fumageiras decidimos manter sua identidade em sigilo.

⁵ Silva, 2003, op. cit., p. 101.

alternative (não há alternativas) – por Vandana Shiva: “Quão frequentemente nos tempos contemporâneos a extirpação da natureza, de tecnologias, de comunidades e até de civilizações inteiras foi justificada na base de que ‘não há alternativas’. Alternativas existem, mas são excluídas”⁶.

Antes de propormos alternativas à fumicultura integrada, é importante enfatizar que a *Síndrome TINA* é uma das forças que movem o **intercâmbio ecológicamente desigual** de que nos fala Martínez Alier: “Mesmo não significando ausência de consciência ambiental, mas antes simplesmente debilidade econômica e social, a pobreza e a falta de poder fazem com que se abra mão ou se venda a baixo preço tanto o meio ambiente quanto a saúde local, falhando na sua defesa”⁷. Assim, o sistema integrado de produção do tabaco no Sul do Brasil segue atuando em mais um capítulo da novela de dependência ecológica que caracteriza a história ambiental latino-americana, “não como uma história de degradação causada por um excesso de população, mas como uma história de exportações às custas do capital natural”⁸.

Enquanto o intoxicante e ambientalmente custoso trabalho de 153 mil famílias de agricultores sul-brasileiros segue inflando os estoques globais de fumo em folha, dos ex-fumicultores que conseguiram fazer a transição para o cultivo de alimentos também emerge uma leitura crítica em relação à dependência – social, econômica e ambiental - que caracteriza o sistema integrado da fumicultura: “O plantar fumo era que nem um vício, hoje eu considero um vício, porque a gente achava se eu parar de plantar fumo eu vou passar fome”⁹, afirma Aluísio Stolarczk, que integra um grupo ainda pequeno de agricultores que conseguiram romper com a cadeia produtiva do fumo e continuar exercendo a agricultura, mas agora dentro do paradigma da agroecologia.

Percebemos nesta fala do agricultor como a **dependência** atravessa sua interpretação da fumicultura integrada como um **vício**. Se na relação entre agricultores e indústria tal dependência tem sobretudo um caráter socioeconômico, pela dificuldade de acesso deles a mercados que os amarra à compra garantida do tabaco – por sua vez profundamente atrelada às oscilações de mercados externos que

⁶ Shiva, op.cit., p. 5

⁷ Martínez Alier, op.cit, p.295

⁸ MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Editora da FURB, 1998, p.106

⁹ STOLARCZK, Aluísio, op. cit. Entrevista.

influenciam a classificação da produção, como vimos no Capítulo III -, em termos ambientais a fumicultura integrada mostra-se extremamente dependente do consumo de recursos naturais e também de agroquímicos. Para o historiador ambiental Donald Worster, a dependência que caracteriza as monoculturas modernas contribui para sua vulnerabilidade:

dependência crescente dos substitutos tecnológicos dos produtos das plantas e dos animais; uma dependência dos insumos químicos que muitas vezes têm sido altamente tóxicos aos humanos e a outros organismos; uma dependência de importações de regiões distantes para manter o sistema local funcionando; e, finalmente, uma demanda por capital e conhecimentos aos quais cada vez menos agricultores individuais poderiam obter¹⁰.

Este ciclo também é observado por Vandana Shiva, que correlaciona a destruição da biodiversidade e de cultivos tradicionais em favor das monoculturas químico-dependentes com o aumento da vulnerabilidade ambiental destes sistemas agrícolas, sendo que eles têm um único fim: suprir mercados¹¹. O uso de recursos naturais como se fosse um estoque infinito e sua degradação pela contaminação de fertilizantes e agrotóxicos para a produção de matéria-prima em escala industrial pode ser sustentável? Na velocidade e nos níveis crescentes de produtividade demandados pela indústria fumageira, acreditamos que não.

Mas a insustentabilidade ambiental não é exclusiva do sistema integrado da fumicultura ou do modelo agrícola “moderno” que ele representa, mas do próprio sistema econômico que o engendra: o capitalismo. Em *Capitalismo e Colapso Ambiental*, o historiador Luiz Marques afirma que a tendência ao esgotamento ecológico é um traço distintivo do capitalismo do século XXI, baseando-se na análise de diversas crises ambientais contemporâneas advindas da atividade econômica: a diminuição das coberturas vegetais nativas, o declínio e contaminação dos recursos hídricos, a degradação dos solos por práticas agrícolas inadequadas, a intoxicação por resíduos e efluentes industriais, as mudanças climáticas e o ataque à biodiversidade global. Ao utilizar

¹⁰ Worster, 2003, op. cit., p. 38

¹¹ Shiva, op. cit., pp. 45-49

dos recursos naturais como um estoque infinito, o capitalismo enreda-se numa armadilha:

quanto maior a escala de exploração de energia, minerais, solo, água, proteínas animais etc, mais escassos esses “recursos” se tornam, mais poluente é sua exploração e mais intensa é a taxa de inovação tecnológica requerida para manter essa escala. Isso leva o sistema econômico a recorrer a atividades mais invasivas, custosas e destrutivas, o que, por sua vez, leva a econômica a gerar mais alta entropia nela própria e no meio ambiente¹².

Para Marques, a ideia de um “Capitalismo sustentável” é uma ilusão contraditória, um oxímoro. A nosso ver, o sistema integrado da fumicultura encontra-se nessa mesma armadilha da exploração crescente de recursos naturais para suprir matéria-prima a uma indústria controlada por um punhado de multinacionais que só visam ao aumento de produtividade e lucros. Não nos custa listar as companhias integradoras da região de abrangência desta pesquisa e de atuação do Cepagro, informadas pelos fumicultores: Alliance One International (antiga DIMON, sediada nos EUA), Continental Tobaccos Alliance S.A. (CTA, com sede no Rio Grande do Sul e que exporta 97% de sua produção, sendo a principal fornecedora da norte-americana G.F. Vaughan Tobaccos), Souza Cruz (controlada pela British American Tobacco), Universal Leaf (EUA) e Japan Tobacco International (JTI).

A essa meia dúzia de empresas que controlam a produção de tabaco no Alto Vale do Rio Tijuca, vale somar as principais companhias fabricantes dos agrotóxicos utilizados pelos fumicultores integrados. Na Tabela do Anexo 8 verificamos que, dos 28 produtos listados, 25 são fabricados por seis companhias: Syngenta (10 rótulos), Food and Machinery Corporation (FMC, 4 rótulos), Bayer (4), Dow (3), BASF (2) e Arysta (2). A gigante da transgenia Monsanto faz-se representada pelo herbicida mais utilizado pelos agricultores, o glifosato, sob nome comercial de *RoundUp*. Mundialmente, estas sete companhias abocanham 66% do mercado mundial de agrotóxicos¹³. Não

¹² MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015, p. 44.

¹³ PELAEZ, Victor. **Agrotóxicos, agricultura e mercado**. Apresentação. Disponível em

é à toa, portanto, que a fumicultura agroindustrial participa de um modelo de agricultura químico-dependente focada na produção de commodities que só gera vulnerabilidade ambiental – e que, vale lembrar, desde 2009 mantém o Brasil como maior consumidor mundial de agrotóxicos. O uso crescente de insumos químicos externos para combater plantas espontâneas, insetos e fungos aumenta a resistência destes organismos aos produtos, demandando cada vez mais venenos específicos para combatê-los, fortalecendo os nós da rede de dependências elencadas acima por Donald Worster.

Localmente, nas roças do Alto Vale do Rio Tijucas, este quadro já é notado pelos agricultores, que espantam-se com a força com que os “inços” e “pragas” voltam após algumas pulverizações. Já os impactos da convivência cotidiana destes trabalhadores e trabalhadoras com agrotóxicos a longo prazo ainda são desconhecidos. Neste sentido, endossamos as advertências de Marques da necessidade de superar um modelo para evitar um colapso socioambiental. Para o autor, tal alternativa é a superação do próprio capitalismo, já que este é inerentemente insustentável. Mas se Marques ainda não tem clara qual tipo de sociedade pós-capitalista os humanos devem construir para fugir a este destino sombrio, tampouco somos capazes ou sequer temos a pretensão de apresentar este tipo de solução nesta pesquisa. O que já verificamos, contudo, tanto como jornalista de uma ONG voltada à promoção da agroecologia como no papel de pesquisadora, é que as alternativas não só à fumicultura integrada quanto à agricultura chamada “convencional” já estão postas e sendo colocadas em prática. E o que propomos à uniformidade ambientalmente insustentável da fumicultura integrada é a diversificação agroecológica.

Muito mais do que produzir alimentos sem agrotóxicos, a Agroecologia fornece uma “estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam”, afirma Miguel Altieri, engenheiro agrônomo baseado na Universidade de Berkeley (Califórnia) e referência neste campo de conhecimento. Uma abordagem agroecológica valoriza os conhecimentos e técnicas dos agricultores para o desenvolvimento de agroecossistemas que dependam minimamente de insumos agroquímicos e energéticos externos¹⁴. Além

<http://www4.planalto.gov.br/consea/biblioteca/documentos/agrotoxicos-agricultura-e-mercado>, acesso em 16 mar. 2016.

¹⁴ ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004, p. 23. Disponível

disso, enquanto paradigma que se nutre tanto de conhecimentos acadêmicos transdisciplinares quanto das experiências dos agricultores, o enfoque agroecológico “permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas mais sustentáveis mas, também, processos de desenvolvimento rural mais humanizados”¹⁵, como observa Francisco Roberto Caporal, engenheiro agrônomo e professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

A conservação da biodiversidade é o primeiro princípio a ser observado no manejo agroecológico na busca por sustentabilidade e resiliência. Passando da teoria às experiências dos agricultores, vemos como a diversificação¹⁶ de cultivos e respeito à incidência de plantas espontâneas e outros organismos considerados “pragas” na agricultura convencional diferencia-os dos fumicultores integrados. Estas famílias diversificam também suas estratégias de comercialização, distanciando-se da dependência de mercados oligopsônicos em que se encontram os produtores integrados do tabaco. Mais do que uma variedade de canais de escoamento da produção, na agroecologia estimulam-se até outros tipos de atividades econômicas na propriedade rural, tais como o artesanato ou o turismo rural¹⁷.

O manejo agroecológico só atinge uma produtividade estável quando acontece no contexto de uma “organização social que proteja a integridade dos recursos naturais e estimule a interação harmônica entre os seres humanos, o agroecossistema e o ambiente”, de acordo com Altieri. O objetivo, segundo ele, é que “os camponeses se tornem os arquitetos e atores de seu próprio desenvolvimento”¹⁸. Tais pressupostos já são vivenciados por famílias de agricultores no Alto Vale do Rio Tijucas.

em <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf>, acesso em 17 mar. 2016.

¹⁵ CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, p. 287.

¹⁶ A indústria também se apropria da ideia de diversificação, incentivando o cultivo de milho e feijão após o fumo para aproveitar a adubação residual do tabaco. O fumo, contudo, continua posto como o cultivo de maior importância na propriedade.

¹⁷ Como aconteceu com a Associação Acolhida na Colônia. Ver acolhida.com.br.

¹⁸ Altieri, op. cit., p. 27

Analisar as experiências de famílias que fizeram a transição do fumo e da agricultura convencional para a agroecologia já foi objeto de pesquisas no campo das Ciências Agrárias e certamente renderia análises históricas¹⁹. Mas por agora gostaríamos de destacar alguns diferenciais que famílias como a de Aluísio e Salete Stolarczk, de Major Gercino, participantes desta pesquisa, e também Alcides e Célia Vill, de Nova Trento; de Gilmar e Lúcia Cognacco, de Leoberto Leal; além de Adenísio Allein e Jair Scheidt, de Imbuia, já apontaram em entrevistas e conversas que tivemos com eles ao longo da nossa atuação no Cepagro.

Primeiramente, todos eles participam da Rede Ecovida de Agroecologia, formada por mais de 3 mil famílias de agricultores dos três estados do Sul do Brasil e também de São Paulo. Através de uma dinâmica de formação de grupos locais que se reúnem mensalmente, estas famílias ajudam a implementar o Sistema Participativo de Garantia²⁰ para certificação de produtos orgânicos na região do Núcleo Litoral Catarinense da Rede, que abrange propriedades desde Garopaba até Joinville. A Rede também promove encontros para debater políticas e ações para fortalecimento da agroecologia, além de realizar oficinas de capacitação sobre técnicas de manejo agroecológico, estratégias de comercialização, troca de sementes e o próprio processo de certificação participativa de produtos orgânicos.

Trabalhando em Rede, estas famílias não só trocam conhecimentos e experiências, como também atuam em conjunto para fazer circular seus produtos no mercado, principalmente através de feiras e do fornecimento para a alimentação escolar e para o BOX 721 da Ceasa da Grande Florianópolis, o único estabelecimento nesta central voltado exclusivamente para a comercialização de produtos orgânicos. Com esta estratégia reticular e voltada a mercados locais, estes agricultores e agricultoras distanciam-se do individualismo preconizado pela lógica do sistema integrado da fumicultura, em que o produtor relaciona-se apenas com a empresa fumageira. Constrói-se, assim, uma autonomia não só do mercado concentradamente global do tabaco, mas também dos conhecimentos sobre os cultivos, que no caso da produção integrada são detidos e transmitidos pelos orientadores das empresas.

¹⁹ Sobre famílias que fizeram a transição agroecológica, ver Uba, op. cit. e a experiência da Acolhida na Colônia. Para um panorama do Alto Vale do Rio Tijucas, ver Pinto, op. cit.

²⁰ Sistema de certificação de produtos orgânicos em que o processo é todo realizado por agricultores, técnicos e consumidores que se verificam entre si, sem depender da contratação de uma empresa certificadora.

Tal independência reflete-se também na produção de insumos. Através de técnicas como a compostagem e o uso de defensivos naturais, as famílias reduzem o consumo de adubos químicos e principalmente agrotóxicos, diminuindo também suas contas nas agropecuárias.

A satisfação de estar produzindo alimentos saudáveis e não a matéria-prima de um produto letal também transparece nas conversas e encontros da Rede. Além do valor agregado que os produtos orgânicos têm no mercado, a contribuição que a diversificação agroecológica traz para a segurança alimentar das famílias dos agricultores verifica-se nas refeições que compartilhamos com os membros da Rede durante os encontros e também na nossa pesquisa de campo. Num exercício inspirado por *Os parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Cândido, chamava nossa atenção a variedade de verduras e legumes servidos nas mesas das famílias que estavam na agroecologia, enquanto o cardápio das famílias fumicultoras quase sempre era mais restrito e dependente de alimentos industrializados.

A caminhada de transição da fumicultura integrada para a agroecologia não acontece, entretanto, sem percalços, pois se trata de um processo complexo que implica em mudança de valores, práticas, insumos e redesenho dos agroecossistemas. Romper com a dependência da compra garantida do sistema integrado e do uso de agroquímicos para o controle de pragas e reposição da fertilidade do solo são os principais desafios mencionados pelos fumicultores que participam do projeto Cepagro/FRBL, que notadamente têm vontade de abandonar a “lida do fumo”, mas não sabem como. A associação da agroecologia com uma “volta ao tempo da enxada” permeia a maioria das interpretações sobre esta alternativa produtiva e organizacional. E sobre a venda, percebemos como o vício da compra garantida do sistema integrado reforça a crença de que “não há outra alternativa”.

Se a integração a associações como a Rede Ecológica de Agroecologia ou a Acolhida na Colônia pode trazer alguma luz para estes caminhos, tanto em aspectos técnicos quanto de comercialização, entendemos que isso não é suficiente sem a participação do Estado através de políticas públicas, planos e programas voltados à promoção e transição agroecológicas, assim como o Estado foi um importante ator na expansão da fumicultura integrada durante as décadas de 1970 e 1980, como vimos no Capítulo I. A oferta de crédito em bancos públicos para investimento em infraestrutura e custeio das lavouras de fumo foi fundamental para a expansão e consolidação do sistema integrado da fumicultura no Alto Vale do Rio Tijucas e, por que não, em Santa Catarina. Outros fatores que participaram nesse processo também foram:

a disponibilidade de mão-de-obra barata representada pelas numerosas famílias de agricultores numa época em que o trabalho infantil não era questionado; os amplos “estoques de lenha” que representava a Mata Atlântica para a indústria, somada à falta de regulamentação para o corte das florestas nativas; o poderio capital e a política cognitiva de multinacionais como a British American Tobacco, que já havia assumido o controle da Souza Cruz em 1914.

Mas voltando ao papel do Estado na promoção da agroecologia, Francisco Roberto Caporal ressalta que é necessário “esverdear” as chamadas políticas agrícolas clássicas, tais como crédito, seguro, garantia de preços, estoques reguladores, etc. Para o crédito, por exemplo, em 2015 foi instituído o PRONAF Agroecologia, que paulatinamente vai sendo ampliado, mas cujas planilhas de cálculo ainda seguem muito o padrão da agricultura convencional, conforme nos relataram alguns agricultores agroecológicos. O autor afirma que, na questão de concessão de crédito, é preciso adotar uma racionalidade inversa à que foi usada na disseminação do modelo da Revolução Verde, estabelecendo “taxas de juros mais elevadas para quem compra (financia) agrotóxicos, fertilizantes químicos e sementes transgênicas, por exemplo”²¹.

Além disso, Caporal elenca os seguintes pontos que se fazem necessários no processo de transição agroecológica: reforma agrária, incentivos para jovens filhos de agricultores, foco estratégico em segurança e soberania alimentar, fortalecimento de compras institucionais e de mercados locais. Ele destaca também que “estas políticas deveriam estimular e premiar as **boas práticas**, pois as agriculturas de base ecológica tendem a melhorar as condições de solo, proteger os mananciais de água e os demais recursos naturais”²². Acrescentamos que, da mesma forma com que os agrotóxicos têm isenções fiscais em alguns estados brasileiros, vemos que a redução de impostos incidentes em alimentos orgânicos pode ser uma forma de ampliar o acesso da população a estes produtos, o que aumenta e estabiliza a demanda, dando mais segurança de mercado para os agricultores. No âmbito da assistência técnica, a formação de técnicos e engenheiros agrônomos que trabalhem com uma abordagem agroecológica também necessita ser expandida, como já vem acontecendo desde finais da década de 1990.

²¹ Caporal, op. cit., p. 295

²² Idem, p. 293-294

A instituição do Plano Nacional para Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco pelo governo Lula em 2005 e da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica pelo governo Dilma Roussef em 2012 são alguns passos importantes na promoção de alternativas à fumicultura e da agroecologia enquanto paradigma de desenvolvimento rural sustentável. Por outro lado, os governos orientados à esquerda no Brasil vêm acentuando seu alinhamento com a agricultura monocultora, industrial e químico-dependente – a nomeação da ex-presidente da Confederação Nacional da Agricultura Kátia Abreu (PMDB-TO) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento em 2014 é um dos principais marcos desta tendência. A nosso ver, enquanto a política agrícola brasileira continuar destinando a maior parte dos recursos públicos à produção de commodities agrícolas de exportação, a promoção da agroecologia continuará marginalizada. Como lembra Vandana Shiva, a expansão das monoculturas tem a ver mais com política e relações de poder do que com questões técnico-biológicas e produtivas em si²³.

Se, como afirma William Cronon, “dentro do campo de nossas narrativas, como narradores também somos agentes morais e atores políticos”²⁴, alinhavamos essas propostas no mar de fios de histórias da fumicultura por confiar que existem alternativas ao porre socioambiental do fumo. Não foi nosso objetivo, nesta pesquisa, culpabilizar o os fumicultores pelos problemas ambientais de uma região. Até porque a fumicultura integrada não foi a primeira atividade econômica desenvolvida ali baseada num olhar para a natureza enquanto estoque de recursos que não necessitam ser repostos, gerando profundos impactos ambientais, como vimos no Capítulo I. Tampouco buscamos diminuir os ganhos materiais que a produção de tabaco trouxe para estes agricultores e agricultoras. Mas entendemos que os impactos socioambientais de safras passadas continuam reverberando no presente, e que nenhum lucro financeiro é suficiente para compensá-los²⁵.

Confiando na indicação de Martínez Alier de que “conflitos ecológicos distributivos fortes podem promover a sustentabilidade”²⁶, analisar como os paradigmas produtivos atuais foram historicamente construídos é fundamental para que outros modelos de desenvolvimento que valham-se de um manejo mais sustentável dos recursos ambientais e

²³ Shiva, op. cit., p.7

²⁴ Cronon, op. cit. p. 57

²⁵ Marques, op. cit., p.486

²⁶ Martínez Alier, 2011, op.cit, p.356.

da agrobiodiversidade possam ser promovidos, apoiados, subsidiados e adotados. Espera-se diminuir, assim, o impacto das atividades agrícolas no meio ambiente e na saúde dos trabalhadores, tornando mais frequentes depoimentos como de Aluísio Stolarczk e sua família, que desde 2009 não manejam mais agrotóxicos no parreiral, apenas ureia e calcário na roça de milho: “Se hoje eu tenho uma dor de cabeça, às vezes é por uma gripezinha ou uma comida que não caiu bem. Mas dizer que tô com dor de cabeça porque tava mexendo com agrotóxico, isso não tenho mais”²⁷.

²⁷ STOLARCZK, Aluísio. op. cit. Entrevista.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Ouvir Contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. O Tecelão dos Tempos: o historiador como artesão das temporalidades. Disponível em http://www.cchla.ufrn.br/ppgh/docentes/durval/artigos/o_tecelao_dos_tempos.pdf, p. 1, acesso em 15 mai. 2015.

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. **Fumo**: servidão moderna e violações de direitos humanos. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4ª ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004, p. 23. Disponível em <https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Agroecologia-Altieri-Portugues.pdf>, acesso em 17 mar. 2016.

AMARAL, Luis. **História Geral da Agricultura Brasileira, vol 2**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

ANGEOLETTO, Fernando. **Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco**. Florianópolis: Cepagro, 2006.

ANGEOLETTO, Fernando; DIONISIO, Ana Carolina. **Diversificação Produtiva: alternativas ao cultivo de tabaco**. Florianópolis: Cepagro, 2013.

ARACELI, Verônica Flores et al. Organoclorados: um problema de saúde pública. **Ambiente & Sociedade**. Vol. VII nº. 2 jul./dez. 2004, pp 111-124. Disponível em www.scielo.br/pdf/asoc/v7n2/24690.pdf, acesso 25 ago. 2015.

ARAGÃO, Alexandra *et al* (orgs.). **Agrotóxicos: a nossa saúde e o meio ambiente em questão**: aspectos técnicos, jurídicos e éticos. Florianópolis: FUNJAB, 2012.

BARRETO, Maria Theresinha Sobierajski. **Poloneses em Santa Catarina: a colonização do Alto Vale do Rio Tijucas**. Florianópolis: Ed. Da UFSC / Ed. Lunardelli, 1983.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOEIRA, Sérgio Luís. **Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente - estratégias da indústria e dilemas da crítica**. 431f. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis: UFSC, 2000.

_____. **Atrás da cortina de fumaça: tabaco, tabagismo e meio ambiente - estratégias da indústria e dilemas da crítica**. Itajai: Univali, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 11ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRAUN, Leonir Pedro; GOEDERT, Sidney José. **Leoberto Leal: história de uma terra e de sua gente**. Blumenau: Odorizzi, 2008.

BUCKUP, Ludwig. **A monocultura com eucaliptos e a sustentabilidade**. Porto Alegre, março de 2006. Disponível em <<http://antigo.mst.org.br/book/export/html/692>>, acesso em 20 ago. 2015.

CADDORIN, Jonas. **Nova Trento, outra vez...** Nova Trento: Prefeitura Municipal, 1992.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés (orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, pp. 261-304..

CARNEIRO, Fernando et al (Org). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Christianne Belinzoni de. **Relação socioeconômica dos fumicultores-fumageiras da região de Sombrio, SC e uma proposta de transição agroecológica**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis: UFSC, 2006

CAVALCANTE, Rosane; MENDES, Carlos. Modelagem do balanço hídrico em povoamentos de eucalipto sob diferentes manejos como auxílio ao gerenciamento do impacto hidrológico da atividade. **Ambi-Agua**, Taubaté, v. 7, n. 1, p. 268-280, 2012, p.269. Disponível em <http://dx.doi.org/10.4136/ambi-agua.810>, acesso em 20 jul. 2015.

CRONON, William. “Um lugar para relatos: natureza, historia y narrativa”. In: PALACIO, G, ULLOA, A. **Repensando la naturaleza: encuentros y desencuentros disciplinares em torno a lo ambiental**. Bogotá: Colômbia: Universidad Nacional de Colombia – Sede Leticia; Instituto Amazônico de Investigaciones Imani, Instituto Colombiano de Antropologia e História; Colciencias, 2002, pp.29-65.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais**: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo**: a historia e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESER; ACT+. **Tabaco**: da produção ao consumo, uma cadeia de dependência. Curitiba: DESER, 2010.

ETGES, Virgínia et al. O impacto da cultura do tabaco no ecossistema e na saúde humana. **Textual**, Porto Alegre, v.1 n.1, p. 14-21, nov. 2002.

FALK, João Werner et al. **Suicídio e doença mental em Venâncio Aires-RS**: consequência do uso de agrotóxicos organofosforados?. Relatório de Pesquisa. Disponível em <http://galileu.globo.com/edic/133/agro2.doc>, acesso em: 25 ago 2015, pp.3-13

FARIA, Neice Müller Xavier. Suicide rates in the State of Rio Grande do Sul, Brazil: association with socioeconomic, cultural, and agricultural factors. **Cadernos Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(12):2611-2621, dez 2006.

GINZBURG, Carlo. Apêndice – Provas e possibilidades: posfácio a Natalie Zemon Davis, *O retorno de Martin Guerre*. In: **Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GOODMAN, Jordan. **Tobacco in History: The Cultures of Dependence**. London e New York: Routledge, 1993.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

JUVENAL, Thaís Linhares; MATTOS, René Luiz Grion. **O setor de celulose e papel**. Artigo. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial04.pdf>, acesso em 20 ago. 2015.

KLANOVICZ, Jó. História oral e história ambiental no sul do Brasil: estudo de caso sobre a fruticultura em Fraiburgo/Santa Catarina. **História Oral**, v. 1, n. 15, p. 159-183, jan.-jun. 2012.

_____. **Natureza Corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2007.

LANGLEY, Chris; PARKINSON, Stuart. **Science and the corporate agenda: The detrimental effects of commercial influence on science and technology**. Folkestone, UK: Scientists for Global Responsibility, 2009, p.35. Disponível em http://www.sgr.org.uk/SciencePolicy/SGR_corp_science_full.pdf, acesso em 10 ago. 2015.

LEROY, Jean Pierre; PACHECO, Tania; PORTO, Marcelo Firpo (Org.). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o Mapa dos Conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Campos do atraso, campos modernos: discursos da Extensão Rural em Santa Catarina (1956-1975)**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1997.

_____. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). **Espaço Plural**, Ano IX, nº 18, 1º Semestre 2008, pp. 9-17.

LOPES, Gustavo Acioli. “Caminhos e Descaminhos do tabaco na economia colonial”. **Mneme: Revista de Humanidades**, v.5, n. 12, p. 1-16, out./nov.2004;

LUTZENBERGER, José Antônio. **Fim do futuro?** Manifesto ecológico brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Movimento, 1986.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e Colapso Ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

MARTÍNEZ ALIER, Joan. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Editora da FURB, 1998.

_____. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. São Paulo: Contexto, 2012.

MEYER, Lucila Mareli. **A relação entre produtores e a agroindústria fumageira em Santa Cruz do Sul/RS**. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 1993.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória**. São Paulo: Contexto, 2010.

MORETTO, Samira Peruchi. **Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960 - 1990)**. 281 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis: UFSC, 2010.

MURARI, Luciana. **Natureza e cultura no Brasil**. São Paulo: Alameda, 2009.

NARDI, Jean Baptiste. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

OLIVEIRA, Patrícia *et al.* First reported outbreak of green tobacco sickness in Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 26(12):2263-2269, dez, 2010, pp. 2263-2264.

PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**. 2010, vol.24, n.68 [cited 2016-03-26], pp.81-101; p.94. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009, acesso em 12 set. 2015.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos**, o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PAULILO, Maria Ignez; MATIAS, Iraldo. **Mulheres e eucaliptos: fertilidade e aridez**. Florianópolis, 2006. Texto. Disponível em <http://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2006/03/24/23700-mulheres-e-eucaliptos-fertilidade-e-aridez.html>, acesso em 22 mar. 2016.

PELAEZ, Victor. **Agrotóxicos, agricultura e mercado**. Apresentação. Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/biblioteca/documentos/agrotoxicos-agricultura-e-mercado>, acesso em 16 mar. 2016.

PERES, Frederico (Org.). **É veneno ou é remédio?** Agrotóxicos, saúde e ambiente. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003.

PINCELLI, Ângela Cristina Santos. **Trabalho infanto-juvenil na fumicultura e responsabilidade social empresarial: o discurso da Souza Cruz**. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 2005

PINTO, Marina Ferreira Campos. **Caminhos da agrobiodiversidade: redes de troca de sementes em sistemas agroecológicos na Serra Catarinense, Alto Vale do Rio Tijucas, Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2014.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 22, Jun. 2001, pp. 9-36, p. 15. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10728/7960>, acesso em 12 mai. 2014, p.10.

_____. Tentando aprender um pouquinho: reflexões sobre ética em História Oral. In: **Projeto História** (15). São Paulo: 1997. Pp 13-49, p.16.

RIQUINHO, Deise Lisboa; HENNINGTON, Élide. Cultivo do tabaco no sul do Brasil: doença da folha verde e outros agravos à saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(12):4797-4808, 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n12/1413-8123-csc-19-12-04797.pdf>, acesso em 22 ago. 2015.

RUSHDIE, Salman. **Haroun e o Mar de História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral**. Florianópolis, 1997.

SANTOS, Lucy Woellner dos. **Estação agrônômica e de veterinária do Estado (1895-1920):** uma abordagem histórica sobre o início da pesquisa agrícola em Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. **O Imigrante e a floresta:** transformações ambientais, das práticas e da produção rural nas colônias do Vale do Itajaí-SC. 259 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

SANTOS, Nélvio Paulo Dutra. **Trentinos em Santa Catarina :** a evolução econômica de Nova Trento, 1875-1960. 1993. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

SCHOENHALS, Marlise; CAOVIALLA, Francielle; SILVA, Cacia. Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciativas de gestão ambiental na indústria do tabaco. In:

Engenharia Ambiental, v. 6, n. 2, p. 016-037, mai /ago 2009, Espírito Santo do Pinhal.

SHIVA, Vandana. **Monocultures of the Mind: Perspectives on Biodiversity and biotechnology**. London: Zed Books; Penang, Malaysia: Third World Network, 1997.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, Marineide Maria. A fumicultura em Santa Catarina: discutindo a rentabilidade à luz das implicações sociais e econômicas. In: PAULILO, Maria Ignez Silveira; SCHMIDT, Wilson (org.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003.

_____. **Trabalho, saúde e risco na fumicultura: um estudo de caso no município de Içara - SC**. Dissertação (Mestrado), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: UFSC, 1999.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo-RS**. Tese (Doutorado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis: UFSC, 2007.

SOLURI, John. **Banana Cultures: Agriculture, Consumption & environmental change in Honduras & the United States**. Austin, USA: University of Texas Press, 2013, 6ª reimpressão.

SOUZA CRUZ. **Agrotóxicos: informações para uso medico..** Florianópolis: Souza Cruz, 1993.

SOUZA, Liége Alendes. **Análise do contrato de integração entre produtores de fumo e a indústria fumageira**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado** – História Oral. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TROIAN, Alessandra *et al.* Percepções sobre os aspectos ambientais, sociais e econômicos no cultivo de tabaco: um estudo com agricultores e agentes rurais no município de Arvorezinha/RS. **Anais** do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 2009. Disponível em <www.sober.org.br/palestra/15/65.pdf>, acesso em: 17 out. 2014.

UBA, Daniel. **Agricultores familiares e Diversificação em áreas de cultivo de tabaco**: o caso de Monte Castelo/SC. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Rurais. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

WOORTMANN, Ellen. **Herdeiros, Parentes e Compadres**: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste. Brasília/São Paulo: Ed. UnB/Hucitec, 1995.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 8. 1991, p. 198-215.

_____. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história. **Ambiente & Sociedade**. Vol. V - no 2 - ago./dez. 2002 - Vol. VI - no 1 - jan./jul. 2003. pp. 23-44; pp. 24-28. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a03v5n2.pdf>, acesso em 18 fev. 2016.

WRIGHT, Angus. Descendo a montanha e seguindo para o norte: como a degradação do solo e os pesticidas sintéticos orientaram a trajetória da agricultura mexicana ao longo do século XX. **Topoi**. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 136-161, jan./jun. 2012.

_____. **The Death of Ramón González: The Modern Agricultural Dilemma**. Austin, Texas: University of Texas Press, 1990.

FONTES ORAIS**Arquivos e transcrições serão depositados no Laboratório de História Oral da UFSC**

BURINI, Marlene Mikalski; BURINI, Valério. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 14 ago. 2014. Entrevista.

DETZ, Vicente. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 28 ago. 2014. Entrevista.

FELISBINO, Marcílio. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Leoberto Leal, 04 mar. 2015. Entrevista.

KRISCINSKI, Geremias. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Nova Trento, 16 set. 2014. Entrevista.

LEAL, Santinho Manoel. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 04 mar. 2015. Entrevista.

PIOTROVSKI, Rainoldo; PIOTROVSKI, Bertolina. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 05 mar. 2015. Entrevista.

SCHEFFER, Valdir. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 05 mar. 2015. Entrevista. Acervo da autora.

SEIDLER, José Lino. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 04 mar. 2015. Entrevista.

STAROSKI, Valdolino. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 14 ago. 2014. Entrevista.

STOLARCZK, Aluísio; STOLARCZK, Salete. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 28 ago. 2014. Entrevista.

VOITENA, Jacó; VOITENA, Inês. Entrevista concedida a Ana Carolina Dionísio. Major Gercino, 29 ago. 2014. Entrevista.

FONTES ESCRITAS

AFUBRA, SINDIFUMO. **Manual de Reflorestamento**. Santa Cruz do Sul: AFUBRA; SINDIFUMO, 2006.

ALLIANCE ONE BRASIL. **Informativo Agrônômico**, maio de 2009.

ALLIANCE ONE BRASIL. **Informativo Agrônômico**. Santa Cruz do Sul: Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento, fevereiro de 2011.

BAT – BRITISH AMERICAN TOBACCO. **Afforestation programmes**. Relatório disponível em <http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/zgw10194>, acesso em 20 ago. 2015.

CEPA - COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA. **Síntese Informativa da Agricultura Catarinense, 1980**. Florianópolis, Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, 1981.

CHAPMAN, Simon; LENG, Wong Wai. **Tobacco Control in the Third World**: a resource atlas. Penang, Malaysia: International Organization of Consumers Unions, 1990. Disponível em <<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/tlmg0089>>, acesso em: 19 jun. 2015.

DIAS, Nivaldo Luiz. **Decisão judicial referente ao Processo n.º 0104134-87.2015.4.02.5003**, Fls 1768 e 1769. Disponível para consulta em <<http://www2.jfes.jus.br/jfes/portal/consulta/resconsproc.asp>>, acesso em 17 ago. 2015.

GEIST, Helmut. Global assessment of deforestation related to tobacco farming. **Tobacco Control** n.º 8, 1999, pp.18–28. Disponível em <<http://tobaccocontrol.bmj.com/>>, acesso em: 17 jun. 2015.

IBGE. **Censo Agropecuário: Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Informativa sobre a**

Agricultura Catarinense 1977. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1977.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, 1981. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1981.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, 1982. Florianópolis: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, 1982.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, 1983. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1983.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina**, 1984-85. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1985.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1985-86.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1986.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1986-87.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1987.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1987-88.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1988, vol 2.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura**

de Santa Catarina, 1988-89. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1989.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 1990-1991**, vol. 2. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1991

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1991.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1991.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1993.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1993

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1994.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1994.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1995.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1995.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1996.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 1997.

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, 1999-2000.** Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 2000..

ICEPA - INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese Anual da Agricultura**

de Santa Catarina, 2000-2001. Florianópolis: Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, 2001.

INTERNATIONAL TOBACCO GROWER'S ASSOCIATION. **The Use of Woodfuel for Curing Tobacco.** Relatório. Disponível em <<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/gkmv0207>>, acesso em: 17 jun. 2015.

IRRC – Investor Responsibility Research Institute. **Summary of IRRC's Study on Tropical Deforestation**, p.2. Disponível em <<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/zrkk0208>>, acesso em: 17 jun. 2015. Tradução da autora.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas.** Enviado por correio eletrônico a <carudionisio@gmail.com> em 17 jul. 2015.

OFFICE OF INSPECTOR GENERAL,USDA, U.S. DEPT OF AGRICULTURE. AGRICULTURAL MARKETING SERVICE IMPORTED TOBACCO. **Pesticide residue testing.** Audit report no. 01001-1, Philip Morris. WASHINGTON D.C., March 1999. Disponível em <http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/rmdw0076>. Acesso em: 18 ago. 2015.

ROCKENBACK, Silvio Aloysio; FLORES, Hilda Agner Hübner. **Imigração alemã: 180 anos – história e cultura.** Porto Alegre: CORAG, 2004, pp. 15 e 68.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico: diagnóstico municipal de Major Gercino.** Florianópolis: CEAG-SC, 1990.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. **Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico: diagnóstico municipal de Nova Trento.** Florianópolis: CEAG-SC, 1990.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. **Bacias hidrográficas de Santa Catarina: diagnóstico geral.** Florianópolis, 1997

SENS, Valério Ernestino. **Requerimento de Revisão de Infração** Protocolado sob nº 02026.007798-05-07, anexo ao Processo IBAMA/MMA GEREX I/SC nº 02026.006425/2005-82, consultado na sede do IBAMA-Florianópolis em 17 jul. 2015.

SOUZA CRUZ. **Cultura do Fumo: Instalação e Condução da Lavoura.** Florianópolis: Souza Cruz, 1984, p.12.

_____. **Manejo Integrado de Pragas e Doenças.** Rio de Janeiro, Santa Cruz do Sul: Souza Cruz, 1998.

_____. **O produtor de fumo,** ano XXI, nº 114. Santa Cruz do Sul: Souza Cruz, julho/agosto/setembro 2002.

_____. **Pequena Propriedade no Novo Milênio: análise e sugestões para viabilidade.** Santa Cruz do Sul: Souza Cruz, 1998.

WORLD BANK. **World Bank Tobacco Financing:** the environmental/health case – Background for policy formulation. Relatório. Disponível em <
<http://industrydocuments.library.ucsf.edu/tobacco/docs/glfj0202>>, acesso em 07 ago. 2015.

ANEXOS

ANEXO 1



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA
 PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
 CENTRO DAS PROMOTORIAS DA
 COLETIVIDADE
 COORDENADORIA DE DEFESA DO MEIO
 AMBIENTE**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE
 CONDUTAS**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, representado, neste ato, pelo Promotor de Justiça e Coordenador de Defesa do Meio Ambiente, **ALEXANDRE HERCULANO ABREU** e pelo Promotor de Justiça Substituto, **FABRÍCIO JOSÉ CAVALCANTI**, e o **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO FUMO - SINDIFUMO**, representado, neste ato, pelo seu Presidente, Sr. Cláudio Laurenno Henn, e a **ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL - AFUBRA**, representada, neste ato, pelo seu Presidente, Sr. Hainsi Gralow, autorizados pelo §6º do artigo 5º da Lei nº 7.347/85 e artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

Considerando ser o Ministério Público, face o disposto no art. 129, inciso III da Constituição Federal, o órgão público encarregado de promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Considerando o Relatório de Inspeção e Vistoria nº 120/1ºPel/CPA/99, oriundo da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental, dando conta do corte de mata nativa para fins de desenvolvimento da fumicultura Catarinense;

Considerando a necessidade de veicular campanhas publicitárias de conscientização, dirigida aos produtores rurais, no que pertine à preservação florestal e ao cumprimento da legislação ambiental vigente;

Considerando, afinal, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados termo de compromisso de ajustamento de condutas às exigências legais, prevista nos artigos 127 e 129, inciso III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea “a”, da Lei nº 8.625/93, artigo 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e ainda no artigo 8º, §1º, da Lei nº 7.347/85;

RESOLVEM

Formalizar, neste instrumento, termo de compromisso de ajustamento de condutas, tendo como partes, de um lado os representantes do Ministério Público Estadual, por seu órgão de execução, ALEXANDRE HERCULANO ABREU, Promotor de Justiça – Coordenador de Defesa do Meio Ambiente, e FABRÍCIO JOSÉ CAVALCANTI, Promotor de Justiça Substituto, e de outro o Sr. CLÁUDIO LAURENO HENN, representante legal do Sindicato das Indústrias do Fumo - SINDIFUMO, e o Sr. HAINSI GRALOW, representante legal da Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA 1ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, a disponibilizar ou intermediar financiamento, no período compreendido entre junho/2001 até dezembro/2004, nos moldes utilizados para os demais insumos agrícolas, para aquisição de lenha cuja fonte seja regular frente aos órgãos ambientais (exótica ou povoaamentos nativos que produzam material lenhoso através de manejo sustentável) destinados aos produtores rurais vinculados e que necessitarem, para a secagem de fumo do tipo *Virginia*, sendo que os produtores que iniciarem o seu reflorestamento, no período acima mencionado, continuarão a fazer *jus* ao referido financiamento até que tecnicamente seja possível realizar o primeiro corte.

CLÁUSULA 2ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, com o apoio das

entidades que firmam o presente, a partir de dezembro de 2000, a aumentar as campanhas de conscientização da necessidade de reflorestamento para fins de auto-sustentabilidade da propriedade rural dos produtores do fumo tipo *Virginia* e preservação da mata nativa, divulgando através de reuniões locais, por meio dos técnicos das empresas associadas do SINDIFUMO e AFUBRA.

CLÁUSULA 3ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, a distribuir cartilha a todos os produtores rurais vinculados as empresas associadas, com teor que estimule o reflorestamento, dê conta de conduta de preservação florestal e advertência sobre o descumprimento da legislação, a ser confeccionada e distribuída no prazo máximo de até junho de 2001, com o apoio das entidades que firmam o presente, e será custeada pelo SINDIFUMO e pela AFUBRA.

CLÁUSULA 4ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, com o apoio das entidades que firmam o presente, no prazo de até dezembro de 2001, a realizar um seminário em cada região onde é cultivado o fumo tipo *Virgínia* (Sul do Estado, Vale do rio Itajaí e Planalto Norte), para divulgação do presente termo, bem como para estimular o reflorestamento, a preservação florestal e advertir os produtores sobre o descumprimento da legislação.

CLÁUSULA 5ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, a partir da assinatura do presente termo, a empreender política que dê conta do aumento da oferta de lenha para fins de secagem de fumo *Virginia*, a partir da safra de 2001/2002, através de incentivo ao reflorestamento por seus produtores e credenciamento de "viveiristas" e fontes para aquisição de lenha pelos produtores em suas respectivas regiões.

CLÁUSULA 6ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, a disponibilizar mudas para reflorestamento a preço de custo, com a devida orientação técnica para plantio e manejo aos produtores rurais vinculados que assim desejarem, a partir de maio de 2001.

CLÁUSULA 7ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, a disponibilizar,

também, a preço de mercado, a estrutura de seus transportadores de fumo e insumos agrícolas para o transporte de lenha nas regiões onde houver disponibilidade, a partir de junho de 2001.

CLÁUSULA 8ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, juntamente com a AFUBRA, a realizar um levantamento de informações, por município, de seus produtores de fumo *Virginia* no Estado de Santa Catarina, visando apurar por estimativa: o consumo de lenha em metros estereos (m/st); os percentuais da propriedade com mata nativa; os percentuais da propriedade com mata reflorestada e o número de estufas, no período compreendido entre março a outubro de 2001, sendo que deverá ser encaminhada a respectiva cópia à Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente até 30 de novembro de 2001.

CLÁUSULA 9ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, a estabelecer nos contratos firmados com os produtores, a partir de março de 2001, a vedação de aquisição de fumo *Virginia*, secado com lenha cuja fonte não seja regular frente as entidades ambientais com jurisdição em Santa Catarina. A vedação de aquisição deverá ser precedida de autuação dos produtores pelos órgãos ambientais, oportunizado o direito de defesa aos agricultores, com o respectivo trânsito em julgado judicial da penalidade eventualmente imposta. Os órgãos ambientais que firmam o presente termo informarão ao SINDIFUMO o trânsito em julgado judicial de qualquer autuação ambiental para os efeitos desta cláusula.

CLÁUSULA 10ª - compromete-se o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, a partir de março de 2001, a não registrar produtores sem que estes se comprometam a realizar reflorestamento em sua propriedade e/ou adquirirem lenha que possua os requisitos legais para sua devida utilização ou que tenham sido autuados pelos órgãos ambientais, cuja listagem deverá ser fornecida pelos mesmos, após o julgamento definitivo do recurso administrativo, todos identificados abaixo e, que ainda não tenham regularizado sua situação frente aqueles órgãos.

CLÁUSULA 11ª - o representante legal do SINDIFUMO, através das empresas associadas, manterá inclusa na planilha de custos do preço do fumo o preço da lenha de fonte autorizada pelos órgãos ambientais, a partir das assinaturas do presente termo.

CLÁUSULA 12^a - o Ministério Público compromete-se a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil e/ou penal, contra o SINDIFUMO e a AFUBRA, no que diz respeito aos itens acordados, caso o ajustamento de condutas seja cumprido.

CLÁUSULA 13^a - a inexecução do compromisso previsto nas cláusulas anteriores, ou a continuidade da conduta ilícita por qualquer das entidades, facultará ao Ministério Público Estadual, após decorridos os prazos previstos, a imediata execução judicial do presente título;

CLÁUSULA 14^a - caso o SINDIFUMO e/ou a AFUBRA, conjunta ou separadamente, não cumpram qualquer das cláusulas ajustadas, incorrerão na cominação de multa diária no valor equivalente a 10 (dez) salários mínimos, a ser recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina – BESC - Agência n^o 068-0, Conta Corrente n^o 058.109-0.

Assim, justos e acertados, firmam as partes o presente termo de compromisso, em 03 (três) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos tão logo homologado pelo Colendo Conselho Superior do Ministério Público, consoante dispõe o § 2^o do artigo 2^o do Ato n^o 093/MP/92.

Florianópolis, 29 de novembro de 2000

ALEXANDRE HERCULANO ABREU
Coordenador de Defesa do Meio Ambiente
15^a Promotoria de Justiça da Capital

FABRÍCIO JOSÉ CAVALCANTI
Promotor de Justiça
Promotor de Justiça Substituto

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DO FUMO - SINDIFUMO
Cláudio Laureno Henn

ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL - AFUBRA
Hainsi Gralow

De acordo:

Representante da Federação da Agricultura no Estado de Santa Catarina – FAESC.

Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina – FETAESC.

Representante da Fundação do Meio Ambiente – FATMA.

Representante da Companhia de Polícia de Proteção Ambiental – CPPA.

Representante da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Agricultura do Estado de Santa Catarina.

ANEXO 2

TERMO DE COMPROMISSO - CONSUMO DE LENHA

Pelo presente Termo, o PRODUTOR RURAL a seguir qualificado

Nome:

CPF:

Localidade:

Município:

Área total da propriedade (ha):

Área plantada com fumo (ha):

Área reflorestada – exótica e Bracatinga (ha):

Empresa Integradora:

firma o compromisso de comprovar a origem da lenha utilizada para a secagem/cura de fumo da safra 2003/2004, conforme volume e procedência abaixo especificadas:

1) Própria:

(st/lenha)

2) De terceiros:

(st/lenha)

Nativa _____

Bracatinga _____

Exótica _____

Declaro que recebi da indústria fumageira material gráfico e orientação de que é vedada a utilização de mata nativa e bracatinga para a secagem de fumo sem a prévia autorização dos órgãos ambientais.

Declaro, ainda, ter sido informado de que a indústria fumageira disponibiliza financiamento para aquisição e transporte de lenha de fonte regular frente aos órgãos ambientais.

Declaro que me foi disponibilizado para aquisição mudas para reflorestamento e orientação técnica para o plantio e o manejo da floresta.

Declaro, também, que tenho conhecimento de que a utilização de mata nativa e bracatinga para qualquer finalidade exige a prévia autorização para corte de vegetação pelo órgão ambiental, além da Autorização para o Transporte de Produto Florestal ATPF.

Comprometo-me que, no caso de utilização de lenha adquirida de terceiros, mantereí em meu poder, até o final da secagem do fumo, os

comproventes de origem legal desta lenha para fins de apresentação ao agente fiscalizador.

Por fim, tenho ciência que uma via deste termo de compromisso será entregue à Polícia Ambiental e estou consciente das minhas responsabilidades administrativas, civis e penais.

Firmo este em três vias, das quais uma me foi entregue.

Data: ___/___/___.

ANEXO 3

- Cartaz de divulgação AFUBRA/SINDITABACO/MINISTÉRIO PÚBLICO sobre uso de lenha e reflorestamento

Compromissos do produtor com o meio ambiente.

Somos a favor da preservação da mata nativa.

Sabemos que o reflorestamento com espécies exóticas é o melhor caminho para mantermos nossa atividade produtiva e ao mesmo tempo preservarmos o meio ambiente.

Não utilizamos mata nativa ou bracinga para a secagem de fumo sem a prévia aprovação dos órgãos ambientais.

Adquirimos somente lenha de fonte que seja regular frente aos órgãos ambientais.

Contamos com o apoio da Indústria Fumageira em forma de materiais informativo, orientação técnica e financiamento para a compra de mudas para o reflorestamento e lenha de fonte regular.

Produtor e Indústria em defesa do nosso maior patrimônio: o meio ambiente.

afubra

FETAESC
Associação dos Fumageiros do Estado de São Paulo

Ministério Público
do Estado de São Paulo
Centro de Apoio Especializado
de Meio Ambiente - CIAE

SINDIFUMO

ANEXO 4

Carta da companhia importadora de tabaco JAS I. MILLER, da Carolina do Norte (EUA) ao escritório da Souza Cruz em Florianópolis.

'87 06/12 16148 2 0482 225455 171 SOUZA CRUZ
 23
 JAS. I. MILLER TOBACCO CO., INC. *Leaf Tobacco Merchants*

POST OFFICE BOX 882
 WILSON, NORTH CAROLINA 27598
 TELEPHONE (919) 291-1106
 CABLE ADDRESS "JAS MILLER"
 TELEX 874881 TOROCE WIND

May 8, 1987

	AG	FM	WS	LT	USD
G					
SO					
T					

g E D F

Mr. A. Gassen
 Head Office Leaf Department
 Companhia de Cigarros Souza Cruz
 Praça Torcira Oliveira 14 8/6
 Caixa Postal D-118
 88010 Florianópolis SC
 BRAZIL

Subject: Pesticide Residue Analyses

Dear Mr. Gassen:

Enclosed are the pesticide residue results for the ten samples referred to in Mr. H. A. Pochmann's letter of 11th April 1987, and referred to in my telex of 8th May 1987.

I still have not received the answers to your questions in your letter of 11th March, 1987. I called U.S.D.A. today, but no one was in that could tell me the status of their reply. I will forward them to you as soon as I hear from the U.S.D.A.

Best regards.

Sincerely yours, .

W. L. Wilson
 William L. Wilson
 Product Analysis Section

mw
 12148

*Copy to: Dr. E. P. Sigman / Inst. Rio
 CPD. Complex Analyses / Rio
 Export: J.C.I
 Export: RM*

600037473

ANEXO 5

Trecho da análise de resíduos de agrotóxicos que acompanha carta da companhia importadora de tabaco JAS I. MILLER, da Carolina do Norte (EUA) ao escritório da Souza Cruz em Florianópolis.

787 86712 36741 8 8482 225455 171 Souza Cruz
 CONTRACT LABORATORY AND CONSULTING CHEMISTS, INC.
 CONSULTING AND ANALYTICAL CHEMISTS
 P.O. BOX 1097 - 407 POND LAKE - WILSON, N. C. 27893
 PHONE (919) 327-9170

REPORT OF ANALYSIS

ANALYSIS NO.: 24871 DATE OF REPORT: 07/05/07
 RECEIVED FROM DATE RECEIVED : 07/04/22
 : JAS. I. MILLER TOBACCO CO.
 : WILSON,
 : NORTH CAROLINA 27893
 : ATTN: BILL WILSON

ACCOUNT NO.: 52930

SAMPLE OF: TOBACCO
 SAMPLE MARKS: NO. 1 205691, BLU, COM/S, 3-6-87

	DETECTED FROM ANALYSIS	Limit
DICOMBA	<.1 ppm	1 <.1 ppm
2,4,5-T	<.1 ppm	1 <.1 ppm
2,4-D	<.1 ppm	1 <.1 ppm
PERMETHRIN	<.1 ppm	1 <.1 ppm
DOT	<.1 ppm	1 <.1 ppm
TDE	<.1 ppm	1 <.1 ppm
TOXAPHENE	<.1 ppm	1 <.1 ppm
ENDRIN	<.01 ppm	1 <.01 ppm
ALDRIN	<.01 ppm	1 <.01 ppm
DIELDRIN	<.01 ppm	1 <.01 ppm
HEPTACHLOR	<.01 ppm	1 <.01 ppm
HEPTACHLOR EPOXIDE	<.01 ppm	1 <.01 ppm
CHLORDANE	<.01 ppm	1 <.01 ppm
EDB	<.01 ppm	1 <.01 ppm
FORMOTHION	<.1 ppm	1 <.1 ppm
DDCP	<.1 ppm	1 <.1 ppm
THIODAN	<.01 ppm	1 <.01 ppm
OTHER		
:		
:		
:		
:		

ANEXO 7

- Contrato de Compra e Venda de Tabaco em Folha e outras Avenças
Souza Cruz – Safra 2014/2015

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE TABACO EM FOLHA E OUTRAS AVENÇAS

Que fazem entre si, de um lado, SOUZA CRUZ S.A., com sede na Rua Candelária 66, Rio de Janeiro-RJ, CNPJ 33.009.911/0001-39, doravante denominada COMPRADORA, e, de outro lado, [REDACTED] produtor rural, CPF n° [REDACTED] residente e domiciliado em [REDACTED] no Município de [REDACTED] -SC, doravante designado(a) PRODUTOR.

O PRODUTOR declara para os devidos fins, ter recebido uma via idêntica do presente Contrato nesta data.

[REDACTED] de 2014

[REDACTED] PRODUTOR

Considerando que o PRODUTOR desenvolve habitualmente a agricultura como atividade econômica e que é proprietário, arrendatário ou comodatário de área de terras que deseja destinar ao plantio e cultivo de tabaco;

Considerando que o PRODUTOR tem conhecimento de que a agricultura, assim como qualquer outra atividade econômica, está sujeita ao risco do negócio, o qual, no caso específico da agricultura, inclui fatores absolutamente imponderáveis, como condições climáticas e sazonalidade;

Considerando que o PRODUTOR está ciente de que deve cultivar outras lavouras que não a do tabaco, sendo esta prática recomendada para que não dependa exclusivamente do cultivo do tabaco para sua subsistência;

Considerando que o PRODUTOR, mesmo tendo pleno conhecimento do empenho necessário para o plantio, cultivo e produção do tabaco, bem como do risco inerente à atividade agrícola, tem inegável e reconhecido interesse em engajar-se nessa atividade econômica, visando suprir as necessidades da COMPRADORA, nos termos e condições do presente contrato;

Considerando que a COMPRADORA desenvolveu, ao longo do tempo, técnicas agrícolas específicas para o cultivo do tabaco, que serão disponibilizadas para o PRODUTOR através de orientação prestada por profissionais qualificados para tanto, bem como venderá e / ou recomendará os insumos agrícolas necessários, adequados e aprovados para o cultivo do tabaco, tudo no intuito de buscar melhores resultados em termos de produtividade e qualidade da produção de tabaco do PRODUTOR, de forma a atender as exigências da COMPRADORA para a produção de seus cigarros e o atendimento de seus clientes no exterior;

Considerando que o PRODUTOR, por utilizar agrotóxicos em suas lavouras em função de sua própria atividade, reconhece que deve utilizar tais produtos de forma racional e de acordo com as leis e regulamentos em vigor, no intuito de garantir a sua segurança e a de terceiros;

Considerando que o PRODUTOR tem interesse em que a COMPRADORA garanta a aquisição da totalidade de sua produção de tabaco, nos termos e condições do presente contrato, assegurando a este o escoamento de sua produção, independentemente das condições de mercado, uma vez que se trata de matéria-prima indispensável para o exercício da atividade comercial da COMPRADORA;

Considerando que o tabaco produzido pelo PRODUTOR será classificado, no momento da entrega, de acordo com os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa n° 10 de 13 de abril de 2007 e seus anexos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e que o PRODUTOR poderá deixar de vender para COMPRADORA o tabaco cultivado caso não esteja de acordo com a classificação, nos termos e condições do presente contrato;

1

Considerando que os critérios da COMPRADORA para classificar o tabaco por ela adquirido são habitualmente verificados pela Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS e pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola do Estado de Santa Catarina - CIDASC e pela Empresa Paranaense de Classificação de Produtos - CLASPAR, órgãos credenciados perante o Ministério da Agricultura e conveniados/ vinculados à Secretaria Estadual de Agricultura, os quais poderão, inclusive, ser consultados por ambas as partes para dirimir eventuais dúvidas no que se refere à classificação do tabaco;

Considerando que a COMPRADORA, por si ou por terceiros, continuará a disponibilizar técnico especializado e independente para acompanhar o processo de classificação do tabaco por ela adquirido, mesmo na hipótese de o Ministério da Agricultura ou a Secretaria Estadual de Agricultura deixarem de vincular, conveniar ou credenciar órgãos com esta finalidade;

Considerando que legislações estrangeiras restringem a utilização de certos compostos agroquímicos na cultura do tabaco, bem como vedam a comercialização do tabaco que apresente níveis de certas substâncias acima dos tolerados;

Considerando que a COMPRADORA comercializará o tabaco adquirido do PRODUTOR nos mercados doméstico e internacional, sendo necessário, portanto, que o PRODUTOR assegure altos padrões de qualidade do tabaco e o atendimento aos requisitos legais de todos os mercados, especialmente aqueles relacionados à utilização de agrotóxicos aprovados para as diversas jurisdições, conforme orientação técnica prestada pela COMPRADORA, independentemente de seu tipo e classe, devendo, ainda, zelar e colaborar com a sociedade no que se refere à utilização sustentável de recursos naturais;

Considerando que cada ano agrícola individualmente considerado é parte integrante da presente relação contratual autônoma, não obstante a possibilidade de acordarem as partes no sentido de as dívidas decorrentes de financiamentos ocorridos em determinada safra sejam quitadas em parcelas anuais;

Considerando que o PRODUTOR tem conhecimento das regras inerentes à contratação de mão de obra, seja no âmbito da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, seja no alcance da Lei 5.889/73 - que trata do trabalho rural - assim como do compromisso de documentação da relação de emprego;

Considerando que o PRODUTOR reconhece a necessidade de proporcionar a seus empregados e/ou colaboradores condições de ambiente e trabalho seguros e adequados à saúde pessoal e pública, garantindo a todos tratamento justo, igualitário e humano.

Considerando que o PRODUTOR declara-se ciente de que as disposições do presente contrato não representam qualquer restrição à liberdade de vinculação a grupos e/ou associações de trabalhadores rurais que visam defender os interesses e apoiar as reivindicações destes, além de promover o aprimoramento cultural e aperfeiçoamento técnico dos associados como forma de socialização e agregação de conhecimento técnico;

Considerando que, para fins exclusivos de acompanhamento do processo de aquisição do tabaco do PRODUTOR, a presença em seus canais de compra de representantes da FETAG, FARSUL, FETAESC, FAESC, FETAEP, FAEP e AFUBRA será permitida e dependerá exclusivamente de tais federações naqueles canais de compra relacionados às respectivas áreas de atuação;

Considerando que COMPRADORA e PRODUTOR tem interesse em firmar o presente contrato com prazo de duração de mais de uma safra agrícola, estabelecem que:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto:

- a) a comercialização da totalidade do tabaco produzido pelo PRODUTOR de acordo com a estimativa estipulada neste contrato;
- b) o estabelecimento de regras básicas para o plantio, cultivo e comercialização do tabaco;
- c) o compromisso da COMPRADORA e / ou sociedade controlada, coligada ou sob controle comum em adquirir a totalidade da produção do PRODUTOR de acordo com a estimativa estipulada neste contrato;

d) a orientação técnica da COMPRADORA ao PRODUTOR;

e) a indicação e / ou oferta para compra de insumos agrícolas e equipamentos de proteção individual (EPI).

CLÁUSULA SEGUNDA - PRODUÇÃO DO TABACO

2.1.A COMPRADORA obriga-se a:

a) vender ou recomendar ao PRODUTOR as sementes e demais insumos agrícolas necessários à produção do tabaco, de acordo com a área, quantidades de pés e tipo de tabaco acordados e especificados na cláusula 3.1.1 deste contrato;

b) disponibilizar para aquisição ou indicar ao PRODUTOR os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários para as aplicações de agrotóxicos, bem como a vestimenta recomendada e apropriada para utilização durante o manuseio do tabaco verde em todas as fases da cultura do tabaco;

c) disponibilizar orientação técnica ao PRODUTOR, como forma de auxiliá-lo na busca de melhores práticas agrícolas e qualidade da sua produção, durante todos os ciclos da cultura do tabaco, por meio de folhetos, revistas e periódicos, bem como através de seu corpo técnico, mediante a realização de reuniões técnicas e, no mínimo 4 (quatro) visitas técnicas, por ciclo da cultura do tabaco, destinadas à orientação quanto aos cuidados na utilização de insumos, especialmente em relação aos agrotóxicos recomendados, conforme será registrado em formulário e relatório próprios.

d) disponibilizar ao PRODUTOR, sem ônus, sistema de logística reversa de embalagens vazias de agrotóxicos, observada a legislação em vigor.

2.2.O PRODUTOR deverá cultivar a plantação de tabaco:

a) seguindo a orientação técnica da COMPRADORA, utilizando as sementes e demais insumos agrícolas básicos indicados pela COMPRADORA e também disponibilizados pela COMPRADORA para aquisição, mediante entrega do receituário agrônomo firmado por profissional habilitado;

b) somente com os fertilizantes e defensivos agrícolas recomendados pela COMPRADORA, de acordo com as especificações técnicas contidas no receituário agrônomo, devendo abster-se de utilizar, em qualquer hipótese, outros produtos que contenham ingredientes ativos diversos daqueles recomendados pela COMPRADORA;

c) mantendo atualizado e devidamente arquivado o "Movimento de Colheita" no qual deverá registrar a data de cada colheita, número de varas / grades e peso de 10 (dez) varas / grades por estufada, além dos dados referidos na cláusula 3.1.1;

d) nos termos da legislação ambiental em vigor, incluindo, mas não se limitando àquela referente ao reflorestamento e à preservação da mata nativa, somente utilizando em suas estufas lenha de fonte permitida por lei.

2.3.O PRODUTOR obriga-se, em todas as fases da cultura do tabaco em folha, a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, bem como nas normas previstas na Lei nº 8.069, de 13/07/90 (Estatuto da Criança e Adolescente - ECA), e de toda a legislação referente à não utilização da mão-de-obra de crianças e adolescentes. Para que não reste dúvida, fica o produtor desde já ciente da proibição legal no sentido de que em todas as fases da cultura do tabaco, não seja utilizada mão de obra de menores de 18 (dezoito) anos, inclusive em regime de economia familiar. O PRODUTOR obriga-se, ainda, a cumprir integralmente a legislação trabalhista, especialmente no tocante à não adoção de condições degradantes de trabalho associadas a práticas que caracterizem condições análogas à escravidão, crime tipificado no art. 149 do Decreto-Lei 2.848/40 (Código Penal).

2.4.O PRODUTOR obriga-se, ainda, a:

a) não manipular quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins que não estejam registrados e autorizados pelos órgãos governamentais competentes;

b) não permitir a manipulação de quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins por menores de 18 (dezoito) anos, maiores de 60 (sessenta) anos e por gestantes;

c) não manipular quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, em desacordo com a receita e as indicações dos rótulos e bulas, previstas em legislação vigente;

d) sinalizar as áreas recém-tratadas com quaisquer agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, sendo vedado o trabalho nessas áreas antes do término do intervalo, salvo com uso dos equipamentos de proteção individual adequados;

e) não reutilizar, para qualquer fim, as embalagens vazias de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, cuja destinação final deve atender à legislação vigente, bem como realizar a triplíce lavagem das embalagens, cumprindo integralmente o prescrito nas referidas embalagens e no presente contrato quanto à logística reversa, na forma da legislação vigente;

f) não armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins a céu aberto;

g) utilizar para o armazenamento de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins, depósito de agrotóxicos, constituído por armário que contenha paredes e coberturas resistentes, possua ventilação adequada e dotada de proteção que não permita a entrada de animais, sejam sinalizados com placas e cartazes com símbolos de perigo, em prédio diverso do residencial ou em que sejam armazenados alimentos ou medicamentos, e de fontes de água, além de possibilitar a limpeza e a descontaminação.

h) armazenar agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins conforme dispõem as normas da legislação vigente e as especificações do fabricante constantes dos rótulos e bulas;

i) manter os equipamentos de aplicação de agrotóxicos, adjuvantes e produtos afins em perfeito estado de conservação e funcionamento, inspecionando-os antes da aplicação, utilizando-os para a finalidade indicada e operando-os dentro dos limites, especificações e orientações dos fabricantes;

j) utilizar, e garantir que todos os que trabalhem sob sua responsabilidade na execução deste contrato utilizem, equipamentos de Proteção Individual (EPI) adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento;

k) utilizar, e garantir que todos os que trabalhem sob sua responsabilidade na execução deste contrato utilizem, vestimentas impermeáveis em perfeito estado de conservação e funcionamento em todas as fases da cultura do tabaco, sempre que o mesmo estiver úmido e ou molhado.

l) fornecer as informações cadastrais das crianças e adolescentes até 18 (dezoito) anos, residentes na propriedade rural onde será executado o presente contrato, atualizando tais informações sempre que solicitado pela COMPRADORA;

m) fornecer, até 90 (noventa) dias após a contratação, cópia do comprovante de matrícula, bem como em até 90 dias após o final do ano letivo o comprovante de frequência escolar das crianças e adolescentes a partir dos 6 (seis) anos até completar o Ensino Fundamental, limitado a 18 (dezoito) anos, residentes na propriedade rural onde será executado o presente contrato, que deverão atingir, no mínimo, 70% (setenta por cento) de frequência a cada ano letivo, incluindo o turno regular e o contra-turno, quando houver disponibilidade. Fica a COMPRADORA, por intermédio de seus prepostos, autorizada pelo Produtor a obter tais documentos diretamente das unidades de ensino em que se encontrem matriculadas tais crianças e adolescentes;

n) comparecer aos treinamentos, palestras e cursos que venham a ser ministrados pela COMPRADORA ou por entidades indicadas pela mesma, no que diz respeito ao cumprimento da legislação ambiental, ao correto armazenamento, manuseio e aplicação de agrotóxicos, bem como à obrigatoriedade de utilização de equipamentos de proteção individual adequados ao risco e em perfeito estado de conservação e sua correta utilização;

o) dar conhecimento a todos aqueles que trabalhem sob sua responsabilidade na execução do presente contrato, sobre as informações e cuidados pessoais necessários ao cultivo do tabaco em todas as suas fases de produção, conforme orientações recebidas da COMPRADORA verbalmente ou por escrito através de suas publicações, bem como aquelas obtidas através dos cursos de capacitação oferecidos pelos órgãos públicos e entidades privadas, e dos formulários e Relatórios de Orientação Técnica e Sustentabilidade emitidos pela COMPRADORA.

2.5 Em caso de descumprimento das obrigações previstas nas cláusulas 2.3 e 2.4, desde já o PRODUTOR declara estar ciente e concordar que a COMPRADORA informe às autoridades competentes sobre tal conduta, arcando este com todos os ônus decorrentes, bem como isentando a COMPRADORA de indenizar quaisquer prejuízos morais e materiais que o PRODUTOR e todos aqueles que sob sua responsabilidade trabalhem possam vir a experimentar.

CLÁUSULA TERCEIRA - COMERCIALIZAÇÃO DO TABACO EM FOLHA E PRAZO CONTRATUAL

3.1. A produção de tabaco objeto do presente contrato, resultante da área plantada e da estimativa de produção acordada, entre as partes, deverá ser integralmente adquirida pela COMPRADORA junto ao PRODUTOR, podendo variar até no máximo 5% (cinco por cento) para mais ou para menos e será entregue pelo PRODUTOR para classificação e aquisição no estabelecimento da COMPRADORA que for por esta definida, nas cidades de Blumenau/SC, Sombrio/SC, Rio Negro/PR ou Santa Cruz do Sul/RS.

3.1.1 As partes concordam que o tabaco produzido e comercializado deverá obedecer as seguintes características e volumes, em todos os anos agrícolas em que vigorar o presente Contrato, assim entendendo o período compreendido desde o preenchimento do Check List de Registro até a efetiva comercialização dos tabacos produzidos:

- I) Tipo de Tabaco: VIRGINIA
- II) Variedade da Semente: [REDACTED]
- III) Área de Plantio: [REDACTED] hectares
- IV) Estimativa: _____ kg
- V) N° de Pés: [REDACTED] mil pés

3.1.2. Em ocorrendo alterações em qualquer dos itens acima, em relação à próxima safra, os novos parâmetros serão ajustados por meio do Relatório de Orientação Técnica, Sustentabilidade e Acompanhamento dos Termos em cada início de ano agrícola.

3.2. O contrato ora firmado vigorará a partir da data de sua assinatura pelo prazo de 03 (três) anos agrícolas, considerando para fins de data final o dia 31 de julho do último ano agrícola, devendo toda e qualquer alteração ser realizada de forma escrita, tendo seu vencimento antecipado pela venda integral da produção contratada conforme a cláusula 3.1.1. para o último ano agrícola ou o não cumprimento de cláusulas contratuais.

3.3. São obrigações da COMPRADORA relativamente à comercialização do tabaco:

a) adquirir do PRODUTOR, nos termos e condições do presente contrato e de acordo com a Instrução Normativa n° 10 de 13 de abril de 2007 e seus anexos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a totalidade de sua produção de tabaco, até o limite da estimativa de produção indicada na cláusula 3.1.1. observada a variação mencionada no item 3.1;

b) pagar o custo de transporte do tabaco, da propriedade do PRODUTOR até suas instalações, onde o produto será classificado e adquirido, exceto nas hipóteses previstas na cláusula 3.4. abaixo. Esta obrigação limita-se a tabacos que observem os requisitos da Instrução Normativa n° 10 de 13 de abril de 2007 e seus anexos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. A COMPRADORA não se responsabilizará por falta de fardos, tabaco molhado e demais prejuízos decorrentes do transporte do tabaco da propriedade do PRODUTOR, até suas instalações. A indicação do transportador será feita pelo PRODUTOR de comum acordo com a COMPRADORA. A COMPRADORA fornecerá ao PRODUTOR, quando expressamente solicitado, a declaração das condições em que recebeu o produto.

3.4. São obrigações do PRODUTOR relativamente à comercialização do tabaco:

a) comercializar a totalidade de suas produções de tabaco para COMPRADORA e /ou sociedade controlada, coligada ou sob controle comum, nos limites das estimativas contratuais acordadas pelas partes na forma da cláusula 3.1.1. deste instrumento, devendo o PRODUTOR obrigatoriamente respeitar a proporcionalidade de volume por posição da planta (X,C,B,T), bem como a entrega do tabaco conforme a seqüência de colheita definida pela COMPRADORA;

b) fornecer o tabaco em folha manocado, enfardado e isento de materiais estranhos ("tabaco limpo"), observados os teores de umidade conforme a Instrução Normativa n° 10 de 13 de abril de 2007 e seus anexos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Entregar a produção de tabaco objeto do presente contrato, respeitando o cronograma de entrega negociado durante as safras, nas instalações da COMPRADORA, onde pessoalmente poderá acompanhar a pesagem e classificação do tabaco, nos termos da já citada Instrução Normativa n° 19 de 13 de abril de 2007 e seus anexos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

3.5. Será de exclusiva responsabilidade do PRODUTOR o pagamento do valor do frete correspondente à entrega e retirada do tabaco das dependências da COMPRADORA em caso de recusa justificada da COMPRADORA em adquirir o tabaco do PRODUTOR, nos termos previstos neste contrato, bem como tratados por legislação aplicável, e ainda, na hipótese de exercício pelo PRODUTOR da faculdade prevista na cláusula 4.1.1.

CLÁUSULA QUARTA- PREÇO DO TABACO

4.1.0 preço de compra do tabaco será aquele acordado entre as partes nas instalações da COMPRADORA, conforme a classificação do produto, observados os valores mínimos acordados entre a COMPRADORA e as representações oficiais dos produtores (FETAG, FARSUL, FETAESC, FAESC, FETABE, FAEP e AFUBRA), e, na sua falta, os preços mínimos da tabela divulgada pela COMPRADORA.

4.1.1. Não havendo consenso entre o PRODUTOR e a COMPRADORA no que se refere à classificação do tabaco produzido pelo primeiro, as partes poderão consultar o técnico de empresa especializada (EMATER, CIDASC ou CLASPAR) para dirimir eventuais dúvidas e prestar os esclarecimentos que se fizerem necessários. Caso, ainda assim, as partes não cheguem a um acordo no que se refere à classificação do tabaco, o PRODUTOR poderá exercer a faculdade de não vender a sua produção de tabaco para a COMPRADORA.

4.1.2. Caso o técnico da empresa especializada, mencionado no item 4.1.1 acima, não esteja presente no momento da entrega e classificação do tabaco, o PRODUTOR poderá, a seu exclusivo critério, postergar a entrega da produção para uma outra data, de modo que o aludido técnico possa acompanhar a classificação do tabaco produzido pelo PRODUTOR, arcando a COMPRADORA, nesta hipótese, com eventuais despesas adicionais com o transporte do tabaco.

4.2. Na hipótese de o PRODUTOR exercer a faculdade prevista na cláusula 4.1.1. supra, este deverá pagar à COMPRADORA, os valores por ela garantidos conforme contratado, bem como deverá restituir à COMPRADORA, à vista, todo e qualquer valor que por ela tenha sido adiantado ao PRODUTOR para financiar a sua produção, incidindo atualização, tal qual previsto na cláusula 6.4. infra.

CLÁUSULA QUINTA- OBRIGAÇÕES COMUNS

5.1. A COMPRADORA e o PRODUTOR obrigam-se a praticar os preços e condições resultantes da negociação do preço do tabaco entre a COMPRADORA e as representações oficiais dos produtores e, na sua falta, os preços da tabela sugerida pela COMPRADORA, nos termos e condições do presente contrato.

5.2. As informações acordadas na cláusula 3.1.1. do presente contrato poderão ser atualizadas segundo as revisões de cada ano agrícola, efetuadas de comum acordo entre as partes em formulário e relatório próprios, utilizados para todos os contratos dos anos agrícolas da cultura do tabaco contratada, os quais, devidamente preenchidos e assinados pelas partes, passará(ão) a integrar o presente contrato para todos os fins e efeitos, levando-se em conta a interferência de fatores supervenientes.

CLÁUSULA SEXTA- DA AQUISIÇÃO DOS INSUMOS, DO CRÉDITO RURAL, DO ADIANTAMENTO DE VALORES E DOS SEUS PAGAMENTOS

6.1. Os valores dos insumos agrícolas, equipamentos de proteção individual (EPI), e demais materiais adquiridos pelo PRODUTOR junto à COMPRADORA serão pagos à vista pelo preço constante da Nota Fiscal.

6.2. A COMPRADORA poderá buscar, junto a instituições financeiras, a liberação de linhas de crédito rural em favor do PRODUTOR, atuando no sentido de propiciar, a esse, as melhores condições que puderem ser obtidas à época, na qualidade de sua garantidora. Esta busca de financiamento não caracteriza uma obrigação da COMPRADORA, uma vez que esta, por não integrar o sistema financeiro nacional, não tem condições de se comprometer com a concessão de crédito.

6.2.1. O acesso do PRODUTOR ao crédito rural, tendo por garantidora a COMPRADORA, é faculdade do PRODUTOR, sendo este livre para obtê-lo, por conta própria e junto às instituições financeiras de sua escolha, não havendo qualquer obrigação de sua parte em recorrer às instituições financeiras sugeridas pela COMPRADORA.

6.2. Os valores garantidos pela COMPRADORA serão cobrados do PRODUTOR de acordo com o previsto no título de crédito rural e no presente Contrato.

6.2.3. O PRODUTOR declara ter ciência de que a COMPRADORA poderá, para fins de cobrança dos valores devidos pelo PRODUTOR à COMPRADORA proceder, mediante notificação prévia, à inclusão do PRODUTOR nos cadastros de restrição de crédito (SERASA, SPC e outros).

6.3. Sobre os valores dos insumos agrícolas e demais materiais adquiridos pelo PRODUTOR junto à COMPRADORA, pagos, em virtude de eventuais adiantamentos de preço, pela COMPRADORA, a exclusivo critério da última, bem como sobre quaisquer outros valores adiantados pela COMPRADORA, ao PRODUTOR, que não sejam objeto de financiamento por qualquer tipo de sistema de crédito rural, incidirá juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, acrescidos de atualização monetária, que será realizada tendo por base a aplicação do IGPM, índice apurado pela Fundação Getúlio Vargas, limitado a 12% (doze por cento) ao ano.

6.4. Sobre os valores decorrentes de dívidas vencidas e não pagas pelo PRODUTOR à COMPRADORA, incidirão juros de mora na ordem de 1% (um inteiro por cento) ao mês.

6.5. Todo e qualquer valor devido pelo PRODUTOR, à COMPRADORA, ou adiantado pela COMPRADORA, ao PRODUTOR, será quitado mediante compensação, no momento da aquisição do tabaco, nas instalações da COMPRADORA, na forma e condições do presente contrato. O mesmo se aplica quando se tratar de valores garantidos pela COMPRADORA, em benefício do PRODUTOR. Todos estes valores serão discriminados em conta gráfica informada ao PRODUTOR.

6.6. Fica a COMPRADORA autorizada, de forma irrevogável e irretroatável, a reter do preço do tabaco devido ao produtor, o valor da dívida deste perante Instituição Financeira na qual a COMPRADORA venha a ser garantidora do PRODUTOR, visando a quitação da referida dívida em nome deste.

6.7. Em caso de contratação do PRODUTOR para as próximas safras, a COMPRADORA, mediante a concordância do PRODUTOR, fica desde já autorizada a proceder com a retenção dos valores referentes a insumos agrícolas e demais materiais já adquiridos ou a serem adquiridos pelo PRODUTOR na safra presente ou para a próxima safra, retenção esta que será efetuada dos valores a serem pagos pela COMPRADORA em razão da comercialização de Tabaco entre as Partes.

6.7.1. A COMPRADORA ressalta que a adesão à metodologia de retenção acima exposta é facultativa, sendo que eventual discordância deverá ser manifestada na forma do disposto na cláusula 8.6. do presente Instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA-DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Qualquer hipótese de infração contratual acarretará a rescisão do presente contrato, devendo a mesma se operar através de comunicação por escrito, dirigida à parte infratora. Em qualquer hipótese de rescisão do presente contrato, permanecerá o PRODUTOR responsável pelo pagamento dos insumos agrícolas comercializados pela COMPRADORA, nos termos da alínea "a" do item 2.2 acima.

7.2. A infração ao disposto na alínea "a" da cláusula 3.3. e na alínea "a" da cláusula 3.4. do presente contrato sujeitará a parte infratora ao pagamento à outra de multa não compensatória equivalente a 10% (dez por cento) do valor apurado de acordo com a estimativa contratual para cada ano agrícola, assim apurado de acordo com o preenchimento do Check List de entendimento o período compreendido desde o preenchimento do Registro até a efetiva comercialização dos tabacos produzidos, revisada na forma da cláusula 5.2. deste instrumento, calculado pela classe do tabaco tipo da Virginia - TO2, se o método de cura utilizado para o tabaco produzido for em situações de condicionamento de temperaturas ("Estufas"), ou Burley - C2, se o método de cura utilizado para o tabaco produzido for em situações de ar natural ("Galpão"), independentemente do efetivo tipo de tabaco produzido. A infração às demais disposições do presente contrato sujeitará a parte infratora ao pagamento de multa não compensatória equivalente a 5% (cinco por cento) do valor apurado da mesma forma ora disposta.

7.3. Na hipótese de descumprimento do disposto na cláusula 2.2 "d" acima, comprovado por atuação administrativa do órgão ambiental que venha a embargar área ou o tabaco produzido sobre tal, independentemente do momento em que tal atuação ocorra e observado o disposto no item 7.1 acima, ficará a COMPRADORA desonerada da obrigação de adquirir os tabacos produzidos pelo PRODUTOR, sem que seja devido qualquer tipo de reembolso ou indenização por parte da COMPRADORA ao PRODUTOR, podendo até mesmo rescindir motivadamente o presente Contrato.

7.4. Caso seja verificado o descumprimento de quaisquer dos itens descritos na cláusulas 2.3 e 2.4 acima, ainda que ocorrido e/ou constatado em safras anteriores, observado o disposto no item 7.1 acima, independentemente do momento em que tal fato ocorra, ficará a COMPRADORA desonerada da obrigação de adquirir os tabacos produzidos pelo PRODUTOR, sem que seja devido qualquer tipo de reembolso ou indenização por parte da COMPRADORA ao PRODUTOR, ficando, desde já, ciente da possibilidade até mesmo de rescindir motivadamente o presente Contrato.

7.5. A COMPRADORA, observado o disposto na cláusula 7.1 acima, reserva-se o direito de não comprar o tabaco do PRODUTOR, independentemente do pagamento de qualquer reembolso ou indenização, além das hipóteses acima listadas, caso seja constatada qualquer das seguintes hipóteses:

a) o descumprimento, pelo PRODUTOR, de qualquer de suas obrigações contratuais, bastando para tanto, quando for o caso, a mera atuação administrativa pelas autoridades competentes;

b) a utilização de insumos, agrotóxicos ou qualquer outro produto não recomendado ou proibido durante a produção ou acima dos limites estipulados no receituário agrônomico;

c) a presença de materiais estranhos, impurezas, contaminantes (incluindo, mas não se limitando a pedras, tijolos, cimento, artefatos de metal ou plástico, papelão, terra, areia e quaisquer produtos agrícolas distintos do tabaco), estes na forma da Instrução Normativa nº 10 de 13 de abril de 2007 e seus anexos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Parágrafo Primeiro: Para exercício do direito previsto nas alíneas acima, visando a determinação da presença de resíduos de defensivos agrícolas acima dos limites estipulados no receituário agrônomico, a COMPRADORA reserva-se o direito de testar amostras do tabaco cultivado pelo PRODUTOR, antes de efetuar a compra e em qualquer estágio de maturação, mediante análises laboratoriais.

Parágrafo Segundo: O PRODUTOR compromete-se a fornecer, a qualquer momento, mediante solicitação da COMPRADORA, no mínimo 03 (três) amostras gratuitas de cada tipo de tabaco cultivado por força deste contrato, que serão coletadas, lacradas e identificadas na presença do PRODUTOR, que assinará recibo de controle, e armazenadas pela COMPRADORA para posterior análise e contra-prova.

Parágrafo Terceiro: O PRODUTOR obriga-se, ainda, a franquear livre acesso aos locais de armazenagem de agrotóxicos aos representantes da COMPRADORA, para que esta audite a utilização desta na forma do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DO PRAZO CONTRATUAL

8.1. Qualquer omissão ou tolerância das partes em exigir o fiel cumprimento dos termos e condições deste Contrato, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito da parte de exigir seu cumprimento a qualquer tempo.

8.2. O produtor declara, desde já, estar ciente da existência e do conteúdo dos Termos de Acordo/Compromisso firmados pela COMPRADORA junto ao Ministério Público do Trabalho.

8.3. A contratação do seguro ou mútuo assistencialista é livre, podendo o produtor optar pela modalidade que lhe convier e contratar com qualquer oferta existente no mercado.

8.4. Ajustam as partes, em caráter irrevogável e irretratável, que a relação comercial ora celebrada deverá obedecer aos mais estritos e rigorosos conceitos e princípios da ética, moralidade e boa-fé na condução dos negócios, incluindo, mas não se limitando, a evitar por si e / ou através de terceiros, seja total ou parcialmente, direta e / ou indiretamente, relações, contatos e / ou parcerias comerciais com quaisquer tipos e / ou espécies de agentes que por qualquer meio ou forma tenham ou tenham tido participação em atividades comerciais ilícitas, incluindo aí a da concorrência antiética ou desleal, das quais, em função da atividade exercida, as partes dela sabem ou deveriam saber.

8.5. Em observância à cláusula acima, a COMPRADORA desde já disponibiliza um canal de denúncias através do telefone 0800-7014108, através da Caixa Postal nº 1828, Agência Central, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20010-974 ou ainda através do email denuncia@souzacruz.com.br, para que seus colaboradores e / ou produtores possam apresentar suas preocupações sobre suspeitas de conduta imprópria no trabalho ou nas relações comerciais, sendo certo que qualquer denúncia genuína e feita de boa fé não receberá nenhuma forma de represália ou de retribuição.

8.6. Caso o PRODUTOR não concorde com a retenção descrita no item 6.7. do presente Instrumento, deverá fazer uma ressalva manual informando sua discordância. O silêncio será interpretado como concordância com a previsão ali descrita.

ANEXO 8

- Tabela de consumo aproximado de agrotóxicos entre 36 famílias de agricultores de Major Gercino, Leoberto Leal e Nova Trento. Baseada em levantamento realizado pela equipe técnica do projeto Cepagro/FRBL entre agosto de 2014 e junho de 2015, com listagem de produtos e quantidades fornecidas pelos próprios agricultores.

DISPONÍVEL NA VERSÃO IMPRESSA NA BU – UFSC.